



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

LUCIANA SÁTIRO SILVA

**ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS
SOBRE SUAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA-CE**

FORTALEZA-CE

2014

LUCIANA SÁTIRO SILVA

ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS
SOBRE SUAS PRÁTICAS PROFISSIONAIS NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA-CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como parte dos requisitos necessários para título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina de Queiroz Nobre

FORTALEZA-CE

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Luciana Sátiro.

Ética e Serviço Social: a percepção das assistentes sociais sobre suas práticas profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE [recurso eletrônico] / Luciana Sátiro Silva. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 247 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2014.

Área de concentração: Estado, Questão Social e Serviço Social.

Orientação: Prof. Esp. Maria Cristina de Queiroz Nobre.

1. Serviço Social. 2. Ética profissional. 3. Assistência Social. I. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Centro de Estudos Sociais Aplicados
Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social,
Trabalho e Questão Social



Luciana Sátiro Silva

Ética e Serviço Social: a percepção das Assistentes Sociais sobre suas práticas profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social.

Orientadora: Maria Cristina de Queiroz Nobre

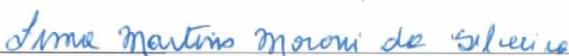
Área de concentração: Serviço Social

Aprovada em: 30 / 06 / 2014.

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Maria Cristina de Queiroz Nobre
(Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Dra. Irma Martins Moroni da Silveira
(Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Estenio Ericson Botelho de Azevedo
(Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profª. Dra. Adinari Moreira de Sousa
(Suplente)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Àqueles com quem por tão pouco tempo convivi, mas que muito me ensinaram a viver: Abelardo Moreira e Érico Sátiro (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

O que mais parecia um sonho distante, em seu término, passa a ser mais uma conquista regada de sentimentos intensos, ora difíceis ora bastante enriquecedores. Certamente não seria possível sem a presença de algumas pessoas que muito contribuíram para meu amadurecimento teórico, profissional e pessoal nesses longos meses de elaboração desta dissertação.

Inicialmente agradeço a Deus, por ter me ofertado a vida, sabedoria, saúde e coragem.

Aos meus familiares: minha mãe, Zilda Sátiro, e ao meu pai, Abelardo Moreira Silva (*in memoriam*), por tudo que fizeram por mim ao longo da minha vida, pelo amor incondicional e influência em todas as minhas conquistas. À Emérita Sátiro, Érico Sátiro (*in memoriam*) e Lígia Sátiro, pelo verdadeiro amor, amizade e pilar em todos os meus passos. Certeza de apoio constante.

A todos os amigos e familiares que tiveram a paciência em compreender minhas ausências e com os quais compartilhei as angústias e conquistas por todo o processo do mestrado, meus agradecimentos.

À minha grande amiga Cynthia Carvalho, pela amizade, dedicação e incansáveis trocas para conclusão deste estudo. Meus carinhosos agradecimentos.

Ao amigo Hildemar Gadelha, pela nossa nova convivência, cuidado e amizade.

As amigas: Rachel Leão, Valéria Melo, Mirles Moraes, Ivna Nunes, Renata Cavalcante, Renata Custódio, Adla Oliveira, Jana Alencar e Flávia Moreira pelo carinho e amizade.

Ao Júnior Silva por toda paciência em compreender minhas ausências. Pelo amor, carinho, força e dedicação nas tentativas de me fazer mais feliz ao seu lado.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, em especial Frederico Costa e Liana Brito.

À minha orientadora, Cristina Nobre, pela responsabilidade em fazer docência e seriedade com as orientações desta dissertação.

A todos os(as) colegas do mestrado acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, em especial, as amigas Maria Auxiliadora Araújo, Lauriene Marreiro e Vanessa Saraiva.

Aos professores que se dispuseram a contribuir na banca examinadora deste estudo: Adinari Moreira, Estenio Ericson Botelho e Irma Moroni, pelo compromisso com a docência e, principalmente, em ter aceitado o convite.

Às professoras: Adinari Moreira, Elivânia Moraes e Virgínia Assunção, a quem tenho estima e felicidade de ter estudado. Por terem acreditado em mim no período de minha formação acadêmica. Saibam da minha admiração e o quanto contribuíram no meu interesse pelo Serviço Social.

Às assistentes sociais dos CRAS de Fortaleza-CE que se disponibilizaram a participar desta pesquisa. Muito obrigada pelo apoio e oportunidade de compartilhar informações imprescindíveis para esta elaboração.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelo incentivo com o MASS.

Aos colegas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de Iguatu-CE, pelo carinho, força e compreensão nas minhas ausências do trabalho.

Por fim, a todas as pessoas que compõem a Universidade Estadual do Ceará e o Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social, meus sinceros agradecimentos.

Asas

“O que este punhal tem de ave
São as asas da imaginação
A dor voa mas volta sempre
E pousa no meu coração

Voa gaivota leve, voa breve
Que o mar tem a alma secreta
Que guarda a carne dos peixes
E a solidão do poeta

Voa gaivota...”

(Raimundo Fagner)

RESUMO

Resultado de um intenso processo de mobilização do Serviço Social brasileiro, o Projeto Ético-político profissional é a expressão de uma referência profissional a um projeto societário materializado em um contexto histórico de luta pela justiça social e democracia que a profissão tem se vinculado nas últimas décadas. Este revela uma forte defesa dos direitos da classe trabalhadora e direção ética e política para a atuação da categoria nas expressões da Questão Social, a partir da árdua articulação para efetivar a luta coletiva pela construção de uma nova ordem societária. Entretanto, os espaços sócio-ocupacionais onde os(as) assistentes sociais atuam, em especial naqueles vinculados às políticas sociais, revelam tensões entre os princípios e valores ético-políticos profissionais e as determinações institucionais e conjunturais, cujas influências repercutem na atuação dos(as) profissionais envolvidos(as). Em Fortaleza-CE, a política de Assistência Social desenvolve suas ações em equipamentos sociais públicos, dentre eles, os denominados Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, possuindo, em seu quadro profissional, assistentes sociais, sendo este cotidiano permeado por contradições e possibilidades. O presente trabalho, realizado por meio de pesquisa empírica, teve por objetivo analisar a percepção das assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza-CE, acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção profissional cotidiana. Através de entrevistas realizadas com as interlocutoras, observação participante da atuação dos(as) profissionais, como também por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica e documental, constatou-se que inúmeros desafios se apresentam em suas intervenções cotidianas. Limites que possuem raízes multifatoriais, desde a estrutura organizacional da entidade pesquisada, conjuntura econômica que direcionam as políticas sociais brasileiras como um todo, mas, também, possibilidades que se materializam em diferentes formas de enfrentamentos envolvendo a percepção dos próprios sujeitos e seus compromissos com as diretrizes ético-políticas profissionais contemporâneas.

Palavras-chave: Serviço Social. Ética profissional. Assistência Social.

ABSTRACT

The Ethical-Political Professional design is a result of an intense process of mobilization of the Brazilian Social Service. It is an expression of professional reference to a societal project materialized in the historical context of the struggle for social justice and democracy that the profession has been linked in recent decades. This reveals a strong defense of the rights of the working class and ethics and policy direction for the performance of the category in terms of Social Issues, from joint to accomplish the arduous struggle for collective construction of a new social order. However, the socio-occupational areas where the social worker acts, especially those related to social policies, reveal tensions between the principles and ethical-political values and institutional professionals and conjunctural determinations, whose influences resonate in the work of the professional involved. In Fortaleza, the politics of Social Work develops its actions in public social facilities. Among them, the Reference Centers for Social Assistance - CRAS has the social workers as professional staffs and their quotidian is permeated by contradictions and possibilities. This empirical research aimed to analyze the perception of social workers who work in the Reference Centres for Social Assistance of Fortaleza-CE, about the values and ethical principles that underlie their everyday professional intervention. Through interviews with interlocutors, participant observation of the work of professionals, as well as through an extensive bibliographic and documentary research, it was found that numerous challenges present themselves in their daily operations. Limits that have multifactorial roots, since the organizational structure of the entity researched, economic conditions that drive the Brazilian social policies as a whole, but also possibilities that materialize in different forms of fighting involving the perception of the subjects and their commitments to guidelines contemporary ethical and political professionals.

Keywords: Social Services. Professional Ethics. Social Assistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Idade	67
Figura 2 – Ano de Conclusão do curso de graduação	67
Figura 3 – Início da atuação no CRAS – Fortaleza	68
Figura 4 – Área de experiência anterior	68
Figura 5 – Titulação	69
Figura 6 – Forma de contratação	71
Figura 7 – Participação em movimento estudantil, conselho profissional ou de direitos, sindicatos ou em outro movimento social	71
Figura 8 – Religião	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPR	Centro de Atendimento a População de Rua
CASSI	Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais
CDAAS	Célula de Desenvolvimento das Ações de Assistência Social
CDPPEAS	Célula dos Programas e Projetos Especiais de Assistência Social
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CentroPop	Centro de Referência Especializado para População de Rua
CEP	Código de Ética Profissional
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COEDUC	Coordenadoria de Educação
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CSDAS	Célula do Sistema Descentralizado da Assistência Social
CSU	Centros Sociais Urbanos
DAS	Distritos de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FSSF	Fundação do Serviço Social de Fortaleza
FUNCI	Fundação da Criança e da Família Cidadã
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
OPEFOR	Operação Fortaleza
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento e Atenção Integral a Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
Profitec	Programa de Qualificação Profissional
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SAM	Secretaria de Administração do Município
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAS	Secretaria de Assistência Social
SASEC	Sindicato dos(as) assistentes sociais(as) do Estado do Ceará
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEDAS	Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SER	Secretarias Executivas Regionais
SETAS	Secretaria de Trabalho e Ação Social
SETRA	Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SMDS	Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETO E ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	40
2.1	Problematização do Objeto	40
2.2	Percurso Metodológico da Investigação	50
2.3	Lócus de Investigação	59
2.4	Interlocutoras da Pesquisa	66
3	O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E A CENTRALIDADE DA REFLEXÃO ÉTICA NA PROFISSÃO	74
3.1	Introdução à Ética	74
3.2	Ética e Serviço Social: da gênese à contemporaneidade	89
3.2.1	Conservadorismo e intervenção profissional	89
3.2.2	Movimento de Reconceituação do Serviço Social	93
3.2.3	Ética Profissional e Serviço Social	120
3.3	Projeto Ético-político do Serviço Social: o Código de Ética; a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Nacionais	123
4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL E A DIMENSÃO ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA-CE	156
4.1	A Política de Assistência Social brasileira: caminhos e descaminhos de uma política de direito	156
4.2	O histórico da política municipal de Assistência Social em interface com o protagonismo do Serviço Social	170
4.3	O contexto socioinstitucional e a intervenção do(a) assistente social nos CRAS em Fortaleza-CE	186
4.4	Considerações sobre a percepção das assistentes sociais que atuam no CRAS de Fortaleza-CE sobre a ética profissional em suas práticas	194
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	224

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232
APÊNDICE A	244
APÊNDICE B	245
ANEXO	248

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa centra-se na dimensão ética do Serviço Social nos Centros de Referência da Assistência Social no município de Fortaleza-CE.

Nessa direção, delimitamos como objetivo geral: analisar a percepção das assistentes sociais¹ que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção profissional cotidiana.

Observamos historicamente que o(a) assistente social brasileiro(a) intervém nas ações e serviços públicos ofertados pelo Estado, onde está exposto(a) às contradições de suas manifestações políticas e econômicas.

Importa mencionar que no capitalismo monopolista, o Estado passa a intervir continuamente nas contradições da questão social². As novas configurações do modo de produção capitalista e seus desdobramentos nas relações sociais, políticas, econômicas e culturais impactaram, sobremaneira, no fazer profissional dos(as) assistentes sociais, incitando-os(as) a conhecer, pesquisar e compreender as diversas manifestações e contradições da sociabilidade contemporânea.

Assim, faz-se imprescindível apresentar e analisar alguns elementos dessa sociedade contemporânea, tomando como ponto de partida desta análise a dimensão histórica do capitalismo no século XXI, bem como suas crises e consequências para o mundo do trabalho. Em especial, trataremos das desregulamentações viabilizadas pelas políticas neoliberais, o papel do Estado em responder às demandas da burguesia e da classe trabalhadora e todos os reflexos para a atuação ética do(a) profissional assistente social.

Nesse contexto, iniciamos uma discussão acerca do modo de produção capitalista, o qual tem como centralidade a produção de mercadoria visando à obtenção e acumulação de lucro. Em linhas gerais, o capitalismo se constituiu em

¹ Iremos nos remeter às profissionais no feminino, justificado pela inexistência de assistentes sociais do sexo masculino nos CRAS de Fortaleza-CE no período dessa pesquisa.

² A Questão Social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. “É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 77).

uma relação social histórica que se sustenta na apropriação da força de trabalho humano mediante sua compra e venda, estabelecendo a partir desta relação uma série de outras complexas relações.

Dessa forma, ao longo de sua existência, o capitalismo foi se transformando e se desenvolvendo, sempre apresentando seus caracteres essenciais, tais como: trabalho baseado no salário; subsunção do trabalho ao capital; geração de mais-valia³; formação da propriedade privada; alienação no e do processo de trabalho; divisão em classes sociais; pauperismo; dentre outros.

Ressalta-se que a produção no sistema capitalista não se resume apenas à reprodução de mercadorias, geração de mais-valia, e os outros elementos anteriormente apontados. Também há implicação direta na produção e reprodução das relações sociais que lhe servem de sustentação ideológica/subjetiva e material/objetiva.

Portanto, embora se sustente da produção de mercadorias e excedentes, tem por base, para garantir sua perpetuação, o estabelecimento de relações ideológicas que lhe permitam legitimar-se com aparência de naturalidade⁴, como se impossível fosse outra forma de existência social e como se não fosse histórica, realizada pela própria humanidade.

Em outros termos, o sistema capitalista concentra-se no movimento intenso de desenvolvimento das forças produtivas e suas expressões sócio-políticas e ideológicas em oposição às contradições a ele inerentes, mediante as lutas de

³ Fazemos referência ao conceito de mais-valia pela importância desta categoria no capitalismo. Assim, compreendemos pela obtenção de lucro a partir da exploração daqueles que, desprovidos dos meios de produção, passam a vender a sua força de trabalho como único meio de garantir a sua subsistência. “O trabalho, como formador de valor, é aqui abstraído do seu valor de uso particular (trabalho concreto) e considerado como trabalho socialmente necessário, que alcança sua expressão autônoma no dinheiro, no preço da mercadoria força de trabalho. Por isso, interessa ao capitalista aumentar a duração e a intensidade do trabalho, seja prolongando a sua jornada (mais-valia absoluta), seja potencializando o trabalho acima do grau médio (mais-valia relativa), para que obtenha um tempo de trabalho superior àquele necessário à reposição do salário” (IAMAMOTO, 2005, p. 43).

⁴ Todavia, Marx já abordou sabiamente em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* que o desenvolvimento da humanidade é social e, sobretudo, histórico, criado pela própria humanidade, sendo assim, passível de superação. Segundo este autor, são os próprios homens que são responsáveis pelo desenvolvimento da história rompendo a aparência de naturalidade dos fatos sociais. A história é movida pela relação dos homens entre si e das lutas entre as classes sociais, que historicamente fazem as transformações no seu curso. “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2008, p. 208).

classes que vão dando formatos a cada período histórico vivido por este modo de produção. Nessa linha de raciocínio, Netto (2007a, p. 169-170) destaca que:

[...] A história do capitalismo – a sua evolução-, portanto, é produto da interação, da imbricação, da intercorrência do desenvolvimento de forças produtivas, de alterações nas atividades estritamente econômicas, de inovações tecnológicas e organizacionais e de processos sociopolíticos e culturais que envolvem as classes sociais em presença numa dada quadra histórica.

A fase de desenvolvimento do capitalismo que nos interessa analisar neste estudo é a contemporânea, intitulada de estágio monopolista. Embora tenha iniciado ainda no século XIX, iremos nos deter especificamente ao período entre o fim do século XX e início do XXI, já no estágio imperialista, no qual se destaca a importância do capital financeiro, baseado no projeto articulado e viabilizado pela burguesia financeira, intitulado neoliberalismo.

Com o advento do neoliberalismo, houve a flexibilização das fronteiras alfandegárias sob o consentimento dos Estados Nacionais, ocasionando em sérias medidas sociais e econômicas o processo de mundialização da economia. Esta, por sua vez, tem como alicerce a associação entre instituições financeiras⁵ e grupos transnacionais com aporte de diferentes formas de capitais articulados, destacando-se a sua expressão financeira.

O processo de financeirização indica a forma como se tem estruturado a economia mundial, com um funcionamento que agrega investidores financeiros, capital transnacional, Estados nacionais e organismos internacionais, criando-se, desse modo, um estreitamento nas relações de dependência entre estes.

Para Ianni (2004b), nesse palco da história do século XXI, o novo círculo de expansão do capitalismo transnacional redesenha o mapa do mundo. Ele desafia a compreensão da chamada 'sociedade global': uma sociedade na qual se subordinam as sociedades nacionais em seus segmentos locais e arranjos regionais, com suas potencialidades e negatividades, considerando seus dinamismos e contradições. Nesse novo estágio do desenvolvimento do capital, redefinem-se as soberanias nacionais, com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais (o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, 'a santíssima trindade do capital em geral') – principais porta-vozes das classes dominantes em escala mundial (IANNI, 2004b *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 110).

⁵ Importa destacar que se refere à interferência em um conjunto de medidas para implantação no projeto neoliberal, sob a determinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), do Banco Mundial e do Governo norte-americano.

Assim, a internacionalização do capital apresenta como consequência um reforço à concentração da riqueza, agravando as expressões da miséria na medida em que amplia a lei geral da acumulação capitalista. Para Netto (2007a), a dinâmica societária do capitalismo, em cada fase do seu desenvolvimento, produz e reproduz a exploração, que é a sua razão de ser. O problema consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração.

Ademais, atualmente, todo o processo de desenvolvimento desse sistema, tanto em seus modelos de acumulação, regimes de regulação e concepções ideológicas, estão intrinsecamente relacionados à dinâmica e à organização das estruturas das sociedades e pelos diferentes Estados Nacionais em proporções mundiais.

Antes de analisar mais esmiuçadamente a conjuntura, importa discorrer sobre o período histórico do qual decorreu o formato de sistema de regulação, produção e acumulação atual. Destacamos os de maior relevância: os modelos de organização da produção taylorista e fordista⁶.

A teoria econômica norte-americana, o taylorismo, de base inspiradora para o segundo modelo, o fordismo, foi criada pelo engenheiro Frederick W. Taylor (1856-1915), que desenvolveu um modelo de organização dos(as) trabalhadores(as) através da hierarquização das atividades e da exigência de menor tempo para produção, formando um sistema produtivo industrial por meio da especialização do trabalho.

O modelo de produção fordista se apropriou desta forma de produção em 1914, tendo como marco cronológico de surgimento o período em que se deu a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias e remuneradas a cinco dólares (BEHRING; BOSCHETTI, 2007) para os(as) trabalhadores(as) das fábricas do industrial Henry Ford (1863-1947).

⁶ Antunes (2011, p. 25) é outro autor que optamos em utilizar por sua rica compreensão ao apresentar as características do Fordismo: “[...] fundamentalmente com a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-mas-as, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões”.

Movido por sua percepção de que os(as) trabalhadores(as) também eram potenciais consumidores das mercadorias produzidas, este passou a controlar o modo de vida e padrões de consumo desses(as) trabalhadores(as), o que iniciou um novo sistema de reprodução da força de trabalho, aperfeiçoado no período entre as duas grandes guerras mundiais com o aprimoramento das indústrias com o trabalho rotinizado e superexplorado.

Durante quase todo o século XX, os modelos de produção taylorista e fordista predominaram na produção e acumulação do capital, apresentando como características quanto à forma de organização e gestão da força de trabalho: o sistema de um trabalhador para uma máquina caracterizando uma especialização do(a) trabalhador(a); fragmentação das funções desenvolvidas; verticalização da produção, em que uma única empresa produz todos os elementos necessários à produção de um determinado produto. “O Fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinadas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 86).

Nesse período, com as mudanças no mundo da produção a partir do surgimento do fordismo (que favorecia a aglomeração de trabalhadores(as) nos espaços fabris), houve o crescimento do movimento operário e formação de grandes sindicatos, o que ocorre no início do século XX.

A busca incessante de lucro na produção fordista em massa e o crescimento da composição orgânica do capital pelo aumento da taxa de mais-valia implicaram na superprodução em 1929, o que gerou a Grande Depressão⁷ no processo de acumulação capitalista. Com isso, houve o desemprego generalizado; e com a queda do consumo, o mundo sofreu com as estratégias do capitalismo para sair temporariamente da crise: a Segunda Guerra Mundial, e posterior, a Guerra Fria⁸.

⁷ A crise teve início em 1929, e persistiu ao longo da década de 1930, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial. A Grande Depressão é considerada a pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Este período de recessão econômica causou altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto, bem como quedas drásticas na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todo indicador de atividade econômica, em diversos países no mundo. Além das graves consequências econômicas, à crise financeira se junta a crise de superprodução: apesar do decréscimo nos preços, grande parte do mercado agrícola e industrial não tinha compradores. Milhares de empresas tiveram de fechar, o desemprego aumentou acentuadamente, provocando uma redução do poder de compra e uma redução da procura.

⁸ Esta última iniciou logo após a Segunda Guerra Mundial. Se configurou com o confronto entre as duas grandes potências: Estados Unidos e União Soviética (1940 a 1989) que objetivavam legitimar e

As crises de 1929-1932 sinalizam a mudança significativa do desenvolvimento das políticas sociais nos países capitalistas da Europa Ocidental. Essas crises, seguidas da Segunda Guerra Mundial, incentivaram as políticas de pleno emprego e crescimento econômico, a implementação de serviços e políticas sociais e ampliação de mercado de consumo.

Desses processos, advém um sistema econômico fortemente amparado em mecanismos estatais com vistas a reduzir as crises de superprodução, superacumulação e subconsumo. Por sua vez, o Estado também é chamado a mediar mais intensamente as tensões entre as diferentes classes sociais, com implantação de amplas políticas sociais e de incentivos fiscais para gerar o pleno emprego, o que ficou conhecido como Keynesianismo.

Idealizada pelo economista inglês, John Maynard Keynes (1883-1946), este modo de acumulação defendeu a intervenção estatal com uma proposta democrática para reativar a produção. Ele propugnou a mudança da relação do Estado com o sistema produtivo e rompia parcialmente com os princípios do liberalismo.

Dessa forma, Keynes supôs um Estado neutro e regulador, com a intersecção entre medidas econômicas e sociais e meios de pagamento de investimento público para atender às demandas sociais e econômicas com a crise social advinda do pós-segunda guerra mundial. Cabia ao Estado equilibrar a política fiscal, de créditos e gastos, mediante intervenções na economia em períodos de crises com o exercício de programas baseados no pleno emprego e proposta de maior igualdade social.

Podemos afirmar que o Keynesianismo emaranhou-se ao modelo de produção Fordista como forma de regulação das relações sociais e políticas, nas quais o(a) trabalhador(a) encontrava-se. Enquanto o primeiro incluiu mudanças no papel do Estado, o segundo alterou o processo de produção.

expandir suas ideologias capitalistas e socialistas, respectivamente, e garantir a hegemonia política, econômica e militar em todo o mundo. Denominou-se fria pela inexistência de conflito militar armado. Teve seu término com a simbólica queda do muro de Berlim, em 1989, que unificou a Alemanha Ocidental (capitalista) e Alemanha Oriental (socialista). A queda do mundo fortaleceu a expansão do capitalismo neste país e representou a hegemonia capitalista em todo o mundo.

A burguesia manteve os altos índices de taxas de lucro, e parte dos(as) trabalhadores(as) abriu mão da radicalidade ideológica por acreditar em conquistas e reformas imediatas, incluindo direitos sociais.

A condução desse pacto entre os partidos social-democratas com o projeto de reforma capitalista e não de revolução – reflexos do regime fordista-keynesianista – resulta nos chamados “anos de ouro” do capital e os pilares do processo de acumulação. (Cf. BEHRING; BOSCHETTI, 2007)

A esse conjunto de determinações político-econômico-sociais e históricas configuraram o também denominado *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social.

O Estado Liberal parte de uma premissa de igualdade que desconsidera o contexto histórico-econômico-cultural de cada povo, terminando por assegurar tão somente os direitos da burguesia, direitos que só de modo formal são concedidos aos indivíduos das diferentes classes sociais, porque na realidade, essa concessão se dá de forma bastante desigual.

Em relação ao Estado de Bem-Estar Social, este representava efetivamente uma transformação superestrutural do Estado Liberal. Esse Estado Social busca superar a contradição entre a igualdade política e a desigualdade social.

Como consequência da transição de um Estado Liberal para Estado de Bem-Estar Social, os direitos sociais, que somente ganham efetividade a partir de uma ação do Estado mediante a elaboração e execução de políticas públicas aptas a promovê-los e garanti-los, passam a ser reconhecidos pelas constituições nacionais no início do século XX.

O surgimento e a evolução do Estado Democrático de Direito⁹ são indissociáveis dos limites de sua intervenção na esfera individual e da satisfação das demandas de caráter coletivo, como resultado da organização, em especial, de movimentos de trabalhadores(as). Passou-se de um Estado Liberal, garantidor dos direitos individuais e do primado da liberdade econômica, para um Estado de Bem-Estar Social, intervencionista na iniciativa de direitos sociais.

Interessante considerar que as conquistas dos direitos sociais no Brasil são resultados de intensa luta de classes, e revela sua correlação de forças. Por um

⁹ “Estado de Direito é um Estado cujo poder é regulamentado pela lei. Contrapõe-se a qualquer forma de Estado absoluto ou totalitário. É um Estado submetido ao controle de caráter jurídico” (DIAZ, 1972 *apud* SCHONS, 2003, p. 104).

lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são oriundos dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em um ambiente de restrição de direitos civis e políticos, o que se reflete na expansão das políticas sociais no Brasil em períodos de ditadura, como o Estado Novo, entre 1937 e 1945.

Ressalte-se que esse momento não significa uma sucessão geracional de direitos ou o estabelecimento de uma hierarquia entre direitos individuais e direitos sociais, pois, como afirmado anteriormente, esses direitos são inter-relacionados e interdependentes, devendo ser igualmente respeitados, promovidos e protegidos.

Em 1966, a Assembleia Geral da ONU adota o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC), que consolida, no âmbito internacional, uma série de direitos, entre eles: o direito ao trabalho, à liberdade de associação sindical, previdência social, alimentação, moradia, educação, dentre outros.

O Pacto declara que os direitos sociais têm aplicabilidade progressiva. Alguns Estados utilizam-se dessa regra como argumento para a morosidade no que diz respeito à efetivação de direitos sociais, alegando sua onerosidade e a necessidade de adequação da máquina estatal. Cabe aqui afirmar, entretanto, que a progressividade aí mencionada não deve ser utilizada pelos Estados como justificativa para a não-garantia dos direitos, mas deve ser compreendida sempre como ampliação e manutenção desses direitos e como proibição ao retrocesso. Assim, as medidas tomadas em prol dos direitos sociais devem ser mantidas e aprimoradas, nunca restringidas.

Contudo, entre o período de 1965 a 1973, o regime fordista e as políticas proporcionadas pelo Estado de Bem-Estar Social já evidenciam seus limites em atender as demandas socioeconômicas e as contradições do modo de produção capitalista, sobretudo quanto à rigidez fordista dos investimentos de capital fixo de larga escala; nos prazos de produção em massa; na forma de gestão nos mercados; nos contratos de trabalho; nos compromissos do Estado etc. (Cf. HARVEY, 2011).

No tocante às crises do sistema capitalista, a contradição existente entre os objetivos e meios de regulação utilizados para se atingir o desenvolvimento produtivo de forma mais acentuada, confrontam-se diretamente com as relações de produção desse próprio sistema.

A disputa entre as dimensões contraditórias se concretiza, sistematicamente, em crises que desalinham o processo de circulação e reprodução do capital. “As crises não são mais do que soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito” (MARX, 2008, p. 286).

Dessa forma, percebe-se que as crises são próprias da produção capitalista, quando se apontam essas disputas e contradições inerentes ao sistema. Contudo, também lhe é próprio a criação de novas estratégias para superação dos obstáculos que desestruturam ou impedem franca expansão do capitalismo. As crises, assim, resultam das contradições internas das relações de produção e de seus processos, sendo estes a centralidade e razão de existência do próprio sistema, daí serem a ele imanentes.

Os sinais de crise do capitalismo mundial, a partir do início dos anos 1970, se intensificam com a queda da taxa de lucro; os já citados esgotamentos do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção e a crise do *Welfare State*; a hipertrofia da esfera financeira decorrente da maior concentração de capitais; o incremento acentuado das privatizações; a reestruturação produtiva em novas bases, na chamada acumulação flexível.

Segundo Netto (2007a, p. 215), “esgota-se a modalidade de acumulação denominada *rígida*, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível”. Também reafirmamos esta perspectiva fundamentada em Harvey (2011, p. 136).

[...] Por trás de toda a rigidez específica de cada área estava uma configuração indomável e aparentemente fixa de poder político e relações recíprocas que unia o grande trabalho, o grande capital e o grande governo no que parecia cada vez mais uma defesa disfuncional de interesses escusos definidos de maneira tão estreita que solapavam, em vez de garantir, a acumulação do capital.

Em se tratando desse aspecto, reforçamos essa compreensão em Netto (2007a, p. 216):

À base dessa flexibilidade que, para muitos, assinalaria a fase do ‘pós-fordismo’ – opera-se a reestruturação produtiva. De uma parte, a produção ‘rígida’ (taylorista-fordismo) é substituída por um tipo diferenciado de produção, que da forma anterior mantém a característica de se realizar em grande escala; todavia, ela destina-se a mercados específicos e procura romper com a estandarização, buscando atender variabilidades culturais e regionais e voltando-se para as peculiaridades de ‘nichos’ particulares de consumo. De outra, o capital lança-se a um movimento de desconcentração

industrial: promove a desterritorialização da produção – unidades produtivas (completas ou desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradições de luta sindical)¹⁰. Tal desterritorialização acentua ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista.

Logo os integrantes da classe burguesa perceberam que a possibilidade de flexibilizar a política financeira-monetária era uma perspectiva interessante, rentável e inovadora para a manutenção de seu domínio econômico, político e cultural no cenário mundial já que, como abordado, a estratégia anterior de estabilizar a economia mundial com a grande emissão de moeda despertou uma forte crise inflacionária do pós-guerra.

Ainda discutindo especificamente a crise do capitalismo nos anos pós 1970, apresentamos a síntese desenvolvida por Netto (op. cit.) que trata do contexto mundial, desencadeada pela crise dos petrodólares e pelos embargos árabes de liberação do petróleo; o que gerou sua escassez, aumentos de preços e de seus segmentos de energia, sendo estas umas das bases materiais da crise do capital:

Entre 1971 e 1973, dois detonadores anunciaram que a ilusão do 'capitalismo democrático' chegava ao fim: o colapso do ordenamento financeiro mundial, com a decisão norte-americana de desvincular o dólar do ouro (rompendo, pois, com os acordos de Bretton Woods que, após a Segunda Guerra Mundial, convencionaram o padrão-ouro como lastro para o comércio internacional e a conversibilidade do dólar em ouro) e o choque do petróleo, com a alta dos preços determinada pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo/OPEP. (op. cit., p. 213).

Como apontado, outro aspecto importante que aqueceu a crise mundial neste período foi a quebra, por parte de alguns países europeus, do acordo de *Bretton Woods* vigente desde julho de 1944, o qual tentava constituir o dólar como uma moeda universal. Tal acordo se desenvolveu até a década de 1970, contudo, a elevada emissão de notas americanas para os bancos europeus, sem lastro local, ocasionou enormes dívidas com esses bancos, instaurando-se uma crise entre esses países.

¹⁰ Preservamos a nota de rodapé do autor, a fim de dar completude a sua abordagem: “Um exemplo eloquente da desterritorialização é dado pelos monopólios japoneses, que ‘exportaram’ indústrias (inclusive para a China) em larga escala: se, em 1990, havia cerca de 3.500 unidades produtivas no Japão, em 2002 esse número havia caído para 1.000 (*Valor Econômico*, São Paulo, edição de 13-15 maio 2005). Mas já ‘em 1982, todas as empresas fabricantes de automóveis dos Estados Unidos tinham suas principais matrizes produtoras no México” (NAVARO, 1995, p. 98 *apud* NETTO, 2007, p. 216).

O mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava uma forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras. Somaram-se a isso os efeitos da decisão da OPEP de aumentar os preços do petróleo e da decisão de embargar as exportações de petróleo para o Ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973. Isso mudou o custo relativo dos insumos de energia de maneira dramática, levando todos os segmentos da economia a buscarem modos de economizar energia através da mudança tecnológica e organizacional, e levou ao problema da reciclagem dos petrodólares excedentes, problema que exacerbou a já forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais. (HARVEY, 2011, p. 136).

Em face da instauração da crise econômica nos países capitalistas centrais, decorrente da superprodução fordista e da alta inflação existente, a saída desses países entre os anos de 1970 a 1980 foi racionalizar, reestruturar e controlar a força de trabalho ao máximo, alterando a produção com inovações tecnológicas e produção com automação, bem como, a busca por novos mercados, o que gerou um novo ciclo de produção diferente do modelo fordista.

Derivando desse processo, a economia mundial buscou se estabelecer, criar novas perspectivas de acumulação. Assim, passou-se a investir em alterações nos meios de produção, com o incremento da robótica e tecnologia de ponta, o que acarretou em fortes consequências para o mundo do trabalho.

Foi nesse momento que também se presenciou a reestruturação econômica, social e política da produção, o que proporcionou novas criações na organização industrial, na regulação da vida social e política distinta do regime de acumulação fordista.

A denominada acumulação flexível trouxe novas consequências para a produção. E foi com a experiência japonesa de agilidade e lucro na produção de mercadorias nas fábricas da Toyota, no pós-guerra, em meados da década de 1950, que se vivenciou as primeiras experiências de reestruturação produtiva com bases na acumulação flexível.

Desenvolvida pela flexibilização do(a) trabalhador(a) em operar várias máquinas ao mesmo tempo; o aumento da produção sem aumentar a contratação de trabalhadores(as); redução das estruturas hierárquicas das fábricas; produção em menor quantidade limitando-a com novas técnicas de gestão, se diferenciando da produção em larga escala do modelo fordista, dentre outras, que se flexibilizou a forma de acumular mais capital mediante outro modelo de produção. Esse modelo

ficou conhecido como toyotismo, o qual desencadeou todas as suas características de acumulação flexível em nível mundial (Cf. HARVEY, 2011).

Com esses efeitos, a economia mundial transitou do modelo de produção fordista para a fase denominada por David Harvey (op. cit.) como acumulação flexível (toyotismo), portadora de novas formas de produção e de trabalho, o que resultou em agudas e diversas alterações no processo de acumulação e (re)produção de capital; inserção tecnológica na produção; em alteração na produção de indústria para o setor de serviços; e na metamorfose nas relações de trabalho, com consequências para os(as) trabalhadores(as) e os movimentos sindicais.

Destaca-se que não houve uma transição com negação do modelo anterior. Pelo contrário, é possível afirmar que em alguns países, os modelos encontram-se convivendo com indústrias bem adaptadas à acumulação flexível, outras com a manutenção do taylorismo-fordismo e muitas com um sistema híbrido, com ênfase nos dois modelos.

Para o capitalismo, independente do modelo de acumulação, a estratégia de intensificação de lucro se adapta à realidade histórica, regional e cultural de cada espaço ocupado, quando lhe é conveniente¹¹.

Referimo-nos à acumulação flexível com fundamento em Harvey (op. cit.), que desenvolve uma grande e articulada síntese de suas consequências e características delimitando os acontecimentos históricos que favoreceram a sua intensificação em todo o mundo, como apresentamos abaixo:

[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve

¹¹ Infere-se a discussão apontada na obra de Sérgio Lessa, intitulada *Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo* (2011), na qual este autor organiza e desenvolve argumentos das teses sobre a negação de uma possível superação do fordismo em: Carvalho (1987), o qual afirma que no Brasil não estaríamos vivendo a superação do fordismo, mas, sim, sua intensificação e extensão a áreas da produção que não podiam antes, devido às peculiaridades da própria produção, serem submetidas às técnicas fordistas (LESSA, 2011, p. 300). As obras de Kumar (1997), que afirmam que o Toyotismo e o Fordismo apresentam mais similitudes que diferenças e que “[...] o presente teríamos uma profunda identidade por sob a aparência de algumas novidades” (op. cit., p. 301). Por fim, Lessa apresenta os apontamentos de Hirata (2002) sobre as possíveis mudanças entre Toyotismo e Fordismo em relação à divisão sexual do trabalho. Segundo esta autora, “[...] do mesmo modo, a divisão sexual do trabalho continua mantendo as mesmas características do período anterior à reestruturação produtiva, ou seja, a potencialização da hierarquia das fábricas pela sua fusão com a hierarquia paternalista da sociedade” e ainda, “[...] a ideia do ‘fim do fordismo’ é fortemente questionada quando se considera a divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2002, p. 41-2 *apud* LESSA, 2011, p. 302).

rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão). O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego 'estrutural' (em oposição a 'friccional'), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical-uma das colunas políticas do regime fordista. (op. cit., p. 140-141).

No atual modelo toyotista/acumulação flexível, as ações do Estado se dão sob forte privatização da coisa pública; políticas fiscal e monetária sintonizadas com os organismos financeiros mundiais hegemônicos; desmonte dos direitos sociais dos(as) trabalhadores(as); fragilização e combate ao sindicalismo de esquerda; propagação de um ideário individual e de consumo exagerados; entre outros.

Nesse modo atual de dominação, o papel do Estado revela-se essencial à manutenção da estrutura de classes e relações de produção capitalista. Nas palavras de Nobre (1999, p. 15), "[...] a análise do Estado tem que ser acompanhada de um reconhecimento das contradições da sociedade na qual ele existe e perante a qual ele atua como força de: dominação, legitimação, organização, representação, direção e regulação".

O Estado, portanto, se legitima por meio da criação de normas e leis, da dominação da educação, dos meios de comunicação e informação veiculando a ideologia dominante, entre inúmeros outros instrumentos.

Assim, lhe é permitido cumprir seu importante papel no estabelecimento de condições que não poderiam simplesmente ser impostas pela classe burguesa e que são difundidas ideologicamente, facilitando o controle sobre a classe trabalhadora, ao tempo que também possibilita a existência da relação de dominação da classe burguesa sobre a classe dos(as) trabalhadores(as), subsumindo as formas abstratas de liberdade e igualdade.

Ainda nessa discussão, a autora supramencionada também analisa as contradições do poder do Estado classista, pois este, ao tempo em que favorece a reprodução da dominação por parte dos capitalistas, também aparenta realizar os

interesses gerais das pessoas como favorecedor dos interesses comuns a todos os indivíduos.

O poder político assume funcionalidade a partir dessa totalidade contraditória do capitalismo e da sua forma peculiar de se expressar. O Estado capitalista é uma instituição de poder que preserva as relações de igualdade entre os indivíduos para que as relações desiguais entre as classes sociais se realizem, ou seja, para que o modo de produção capitalista se efetive como um processo contínuo e ininterrupto de produção de mercadorias fundamentado na apropriação do trabalho alheio. (NOBRE, 1999, p. 22).

Assim, reserva-se também aos Estados a importante função de atuar no sentido de facilitar o alcance de mercados consumidores internos e externos e propiciar proteção aos mercados locais.

Tal função se realiza na medida em que é através da iniciativa dos Estados Nacionais, em atendimento aos interesses do capital, que são celebrados os tratados e acordos comerciais entre países e se flexibiliza a política fiscal, de acordo com as necessidades momentâneas dos grandes grupos empresariais, mesmo que isso implique em acentuar as desigualdades entre as classes sociais desses países.

Destacamos que essas políticas governamentais também favorecem a esfera financeira e o grande capital produtivo, sendo base para a intensificação das manifestações da questão social. Nessa perspectiva, mais do que expressões de pobreza, miséria e exclusão, a questão social retrataria “a subordinação da sociabilidade humana às coisas”. (IAMAMOTO, 2011, p. 125).

Sob essa concepção, seria possível traduzir o desenvolvimento econômico como barbárie, na medida em que naturaliza as desigualdades sociais e submete as necessidades humanas ao capital. “O predomínio do capital fetiche conduz à banalização do humano, à descartabilidade e indiferença perante o outro, o que se encontra na raiz das novas configurações da questão social na era das finanças”. (op. cit., p. 125).

Para Mota (2010), mesmo com a abertura dos países periféricos no século XXI na tentativa de reduzir a crise do capital expandindo suas fronteiras, persistem as contradições fundantes da pauperização dos(as) trabalhadores(as) e, portanto, a reprodução das desigualdades sociais, todavia essas contradições provocam novas situações e métodos de enfrentamento.

Neste sentido, não apenas as situações que seriam designadas como configuradoras da questão social se alteram, como se altera a própria definição de questão social vis-à-vis as novas modalidades do seu enfrentamento. Pode-se, por exemplo, destacar as políticas compensatórias, dentre elas, os programas de renda mínima, como uma estratégia que, ao transformar os desempregados e subempregados em clientela da Assistência Social, banem o direito ao trabalho da pauta dos(as) trabalhadores(as), substituindo-o pelo acesso a uma renda mínima de sobrevivência (op. cit., p. 41).

Dessa forma, se expressa claramente o papel do Estado como fortalecedor para a concretização das relações do capital; instrumento de regulação social e mantenedor do *status quo*. E é na esfera de atuação do Estado que o(a) assistente social intervém, onde convive diariamente exposto(a) às manifestações da sua natureza contraditória, como veremos no tópico a seguir.

Mesmo com sua proposta de execução mínima, percebe-se, na realidade, que este se manifesta quando oportuno, tanto para regular, mediar e legislar a favor do grande capital, quanto para reconhecer os direitos sociais resultantes da correlação de forças entre as classes sociais, por meio do desenvolvimento de políticas sociais.

Essas características do Estado neoliberal se dão em virtude do momento histórico vivenciado na sociabilidade contemporânea, que é das mudanças profundas no padrão de acumulação capitalista a partir do fim do século XX. Sua intervenção procura gerenciar as políticas sociais utilizando critérios de seletividade, atendendo apenas a população miserável, trabalhadoras(es) que não tem acesso à renda, fruto do desemprego estrutural.

Face ao apresentado, trata-se do Estado mínimo para o social e máximo para o capital. O que deveria ser a universalização dos direitos passa a ser a adoção de medidas emergenciais sem perspectiva de atender as contradições do capital derivadas da relação capital e trabalho, ou seja, as expressões da questão social.

É importante mencionar que, no capitalismo monopolista, o Estado passa a intervir continuamente nas contradições da questão social. Para Netto (2007, p. 29),

É somente nestas condições que as sequelas da 'questão social' tornam-se – mais exatamente: podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a 'questão social', por regra, era objeto da ação estatal na medida em que motivava um auge de mobilização(a) trabalhador(a), ameaçava a ordem

burguesa ou, no limite, colocava em risco global o fornecimento da força de trabalho para o capital – condições externas à produção capitalista.

O Estado, dessa forma, vai representar e subsidiar o interesse do capital, deixando a este os setores rentáveis. Toma para si a responsabilidade com os improdutivos e os que não podem pagar pelos serviços do mercado. Do mesmo modo, garante a reprodução da força de trabalho com políticas sociais – alimentadas por altos impostos e contribuições diversas dos(as) trabalhadores(as) – em especial, os programas de transferência de renda, que dão sobrevivência à pobreza, ao tempo que proporcionam a infraestrutura necessária para a acumulação do capital.

Sua direção política mais evidente é desenvolvida mediante ações de seletividade dos(as) usuários(as), determinando igualmente a qualidade das prestações: para os que mais contribuem, prestações qualificadas; para os que menos contribuem, prestações desqualificadas – ou, como já se observou, para pobre, uma política social pobre (NETTO, 1999). Essa realidade se constituiu e constitui no Brasil em configurações históricas diversas e multifacetada.

Na tentativa de mudança dessa perspectiva, no final da década de 1980, observamos um intenso movimento, inspirado pela possibilidade de exercício de uma cidadania ativa, de criação de fóruns públicos com o objetivo de tratar de questões como direitos humanos, proteção à infância e à adolescência, cultura, gênero, meio ambiente e qualidade de vida, moradia, saúde, dentre outros.

É importante destacar que em 1988 foi aprovada a Constituição da República Federativa do Brasil, a qual trouxe ganhos sociais, civis e políticos à população, percebendo-se avanços no que se refere a conquistas de direitos sociais.

Entretanto, grave crise financeira e administrativa em proporções mundiais, já bem contextualizada, reflete também nas realidades política, econômica e social brasileiras, e afirmação da hegemonia de ajuste estrutural seguiu o pressuposto do ideário neoliberal. Pressuposto este sedimentado na gestão presidencial de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), quando se percebeu a intensificação de ações neoliberais no Brasil, mediante: empréstimos ao Fundo Monetário Internacional através de altos juros; sucateamento e desmonte de serviços públicos e a redução dos direitos sociais, decompondo as ações públicas cada vez mais focalizadas e compensatórias; política de redução de gastos; perda do valor real de

benefícios e início de discussões de projetos de racionalização e reforma da seguridade social.

Assim, o ordenamento constitucional de 1988, mesmo considerado manifestação da anterior densidade de interesses democráticos, viu-se colocado na contracorrente com o governo de Collor de Melo, deixando-o alvo do grande capital.

Diante da conjuntura de implementação dos direcionamentos neoliberais impostos pelo processo de reestruturação do capital herdado dos países centrais, o Brasil, neste período, apresentou peculiares características devido à sua condição periférica e ao seu nível de desenvolvimento e articulação nos moldes capitalistas. Deste modo, “as transformações societárias [...] processaram-se no Brasil mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial [...] e pelas particularidades da sua formação econômico-social” (op. cit., p. 103).

Como não havia um Estado de Bem-Estar Social brasileiro a ser desconstruído, apenas as incipientes conquistas pós-constituintes que ainda estavam mais nos textos do que efetivamente acontecendo, os direitos sociais ainda eram residuais e os gastos públicos historicamente já eram limitados para destinação em áreas sociais, culminou em um projeto burguês brasileiro velado com imagem de “solidariedade”, da “justiça social” e da “competência gerencial” que procurou camuflar as reais proposições de rentabilidade, individualismo e desresponsabilidade estatal, o que ocorre até os dias atuais.

Assim, revela-se o outro aspecto relevante do Estado neoliberal: a tendência de redução dos atendimentos estatais e do deslocamento de responsabilidades do setor público para o campo privado via filantropização e mercantilização, intensificadas a partir da institucionalização do chamado terceiro setor, e o consentimento da fragilização das relações trabalhistas.

Desse modo, iniciamos outra discussão relacionada às profundas alterações no mundo do trabalho derivada da reestruturação produtiva. Para tanto, trazemos o debate de Antunes (2011), que defende que no capitalismo contemporâneo, na fase de acumulação flexível vivenciada, há uma verdadeira metamorfose no mundo do trabalho, sendo esta nossa perspectiva de análise, diversa de alguns autores que acreditam no fim daquele frente a “crise da sociedade que vive do trabalho”¹².

¹² Para o aprofundamento deste debate, indicamos o texto de Teixeira e Frederico (2008) que faz um diálogo com autores André Gorz, Claus Offe e Jürgen Habermas, abordando suas principais

Principalmente entre os anos de 1970 e 1980, com a crise do processo de produção taylorista/fordista, o cenário mundial apresenta novas formas de organização do trabalho fomentadas pelo incremento de novas tecnologias (automação, robótica e microeletrônica) na produção de mercadorias ocasionando a acelerada substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, e, por consequência, a intensificação do desemprego, inclusive em países centrais.

Essencial à reestruturação produtiva é uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnicos-científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz enormemente a demanda de trabalho vivo. Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores(as) ligados à produção. (NETTO, 2011, p. 216)

Ainda como fluxo desse processo, a mundialização do capital se intensifica e complexifica paulatinamente, na busca pela ampliação da acumulação. A economia mundial foi atravessada por uma nova configuração do capitalismo e dos mecanismos que definem seu desenvolvimento e regulação. Importante aspecto da mundialização pode ser apontado: o processo de reorganização da produção e das relações entre capital e trabalho.

Tratando da crise de 1970, Mota (2010, p. 182) a denomina de crise de proporções globais ou societais.

Tal processo, ao transformar substancialmente o mundo do trabalho, afetou não apenas as suas condições de vida e de trabalho, mas os estatutos e as garantias jurídico-institucionais que marcaram a trajetória do trabalho assalariado nas modernas sociedades ocidentais.

Fruto desta mundialização, o processo de produção foi proporcionando maiores formas de exploração e controle da força de trabalho pelo capitalista, acarretando elevados índices de desemprego decorrentes de fatores estruturais; a intensificação do ritmo do trabalho; subcontratação de trabalhadores(as); aumento do trabalho temporário e trabalho precarizado, como novas formas de exploração do trabalho.

Segundo Antunes (2011), com o desenvolvimento das relações no sistema neoliberal, ocorreu uma múltipla processualidade no curso do mundo do

perspectivas teóricas e as contraposições fundamentadas no viés marxista, demonstrando as lacunas na afirmação da perda da centralidade do trabalho.

trabalho. Por um lado, houve uma desproletarização do trabalho industrial, principalmente nos países do capitalismo centrais, como ocorrência nos países ditos de Terceiro Mundo, diminuindo a classe operária industrial.

Entretanto, a classe trabalhadora passou a ocupar o setor de serviços, o qual foi se expandindo e elevando as contratações do trabalho assalariado, ocasionando um processo de heterogeneidade do trabalho. Tais contratações foram se modificando e diferenciando com o passar do tempo, ocasionando o que o autor denomina de subproletarização, a qual foi sustentada por elevação das formas de trabalho precário, terceirizado, informal, temporário, subcontratado em suas diversas expressões e nomenclaturas.

Para o autor, o produto histórico dessas modificações no mundo do trabalho é a expansão do desemprego estrutural que atinge toda a esfera mundial.

Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. (op. cit., p. 47).

Países como a França, os Estados Unidos, a Itália e o Canadá apresentaram, na década de 1980, índices de diminuição crescente de trabalhadores(as) da indústria, acarretada pela diminuição do capital variável em capital constante, em outras palavras, pela substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto e a exploração do trabalho não pago da força de trabalho como meios de acumulação em virtude do desenvolvimento e investimento tecnológico, na automação, robótica e microeletrônica na indústria, principalmente na Europa Ocidental e no Japão, geram “uma monumental taxa de desemprego estrutural” (op. cit., p. 49).

Com a falta de emprego, aumentam-se as filas do exército industrial de reserva, e o(a) trabalhador(a) se obriga a aceitar as diversas subcontratações existentes para garantia sua sobrevivência. As formas de trabalho vinculadas à economia informal: trabalho precário, temporário, subcontratado, dentre outras, apresentam-se em diversas manifestações, todavia o que apresentam de comum é a precariedade das relações de emprego e remuneração, desconstrução dos direitos trabalhistas historicamente conquistados, fragilidade na atuação dos sindicatos, dentre outros. Segundo Alain Bihr:

[...] essas diversas categorias de trabalhadores(as) têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação sindical. (BIHR, 1991, p. 89 *apud* ANTUNES, 2011, p. 49).

No sistema neoliberal, a tendência das novas contratações é empregar uma força de trabalho de fácil admissão e demissão, possibilitando a descartabilidade do(a) trabalhador(a) a baixos custos.

Outra relação apresentada refere-se à presença feminina no mercado de trabalho. O que se observa é o aumento de contratações dessa força de trabalho no setor de serviços, principalmente em ocupações de tempo parcial em trabalhos no próprio domicílio e, inclusive, em outras áreas que não eram comuns a sua participação, associada a baixos salários.

Dessa forma, sintetizando essas colocações, Antunes (op. cit., p. 52) aponta as seguintes categorizações: “desproletarização relativa do trabalho industrial, da incorporação do trabalho feminino, subproletarização do trabalho acarretam no processo de assalariamento dos setores médios, oriundo dessa expansão do setor dos serviços”.

E o porquê de estarmos discutindo as condições de trabalho na atual conjuntura? Certamente, por entendermos que esta fase do capitalismo levou parcela dos(as) trabalhadores(as) a encherem as filas dos sobrantes e disponíveis para o trabalho, entretanto, sem espaço para contratações trabalhistas, restando para estes o trabalho, nas já expostas condições de superexploração de sua força de trabalho, e/ou tornar-se objetos de políticas sociais como fenômeno da acentuação do pauperismo. Fundamentemo-nos em Mota (2010) para discorrer sobre esta articulação:

[...] os processos de reestruturação produtiva são exemplares dessa operação, posto que as empresas, ao reestruturarem seus parques industriais incorporando novas tecnologias e maquinários e reinvestindo parte do seu capital, reduzem antigos postos de trabalho, produzindo uma força de trabalho excedente que engrossa as fileiras do desemprego. É próprio do capital criar uma superpopulação de trabalhadores(as) (excedentes à necessidade imediata do capital de incorporá-los à produção), que logo se transforma em parte construtiva de dinâmica de expulsão/integração do(a) trabalhador(a) à produção capitalista, gerando uma população supérflua para suas necessidades imediatas (Maranhão, 2006). Cumpre notar que essa superpopulação não resulta, essencialmente, do progresso técnico e/ou do aumento da produtividade do trabalho, mas,

do invólucro social em que ambos se processam; ou, numa outra formulação. (MOTA, 2010, p.38).

Esta autora sintetiza a mercantilização da vida humana para o capital, ao afirmar que este busca, na realidade brasileira, entre outros objetivos:

[...] transformar o cidadão sujeito de direitos num cidadão-consumidor; o(a) trabalhador(a) num empreendedor; o desempregado num cliente da Assistência Social; classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios e as comunidades em células do 'desenvolvimento local'. (op. cit., p.31-32).

O que nos leva a desenvolver importantes assertivas. Inicialmente, quando a autora trata do cidadão-consumidor, é em referência à necessidade do(a) trabalhador(a) em custear os serviços públicos por via particular, face ao sucateamento das políticas sociais brasileiras e ineficiência destas. Ela enfatiza principalmente a mercantilização das políticas de saúde e previdência social, por serem alvo da expansão privada nos últimos anos, mesmo estas sendo direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. A privatização dessas duas políticas figura como formas de acumulação do capital em detrimento do social.

Mas não é isso que a realidade está apresentando: de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas esferas da saúde e previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação. (op. cit., p. 137).

A expansão expressa da política de Assistência Social, ainda enquanto política não contributiva e principal¹³ direção do Estado no enfrentamento à desigualdade social e no atendimento à classe trabalhadora desempregada, torna esta política central à proteção social no Brasil. Em tempos recentes, cabe lembrar, a Assistência Social ocupava uma posição residual e desprivilegiada de interesse estatal.

¹³ Segundo Mota (2010, p. 158), "fica candente que a afirmação da assistência social no Brasil, no campo dos direitos sociais e a sua recente expansão, vem sendo operada via programas de transferência e renda. O esteio desta tendência foi a formulação do programa Bolsa-Família, responsável atualmente por 11 milhões de famílias usuárias [No país, em 2006, do total de domicílios sem rendimentos e com rendimento *per capita* inferior a ¼ de salário mínimo, os programas de transferência de renda cobriram 54,3%, deixando de fora cerca de 1,87 milhão de famílias] , no qual foram investidos cerca de R\$ 4,5 bilhões no ano de 2005, aproximadamente, 30% dos recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. De acordo com o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2008 estão previstos R\$ 10.368.462.345,00, o equivalente a 36,4% do Orçamento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS".

Mota (op. cit.) desenvolve uma rica análise quanto às mudanças ocorridas na Seguridade Social após 1990. Trata do retrocesso das políticas redistributivas enquanto responsabilidade do Estado, por medidas compensatórias de atender à pobreza com ações de caráter seletivo e focalista, sendo esta a tendência que cimeta a expansão da Assistência Social.

Outro ponto discutido refere-se à privatização de alguns serviços sociais. A autora elabora as nomenclaturas “cidadão-consumidor” e “cidadão-pobre”, para se referir, no caso do primeiro, àquele que compra serviços já privatizados, como são exemplos os planos privados de saúde e previdência complementar. O segundo, a(o) usuária(o) dos programas sociais com renda abaixo da linha da pobreza.

Esta tendência pode ser indicativa do modo como o Estado, no leito do pensamento neoliberal, racionaliza o atendimento às demandas por proteção social que, num período de desemprego e precarização do trabalho, tendem a crescer. Ou seja: expulsa do acesso público os(as) trabalhadores(as) médio-assalariados, em face do sucateamento dos equipamentos recaem tanto na ampliação da Assistência Social como na redefinição das políticas de Saúde e Previdência, de que são exemplos o Programa Saúde da Família e a ampliação da contribuição previdenciária para os(as) trabalhadores(as) informais e por conta própria. (op. cit., p. 183).

Nas interpretações da autora, cabe afirmar que, em virtude da crise do trabalho, e mesmo da impossibilidade do direito ao trabalho já bem contextualizado neste tópico, o Estado utiliza a Assistência Social não mais como aquela política voltada à proteção: à infância, à adolescência e à velhice e atenção às pessoas com deficiência, conforme assegura a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A Assistência Social passa a ser expansão dos programas de transferência de renda que atendam toda a família, mesmo que isso signifique assumir a população produtiva apta ao trabalho, contudo desempregada, assumindo, assim, a responsabilidade das demandas das demais políticas como emprego e renda, sendo, portanto, uma política estruturadora das demais políticas sociais e não mais mediadora e intersetorial como já se propôs a ser. Para tanto, estabelece critérios de acesso, gerando, mais seletividade da miséria.

E quais as consequências dessas alterações para os(as) profissionais assistentes sociais brasileiros(as)? Quais influências estes(as) recebem do modo de produção atual, do Estado e suas implicações na sociedade? Como as relacionam com o fazer profissional cotidiano?

Sabendo que o projeto profissional do Serviço Social brasileiro apresenta necessariamente dimensão ético-política, questionamo-nos: como estas têm se

manifestado na atuação profissional nas políticas sociais frente às dimensões das contradições da crise capitalista contemporânea? E como isso repercute na atuação ética desses(as) profissionais?

Destacamos que foi com a tentativa de ruptura com o Serviço Social tradicional (Cf. NETTO, 2011), nas décadas de 1970 e 1980, que a profissão buscou uma maior aproximação com um método que embasa a natureza de sua intervenção. Assim, passou a espelhar-se no método materialista histórico-dialético referenciado pela Teoria Social Crítica de Marx, o qual se apresenta em dois momentos: de análise e de exposição. Dessa forma, a profissão passou a compreender e captar as diversas dimensões da realidade social espelhada neste método, como veremos no segundo capítulo deste estudo.

Com esse processo, a profissão buscou romper com a intervenção individualizada dos sujeitos, e aproximou-se de valores societários mais progressistas e democráticos, distanciando-se de correntes favorecedoras da ordem, neutralidade e permanência das desigualdades de classes.

A partir de então, o debate acerca da ética na profissão, desde os movimentos iniciais de preocupação em teorização e reflexão para formação de concepções sólidas críticas mediante mudanças de perspectivas acadêmica, interventiva e política da sociedade passaram também a permear a ética profissional no Serviço Social contemporâneo (Cf. NETTO, 2011).

Assim, o Serviço Social vem buscando constituir o conteúdo ético-político profissional e este passou a ganhar visibilidade e uma nova criticidade no movimento de recriação da profissão, na busca de sua ruptura com seu histórico conservadorismo, e no avanço da produção de conhecimentos, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas.

Com isso, a intervenção passou a ser direcionada por uma posição de resistência política alinhada à luta pelos direitos humanos e sociais. Luta que se expressa nos princípios norteadores da profissão, tais como: o reconhecimento da liberdade, democracia, cidadania, equidade e justiça social, dentre inúmeros outros valores que vão dando sustentabilidade e fortalecimento à profissão para um fazer profissional concretamente crítico e sólido.

A ética no Serviço Social não é só uma referência teórica, engessada, de formas de atuação prática, mas é, sobretudo, a capacidade profissional que envolve

um conjunto de valores e princípios ídeo-políticos afins na busca por uma sociedade justa e igualitária, sem qualquer forma de dominação e exploração humana.

Essa é a ética profissional brasileira que objetiva embasar a condução do profissional no seu cotidiano, e, nesse sentido, orienta as escolhas feitas e as respostas dadas às suas demandas diárias. Nosso questionamento central se dá, portanto, no seguinte sentido: como as assistentes sociais dos CRAS de Fortaleza-CE percebem suas ações ético-político no desenvolvimento de suas práticas profissionais?

Para uma adequada abordagem da temática, e para atender a todos estes questionamentos que permeiam o objeto de análise, esta dissertação foi dividida em cinco capítulos: o primeiro é a Introdução; o segundo intitulado “Objeto e elementos metodológicos da pesquisa”; o terceiro denominado “O Projeto Ético-político do Serviço Social e a centralidade da reflexão ética na profissão”; o quarto capítulo tem como título “A política de Assistência Social municipal e a dimensão ética do Serviço Social nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE”, e o último, as “Considerações finais”.

No primeiro capítulo abordamos o objeto de pesquisa explanando o atual modo de produção e a repercussão da crise econômica vivenciada articulando-a a crise do e no mundo do trabalho e o Serviço Social brasileiro.

O segundo capítulo, apresentamos a problematização e aproximação com o tema, bem como a delimitação do processo metodológico utilizado no decorrer da investigação e apresentação das interlocutoras da pesquisa, a fim de nortear o(a) leitor(a) a que a pesquisa se propõe e quem são os sujeitos pesquisados.

No terceiro capítulo, fizemos uma discussão acerca da ética e suas implicações para a profissão do Serviço Social, destacando a importância do Movimento de Reconceituação profissional. Apresentamos, ainda, as Diretrizes Curriculares Nacionais; o Código de Ética profissional e a Lei de Regulamentação da profissão, como componentes do Projeto Ético-político profissional.

O quarto, discorremos acerca da Política Municipal de Assistência Social e o protagonismo do Serviço Social, articulando ao atual contexto vivenciado pelas profissionais nos seus cotidianos de trabalho, finalizando com a aplicação da pesquisa empírica a partir da análise dos dados coletados sobre a percepção das profissionais dos CRAS de Fortaleza-CE sobre a dimensão ético-política do Serviço Social.

Finalizamos com as considerações finais estabelecendo uma análise geral dos achados da pesquisa. A intencionalidade desta pesquisa também foi apresentar o contexto histórico vivenciado pelo Serviço Social com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em Fortaleza-CE, possibilitando apresentar os espaços sócio-ocupacionais investigados, a fim de possibilitar acervo bibliográfico sobre os contextos institucionais, conjunturais e estruturais contemporâneos na política municipal investigada.

2 OBJETO E ELEMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, como o próprio título esclarece, traremos as explicitações sobre o objeto de investigação desta pesquisa, bem como os caminhos metodológicos escolhidos para a mesma, ao tempo que apresentaremos o perfil das profissionais investigadas.

No primeiro tópico, abordaremos a “problematização do objeto”. Já no segundo, traremos a explicitação do “percurso metodológico da investigação”. No terceiro tópico, será exposto o “locus de investigação” e, no quarto, a descrição das “interlocutoras da pesquisa”.

2.1 Problematização do objeto

O agir consciente supõe a capacidade de transformar respostas em novas perguntas e as necessidades em novas formas de satisfação. Só o homem é capaz de agir teleologicamente, projetando a sua ação com base em escolhas de valor, de modo que o produto de sua ação possa materializar sua autoconsciência como sujeito da práxis. (BARROCO, 2009b, p. 169).

Para abordar a percepção das assistentes sociais participantes desta pesquisa sobre os valores e princípios que orientam o seu fazer profissional, consideramos importante discorrer inicialmente sobre a concepção da categoria ética. Isto porque é a ética que determina o agir humano fundamentado por valores que movimentam e direcionam as decisões, escolhas e atitudes tomadas pelas pessoas, a partir das influências a que estas estão expostas em determinado período histórico no qual estão inseridas.

Consoante Barroco (op. cit.), a ética é compreendida como reflexão e criticidade, a partir do momento em que o indivíduo percebe-se capaz de agir movido por estes elementos. Isso implica em ter capacidade de escolher racional e conscientemente suas ideologias, visões de mundo, sua forma de agir e pensar acerca dos fatos e fenômenos sociais, delimitando sua decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras. Estas escolhas se põem materialmente

como posições ativas objetivamente mediadas por diversos determinantes, não sendo apenas uma condição individual, mas, sobretudo coletiva.

[...] ética dirige-se a transformação dos homens entre si, de seus valores, exigindo posicionamentos, escolhas, motivações que envolvem e mobilizam a consciência, as formas de sociabilidade, a capacidade teleológica dos indivíduos, objetivando a liberdade, a universalidade e a emancipação do gênero humano¹⁴. (op. cit., p. 170).

E sendo a ética a capacidade humana de agir motivada por valores, esta também se torna relevante para as profissões, no sentido de definir quais princípios e valores orientam o exercício profissional e a objetivação das respostas para as demandas profissionais dentro de seus condicionantes institucionais e sociais.

Para a categoria de assistentes sociais, a década de 1970 foi o período de maior questionamento da aproximação da profissão com a perspectiva crítica. Avançando nos anos de 1980, quando a categoria amadureceu política e eticamente, havendo a ruptura com o conservadorismo histórico que permeava o fazer profissional, houve todo um redirecionamento no conteúdo ético e político profissional em termos nacionais.

A realidade da sociedade brasileira, nessa década, motivava a vinculação do Serviço Social com o movimento de luta da classe trabalhadora, o que contribuiu para redefinição de todo o conteúdo teórico-metodológico e ídeo-político profissional. Esta redefinição alteraria os rumos dos caminhos da dimensão ética profissional, como aprofundaremos no próximo capítulo.

Esse período histórico foi intitulado pela categoria de Movimento de Reconceituação¹⁵, cujos desdobramentos foram às várias tendências voltadas à

¹⁴ Netto *apud* Bonetti (2005, p. 23), tomando como referência Heller, conceitua como ser genérico o “conjunto de atributos que constituiriam a essência humana, constituído pelos seguintes atributos: objetivação (expressa prioritariamente, em termos ontológicos, pelo trabalho), a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade. Esses atributos comporiam a essência humana, concebida não como uma estrutural intemporal e/ou a-histórica, dada e imutável, mas como processualidade dinâmica constitutiva do ser social, resultado sempre em aberto e inconcluso da infinita humanização do homem”.

¹⁵ Nas palavras de Marilda Iamamoto (2009, p. 22): “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina teve lugar no período de 1965 a 1975, impulsionado pela intensificação das lutas sociais que se refratavam na Universidade, nas Ciências Sociais, na Igreja, nos movimentos estudantis, dentre outras expressões. Ele expressa um amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), dotado de várias vertentes e com nítidas particularidades nacionais. Mas sua unidade assentava-se na busca de construção de um Serviço Social latino-americano: na recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na afirmação do compromisso com as lutas dos ‘oprimidos’ pela ‘transformação social’ e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais. Denunciava-se a pretensa neutralidade político-ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em micro espaços sociais e a debilidade teórica no universo

fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social. Ademais, a partir desse movimento, também foram impactadas as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira; os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência coletiva dos(as) profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários.

Em todas essas ações ocorreram reordenamentos teóricos, éticos e políticos, influenciando na regulamentação legal do exercício profissional, nas diretrizes curriculares e na produção do atual Código de Ética profissional de 1993. Esses instrumentos se guiam por um conjunto de valores e princípios que dão sustentabilidade ética e política à intervenção profissional. Nesses termos, o projeto profissional do Serviço Social, fundamentado em uma orientação teórica marxista, foi denominado Projeto Ético-político, o qual é balizado em princípios libertários e emancipatórios, e direcionamento técnico-operativo. Inspira-se na transformação da realidade e apresenta uma clara identidade com a classe trabalhadora e defesa dos direitos sociais.

O denominado Projeto Ético-político do Serviço Social se constitui e organiza na sua dimensão política, mobilizada por sujeitos na marcha da história, os quais defendem a ampliação e consolidação da democracia e da cidadania, posicionando-se a favor da igualdade e da justiça social, em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

São inquestionáveis os avanços provenientes da discussão coletiva e da construção do projeto ético-político como bases para o fazer profissional crítico, o que conta com a ação decisiva dos setores de vanguarda da profissão que atuam em suas entidades e na formação profissional. Todavia, é necessário refletir se isto garante uma renovação ampla da prática da maioria dos(as) profissionais. A realização dessa pesquisa nos possibilitou perceber como isso ocorre na experiência da intervenção profissional nos Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza-CE.

Continuando a discussão anterior, entendemos que os princípios que embasam e dão sustentabilidade ao projeto profissional são vivenciados na intervenção cotidiana de diversas formas: desde movimentos de resistência

profissional. Os(as) assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e 'marginalizados' na região".

organizada, estímulo e luta por direitos sociais. Tal vivência também se dá através dos atendimentos às(os) usuáries(as), da elaboração de laudos e pareceres técnicos, das orientações fornecidas, mediações e articulações políticas realizadas, dentre inúmeros outros.

A consolidação do projeto ético-político profissional se dá em uma conjuntura antagônica, com a atual ofensiva do capital, que amplia as desigualdades de classes, coadunam com a diminuição da atuação do Estado na implementação de políticas sociais¹⁶ e a fragmentação e o sucateamento destas. Nesse contexto, a intervenção profissional torna-se desafiadora, encontrando barreiras ao fazer profissional transformador.

Muitos são os obstáculos para a atuação do Serviço Social na contemporaneidade para manter um projeto político profissional vivo, consciente e efetivo. Além de fundamentar a intervenção cotidiana nas tentativas de enfrentar as expressões da Questão Social, buscar construir estratégias de ruptura com as desigualdades sociais, através de lutas democráticas, estímulo aos movimentos sociais, defesa intransigente dos direitos humanos e sociais, um exercício sem discriminar os segmentos cultural e socialmente excluídos, dentre inúmeras outras questões, são alguns destes desafios.

Contudo, os óbices à manutenção e efetivação dos fundamentos teóricos, organizativos e ético-políticos dizem respeito à própria concretização do Projeto Ético-político em uma conjuntura de crise econômica a qual repercute diretamente na retração do Estado na implementação de políticas sociais, havendo desdobramentos diretos no fazer profissional do(a) assistente social.

Como vimos, o contexto de mundialização do capital (Cf. IAMAMOTO, 2011) alterou significativamente as condições de vida da população nos países centrais e periféricos. Os impactos se verificam não apenas na economia, mas influenciaram também a organização socioeconômica, política, cultural, no mundo do trabalho, no papel e atuação do Estado e, de certa forma, como o próprio termo mundialização diz, de toda a sociedade do capital.

¹⁶ Entendem-se as políticas sociais como direitos socioeconômicos corporificados em um conjunto de medidas e instituições que devem, obrigatoriamente, estar voltadas para a produção do bem-estar social e para a viabilização de serviços sociais; por isso, são consideradas como um “dever do Estado”, porque somente a esse é conferido o poder de interferir nas relações econômico-sociais das sociedades. Essa interferência deve ser gerida em prol da equidade e da justiça social. Somente através do Estado e de suas políticas socioeconômicas é que a Cidadania pode ser ampliada, consolidada, garantida e efetivada de uma forma desmercadorizada (LAURELL, 1997).

Nessa conjuntura, os organismos financeiros internacionais¹⁷ intensificaram os acordos com os Estados Nacionais, com vistas à apropriação do espaço mundial, em razão da exploração dos mercados financeiros ou do deslocamento de grandes empresas para os países em desenvolvimento, com isenções fiscais, menores custos de produção e salários, atribuindo um caráter global à produção e consumo de todos os países.

Ao longo do século XX, ocorreu um elevado desenvolvimento da ciência, tecnologia e a melhoria na qualidade de vida para uma pequena minoria, ao lado do aumento da pobreza e miséria da classe trabalhadora. Em decorrência, houve a intensificação das desigualdades entre as classes sociais com características bem diferenciadas, embora diretamente relacionadas e interdependentes.

Assim, refere-se que a antiga subdivisão entre o “mundo rico” e “mundo pobre” se encontra cada vez mais subsumida, pois os países ditos desenvolvidos apresentam dados de pobreza e desempregos por eles ainda não vivenciados.

Em 1997, a proporção da população que vivia na pobreza chegava a 16,5% nos Estados Unidos e a 15,1 no Reino Unido. [...] Os dois países-símbolo do neoliberalismo são [...] os campeões da pobreza entre os países industrializados. [...] Na Grã-Bretanha, a desigualdade dos rendimentos [...] em 1990 era mais flagrante que nunca desde a Segunda Guerra Mundial e se agravou mais rapidamente que na maioria dos demais países [...]: em vinte anos, os 10% de rendimentos mais baixos perderam 20% do seu poder aquisitivo, ao passo que o dos 10% mais altos aumentava 65%. [...] Nos Estados Unidos, a parcela do PIB destinada aos 5% mais favorecidos da população passou de 16,5% em 1974 para 21% em 1994, enquanto a dos mais pobres caía de 4,3% para 3,6%. (PASSET *apud* MOTA, 2010, p. 23).

Com as políticas e as ações pertinentes ao projeto neoliberal, os(as) trabalhadores(as) passaram a vivenciar questões que alteraram profundamente seu modo de ser e de viver face a expansão do “[...] desemprego estrutural e a crise do trabalho assalariado, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e a supressão de direitos sociais e a fragmentação das necessidades e da organização política dos(as) trabalhadores(as)” (MOTA, 2010, p. 29).

Por essas razões, a sociedade contemporânea vive uma crise do sistema capitalista que se expressa na economia, nas políticas governamentais, no meio ambiente etc. Dentre elas, destacamos a crise do mundo do trabalho: com a pouca oferta de emprego; dos mecanismos públicos de proteção aos riscos sociais do

¹⁷ Referimos especialmente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e do Banco Mundial, dentre outros.

trabalho, com o aumento do número de trabalhadores(as) informais e frágeis formas e contratações; e da organização e fragilização política dos(as) trabalhadores(as) que, para evitar o desemprego, celebram acordos que lhes restringem o exercício de direitos trabalhistas historicamente conquistados (Cf. ANTUNES, 2011).

Essas metamorfoses nas dimensões do mundo do trabalho (op. cit.) configuram também inúmeros desafios às profissões. As relações sociais sofreram diretamente impactos com a reorganização da produção no pós anos 1970, possibilitadas com a instauração da acumulação flexível e reestruturação produtiva¹⁸; expansão da economia em nível mundial, desdobrando-se nas ações do Estado definido expressamente como neoliberal.

Todavia, essas contradições provocam novas situações e medidas de apaziguamento à pobreza, e a execução de políticas sociais como resposta do Estado, sociedade e da própria burguesia para conter as tensões da classe trabalhadora.

As manifestações da classe trabalhadora em busca da ampliação e garantia de direitos sociais refletiu positivamente, pelo fato dos(as) trabalhadores(as) terem se unido com ações legítimas de questionamento ao papel do Estado capitalista no início do século XX.

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de forças no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o estado capitalista passa a assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla, planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 64).

No Brasil, o processo de conquista de direitos sociais teve início a partir dos anos 1930, resultante da associação entre a incipiente industrialização, urbanização e dissolução das estruturas políticas oligárquicas que concentravam firmemente o poder político na mão de aristocracias rurais, localizadas no sudeste

¹⁸ Como já visto na Introdução desse estudo, de forma sintética, após a crise de 1970, o mundo do trabalho sofre transformações advindas do modelo japonês denominado de produção toyotista. O Toyotismo foi massificado em outros países, cujos principais características são: produção flexível, investimento em tecnologia de ponta, microeletrônica e produção informatizada. Esse modelo apresentou inúmeras consequências sociais, econômicas, políticas e culturais em todo o mundo com a intensificação da precarização da situação dos(as) trabalhadores(as) mediante a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto; produção heterogênea; tendência à terceirização e perda dos direitos trabalhistas, etc. Para aprofundar analiticamente sobre a reestruturação produtiva (Cf. ANTUNES, 2011).

do país. Ressalte-se que a luta da classe trabalhadora conseguiu, neste período, garantir importantes avanços para os direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livre expressão e manifestação.

As ações políticas desenvolvidas eram individualizadas e acentuavam o fenômeno político denominado “populismo”, que se caracteriza por relações clientelistas, de concessão de favores, como a forma principal de relação entre Estado e sociedade, refletindo-se nas primeiras iniciativas de políticas desenvolvidas pelo Estado. Ressaltamos também a pré-existência de relações autoritárias, paternalistas e de compadrio fortemente enraizadas na tradição política brasileira do “coronelismo”¹⁹ e em toda uma gama de relações corrompidas entre o público e o privado que perduram até os dias atuais.

Apesar das relações de tutela entre movimentos sociais e o Estado brasileiro, é possível afirmar que os anos 1950 e 1960 são marcados por uma intensa mobilização, com a sociedade encontrando representatividade principalmente nos partidos políticos e sindicatos.

Em abril de 1964, com o regime da ditadura militar²⁰ no Brasil, inicia-se um período de intensa repressão. Ocorre o fechamento de sindicatos, a cassação de mandatos, torturas e banimentos de lideranças sociais e políticas, censuras à imprensa, fechamento do Congresso e dos partidos, o engessamento das eleições e da política, bem como a restrição ao uso dos espaços públicos. As ações repressoras, no entanto, não ocorreram sem a resistência e o enfrentamento de movimentos sociais, especialmente do movimento estudantil e de grupos que optaram pela luta armada, pelas guerrilhas urbanas e camponesas, como a Guerrilha do Araguaia²¹.

Profundas mudanças econômicas, políticas e culturais ocorrem no Brasil nos anos 1960 e 1970, provocando o surgimento de novas demandas sociais. Em resposta à repressão e censura no período ditatorial criou-se com a pós-ditadura, uma esfera civil e cultural constituindo atores sociais militantes com ações de forte

¹⁹ Conjunto de ações políticas de latifundiários (chamados de coronéis) em caráter local, regional ou federal, onde se aplica o domínio econômico e social para a manipulação eleitoral em causa própria ou de particulares. Fenômeno social e político típico da República Velha, caracterizado pelo prestígio de um chefe político e por seu poder de mando.

²⁰ A ditadura militar brasileira iniciou em 1º de abril de 1964 e durou até 15 de março de 1985.

²¹ A Guerrilha do Araguaia refere-se a um conjunto de operações guerrilheiras ocorridas durante a década de 1967-1974, promovidas por grupos contrários ao regime militar em vigor no Brasil.

enfrentamento político, favorecendo a promulgação da Constituição Federal da República de 1988.

A partir dessa Constituição houve a definição das políticas da Seguridade Social brasileira. Esta se constitui com as políticas sociais de Assistência Social, Previdência Social e Saúde, concebidas como políticas públicas e responsabilidade do Estado.

Para a política de Assistência Social, os cinco anos de espera até a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, foram tensos e adversos, com fortes desafios de estabelecer sua organização legal, administrativa e financeira. Foi nesse cenário que esta foi implementada firmando os novos paradigmas legais dessa política em âmbito nacional.

Foi com aprovação da Carta Magna de 1988 e a aprovação da LOAS (1993), define-se o arcabouço legal e conceitual, que se possibilitaria um novo patamar para a Assistência Social como política pública de direito, inserida no sistema de Proteção Social brasileiro, no campo da Seguridade Social. Ocorre, com a CF, uma tentativa de distanciamento da perspectiva de política desenvolvida sem comando de gestão, oportunizada como vantagem política e troca de favores, havendo com essa, uma direção administrativa em âmbito nacional.

Mesmo diante dos avanços postos pela Constituinte, as políticas sociais brasileiras se fragilizaram com a chegada da crise do capitalismo e a intensificação da influência neoliberal que já se estendia por vários países. A partir dos anos 1990, as políticas da Seguridade Social brasileira passaram a sofrer com as medidas de redução da atuação do Estado com os gastos sociais e ao tempo que este expandia seus investimentos no mercado financeiro na busca de garantir a estabilidade econômica, resultando em ações de privatizações de toda ordem e desmonte dos direitos sociais. Os governos que assumiram a partir de 1988 se comprometeram com esse ideário, tendo consequências desastrosas para os avanços das políticas sociais, como asseveram as autoras abaixo:

Por um lado, houve uma expectativa para o atendimento dos avanços constitucionais, que ampliavam os direitos sociais e o papel interventor do Estado; por outro, a adoção, na formulação da política econômica social, das orientações do Consenso de Washington²², indicando a diminuição dos

²² É um conjunto de medidas estabelecidas pelo FMI e o Banco Mundial, tendo como objetivo realizar o ajuste econômico dos países em desenvolvimento. Foi usado para consolidar o receituário neoliberal.

gastos sociais e na retirada do Estado do campo social. (DRAIBE et al., *apud* COUTO, 2008, p. 140) .

Ainda assim, a LOAS foi aprovada tratando, pela primeira vez, de aspectos importantes para a política, como a implantação e regularização: dos Fundos de Assistência Social, para organizar o financiamento desta; dos Conselhos de Assistência Social, de forma a garantir o controle social; e, por fim, dos Planos de Assistência Social, para condução metodológica das ações, todos nas três esferas de governo. Responsabilizava-se, assim, os municípios, estados, distrito federal e União pela estruturação desta política, sendo este último denominado descentralização administrativa.

Seguindo essa afirmação, verificamos em Couto que:

A Constituição de 1988 [...] e a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas/1993 trouxeram a Assistência Social para um novo campo [...] o campo da Seguridade Social e da Proteção Social pública, campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal, iniciando um processo que tem como horizonte torná-la visível como política pública e de direito dos que dela necessitam. Sem dúvida um avanço, ao permitir que a Assistência Social, assim posta, transite do assistencialismo clientelista para o campo da política social. (YAZBEK, 1995, p. 10 *apud* COUTO, 2010, p. 33).

Consideramos importante destacar outro avanço normativo referente à essa política deu-se em 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) regulamentando a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)²³ e a Norma Operacional Básica (NOB) em 2005. Essas normativas organizam e estruturam as ações e serviços dessa política em todo território nacional.

Dessa forma, surge um novo desenho em níveis de proteção e complexidades organizadas e normatizadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresentada em julho de 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Apresentam-se propostas de operacionalização dos temas mais complexos da Assistência Social como descentralização administrativa; territorialização²⁴; financiamento; controle social; política de recursos

²³ Lei 12.435 de 06 de Julho de 2011 que alterou a Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

²⁴ Entender o sentido de territorialização para a PNAS é compreender as relações na perspectiva de totalidade, vislumbrando o território com história, cotidiano e universo cultural e social da população residente. É reconhecer que a presença de múltiplos elementos precarizam a condição de vida do indivíduo e de sua família, o que acentua as vulnerabilidades e riscos de acordo com o espaço de vivência cotidiana.

humanos; monitoramento e avaliação da ação do *público versus privado*, dentre outros.

Consoante a PNAS, a descentralização surge como exigência de concepção e ação integrada, por tratar-se da transferência de poder entre os três entes federativos no poder de decisão, de competências e de recursos, garantindo autonomia aos municípios nas administrações e elaborações de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologias, formulação, implementação, execução, monitoramento, avaliação e sistema de informação das ações com garantias de canais de participação locais.

A PNAS implantou um novo modelo da política de Assistência Social que tenta romper com o paradigma conservador e assistencialista arraigado à política, efetivada como política pública, dever do Estado e direito da população que dela necessite.

Entretanto, herança filantrópica e conservadora da Assistência Social brasileira, associada à predominância do neoliberalismo nessa conjuntura, ainda se configura na pouca destinação de investimento em relação aos recursos financeiros, humanos e materiais, embora os novos processos estruturais e organizacionais da Assistência Social brasileira, a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em termos nacionais, firmam-se com avanços, no ponto de vista normativo e metodológico. O SUAS inovou em relação à organização administrativa da Assistência Social, que até então não apresentava nenhuma direção federal para sua atuação.

Historicamente, essa política tem se revelado, especialmente nos municípios, como *locus* privilegiado para manifestação de práticas assistencialistas, clientelistas mediadas por ações focalistas e programas seletivos. Mesmo após a descentralização político-administrativa das políticas sociais orientadas pela legislação, não foram poucos os municípios que apresentaram dificuldade em elaborar novos modos de formular e implantar políticas sociais. Como afirma Beretta (2004, p. 67):

Para a PNAS, “operacionalização da política de assistência social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada” (PNAS, 2004, p. 44-45).

A descentralização não aconteceu homoganeamente em todo o país; pelo contrário, efetivou-se de maneira bastante diversificada em decorrência da capacidade de cada município no enfrentamento de novos desafios, definidos também pelas dinâmicas políticas e sociais internas de cada localidade, as pressões exercidas pela sociedade civil sobre o governo local e a proposta política de cada gestão.

Esses fatores influenciam a política de Assistência Social brasileira na contemporaneidade, destacando-a como espaço sócio-ocupacional importante na intervenção do(a) profissional assistente social, tornando essas dinâmicas profissionais importantes para investigação científica.

Não se pode deixar de mencionar que as políticas de governo adquirem ao longo de sua formação, além da manutenção dos mínimos para sobrevivência da população excedente, a reprodução intensa das desigualdades sociais, estando o Estado não só preservando a relação de manutenção, como o controlador político, preservando de forma restrita, focalista e minimista o direito à sobrevivência da classe trabalhadora, sendo esta a conjuntura vivenciada na política de Assistência Social atualmente no Brasil.

Destacamos, contudo, que a Assistência Social apresenta inúmeras limitações bem fundamentadas nas análises elaboradas pelos(as) teóricos(as) que analisam as dimensões, contradições e limites dessa política no neoliberalismo²⁵ como veremos no último capítulo desta pesquisa.

Apresentaremos a seguir como se pretende utilizar o caminho metodológico dessa pesquisa.

2.2 Percurso Metodológico da Investigação

O presente estudo buscou apreender e relacionar os aspectos qualitativos relacionados à dimensão ética do Serviço Social tomando como experiência os Centros de Referência da Assistência Social-CRAS em Fortaleza-CE, a partir da implantação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

²⁵ Destacamos as obras de Ana Elizabete Mota, Carmelita Yazbek e Potyara Amazoneida Pereira, dentre outras autoras, que na discussão sobre política social, Ivanete Boschetti e Elaine Behring, atravessam a política de Assistência Social.

Cabe, inicialmente, fazer uma discussão sobre os aspectos metodológicos pautados em pesquisas qualitativas. Para Martinelli (1999, p. 24), esse tipo de pesquisa tem por objetivo:

[...] trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte de uma perspectiva muito valiosa, porque à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é outro elemento muito importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa.

A pesquisa qualitativa compreende a realidade como um constructo social permeada por relações, e é nesse movimento que o(a) pesquisador(a) se insere para analisá-las em sua totalidade. Essas relações se manifestam em fatos e fenômenos sociais dialeticamente emaranhados desenvolvidos no transcurso da história.

Consoante Minayo (2010), o campo, na pesquisa qualitativa, constitui-se como o recorte espacial feito pelo(a) pesquisador(a), no se qual cria e aprofunda conhecimentos a partir de uma investigação teórica do objeto da investigação realizada.

Corroborando nessa afirmação, nas palavras de Martinelli (1999, p. 37):

A pesquisa qualitativa tem como pressuposto de ordem epistemológica outros paradigmas, que não os da pesquisa quantitativa. A realidade é uma construção social da qual o investigador participa. Os fenômenos são compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e holística – componentes de uma dada situação estão inter-relacionados e influenciados reciprocamente, e se procura compreender essas inter-relações em determinado contexto. O pesquisador e o pesquisado estão em interação em um processo multidirecionado no qual há ampla interação entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

A pesquisa qualitativa se subdivide no cumprimento do denominado para Minayo (2012, p. 26) por “ciclo da pesquisa”.

Na perspectiva de atender a todos os requisitos que exige a pesquisa qualitativa, optamos por utilizar as três etapas classificatórias sugeridas por esta autora: (1) fase exploratória; (2) fase de campo, na qual buscamos aplicar a pesquisa documental e as técnicas metodológicas entrevistas e observação participante, e, por fim, a (3) fase de análise e tratamento do material empírico e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada durante todo processo de elaboração desta pesquisa.

Seguindo essa classificação, iniciamos nossa primeira fase, chamada de fase exploratória. Nela, definimos a natureza da pesquisa; delimitação da pergunta de partida e elaboração de hipóteses; levantamento de objetivos e demarcação do *locus* da investigação.

A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para preparar a entrada em campo. É o tempo dedicado – e que merece empenho e investimento – a definir e delimitar o objeto, a desenvolvê-lo teórica e metodologicamente, a colocar hipóteses ou alguns pressupostos para seu encaminhamento, a escolher e a descrever os instrumentos de operacionalização do trabalho, a pensar o cronograma de ação e a fazer os procedimentos exploratórios para escolha do espaço e da amostra qualitativa. (op. cit., p. 26).

Nessa direção, tivemos como produto da primeira fase da pesquisa o estabelecimento do objetivo geral, o qual ficou definido como: analisar a percepção das assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social-CRAS acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção cotidiana profissional.

Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Pesquisar a percepção das profissionais sobre a dimensão ética nos seus exercícios profissionais nos CRAS de Fortaleza-CE;
- Verificar quais estratégias essas profissionais apontam como voltadas para os princípios éticos profissionais;
- Investigar, na perspectiva das profissionais, quais valores orientam o dever-ser profissional no desenvolvimento das ações voltadas para a efetivação das respostas às demandas as(os) usuárias(os) dos serviços do CRAS de Fortaleza-CE;
- Mapear o perfil das assistentes sociais que atuam nos CRAS de Fortaleza-CE;
- Discutir os limites e as possibilidades da política municipal de Assistência Social para a categoria profissional e de que forma estas práticas estão alicerçadas aos princípios éticos.

A partir da definição dos objetivos, foi elaborada uma metodologia de investigação capaz de apresentar respostas ao que nos propomos a verificar, considerando, pois, imprescindível, vincular o objeto de estudo deste trabalho aos níveis de significados e de abrangência dos sentidos e das percepções dos sujeitos em seus movimentos de interação social. Eis o cerne de abordagens qualitativas na busca de aproximação da realidade.

Delimitou-se como marco temporal para aplicação da pesquisa de campo, de Março de 2013 a Março de 2014.

Na segunda fase, a de trabalho de campo, estabeleceu-se o cunho empírico da pesquisa, utilizando como técnicas de investigação as entrevistas semiestruturadas e a observação participante, a fim de proceder à coleta de informações e dados da realidade analisada.

No tocante à amostra, levamos em consideração os seguintes critérios para caracterização dos informantes: contemplar profissionais integrantes do quadro atual de 69 (sessenta e nove) assistentes sociais em atuação nos 24²⁶ Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza-CE, distribuídas nas diferentes Secretarias Executivas Regionais (SER), dentre assistentes sociais técnicas e coordenadoras, sendo as profissionais com pelo menos 01 (um) ano de atuação. Definimos, assim, como amostra o quantitativo de 14 (quatorze) sujeitos investigados.

No que diz respeito à escolha dos sujeitos/informantes em pesquisas qualitativas, compreende-se que o interesse maior “[...] não é o número de pessoas que vão prestar as informações, mas o significado que esses sujeitos têm, em função dos objetivos da pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 26).

Na pesquisa qualitativa, um dos materiais utilizados é a palavra, que expressa na fala cotidiana os discursos intelectuais, burocráticos, políticos e as relações afetivas ou técnicas. Nesse método, procura-se interpretar o conteúdo das falas, ultrapassando a mensagem e buscando conhecer os significados. Para a apreensão precisa das falas dos sujeitos entrevistados, como já apresentado, utilizamos como técnica a realização de entrevistas com as assistentes sociais.

O que torna o trabalho interacional um instrumento privilegiado de coleta de informações para as Ciências Sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas. (MINAYO, 2010, p. 204).

Dessa forma, foram realizadas quatorze entrevistas com todos os sujeitos da pesquisa, a fim de melhor explicitar sua compreensão sobre a dimensão ético-

²⁶ Importa mencionar que foi implantado o CRAS do Antônio Bezerra posterior ao desenvolvimento da pesquisa. Quando esta foi realizada, eram apenas 24, sendo atualmente o quantitativo de 25 CRAS.

política profissional, e verificar, segundo essas profissionais, quais são os desafios e as possibilidades que se apresentam em suas práticas cotidianas de trabalho.

Para assegurar a eficiência na aplicação dessa técnica, foi elaborado um roteiro, que pode ser verificado no apêndice B deste estudo, para nortear as falas entre as interlocutoras e pesquisadora. Avaliamos como coerente o uso deste tipo de entrevista pela possibilidade de abranger todos os aspectos intencionados para análise. Tratando desta técnica, tomamos referência para dar substância analítica ao exposto:

A modalidade de entrevista semi-estruturada difere apenas em grau da não estruturada, porque na verdade nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta ou totalmente fechada. Mas, neste caso, a semi-estruturada obedece a um roteiro que é apropriado fisicamente e utilizado pelo pesquisador. Por ter um apoio claro na sequência das questões, a entrevista semi-aberta facilita a abordagem e assegura, sobretudo aos investigadores menos experientes, que suas hipóteses ou seus pressupostos serão cobertos na conversa. (op. cit., p. 267).

Para garantir o sigilo dos sujeitos informantes, pontuamos com as profissionais que utilizaríamos de siglas com as iniciais AS, como referência de assistente social, aliadas a números aleatórios para mencionarmos as falas das entrevistadas, como, por exemplo: AS1.

Compreendendo as dimensões éticas de todo processo de pesquisa, é necessário concordar com Barroco (2006, p. 06), quando afirma a importância de “garantir o acesso do sujeito às informações necessárias à sua participação na pesquisa, especialmente quanto ao uso de seus resultados e ao sigilo profissional relativo às várias etapas da pesquisa”.

Em face de tal preocupação, repassamos todas as informações pertinentes às profissionais que participaram deste estudo e solicitamos que assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE A).

Foi também no contato com o campo que ocorreram as visitas aos espaços dos CRAS onde as profissionais entrevistadas atuam. Neste momento que realizamos a pesquisa documental, a fim de coletar dados e informações importantes e compreender a dinâmica diária dessas interlocutoras.

Ainda na pesquisa de campo, utilizamos a técnica da observação participante, registrando todas as informações em um diário de campo. No tocante a esta técnica, destacamos que é fundamentada na imersão do pesquisador no

interior do grupo observado e na realidade social vivenciada, buscando partilhar o seu cotidiano para melhor investigar as situações.

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca com observador de uma situação social, com a finalidade de realizar investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente. (MINAYO, 2012, p. 70).

A intencionalidade de aplicar esta técnica foi de aproximar a pesquisadora da dinâmica coletiva, aos aspectos não percebidos nas entrevistas, possibilitando estabelecer suas impressões da realidade observada. Assim, objetivamos observar como se desenvolvem as ações para os(as) usuários(as) do CRAS; como as profissionais respondem às demandas na sua intervenção diária; a qual projeto político as profissionais se vinculam; quais limites e possibilidades vivenciam em âmbito institucional, dentre outros.

Entrando na terceira e última fase do ciclo da pesquisa, a fase de análise e tratamento do material empírico e documental, a organização e análise dos dados é definida por Minayo (op. cit.) como um método em que a fala dos atores sociais é situada dentro de seu contexto para uma melhor compreensão.

Temos como ponto de partida as relações sociais vivenciadas pelos sujeitos e externadas através das suas falas, e como ponto de chegada as relações encontradas no campo, compreendendo suas especificidades históricas na perspectiva de análise a partir da totalidade dos fenômenos. Guerra (2009(b), p. 708) afirma que “[...] a sistematização de dados é, sem dúvida, um passo preliminar e necessário, um momento do processo do conhecimento. Os procedimentos de sistematização que se realizam sobre o material empírico são da maior relevância para a construção teórica”.

Para operacionalização dos procedimentos metodológicos, foram seguidos três passos, a saber:

- Organização/sistematização dos dados através de um mapeamento de tudo que foi obtido no trabalho de campo, compondo: transcrição das gravações das entrevistas; organização dos relatos e dos dados da observação participante, devidamente registrados em um diário de campo; releitura do material;

- Classificação dos dados em conjuntos de categorias estabelecidas antes e durante o trabalho de campo, a partir de uma fundamentação teórica;
- Análise final, na qual procuramos estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, entre concreto e abstrato, geral e particular, teoria e prática, buscando responder às questões da pesquisa com base nos objetivos.

Percebemos como relevante, na elaboração de pesquisas, a compreensão de que a análise do real através de técnicas não o reduz a mera classificação de olhares individuais ou opiniões isoladas. “É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador” (MINAYO, 2012, p. 27).

É indubitável que pesquisas analisam fatos e fenômenos sociais, estruturam teorias, aprova ou desaprova hipóteses etc. Contudo, não se deve acreditar que, ao se concluir uma pesquisa se conseguiu abranger todas as dimensões do real. Toda pesquisa tem seu formato, temporalidade e limitações próprias de suas análises, pois é sabido que o real é dinâmico e contraditório. A finalidade de uma pesquisa expressa uma análise mais profunda deste por certo período de tempo.

Na aproximação desse real para investigá-lo, é imprescindível a utilização de um método de análise que se diferencie das etapas metodológicas da pesquisa, sendo esta última o conjunto de estratégias e táticas metodológicas que incidem sobre o objeto investigado.

Compreendemos como método o caminho de articulação entre a teoria e o objeto investigado. É a relação necessária entre o sujeito que investiga e o objeto, lembrando que este sujeito é sempre ativo, capaz de mobilizar o máximo de conhecimento sobre o objeto, e “deve ser dotado de criatividade e imaginação” (NETTO, 2009, p. 675).

Sobre a discussão de teoria, Netto (op. cit., p. 673) destaca sua concepção sobre Marx, contextualizando:

Para Marx, teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (outras modalidades são, por exemplo, a arte, o conhecimento prático da vida cotidiana, o conhecimento mágico-religioso – (cf. Marx, 1982, p. 15). Mas a teoria se distingue de todas essas modalidades e tem especificidade: o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si

mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações de pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

Para o desenvolvimento do caminho de formação da teoria, como a realidade social apresenta-se por meio de múltiplas expressões das relações humanas e sociais, esse método precisa compreender a totalidade dos fenômenos a ele articulados, para sair da aparência desses e, só assim, adentrar na essência do objeto investigado (sua estrutura e a dinâmica).

Essa processualidade da constituição do conhecimento parte sempre de uma exaustiva produção analítica baseada na dualidade do movimento: negação e superação; da ruptura e continuidade, em sua constante construção e evolução histórica, formando-se aqui o movimento de apreensão do real na perspectiva dialética.

Em face dessa compreensão, este estudo apresenta como método de análise a perspectiva materialista histórico-dialética marxiana, a qual possibilita observação e apreensão da processualidade do movimento do real a partir da articulação das categorias: historicidade, dialeticidade²⁷, contradição e mediação abrangendo a totalidade²⁸ de fenômenos (complexos dos complexos) que interligam a esse real, para, sobretudo, transformá-lo.

A realidade social se apresenta materialista, em virtude de relacionar a realidade histórica e material na qual o homem (ser social) e a formação do pensamento humano (consciência) se inserem. Tudo a ele está articulado, todas as dimensões da sociabilidade contemporânea.

Como bom materialista, Marx separa claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se 'pelo real e pelo concreto', que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o método. (NETTO, 2009, p. 684).

²⁷ Entende-se por contradição e dialeticidade: princípios básicos do movimento, relação entre os processos sociais gerando novos processos, pois o movimento do real não é estático, é sempre dinâmico.

²⁸ Nos termos de Lukács (1981, p. 39), "[...] a categoria totalidade é ontológica e representa o concreto, síntese de determinações. É um complexo constituído de outros complexos subordinados, ou seja, toda parte é também um todo [...] um complexo de forças com relações diversas que agem em conjunto. Essa complexidade não elimina o caráter de elemento".

A razão ou racionalidade dialética considera que os processos sociais são produção humanas que têm em si uma objetividade, uma lógica, as quais podem ser apreendidas pela via do pensamento, denominada de abstração. Esta não é só apreendida e transformadas pelo pensamento porque ela é, antes de tudo, resultado da ação humana. Esta é a capacidade humana de suspender um fenômeno, examiná-lo e afastar deste objeto as determinações mais concretas. A partir daí este objeto torna-se abstrato.

Por fim, nas análises de Netto (op. cit., p. 685) sobre o método materialista histórico dialético, ao se referir sobre abstração, assevera:

A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir 'determinações as mais simples'. Neste nível, o elemento abstraído torna-se 'abstrato' – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de 'muitas determinações'. A realidade é concreta exatamente por isto, por ser 'a síntese de muitas determinações', a 'unidade do diverso' que é própria de toda totalidade.

O desafio deste método se expressa na articulação do conhecimento teórico (via do pensamento) que comporte perceber a totalidade de fenômenos (o próprio real) que o objeto investigado está inserido, articulando as categorias acima citadas. Só assim a teoria poderá explicar as dimensões complexas do real, porque este independe de nossa consciência. É, sobretudo, síntese de múltiplas determinações.

Essa objetivação da apreensão só se dará a partir da percepção da totalidade dos fenômenos entre as articulações e mediações da singularidade, particularidade e universalidade dos fatos e fenômenos sociais, para, assim, compor a totalidade desses.

Como parte da análise e tratamento do material empírico e documental, o método materialista histórico-dialético que embasa esta pesquisa possibilitou interpretar a gama de fenômenos sociais articulados às tramas vivenciadas no *lócus* de investigação da mesma.

Para tanto, utilizamos os dados fornecidos pelos sujeitos sociais investigados como instrumentos de aproximação do cotidiano dos Centros de Referência da Assistência Social de Fortaleza. Todavia, a análise dos dados foi iluminada em todo o seu percurso pela teoria marxista que fundamenta a pesquisa

bibliográfica, afinal, teoria e método são indissociáveis, na medida em que compõem uma unidade dialética.

2.3 *Lócus* de investigação

A Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) é atualmente a responsável pela gestão da política municipal de Assistência Social em Fortaleza-CE. Direciona a formulação e execução das ações; elaboração das diretrizes e definição das prioridades que orientam a alocação de recursos e a execução de programas, projetos e serviços desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – *lócus* de investigação desta pesquisa; Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), equipamentos de Proteção Social Especial²⁹ e serviços do Cadastro Único e Bolsa Família³⁰.

Os espaços do CRAS foram cenários relacionados à nossa experiência profissional. Desde a formação acadêmica, quando vivenciamos, em período de estágio supervisionado, na então Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social (CASSI)³¹ no município de Fortaleza, pudemos presenciar cotidianamente os limites e possibilidades que se impõem ao(à) assistente social no

²⁹ Centro de Atendimento a População de Rua; Espaço de Acolhimento Noturno para a População em Situação de Rua e Casa de Passagem.

³⁰ “O Cadastro Único é o principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, podendo ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a esse público nas três esferas de governo. Atualmente, conta com o registro de mais de 22 milhões de famílias. Esse registro é atualizado periodicamente em todos os municípios”. Fonte: Orientações sobre a articulação entre o Cadastro Único, o PBF e o Suas 2012 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) – Orientações sobre a articulação entre o Cadastro Único, o PBF e o Suas.

“A gestão do Programa Bolsa Família foi instituída pela Lei 10.836/2004 e regulamentada pelo Decreto No. 5.209/2004. O Programa Bolsa Família complementa a renda de mais de 13,5 milhões de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, em todo o território nacional. O PBF opera de forma intersetorial, reforçando o acesso de seus beneficiários aos serviços sociais de saúde, educação e assistência social, bem como articulando a oferta de ações complementares que promovam o desenvolvimento das famílias para superação da sua condição de pobreza”. Fonte: Orientações sobre a articulação entre o Cadastro Único, o PBF e o Suas 2012 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc) - Orientações sobre a articulação entre o Cadastro Único, o PBF e o Suas.

³¹ A Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social (CASSI) localizava-se na av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres – Fortaleza-CE, a qual será melhor detalhada no terceiro capítulo desta pesquisa.

que se refere à sua intervenção articulada aos princípios e valores ético-políticos profissionais.

Após os dois anos de estágio de 2005 a 2007, atuamos na recém-instituída Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) por quase 04 anos³². Esse processo possibilitou desenvolver reflexões acerca dos desafios éticos profissionalmente enfrentados, enquanto assistente social, e questionando de que forma e em que medida os mesmos são partilhados pelas profissionais que atuam nos equipamentos de execução, os quais tivemos oportunidade de acompanhar diariamente. Tais reflexões vêm sendo corroboradas por leituras que têm provocado inquietações, à medida que apresentam elementos relativos à amplitude da temática analisada.

Para Mota (2010), as ações desenvolvidas por esta política não atingem de fato as contradições do modo de produção e a elevação do contingente de desempregados(as) que, em virtude do desemprego estrutural, acentua a necessidade de população(a) trabalhador(a) que não consegue mais acesso a emprego. Assim, os programas de transferência de renda passam a ser uma alternativa para que a população pobre não morra de fome ou não saia pelas ruas “desequilibrando a ordem social vigente”.

Ainda, esta autora discute sobre a repolitização da Assistência Social com a pedagogia da hegemonia neoliberal, ao perceber que esta se emaranha em todas as dimensões da sociabilidade contemporânea com a falsa ideia de que está distribuindo riqueza e atendendo às demandas da pobreza, com princípios de equidade.

A Assistência Social passa a ser o principal instrumento para enfrentar a pobreza, subsumindo a ideia de que contradições de classes sociais e aumento do pauperismo derivam da relação capital e trabalho.

A conjunção entre expansão pública e mercantilização faz parte das proposições neoliberais, postuladas como assecuratórias da equidade, cujo princípio é dar mais a quem tem menos. O que chama atenção é a capacidade que tiveram as classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social, transformando-a no principal instrumento de enfrentamento da crescente pauperização relativa, ampliando o exército industrial de reserva no seio das classes trabalhadoras. Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política, como parte da pedagogia da hegemonia, consistiu em definir este segmento de classe como ‘excluídos’ e

³² Atuação no planejamento e acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social.

os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão. (op. cit., p. 141).

Trazendo essa discussão para a intervenção do(a) assistente social, a intervenção profissional nessa política permite a convivência diária com o desafio de desenvolver atividades com poucos recursos financeiros, e com ações eminentemente focalistas, onde se seleciona à população na mais absoluta miséria.

Diante desse cenário, essa política torna-se importante para análise, principalmente porque esses ambientes configuram também campos de conflitos por parte dos(as) profissionais em relação à efetivação dos princípios fundamentais, deveres e direitos elencados no Código de Ética do(a) Assistente social; além de outras relações referentes às orientações políticas, metodológicas e trabalhistas determinadas pelos(as) gestores(as) que conduzem as instituições públicas.

Em âmbito municipal, algumas razões porque isso ocorre dizem respeito ao fato de serem espaços de relações mais estreitas entre contratante-contratado, pouca ocorrência de concursos públicos, espaços de destinação de recursos diminutos para investimentos nas ações desenvolvidas. Somam-se a esses fatores a reprodução de práticas clientelistas e eleitoreiras; por serem ambientes de confusão e aproximação do político-partidário realizado pelos(as) gestores(as) que nem sempre referendam os princípios que exigem custos financeiros contidos na PNAS.

Na maioria das vezes definem suas estratégias locais com fins eleitoreiros deixando o(a) profissional em uma relação delicada, que se intensifica quando este(a) apresenta vínculo de emprego terceirizado.

Conforme mencionado, historicamente, a política se revelou, especialmente nos municípios, como *lócus* privilegiado para manifestação de práticas profissionais, não sendo diferente na atualidade, sendo este dado importante para justificativas de realização de pesquisas continuadas. Torna-se, portanto, necessário apresentar os principais dados do município de Fortaleza, principalmente focalizando a extrema pobreza, por este ser um público descoberto de grande parte dos serviços municipais, e por serem os principais alvos dos trabalhos desenvolvidos nos Centros de Referência da Assistência Social na cidade.

Não diferente das demais metrópoles brasileiras, Fortaleza apresenta dados preocupantes quanto aos aspectos socioeconômicos, políticos e culturais. A capital cearense está localizada em área litorânea, ao norte do Estado, com população atual, conforme Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE) em 2010, de 2.452.185 habitantes, distribuídos em 119 bairros e uma área geográfica de 314,930Km², com densidade demográfica de 7.786,52 hab./Km², sendo a quinta capital brasileira mais populosa.

Consoante os dados deste Censo em 2010, no que se refere ao fornecimento de energia elétrica, 108.903 dos domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais possuíam energia, sendo o total de 109.122, ou seja, 99,79% de energia em todos os domicílios. A coleta de lixo atendia 98,7% desses domicílios. Relacionado ao abastecimento de água, o acesso estava em 93,3% desses domicílios, e, por fim, 74,7% destes possuíam esgotamento sanitário adequado³³.

No que concerne ao comparativo entre o bairro mais rico e o bairro mais pobre, segundo o Relatório realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)³⁴ do Governo do Estado do Ceará, realizado em 2012, a média das rendas dos 10 bairros mais ricos é 8,6 vezes maior que a média da rendas dos 10 bairros mais pobres, apresentando o contraste na distribuição de renda e a concentração desta em parcela mínima da população local, fato ocorrido em todas as metrópoles brasileiras.

Da população total de Fortaleza, em 2010, 123.884 viviam em situação de extrema pobreza, ou seja, 5,1% da população sobrevive com renda *per capita* inferior a R\$ 70,00, ficando para trás apenas os estados Bahia e Maranhão. Em relação a este indicador, comparando as áreas urbana e rural, não existem extremamente pobres na zona rural na cidade, tendo em vista que Fortaleza é eminentemente urbana, representando assim, o dado de 100% em meio urbano.

Ainda de acordo com este Censo de 2010³⁵, em Fortaleza havia 10.953 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 5.289 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, teve como dado total 26.947 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 8.817 jovens nessa situação. Os adultos correspondem a 64.001 pessoas. Finalmente, o público de pessoas idosas com mais de 65 anos na extrema pobreza apresentou neste ano o

³³ Dados retirados do sítio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>. Acesso em: 03 jun. 2013.

³⁴ Relatório Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IV: distribuição espacial da renda pessoal. Nº 42. Outubro de 2012. Disponibilizado em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/informe%2042-ultimaversao.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

³⁵ Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/ead/ri/carrega_pdf.php?rel=extrema_pobreza>. Acesso em: 03 jun. 2013.

número de 7.877 pessoas. Destaca-se que 42,0% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos, idade principal para de formação física e intelectual dos indivíduos.

Conforme panorama municipal desenhado a partir deste mesmo Censo, Fortaleza revela um quadro de profundas disparidades econômicas, políticas, culturais e sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais, dentre outras, contribuindo para acirrar e naturalizar os fenômenos de abandono e da violação dos direitos de indivíduos e família. Como resultado, temos um aprofundamento das expressões da questão social, que pode ser facilmente constatado ao observar as ruas da cidade, onde encontramos expressamente situações relacionadas a moradores de rua, idosos(as) abandonados, exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente nos bairros litorâneos, trabalho infantil, dentre outras manifestações.

Este quadro reafirma a necessidade do Estado em assumir sua responsabilidade como poder público, garantindo a efetivação das políticas públicas na concepção de direito a essa população que necessita de serviços sociais.

Todavia, sabe-se, que estamos longe de atender de fato as expressões de pobreza que a população de Fortaleza vivencia. As dificuldades das políticas sociais pautam-se no cenário contraditório e desigual, em um contexto social de pobreza e disparidades sociais que atinge grande parte das cidades brasileiras.

Infere-se ainda que, por mais que políticas sociais atendam à parcela da população pobre e consigam dados interessantes em relação ao atendimento das demandas sociais da pobreza, na atual conjuntura, é sabido da impossibilidade de reduzir estruturas de classes atingindo a base produtiva, garantindo igualdade social a partir de implementação de políticas sociais.

E essa responsabilidade se tornou mais árdua historicamente para a política municipal de Assistência Social, compreendida de forma desprivilegiada e secundarizada historicamente na visão dos gestores municipais.

Em relação a essa política, *locus* de investigação desta pesquisa, os Centros de Referência de Assistência Social neste município atendem a população na condição de pobreza e/ou vulnerabilidade social³⁶, sendo porta de entrada para o

³⁶ Consoante a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), entende-se por vulnerabilidade e riscos sociais as seguintes situações: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos

Sistema Único de Assistência Social-SUAS no atendimento inicial de todas as demandas, com posterior encaminhamento aos demais serviços.

Os CRAS compõem espaços de destaque nessa política, em âmbito municipal³⁷, no atendimento à pobreza e tornam-se importantes campos de análise do exercício profissional do Serviço Social, em virtude da convivência diária desafiadora de desenvolver sua intervenção em valores éticos, principalmente diante das contradições e limites institucionais que envolvem a ação nos espaços de gestão de políticas sociais nessa conjuntura.

Neste estudo, como já exposto, propusemo-nos a analisar a percepção das assistentes sociais dos CRAS de Fortaleza acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção cotidiana profissional.

Desse modo, buscamos investigar muito além do conhecimento prático dessas profissionais, mas também o aprofundamento teórico-conceitual e político vinculado à percepção das assistentes sociais acerca das suas práticas que vivenciam nos espaços dos CRAS e as contradições da realidade social.

Guerra (2009b, p. 708) afirma que “[...] antes de iniciarmos qualquer investigação, deve-se ter a convicção de que existe algo a mais a ser conhecido, que não é dado na aparência, na representação imediata da realidade”. Isso indica a importância de analisar e apontar as verdadeiras dimensões do real, a fim de possibilitar o conhecimento de como as assistentes sociais percebem suas atuações, compreendendo o conteúdo ético-político profissional de forma crítica e não como uma utopia ou de determinações apenas legais do Código de Ética.

Pretendemos revelar como essas profissionais compreendem as suas intervenções articuladas à dimensão ética profissional nos seus cotidianos de atuação, mediante a compreensão destes como um conjunto de atributos, princípios

étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou ao acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violências advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

³⁷ 25 equipamentos de Centros de Referência da Assistência Social em Fortaleza-CE em 2013, sendo um na modalidade Itinerante. Cada equipe conta com pelo menos 03 assistentes sociais. São eles: CRAS Barra do Ceará, CRAS Pirambu, CRAS Lagamar, CRAS Mucuripe, CRAS Praia do Futuro, CRAS Serviluz, CRAS Bela Vista, CRAS Quintino Cunha, CRAS Antônio Bezerra, CRAS Couto Fernandes, CRAS Serrinha, CRAS Vila União, CRAS Aracapé, CRAS Bom Jardim, CRAS Canindezinho, CRAS Conjunto Esperança, CRAS Genibau, CRAS Granja Portugal, CRAS Mondubim, CRAS CRAS Castelão, CRAS Dendê, CRAS Jardim das Oliveiras, CRAS João Paulo, CRAS Palmeiras, CRAS Itinerante.

e valores que norteiam a formação acadêmica e o fazer profissional balizados na corrente teórica crítica.

Apesar do tema desta pesquisa constituir objeto de estudo da formação acadêmica em Serviço Social e de orientar o exercício profissional em todos os caminhos, a intervenção norteada nos princípios e valores ético-políticos exige constante reflexão e apropriação de seu conteúdo por parte do(a) assistente social, tendo em vista os desafios para sua concretização.

O espaço sócio-ocupacional analisado pode se apresentar importante no ponto de vista da ética profissional do Serviço Social, por estar permeado de questões ligadas de como essa ética se realiza nas contradições e desafios da política de Assistência Social brasileira, às formas de contratação trabalhistas, ao potencial (des)organizativo das profissionais, aos direcionamentos da gestão municipal passíveis de interferência na atuação das profissionais, dentre inúmeros outros fatores.

Entendemos que, segundo o Código de Ética profissional da(o) assistente social, a atuação profissional deve ser pautada na construção de uma nova ordem societária, na liberdade como valor ético central, democracia, defesa intransigente dos direitos humanos, compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, pela responsabilidade diante do usuário, dentre outros princípios que fundamentam e dão sustentabilidade ética e política a profissão.

Dessa forma, essas orientações têm nos instigado a necessidade de análise do cotidiano profissional, permitindo-nos, assim, perguntar como as assistentes sociais refletem sobre a dimensão ética profissional em seus trabalhos nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE.

Um dos desafios reconhecidos na aplicabilidade desta pesquisa foi o de realizar uma representação da realidade, utilizando uma amostra de profissionais que participaram da pesquisa enquanto interlocutoras. Fizemos um esforço de pesquisar como essas profissionais compreendem e percebem a materialização dos princípios éticos sobre as relações referentes aos seus exercícios ético-profissionais, na tentativa de não atribuir julgamentos valorativos generalistas de suas condutas profissionais, mas o nível de compreensão dessa realidade.

Analisar a reflexão das interlocutoras sobre sua intervenção profissional pautada na dimensão ética profissional em um município com dimensão territorial

como Fortaleza, com alta concentração de renda e consequentes conflitos de classes, constitui o objetivo que nos propusemos a discutir.

É certo que o projeto profissional deveria constantemente orientar a direção do(a) assistente social. Cabe, portanto, indagarmos: como essas profissionais analisam os desafios da dimensão ética profissional no cotidiano dos CRAS de Fortaleza-CE? Como essas profissionais percebem o conteúdo ético profissional desenvolvido em seu cotidiano institucional? Quais valores embasam ou fundamentam suas escolhas e decisões? Como elas manifestam seus conteúdos éticos junto aos(às) usuários(as)? Quais estratégias políticas essas profissionais têm desenvolvido nos seus espaços sócio-ocupacionais frente aos desafios institucionais?

A partir destes questionamentos, buscamos desvelar e compreender as tramas do real permeadas de significados conjunturais e estruturais articuladas ao objeto de estudo apresentado. Para tanto, apresentamos a seguir o perfil dos sujeitos dessa pesquisa.

2.4 Interlocutoras da Pesquisa

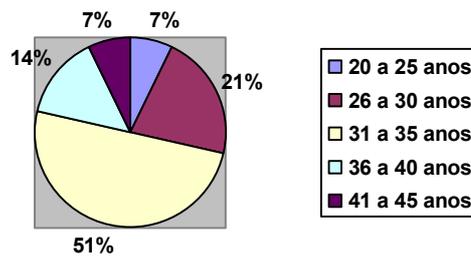
Para a realização desta investigação foram realizadas entrevistas com quatorze profissionais graduadas em Serviço Social. Ao considerarmos que o nosso objeto de estudo é análise da percepção das assistentes sociais que atuam nos Centros de Referência da Assistência Social em Fortaleza-CE acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção cotidiana, podemos afirmar que o principal elo entre todas as participantes da pesquisa é serem assistentes sociais dos equipamentos sociais citados.

Com o uso de um roteiro de entrevista semiestruturada, buscamos estabelecer com essas profissionais um diálogo que abordasse o modo como percebem a relação entre os valores éticos e agir cotidiano no ambiente de trabalho. Das perguntas realizadas e dos depoimentos, que muitas vezes iam além do ponto inicial da questão, estabelecemos pontes entre o Projeto ético-político profissional, as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social, o desenvolvimento e a

gestão desta política no município de Fortaleza, como também o modo como cada um desses elementos repercutem diariamente em suas práticas profissionais.

Inicialmente, cabe destacar que as entrevistadas apresentavam entre vinte e três e quarenta e cinco anos de idade, tendo uma delas, inclusive, concluído o curso de graduação e iniciado suas atividades no CRAS no ano de realização da entrevista.

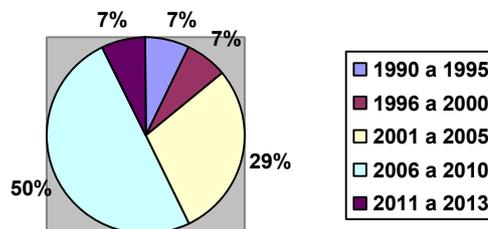
FIGURA 1 – Idade



Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

Observamos abaixo, que o perfil majoritário das participantes é de pessoas com idade entre trinta e um e trinta e cinco anos de idade, que concluíram o curso de Serviço Social entre 2006 e 2010, todas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE.

FIGURA 2 – Ano de Conclusão do Curso de Graduação



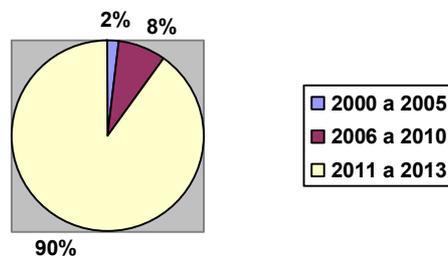
Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

Quase um terço do quantitativo dessas profissionais apresentam menos de 10 anos de formação. Soma-se ao dado, 50% dessas concluíram o curso entre

2006 e 2010, entendemos essas profissionais com perfil majoritário de recente formação acadêmica.

A escolha de profissionais com esse perfil etário e de formação para participarem da pesquisa partiu de nosso interesse em verificar se haveria entre elas diferenças de compreensão acerca do Serviço Social, da Assistência Social e ética profissional, conforme abordaremos adiante. Tal interesse justificava-se em razão de terem sido as últimas décadas repletas de alterações significativas no modo de perceber e realizar tais conceitos.

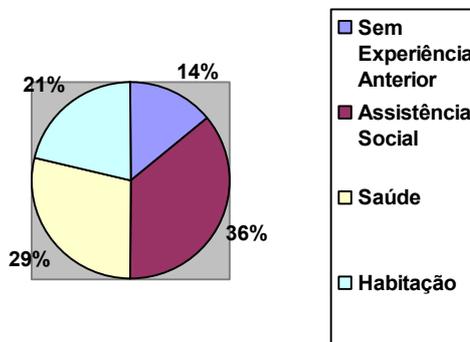
FIGURA 3 - Início da Atuação no CRAS – Fortaleza-CE



Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

Quanto ao início da atuação no Cras, a maioria expressiva refere trabalhar nestes equipamentos com menos de 03 anos de intervenção profissional.

FIGURA 4 - Área de Experiência Anterior



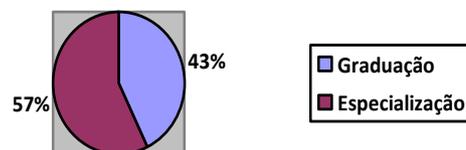
Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

Em relação ao gráfico 04, apenas 14% das entrevistadas não possuíam qualquer experiência profissional anterior à Semas e/ou Setra. Entre as demais, sete nunca haviam atuado na área de Assistência Social, tendo atuado nos segmentos de saúde e habitação.

Estes dados nos provocam a reflexão sobre como as profissionais identificam e atuam sobre as demandas que lhes são apresentadas. Ou seja, apesar de apresentarem uma formação acadêmica que contribui para que possam intervir sobre as multifacetadas expressões da questão social, é possível questionar se, em alguma medida, a inexperiência na área de Assistência Social interfere na análise das demandas cotidianas e nas estratégias que as profissionais adotam para responder a estas demandas. Nesse sentido, é oportuno citarmos Guerra (2005, p. 02) que, ao abordar a relação entre teoria e prática, trata da importância de que o(a) assistente social:

[...] tenha uma visão dos processos sociais como totalidades que se compõem de vários aspectos e âmbitos e que possuem níveis diferentes de complexidade. Uma leitura do real com essa amplitude necessita de teorias macroscópicas sobre a sociedade, as quais permitam que se apreenda tanto os elementos estruturais como conjunturais e as relações entre os vários elementos que compõem a realidade na qual estamos inseridos. Mais ainda, faz-se necessária uma teoria que permita perceber como os principais dilemas contemporâneos se traduzem nas particularidades do Serviço Social e se expressam nas requisições e competências sócio-profissionais e na cultura profissional. Aqui subjaz a premissa de que a complexidade da realidade exige profissionais que não apenas respondam as suas demandas, mas que as compreendam nos seus significados sociais e que pela sua intervenção lhes atribua novos e mais críticos significados.

FIGURA 5 – Titulação



Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

Corroborando com a reflexão do gráfico anterior, informamos que 43% das entrevistadas não possuem qualquer curso de pós-graduação e, das que

possuem, todas são especialistas, sendo destas 12% em Serviço Social e 88% em Saúde da Família. De acordo com as próprias entrevistadas, o seu fazer profissional é referenciado pelos estudos desenvolvidos durante a graduação e por formações conduzidas pela própria Secretaria, nas quais são abordados temas relacionados às demandas mais recorrentes nos atendimentos e leituras normativas e metodológicas sobre a política de Assistência Social.

Conforme menciona uma das participantes da pesquisa, o(a) profissional:

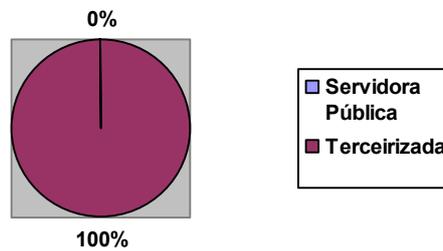
[...] tem que se identificar muito com a área da assistência. Essa área mesmo de atender a população para encaminhar, de ter a possibilidade de ver além do que eles estão vindo buscar, porque muitas vezes vêm só atrás do Bolsa Família e aí tem que ter mesmo essa questão de conhecer a questão social mesmo que tá por trás daquilo que a pessoa tá vindo buscar. (AS 13).

Por outro lado, como também aponta uma das entrevistadas:

[...] quando a gente orienta de forma correta, que eu acredito que a maioria dos profissionais *fazem, devem* fazer isso... a gente orienta sobre políticas públicas... Quando elas vêm em busca do CRAS, elas estão procurando uma determinada política. Nem sempre é de assistência, pode ser na área da saúde... do Judiciário... então a gente tá orientando de forma correta a essa família... onde ela deve procurar os seus direitos. Infelizmente, nem tudo é aqui na assistência. (AS 12).

Para aprofundar o debate, outro dado importante trata do vínculo trabalhista estabelecido entre as participantes da pesquisa e a Setra. O fato de que 100% das entrevistadas são contratadas por intermédio de empresas de terceirização, o que reflete o quadro geral da instituição, que conta com poucos servidores(as) públicos efetivos(as), tendo a maioria do seu quadro funcional composto por trabalhadores(as) terceirizados(as), como veremos detalhadamente ao tratarmos da política de Assistência Social em Fortaleza.

FIGURA 6 – Formas de Contratação

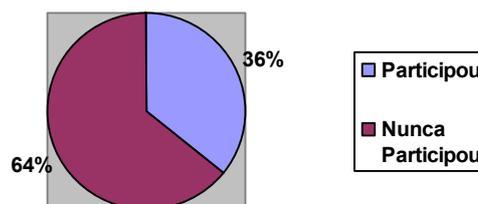


Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

A terceirização cria para as profissionais um ambiente de instabilidade que, como apontado pelas entrevistadas, repercute no modo como desenvolvem suas atividades. Além da questão pessoal, que envolve a insegurança da manutenção do vínculo de trabalho, as profissionais apontam ainda preocupações com as ações desenvolvidas, como sua descontinuidade, o rompimento dos vínculos com os(as) usuários(as), entre outros aspectos.

Outra característica apontada pela pesquisa trata sobre a participação política das interlocutoras, que foram questionadas sobre integrarem, no passado ou tempo presente, organizações como conselhos profissionais ou de direitos, sindicatos, movimento estudantil ou qualquer outro movimento social. Apenas 36% responderam afirmativamente. As demais jamais tiveram engajamento em uma das formas de organização mencionadas.

FIGURA 7 – Participação em Movimento Estudantil, Conselho Profissional ou de Direitos, Sindicato ou outro Movimento Social



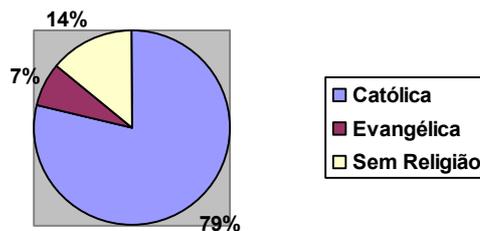
Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

Consideramos oportuno inserir esse questionamento na entrevista, por entendermos tal forma de participação política como umbilicalmente vinculada ao modo como a profissão se constituiu historicamente, encontrando-se ainda comprometida com as lutas gerais da classe trabalhadora. Do mesmo modo, o movimento estudantil de Serviço Social tem também papel relevante para a formação profissional, fazendo-se presente as principais discussões que envolvem a categoria e articulando-se com entidades estudantis de outras categorias. Nas palavras de Ramos (2008, p. 09):

Em primeiro lugar é importante ressaltar que o segmento estudantil é considerado como participe fundamental do processo de organização política da categoria dos(as) assistentes sociais(as) no Brasil. Considerados como profissionais em formação, são incluídos, pelos demais sujeitos coletivos da profissão, como um dos seguimentos que constrói o processo organizativo do Serviço Social.

Por fim, para delinear o perfil das participantes da pesquisa, questionamos se as mesmas consideravam-se vinculadas a alguma religião. Apenas 7% das entrevistadas identificaram-se como evangélicas, 79% afirmaram-se católicas e 14% disseram que não seguiam nenhuma religião.

FIGURA 8 – Religião



Fonte: Dados diretos da pesquisadora/2014

A partir da resposta a esta pergunta, e articulando-a com as narrativas das entrevistadas nas demais questões, buscamos estabelecer se o aspecto religioso traria alguma implicação ao seu exercício profissional. Além disso, tentamos também verificar se a religiosidade teria alguma influência na forma como as profissionais percebem a realidade dos(as) usuários(as) e suas crenças, bem como temas envoltos em polêmicas nos círculos religiosos.

Ressaltamos que o perfil obtido a partir da análise das entrevistas realizadas nos ajudou a melhor discernir determinadas percepções das interlocutoras, no que diz respeito ao objeto deste estudo. Buscamos, assim, articular o referencial teórico utilizado no desenvolvimento da pesquisa com as compreensões e práticas apontadas pelas entrevistadas, como será possível observar nos capítulos seguintes.

3 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E A CENTRALIDADE DA REFLEXÃO ÉTICA NA PROFISSÃO

No terceiro capítulo, inicialmente, apresentamos a discussão mais ontológica sobre a gênese e o conceito de ética. Em seguida, co-relacionamos aos históricos processos e eventos ético-políticos do Serviço Social no Brasil, desenhando a base da ética profissional. Apontamos, ainda, a importância do Movimento de Reconceituação para a categoria e como a aproximação da categoria com o marxismo influenciou a mudança de perspectiva ética e política para a profissão com o chamado Projeto ético-político e seus componentes.

Como tópicos desse capítulo, iniciamos com “Introdução à Ética”, seguido do tópico “Ética e Serviço Social: da gênese à contemporaneidade”, sendo subtópicos deste: “Conservadorismo e intervenção profissional”; “Movimento de Reconceituação do Serviço Social” e “Ética Profissional e Serviço Social”. O último tópico deste capítulo foi intitulado “Projeto Ético-político do Serviço Social: o Código de Ética; a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Nacionais”.

3.1 Introdução à Ética

Para iniciar nossa análise sobre a categoria ética precisamos articular seu surgimento à complexa categoria trabalho, em seu sentido ontológico³⁸. Necessidade que decorre por ser essa a matriz da sociabilidade humana, e, portanto, dos comportamentos humanos em diferentes períodos históricos.

Buscamos os fundamentos de Lukács (1981) para compreender melhor sobre ontologia e suas esferas, dentre essas, o ser social. Para este autor, o mundo objetivo é formado por três esferas ontológicas, podendo estas ser intensamente articuladas, porém, com determinações distintas. Tratam-se das esferas: inorgânica, orgânica e social.

³⁸ “Ontologia é a parte da filosofia que estuda as formas de existência dos seres. Ciência, doutrina ou teoria do ser ou do ente enquanto tal”. (PONTES, 2000, p. 38).

Sérgio Lessa (2007) interpreta a obra de Lukács intitulada “Per una Ontologia dell’Essere Sociale”, destacando que, para se entender as diferenças e articulações entre essas três esferas, é necessário analisar o momento predominante do complexo processo evolutivo que acarreta suas formações.

Essa processualidade evolutiva, para formação do ser social³⁹ em Lukács (1981), é tida pela articulação entre as três esferas ontológicas: sabe-se que a esfera inorgânica e orgânica articuladas deram surgimento à natureza, e decorrente desta, a própria humanidade. Esta desenvolveu outras relações ao longo da sua história, formando a esfera do ser social.

Para Lukács, os momentos de heterogeneidade apenas podem existir em permanente articulação entre si; tão-somente enquanto diferentes momentos de uma mesma totalidade podem surgir e se desenvolver os elementos de diferenciação. Em suma, a vida só pode existir tendo por base o ser inorgânico, e se a natureza como um todo não pode haver ser social. A troca orgânica do ser social com a natureza é a mediação ontológica que possibilita que o ser social se constitua enquanto esfera ontológica particular no interior da totalidade do ser em geral. Na tradição marxiana, tal mediação é o trabalho. (LESSA, 2002, p. 67).

Mesmo apresentando distinções em suas características, a esfera biológica só se reproduz dependente de sua articulação com a esfera inorgânica, assim como a reprodução do ser social também depende de sua articulação com as outras duas esferas. Isto demonstra que o processo evolutivo não elimina o vínculo indissociável existente entre as três esferas ontológicas (inorgânica, orgânica e ser social).

Ainda, para Lukács, o processo de transitoriedade de uma esfera ontológica para outra constitui um momento de ruptura e negação, no qual o ser nega sua forma atual para poder assumir outra forma (afirmação do novo ser). Essa passagem é denominada por Lukács (1981) como salto ontológico, e implica, portanto, uma mudança qualitativa e estrutural do ser.

O momento predominante na reprodução do ser inorgânico é seu processo incessante de “tornar-se-outro” (LESSA, 2007). Por exemplo, uma pedra

³⁹ “Lukács define o ser social como um conjunto complexo de categorias como o trabalho, a linguagem etc. As categorias são ontológico-sociais, modos de ser do ser social que não é possível apreender isoladamente, mas apenas no âmbito de uma complexa rede de mediações, postas na totalidade em processo que é o ser social” (LUKÁCS, 1979 *apud* BARROCO (2009a, p. 20).

jamais pode se reproduzir, tendo em vista que se limita apenas à processualidade de se tornar outra pedra ou outro mineral.

Já na esfera orgânica, o momento predominante do salto ontológico é o processo de “reprodução do mesmo” (op. cit.), em que o ser orgânico se reproduz sempre da mesma forma, como o processo da goiabeira que sempre reproduzirá uma goiabeira, e sua reprodução sempre se dará de forma inconsciente, apenas orgânica, em um ciclo de dependência. Só existirão goiabeiras porque uma repõe a outra e nesse processo não há qualquer mediação entre as esferas ontológicas.

Em definitivo, não há uma sequência de passos intermediários entre o tornar-se-outro da pedra e o repor-o-mesmo da goiabeira. Não há qualquer mediação possível entre essas esferas ontológicas, e por isso a passagem de uma a outra assume a forma de um salto ontológico. E, nele, a ação do momento predominante é imediatamente visível: se a forma de ser da esfera que está surgindo não for o momento predominante desde o primeiro instante, o salto jamais poderia ter lugar. (op. cit., p. 30).

O que diferencia o momento predominante do salto ontológico da esfera do ser social, que a distingue da esfera orgânica, é a incessante “reprodução do novo” (op. cit.), pela capacidade teleológica (planejada, consciente) de transformar a natureza através do trabalho, que consiste em atos que antecedem e dirigem ações conscientes, o que Lukács (1981) denominou de prévia ideação, que mesmo sendo subjetivo, abstrato, não impede de exercer determinações concretas na práxis social. “O momento da prévia ideação é abstrato, mas isso não significa que não tenha existência real, material, isto é, que não exerça força material na determinação dos atos sociais” (LESSA, 2007, p. 37).

Em outras palavras, a goiabeira sobrevive sem planejamento prévio de sua reprodução. Age pelas circunstâncias dos fatos de extrair da natureza aquilo que irá mantê-la viva. Da mesma forma, a pedra. Já o homem, este passou a retirar da natureza além de sua mera reprodução, motivado pela complexa relação de suas capacidades biológicas, dentre elas a consciência e a teleologia.

Em seu desenvolvimento, o homem percebeu que se agregando a outros homens apresentava melhor possibilidade de sobrevivência e reprodução ao transformar a natureza (trabalho concreto). Despertou em si capacidades e habilidades (saltos ontológicos), que foram se aprimorando ao longo dos milhões de

anos de sua existência. Isso se deu, para a ontologia marxiana, por sua capacidade teleológica⁴⁰ que o diferencia das demais esferas ontológicas.

A capacidade teleológica humana de transformar a natureza é denominada de trabalho, a qual tem sua importância por ser a categoria fundante do ser social, por ser através dele (trabalho) que o homem supera a sua condição de esfera biológica (apenas da mera reprodução), ao transformar a natureza buscando suprir suas necessidades vitais. Podemos afirmar que as esferas orgânicas e inorgânicas não desenvolvem trabalho, e que esta é uma categoria eminentemente humana. Dessa forma:

O trabalho 'é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílios, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica [...], mas antes de tudo assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social' (LUKÁCS, 1981, p. 14).

Através da realização do trabalho, o homem consegue transformar não só o meio no qual está inserido, mas transforma também a si próprio. Dessa forma, produz um mundo material, ou seja, condições objetivas relacionadas à produção material da sociedade, postas na realidade material. Pode-se citar: a conjuntura; a propriedade dos meios de produção; a divisão do trabalho, os objetos e os campos de atuação profissional e espiritual (a consciência, a linguagem, os hábitos, os costumes, os valores morais, éticos) necessários à realização da práxis.

Tratando da transformação por que passa o próprio homem ao transformar a natureza, Marx (1975, p. 202) assevera: “[...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais”.

Lessa (2007) aponta que a cada ação consciente desenvolvida, o homem amplia e aperfeiçoa seus conhecimentos e, logo, sua capacidade de intervenção, ao mesmo tempo em que transforma a própria sociedade, ao criar novas objetivações, e, por consequência, novas necessidades sociais.

Ainda para Lukács (1981), a categoria trabalho é formada por **dois momentos** interdependentes: tem-se a relação teleológica ou prévia-ideação e causalidade, a objetivação é desdobramento/materialização dessa relação.

⁴⁰ Diz respeito à capacidade humana de planejar subjetivamente algo com determinado propósito, objetivo ou finalidade.

Entende-se por prévia-ideação a capacidade humana de pensar e planejar o processo de trabalho, por isso é abstrato, subjetivo, ocorre no nível da consciência, na qual se constrói uma premeditação que antecede a ação, estabelecendo-se os fins (necessidades) e os meios.

Já a objetivação é o momento da prática e materialização desta ideação, que irá naturalmente expressar em si as características da subjetividade do seu criador e da causalidade (posta e dada) ou condições objetivas do real. O objeto construído pelo trabalho representa a transformação da natureza – um processo que pressupõe apropriação da natureza e objetivação de uma causalidade dada ou posta em uma causalidade posta. Pois o que o homem opera é uma combinação entre as diferentes propriedades dos elementos naturais, dando-lhes uma nova forma, sem que, contudo, sejam alteradas essas propriedades. Aqui se revela o entrelaçamento entre teleologia e causalidade, que Lukács (op. cit.) assinala como essência do trabalho.

Na produção e reprodução de sua vida material, a humanidade vai elaborando novos formatos e modelos de relações sociais (sociedades) ainda mediadas pelos complexos processos da sua relação com a natureza.

Com essas ocorrências, o homem foi se afastando de barreiras naturais, dominando a vida material com novas relações próprias da esfera social. O homem há milhões de anos, quando percebeu que ao aglomerar-se em clãs conseguiria transformar a natureza por cooperação, também desenvolveu outras habilidades e capacidades como a sociabilidade, universalidade, linguagem, a consciência individual e coletiva, o reconhecer-se com o outro, despertando comportamentos coletivos que foram se aperfeiçoando e se repetindo ao longo da reprodução social e material, sendo esta a formação do ser social. Essas são mediações da atividade prática humana mediada pela liberdade.

Em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social é o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação. Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais. Compreende-se, pois, que o ser social seja patrimônio comum de toda a humanidade, de todos os homens, não residindo em nenhum deles e, simultaneamente, existindo na totalidade de objetivações de que todos podem participar. (NETTO, 2007a, p. 45).

Essas capacidades nada mais são que mediações entre o indivíduo e o gênero-humano inseridas na teia da totalidade social – complexa e rica em determinações. Essa processualidade das mediações (consciência, linguagem, sociabilidade, universalidade) pode se desenvolver em maior ou menor intensidade na esfera social, pois são mediadas por determinantes – particularidades – relacionadas às complexas relações (econômicas, sociais, políticas e culturais) que os indivíduos se entrelaçam ao longo de sua história.

Esses comportamentos foram se modificando de sociedades em sociedades, fundamentando a formação de diferentes valores, maneiras de agir e costumes de determinados indivíduos formando seu *ethos* social.

Essa condição ontológica-social ineliminável do trabalho, na (re)produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio-histórico. O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens; só se objetiva socialmente, de modo determinado; responde a necessidades sócio-históricas, produz formas de interação humana como a linguagem, as representações e os costumes que compõem a cultura. (BARROCO, 2006, p. 26).

Dessa forma, afirmamos que a sociabilidade humana é produto da ação do homem em transformar a natureza, sendo, portanto, o seu surgimento intrinsecamente relacionado à categoria trabalho, no seu sentido ontológico. O trabalho só se desenvolve se houver cooperação social, através da capacidade humana consciente de conhecer e transformar a natureza, criando um produto antes inexistente.

Além de supor a sociabilidade e a universalidade, o trabalho implica um dado conhecimento da natureza e a valoração dos objetos necessários ao seu desenvolvimento: aí é dada a gênese da consciência humana – como capacidade racional e valorativa. Por ser capaz de agir racionalmente, o homem pode conhecer a realidade, de modo a apreender sua própria existência como produto de sua práxis; a totalidade pode ser reproduzida e compreendida teoricamente⁴¹. Por ser consciente, o homem age teleologicamente; transforma suas necessidades e formas de satisfação em novas perguntas⁴²; autoconstrói-se como um ser de projetos; torna-se autoconsciente, como sujeito construtor de si mesmo e da história. O

⁴¹ Nota de rodapé número 05 da autora. “As categorias expressam, portanto, formas e modos de existência e, com frequência, simples aspectos desta sociedade, deste sujeito; do ponto de vista científico, sua existência é anterior ao momento em que se começa a falar sobre elas como tal”.

⁴² Nota de rodapé número 06 da autora: “o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações bastante articuladas, de modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade” (LUKÁCS, 1978, p. 05).

trabalho e seu produto, a cultura, fundam a história, autoconstrução dos próprios homens, em sua relação recíproca com a natureza. (op. cit., p. 28).

No processo de objetivação dessa práxis ocorrem todas as capacidades essenciais, pois, na tentativa de se estabelecer relações, a cooperação interliga-se à linguagem, sociabilidade e universalidade; a transformação da natureza à consciência. Todas essas relações sociais formam os comportamentos humanos nas sociedades, sendo estes baseados em valores e costumes, estando aqui a gênese da categoria ética.

A autoconsciência é um ato de autodeterminação; capacidade humana posta em movimento pelo trabalho. Ao ser capaz de autodeterminar-se o ser social evidencia sua vontade racional liberadora de sua autonomia; pode escolher entre alternativas por ele criadas, traçar o seu destino, superar limites, fazer escolhas, objetivando suas capacidades e deliberações. Por isso, o trabalho é uma atividade teleológica, donde o papel ativo da consciência no processo de autoconstrução humana; o produto objetivo da práxis personifica suas intenções e seus projetos. Esse é o núcleo gerador da liberdade e da ética (op. cit., p. 28).

Com o desenvolvimento da sociabilidade, os indivíduos foram criando diferentes valores, normas e deveres na formação de suas convivências sociais, e originando o desenvolvimento da moral.

Seguindo este entendimento, Barroco (2009a, p. 116) argumenta sobre o surgimento da ética assinalando este momento:

A reflexão ética surgiu no momento em que as indagações filosóficas mudaram de objeto: quando as questões que preocupavam os filósofos passaram a se concentrar no homem e não mais no cosmos. Isso foi favorecido pelo nascimento da democracia, que floresceu nas cidades gregas a partir do século V a.C., especialmente em Atenas e Esparta, que detinham a hegemonia política e cultural sob o governo de Péricles. Participavam da democracia os cidadãos ou homens livres, o que excluía os estrangeiros, as mulheres e os escravos. Nas assembleias, eram votadas e decididas as leis da cidade; as questões políticas também eram discutidas em praça pública e nos conselhos e tribunais populares, favorecendo a consciência ética e política dos indivíduos.

A questão da ética é investigada desde a antiguidade, tendo sido objeto de estudo de grandes pensadores clássicos, a exemplo de Platão, em *A República*, e Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, dentre outros.

Os primeiros filósofos a tratar das questões éticas nesse contexto foram Sócrates, Platão e Aristóteles, que buscaram instituir uma forma de conhecimento capaz de superar o conhecimento empírico e se distinguir por sua fundamentação rigorosa. Por esse motivo, a partir dos gregos, a filosofia passou a caracterizar-se sobretudo pela busca dos fundamentos ou princípios do fenômeno que investiga, o que, na história da filosofia metafísica, se convencionou tratar a partir do **ser**: a filosofia busca,

prioritariamente, os *fundamentos do ser*, dando origem ao conceito de **ontologia**, que significa o estudo ou a **teoria do ser** em geral (BARROCO, 2009a, p. 117). (Grifos da autora).

Atualmente, adota-se o conceito de ética como teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em uma determinada sociedade – a partir de uma análise etimológica⁴³. Por sua vez, a expressão moral é derivada do latim *mos* ou *mores*, que significam “costume” ou “costumes”. Tem o sentido de conjunto de normas ou regras adquiridas pelo hábito e repetição de fatos. Destarte, a moral se refere ao comportamento adquirido ou modo de ser reproduzido pelo homem em um contexto sócio histórico (Cf. VÁZQUEZ, 1996).

O termo *ética* provém do grego *ethos*, que significa “modo de ser” ou “caráter”, enquanto ações desenvolvidas pela humanidade em uma determinada sociabilidade. Portanto, originariamente, *ethos* e *mores* (ou *mos*), respectivamente “caráter” e “costume”, relacionam-se, na perspectiva de fazerem referência ao comportamento humano (VÁZQUEZ, 1996, p. 14).

A moral não se reduz a costumes e hábitos a serem seguidos. Trata-se de referência ao *dever ser*, ou seja, ao modo como se precisaria agir em um momento específico. A moral é, portanto, muito mais do que apenas o modo como agimos, pois fornece um critério estabelecido para sabermos se as ações são certas ou erradas, se devem ou não ser praticadas, porque sua ação se espelha como princípio para outra ação.

O senso moral ou moralidade é uma medida para julgar se os indivíduos estão socializados, ou seja, se são responsáveis por seus atos e comportam-se de acordo com as normas e os valores socialmente determinados. Por isso, a moral tem uma função integradora; estabelece uma mediação de valor entre o indivíduo e a sociedade; entre ele e os outros, entre sua consciência e sua prática. Ao mesmo tempo, produz novas mediações; influi, por exemplo, nos sentimentos, na medida em que valoriza os comportamentos e se reproduz por deveres. Quando um indivíduo não cumpre um dever estabelecido, ou quando vai contra uma norma moral, é julgado moralmente e sente-se ‘envergonhado’. Ou, ao contrário, quando se comporta conforme o dever, é ‘admirado’ e sente-se ‘orgulhoso’ de si mesmo. (BARROCO, 2006, p. 43).

Ainda fazendo inferência na diferenciação de ética com a moral, sinaliza-se a compreensão equivocada de ética como legisladora dos comportamentos morais e fundamento de uma normatização ou modo de ser que se reproduz

⁴³ Etimologia é o estudo da origem das palavras e da explicação do seu significado através dos elementos que a constituem e das regras de sua evolução histórica (HOUAISS, 2001).

socialmente. Para fundamentar essa explicação, Vázquez (1996, p. 10) compreende que:

Certamente, muitas éticas tradicionais partem da ideia de que a missão do teórico, neste campo, é dizer aos homens o que devem fazer, ditando-lhes as normas ou princípios pelos quais pautar seu comportamento. O ético transforma-se numa espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade. Mas a função fundamental da ética é a mesma de toda teoria: explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes. Por outro lado, a realidade moral varia historicamente e, com ela, variam os seus princípios e as suas normas. A pretensão de formular princípios e normas universais deixando de lado a experiência moral histórica afastaria da teoria precisamente a realidade que deveria explicar. Também é certo que muitas doutrinas éticas do passado são não uma investigação ou esclarecimento da moral como comportamento efetivo humano, mas uma justificação ideológica de determinada moral, correspondente a determinadas necessidades sociais, e, para isso, elevam os seus princípios e as suas normas à categoria de princípios e normas universais, válidos para qualquer moral. Mas o campo da ética nem está à margem da moral efetiva, nem tampouco se limita a uma determinada forma temporal e relativa da mesma.

Assim, consoante Vázquez (Ibid.), como os costumes morais variam de uma sociedade para outra, determinados pelos valores vivenciados no período, a ética busca, como toda teoria, analisar a realidade em cada período histórico. Estabelece, assim, conceitos sobre esta realidade, sendo, portanto, além de social, histórica, contudo não se limita a uma forma temporal.

Podemos afirmar, com isso, que os valores éticos são utilizados em diferentes períodos históricos e buscam compreender os comportamentos humanos, a fim de elevá-los a princípios e valores universais, sendo, portanto utilizados para analisar qualquer moral em qualquer período.

A reflexão sobre os valores e costumes morais remonta às sociedades primitivas. Tal reflexão vincula-se, inicialmente, às concepções religiosas que prescrevem normas gerais de conduta que teriam sua justificação na transcendência.

É reconhecidamente na religião que o *ethos* encontra sua expressão cultural mais antiga e mais universal. De fato, o mito e a crença aparecem como a linguagem mais antiga da consciência moral e o caminho mais seguro encontrado pelas sociedades para fundamentar numa instância transcendente a normatividade imanente à ação humana. [...] A essencial relação entre o mito e o *ethos* manifesta-se na função didática do mito enquanto ensinamento sobre a realidade, seja na sua função educadora e ordenadora, enquanto assinala ao homem o seu lugar e à ação humana, os seus limites (VAZ, 2002, p. 38).

Com a reprodução dos valores morais nas sociedades, a grande maioria dos homens agia moralmente, e simplesmente perpetuava os fatos sociais sem muitas reflexões sobre estes, tomando-os como normas obrigatórias a serem cumpridas.

[...] na vida real, defrontamo-nos com problemas práticos do tipo dos enumerados, dos quais ninguém pode eximir-se. E, para resolvê-los, os indivíduos recorrem a normas, cumprem determinados atos, formulam juízos e, às vezes, se servem de determinados argumentos ou razões para justificar a decisão adotada ou os passos dados. (VÁZQUEZ, 1996, p. 07).

Para fundamentar este ponto, Vázquez (op. cit.) destaca que o comportamento humano prático-moral vai se alterando em seu entendimento de acordo com sociedades e épocas diferenciadas, de forma teórica e prática, contemplativa e filosófica remontando às origens do homem enquanto ser social.

Espíndola (2007) aponta que os primeiros filósofos que teorizaram a questão da ética fora do contexto do mito, a exemplo de Sócrates e Platão, ainda mantinham a discussão na esfera metafísica e abstrata, desconectada das ações humanas.

Apresentavam a ideia de virtude e autodomínio, do controle do intelecto humano sobre os impulsos e desejos. Ainda segundo o supracitado autor, é com Aristóteles que se discute a *práxis* ocorrendo uma aproximação entre ética e vida prática. De fato, para a ética aristotélica, o homem é racional e político, distingue a mera vida de bem viver-política. A produção material da vida necessita de pensar político.

Para ele, o conceito de virtude, que seria baseada na busca pela felicidade humana, compreendida como o acesso a bens materiais, como a contemplação filosófica e ação política. Felicidade, para Aristóteles tem o sentido de autossuficiência uma ação com o fim em si mesmo.

Posto que todo o conhecimento e toda a ação desejam algum bem, importa determinar não só que espécie de bem aspira a política, como também determinar o bem supremo, de entre todos aqueles que podem ser realizados. Ora, quase todos estão de acordo no nome a atribuir-lhe, pois tanto o vulgo como os mais afortunados chamam-lhe felicidade; e mesmo quando a turba e os sábios não dão as mesmas respostas acerca do que seja a felicidade, o certo é que todos admitem que viver bem e agir bem é o mesmo que ser feliz. (ARISTÓTELES, 1973, p. 1095a).

Apenas com os filósofos iluministas ocorreu um distanciamento das questões abstratas. Passaram, assim, a se dedicarem à busca das verdades morais

práticas. O iluminismo buscou combater o teocentrismo, através do domínio da razão e da valorização do homem enquanto ser dotado de intelectualidade.

Imprescindível se faz a discussão sobre a importância da filosofia medieval no que se refere à relação entre fé e ciência, conhecimento e realidade, a realidade e Deus, teologia e filosofia. Para tanto, destacamos a filosofia que mais se destacou neste período: a filosofia Tomista.

O Tomismo representou um conjunto de doutrinas filosóficas e teológicas da filosofia medieval, inspirado pelo filósofo dominicano Santo Tomás de Aquino (1225-1274). Buscava a harmonia entre o racionalismo aristotélico e a tradição cristã e influenciou a história da filosofia e do homem por um longo período, principalmente pela importância da Igreja Católica na sociedade daquela época. Santo Tomás, em sua filosofia, inspirado por Aristóteles, descobrirá um novo cenário filosófico, ao refletir e procurar soluções sobre questões de sua época.

Começou a perder forças apenas no século XVIII, quase sendo esquecido, principalmente pelo movimento cultural da elite intelectual europeia designado Iluminismo, o qual tentou valorizar o poder da razão em detrimento aos dogmas religiosos e reformar a interpretação do conhecimento que fora herdado no período medieval.

Já no século XIX esta corrente filosófica ressurgiu, resgatando e atualizando o pensamento e a teologia de Santo Tomás de Aquino, com o fim de atender os problemas sociais contemporâneos. Passou, então, a ser denominada de Neotomismo, trazendo intensa influência na teoria que fundamenta o surgimento do Serviço Social no Brasil.

Este filósofo defendia a tese de que existiam três tipos de leis que norteiam a harmonia social: a lei natural, a lei humana e a lei divina. Em seu entendimento, o Estado era necessário ao bem-comum e sua existência era natural, já que o homem, por ser social, era também político, e que o Estado subtende-se poder, e toda autoridade deriva de Deus. Logo, o Estado deveria ser respeitado e cultivado como fruto divino, e, por consequência, seus representantes. Mas, para isto, este Estado deveria garantir a harmonia e bem-estar da comunidade.

Para tanto, o Estado e a Igreja deviam andar juntos para inexistir forças de conflito entre a razão e a fé. Esse era o entendimento sobre a realidade social e política do final do século XIX e início do século XX, também com reflexos nas correntes filosóficas brasileiras. Entre os muitos divulgadores do Neotomismo, está o

filósofo e pensador francês Jacques Maritan, cuja obra quase toda foi traduzida para o espanhol e o português, e tornou-se referência para os autores católicos da América Latina e do Brasil.

Destacamos ainda as ideias de outro filósofo, Immanuel Kant (1724-1804), que, inserido sob influências medievais, também compreende as ações morais com relevância para os comportamentos sociais. Em uma de suas máximas morais, afirmava a necessidade de se tratar o ser humano sempre como um fim e nunca como um meio, relacionando-se com a dignidade inerente àqueles que não devem ser tratados como objeto ou instrumento, sendo eles mesmos o próprio fim de toda a ação humana (Cf. CHAÚÍ, 2000).

Já no século XX, Agnes Heller aprofundou esse debate, trazendo a discussão para o campo da articulação entre ética e cotidiano. De acordo com a autora, "[...] a vida cotidiana é a do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade" (HELLER, 2008, p. 17).

Para Heller, os homens desenvolvem uma relação individual com o sistema de valores da sociedade. Qualquer escolha ética, portanto, seria uma escolha individual. Contudo, à dimensão subjetiva das escolhas éticas somam-se as prescrições histórico-sociais. A escolha ética, deste modo, seria uma mediação entre os imperativos exteriores e a subjetividade humana.

Por conseguinte, com o desenvolvimento da história, principalmente com os pensamentos filosóficos sobre os comportamentos dos homens e seus modos de ser socialmente, a vida social e seus princípios morais passaram a ser questionados, por conta das diferentes tomadas de decisão e atitudes das pessoas para resolver os conflitos das situações sociais. Assim, passou-se a julgar ou avaliar de uma ou outra maneira estas decisões e atos, tomando estes como objeto de suas reflexões e conhecimentos.

A compreensão contemporânea da teoria ética percebe-a como investigação ou explicação de um tipo de ato ou forma de comportamento humano: o da moral, considerado, porém, na sua totalidade, diversidade e variedade. Pode-se, assim, considerar em sua análise o contexto histórico e social, valores e costumes de um determinado grupo.

Para Vaz (2002, p. 56), “ética pode então ser definida, na sua autonomia, como ciência que estuda a práxis do homem orientada para seu fim propriamente humano. Ela é, assim, uma ciência especificamente prática”.

Nessa perspectiva, ética se direciona a um objeto específico: o campo da realidade humana chamado moral, formado por um tipo peculiar de fatos ou atos humanos referentes a valores e normas socialmente construídos e reproduzidos, formados por atos conscientes e voluntários dos indivíduos e que afetam outros indivíduos, determinados grupos sociais ou a sociedade em seu conjunto.

Destarte, importa conceituar o entendimento de Vázquez (1996, p. 11) sobre ética:

A ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral, considerado, porém na sua totalidade, diversidade e variedade. O que nela se afirma sobre a natureza ou fundamento das normas morais deve valer para a moral da sociedade grega, ou para a moral que vigora de fato numa comunidade humana moderna. É isso que assegura o seu caráter teórico e evita sua redução a uma disciplina normativa ou pragmática. O valor da ética como teoria está naquilo que explica, e não no fato de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas.

Corroborando com o entendimento deste autor, ética não é, portanto, mera descrição de fatos, devendo-se então evitar a sua redução a uma disciplina normativa, do contrário, transformar-se-ia apenas em uma espécie de legislador do comportamento moral dos indivíduos ou da comunidade, como já exposto. Mas a função fundamental da ética é a mesma de toda a teoria: elucidar uma determinada realidade, elaborando os conceitos apropriados.

A importância da ética como teoria está naquilo que explica o movimento e desenvolvimento da moral, e não no fato de prescrever ou recomendar ações com o objetivo de narrar ou estabelecer comportamentos prático-morais de uma determinada sociedade. Por ser ciência, a ética parte de fatos a fim de analisá-los e descobrir seus princípios gerais, mesmo que surja da existência de um comportamento moral da realidade.

[...] embora parta de dados empíricos, isto é, da existência de um comportamento moral efetivo, não pode permanecer no nível de uma simples descrição ou registro dos mesmos, mas os transcendem com seus conceitos, hipóteses e teorias. Enquanto conhecimento científico, a ética deve aspirar à racionalidade e objetividade mais completas e, ao mesmo tempo, deve proporcionar conhecimentos sistemáticos, metódicos e, no limite do possível, comprováveis. (VÁZQUEZ, 1996, p. 13).

É necessário entender a ética também como uma ação prática consciente, a partir da possibilidade de escolha racional do ser humano entre alternativas determinadas por períodos históricos e materiais. Sob um viés prático, desse modo, orienta-se pela reflexão e análise dos comportamentos em busca de se considerar o que é “bom” e “justo”.

Para tanto, absorve algumas mediações essenciais para sua realização: a razão, as possibilidades, os valores, as consequências da ação para os outros homens e para o grupo social, dentre outros. Atualmente, a ética é limitada pelas possibilidades e determinações do modo de produção capitalista, o que influencia a tomada de decisão e escolhas dos sujeitos. Sobre a possibilidade dessas escolhas na vida cotidiana, Barroco (2006, p. 45) nos afirma:

Nessas condições, as ‘escolhas’ são direcionadas por determinantes ideológicos coercitivos, voltados à dominação; nem sempre são propiciadoras da liberdade. Por isso, a autonomia do indivíduo e sua consciência, em face da moral socialmente dada, são sempre relativas a circunstâncias sociais e históricas.

Para essas escolhas, alguns valores são fundamentais no exercício da ação ética, entre eles a responsabilidade, a sociabilidade e a liberdade, que norteiam as decisões tomadas pelos sujeitos. Nesse sentido, liberdade de escolhas não diz respeito apenas ao que é singular, mas sim ao caráter universalizante da ação, porque sua existência só tem razão de ser quando é estabelecida a relação entre a singularidade e a genericidade do ser humano.

Assim, embora realizada pelo indivíduo, ontologicamente, a ação ética permite ao homem sair de sua singularidade para estabelecer uma conexão consciente com o humano-genérico⁴⁴.

O sujeito do comportamento moral é o indivíduo concreto, mas, sendo um ser social e, independentemente do grau de consciência que tenha disto, parte de determinada estrutura social inserido numa rede de relações sociais, o seu modo de comportar-se moralmente não pode ter um caráter puramente individual, e sim social. Os indivíduos nascem numa determinada sociedade na qual vigora uma moral efetiva que não é a invenção de cada uma em particular, mas que cada um encontra como dado objetivo, social. Esta moral, [...] corresponde a necessidades e exigências da vida social. Por esta relação entre moral e sociedade, a ética

⁴⁴ Enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (HELLER, 2008, p. 36).

não pode prescindir do conhecimento objetivo das estruturas sociais, de suas relações e instituições, proporcionado pelas ciências sociais, e, em particular, pela sociologia como ciência da sociedade. (VÁZQUEZ, 1996, p. 20).

Ainda, entende-se por universalizante quando o indivíduo consegue apreender criticamente os fundamentos dos valores morais e superar seus sentidos e determinações alienadas, ampliando a capacidade de escolha consciente; sobretudo, quando questiona sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu fundamento central, não apenas para si, mas, sobretudo abrangendo as dimensões do gênero humano.

Para Barroco (2006), quando a ação ética não exerce a atividade crítica de refletir sobre valores morais, pode reduzir-se de sentido, contribuindo para a reprodução de uma cultura alienante. Por não perceber as contradições da realidade, ou sobre elas não refletir, não permite superar a imediaticidade dos fatos e do cotidiano, o que permite a manutenção de projetos conservadores.

Ressalta-se que essa vinculação ocorre em situações sócio-históricas específicas, pois nem a vida cotidiana e nem a moral são obrigatoriamente alienadas, como um processo natural. Pelo contrário, ambas são constructos sociais. Agora, destaca-se a atual reprodução social com dimensões que favorecem a alienação, por exemplo, as relações impostas pela sociedade burguesa que contribuem para a reprodução de um determinado *ethos* funcional à ordem social individualista, egoísta e consumista.

É indiscutível que a liberdade é inseparável da responsabilidade. As decisões e ações do homem em uma determinada situação refletem conflitos de natureza prático-moral. O fato de refletir e investigar o modo pelo qual a responsabilidade moral se relaciona com a liberdade e com valores e costumes aos quais os atos humanos estão sujeitos é um problema teórico, cuja análise é da competência da ética.

Para Barroco (2009a, p. 20), ética é entendida “como modo de ser socialmente determinado – tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social”. A gênese da ação ética é dada, conforme visto, pela liberdade, e esta é compreendida ontologicamente como uma capacidade humana inerente à categoria trabalho, tomada como práxis. Como já analisamos, só através do trabalho, “o homem põe em movimento as capacidades essenciais do gênero: a sociabilidade, a

consciência, a universalidade e a liberdade; categorias ontológicas que operam dialeticamente” (BARROCO, 2006, p. 57).

No processo de objetivação dessa práxis, ocorrem todas as capacidades essenciais e criam-se alternativas que possibilitam as escolhas e propiciam novos questionamentos e respostas que configuram as várias formas de expressão da sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade.

3.2 Ética e Serviço Social: da gênese à contemporaneidade

3.2.1 Conservadorismo e Intervenção Profissional

Para iniciar qualquer discussão acerca da história do Serviço Social, é imprescindível ressaltar que esta “[...] não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua ligação com o contexto geral da sociedade” (SILVA, 1995, p. 35).

Em Iamamoto (2005), é discutido o surgimento do Serviço Social brasileiro, sendo suas primeiras iniciativas ocorridas, enquanto profissão, na década de 1930, em um momento de grandes transformações da sociedade.

Nesse período, inicia-se o processo mais intenso da industrialização e urbanização no país, provocando o Estado a desenvolver estratégias de controle para atender às demandas da Questão Social, via execução direta das políticas sociais. Note-se que, nessa década, a realidade econômica do país se caracterizava por ser uma economia agroexportadora.

No Brasil, o Serviço Social emerge em meados dos anos 1930, como uma especialização do trabalho coletivo e inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, procurando responder a demandas concretas, colocadas tanto pelo Estado quanto pela classe trabalhadora. (op. cit., p. 80).

A emergência da profissão encontra-se relacionada também à articulação entre os poderes dominantes à época (burguesia industrial, Igreja Católica e Estado Vargas), com o objetivo de controlar as insatisfações e pauperismo populares, advindos da relação capital/trabalho.

[...] o Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da Questão Social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e a extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. (YAZBEK, 2009, p. 129).

Segundo Netto (2011), a necessidade de formar os(as) trabalhadores(as) sociais e de romper com as práticas assistencialistas de ajuda suscitou a criação dos cursos de formação em Serviço Social no Brasil, na década de 1930. Nesse âmbito, a Igreja Católica⁴⁵ tornou-se fundamental na abertura das duas primeiras escolas de Serviço Social, baseadas em valores conservadores éticos eminentemente cristãos⁴⁶.

Ainda conforme este autor, a influência religiosa e caritativa dos valores cristãos na profissão, sobretudo com as doutrinas católicas explicitadas nas encíclicas *Rerum Novarum* (1881) e *Quadragesimo Anno* (1921), sugeria o envolvimento dos cristãos católicos com as mazelas e problemas sociais. Abordando sobre o conteúdo da questão social nestas encíclicas, a autora Maria Ozanira indica:

A questão social, antes de ser uma questão econômico-política, apresenta-se como uma questão religiosa e moral no contexto de uma sociedade percebida como um todo unificado e harmônico, em que a desigualdade social aparece como natural, portanto inevitável, cabendo ao Estado promover o bem comum. (SILVA, 2011, p. 31).

Nessas encíclicas, as doutrinas explicitavam uma concepção de homem de inspiração filosófica em São Tomás de Aquino. A partir dessa compreensão da Igreja e, também, da sugestão doutrinária com relação ao necessário retorno à perspectiva tomista (*Encíclica Aerteni Patris*, 1879) – o neotomismo, as primeiras assistentes sociais tinham suas práticas com fortes expressões do conservadorismo cristão. Essas profissionais percebiam o homem como a união do “corpo e alma [...]”

⁴⁵ Constata-se a importância Católica no processo de formação da profissão através de sua própria definição, estabelecida no I Congresso Brasileiro de Serviço Social (1947), promovido pelo CEAS – Centro de Estudos e Ação Social: “Serviço Social é a atividade destinada a estabelecer, por processos científicos e técnicos, o bem-estar da pessoa humana, individualmente ou em grupo, e constitui o recurso indispensável à solução cristã e verdadeira dos problemas sociais” (TELLES, 1940).

⁴⁶ Os referenciais que orientaram a teoria e a ação do Serviço Social têm sua origem na Doutrina Social da Igreja, divulgada por meio de Encíclicas, como a *Rerum Novarum*, feita pelo Papa Leão XIII, e no pensamento de São Tomás de Aquino, através do neotomismo, que pregava o direito do ser humano a uma vida digna. A concepção conservadora da profissão também estava presente nos primeiros Códigos de Ética elaborados: “Os pressupostos neotomistas e positivistas fundamentam os Códigos de Ética Profissional, no Brasil, de 1948 a 1975” (BARROCO, 2006, p. 95).

ser social incompleto, utilizando-se da sociedade para o cumprimento de seu fim último” (TELLES, 1940, p. 04).

Importa retomar o contexto vivenciado no início do século XX, que corresponde à época de formação dos primeiros sindicatos no país, processo que se deu sob a influência de imigrantes europeus movidos pelos ideais anarquistas e socialistas.

O surgimento de uma instância de representação de classe provoca mudanças no cenário político e social, refletindo uma mudança na correlação de forças entre empregadores e empregados.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o(a) assistente social é preparado(a) como mão de obra, com o fim de colocar em prática os programas sociais, assumindo importante papel para a realização do modelo desenvolvimentista⁴⁷ que então orientava a política econômica do país. Nesse período, houve o reconhecimento legal da profissão de assistente social, por meio da Lei nº. 3252, de 1957, e, em 15 de maio de 1962, quando foram regulamentados e instituídos os instrumentos normativos e de fiscalização⁴⁸.

Em fase do desenvolvimento capitalista, tornavam-se necessárias medidas mais efetivas de preservação da ordem social e do próprio sistema, o Serviço Social se desenvolveu como uma dessas medidas, embora situado num complexo mais amplo de implementação de políticas sociais.

[...] Aceita-se como senso comum que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia. Inclusive é esta a tônica do discurso da maioria dos pioneiros e da leitura especializada – mesmo na época do Movimento de Reconceituação –, que sustenta que o Serviço Social se torna profissão ao se atribuir uma base técnico-científica às atividades de ajuda, à filantropia. Esta é uma visão de dentro e por dentro das fronteiras do Serviço Social, como se ele fosse fruto de uma evolução interna e autônoma das formas de proteção e de apoio social. Todavia, a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. (IAMAMOTO, 2005, p. 23).

⁴⁷ Tal modelo pode ser bem representado pelo Plano de Metas do governo do Presidente Juscelino Kubitschek, que buscava incrementar o desenvolvimento do país a partir do programa econômico social “cinquenta anos em cinco”.

⁴⁸ Na época, Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

Dessa forma, o objeto do Serviço Social no Brasil historicamente tem sido delimitado, em virtude das conjunturas políticas e socioeconômicas do país, bem como seu tratamento ocorre tendo em vista as diferentes perspectivas teóricas e ideológicas orientadoras da intervenção profissional no seu desenvolvimento. Em sua gênese, conforme Martinelli (1997, p. 124):

A identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções ideológicas, o que levava a uma produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como estratégia para garantir a expansão do capital.

É interessante considerar que as conquistas de direitos sociais brasileiros são resultados de intensa luta de classes. Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são oriundos dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora; por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em um ambiente de restrição de direitos civis e políticos, o que se reflete na expansão das políticas sociais no Brasil mesmo em períodos de ditadura, conforme destacado em Abramides e Cabral (2009, p. 729):

A organização dos(as) trabalhadores(as) punha na ordem do dia: a luta contra a ditadura militar e sua política econômica de arrocho salarial, a luta pela redemocratização do país, a organização dos(as) trabalhadores(as) sob a autonomia e independência de classe retomando uma concepção e prática sindical e popular no horizonte da luta de classes e da perspectiva socialista. A partir de 1974 são expressões desse processo de amplas mobilizações e lutas: comunidades eclesiais de base, movimento popular de saúde, educação e moradia, com o forte protagonismo, a partir de 1977, do movimento operário que se alia a outras categorias de trabalhadores(as) da cidade e do campo, configurando um movimento sindical classista, de luta e pela base, e é nesse processo que a Anampos – Articulação Nacional do Movimento Sindical e Popular – se constrói, em 1978. São características desse sindicalismo classista: as grandes mobilizações, a solidariedade de classe internacionalista as greves gerais nos anos 1980, a fundação da Central Única dos(as) trabalhadores(as) – CUT, em 1983, o Movimento dos(as) trabalhadores(as) Sem-Terra em 1984 e a Central de Movimentos Populares-CMP, em 1994.

Consoante Netto (2011), as conquistas legais não significaram, entretanto, o imediato reconhecimento da profissão pela sociedade. Diante disso, os(as) assistentes sociais viram-se obrigados(as) a continuar, nas décadas seguintes, a busca pela sua identidade e especificidade profissional, em meio às outras profissões da área de ciências humanas e sociais. A profissão manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a

década de 1970, época em que se acentuaram os debates sobre um projeto profissional para a categoria, como ainda posto nos dias de hoje.

Até início da década de 1960, conforme anteriormente visto, havia uma relativa homogeneidade no interior da categoria de assistentes sociais que, em certa medida, era afastada da participação político-partidária, o que a mantinha distante de polêmicas internas de maior vulto. Assim, manifestava-se socialmente a expressão de uma categoria na qual parecia haver ausência de disputas e confortável consenso. Contudo, a inexistência de uma elaboração teórica significativa começava a apresentar reflexos, principalmente operativos, em uma época⁴⁹ que exigia novas definições.

Iniciou-se assim, no âmbito profissional, um amplo movimento de questionamento das perspectivas teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social.

Preliminarmente, deve ser salientado que o Movimento de Reconceituação do Serviço Social – emergindo na metade dos anos 1960 e prolongando-se por uma década – foi, na sua especificidade, um fenômeno tipicamente latino-americano. Dominado pela contestação ao tradicionalismo profissional, implicou um questionamento global da profissão: de seus fundamentos ídeo-teóricos, de suas raízes sócio-políticas, da direção social da prática profissional e de seu *modus operandi*. (IAMAMOTO, 2005, p. 205).

Tem-se, pois, uma disputa plural de ideias que desponta no seio do Serviço Social e que interfere nas atitudes e posicionamentos críticos dos(as) profissionais. Assim, a intervenção prática passou a ser imbuída de um novo direcionamento político, marcado pelo questionamento, reflexão e aproximação da corrente teórica crítica, havendo uma verdadeira reconceituação da profissão, como veremos a seguir.

3.2.2 Movimento de Reconceituação do Serviço Social

A Reconceituação é sem qualquer dúvida, parte integrante do processo de erosão do Serviço Social 'tradicional' e, portanto, nesta medida, partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades

⁴⁹ Refere-se à vigência do período ditatorial-militar brasileiro, entre 1964 e 1985.

latino-americanas; nas nossas latitudes, 'a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora'. (NETTO, 2011, p. 146).

Historicamente, o Serviço Social brasileiro apresentou diferentes vertentes teóricas e metodológicas acompanhando as bases sócio-históricas da realidade social de cada época, formando, assim, a identidade profissional desde sua gênese, em torno de 1936, ao seu estágio atual.

As influências do neotomismo reverberaram também nas ações do Estado brasileiro deste período, que recebia forte influência das doutrinas da Igreja Católica. Como a formação inicial do Serviço Social brasileiro surgiu sob a filosofia católica, esteve muito relacionada ao pensamento e a teologia neotomista.

Assim, as primeiras profissionais respondiam às expressões da questão social sem questionamento de maiores expressões, com uma atuação que intervinha nos problemas sociais com ações de reformas sociais, apaziguando conflitos individuais, mantendo a ordem e harmonia da comunidade, visando a reeducação de valores morais e obediência aos princípios cristãos.

Deste modo, os princípios contidos na filosofia de Santo Tomás sobre a dignidade da pessoa humana, do bem-comum, conceitos de sociedade e questão ética foram pressupostos básicos presentes na formação teórica e interventiva do Serviço Social desde 1936, nas primeiras Escolas de Serviço Social do país, até o início do movimento de rompimento com o Serviço Social tradicional, em 1960.

Silva (2011) explica como ocorriam as práticas profissionais na gênese da profissão, ressaltando:

Verifica-se que, nas suas origens, a base confessional, largamente presente na prática profissional, confere ao Serviço Social as bases para sua legitimação perante a sociedade. Com o surgimento das grandes instituições⁵⁰, amplia-se o mercado de trabalho para a profissão permitindo ao Serviço Social romper com suas origens confessionais e transformar-se numa atividade institucionalizada. Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade, ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada, que passa a absorver, além de representantes das elites que constituem a predominância da composição dos profissionais, setores médios e da pequena burguesia, que passam a se interessar por essa profissão remunerada. Por outro lado, amplia-se e diversifica-se a clientela atendida pelos profissionais: à parcela da população empobrecida, é acrescida a população alvo das políticas sociais

⁵⁰ Entre outras, surgem: em 1938, o Conselho Nacional de Serviço Social; em 1940, a Legião Brasileira de Assistência; em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial; em 1946, o Serviço Social da Indústria, Serviço Social do Comércio e a Fundação Leão XIII.

do Estado, representada, principalmente, por setores dos(as) trabalhadores(as) urbanos. Dessa forma, o Serviço Social passa a integrar os mecanismos de execução das políticas sociais do Estado e dos setores empresariais, enquanto forma de enfrentamento da questão social emergente no contexto do desenvolvimento urbano-industrial. (SILVA, 2011, p. 43-44).

Esse rompimento refere-se ao processo de reconceituação ou renovação do Serviço Social, iniciado a partir de fins da década de 1960, e não seguiu um mesmo padrão na abordagem e tratamento do instrumental técnico. Isto se deveu justamente por esse processo ter comportado momentos e direções distintas, as quais foram captadas por José Paulo Netto sob três grandes tendências: Perspectiva Modernizadora, Perspectiva de Intenção de Ruptura e Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo. Em se tratando de conceito, Netto (2011, p. 131) compreende por renovação:

O conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Na década de criação das primeiras escolas no Brasil, entre os anos de 1930 a 1945, a profissão se baseou na influência franco-belga, sob a égide do pensamento filosófico neotomista (europeu), mediante forte condução ética da Igreja Católica, com ações voltadas à caridade e benemerência. Corroborando com esta assertiva, destacamos a seguinte interpretação:

Segue-se um processo de secularização e ampliação do suporte técnico-científico da profissão, com a criação de escolas e faculdades, sob a influência do avanço das Ciências Sociais, nos marcos do pensamento conservador, destacando-se a vertente empirista norte-americana, com reforço às tendências pragmatistas da profissão, e pautado por uma visão de sociedade como uma entidade funcionalmente articulada, tendo como modelos a família e a corporação. Nessa perspectiva, o Serviço Social passa da influência do pensamento conservador europeu (escola franco-belga) para a da sociologia conservadora norte-americana, tendo como utopia a comunidade e a solidariedade. (SILVA, 2011, p. 31).

Entre 1945 a 1950, as influências norte-americanas não se deram apenas na economia e política nacional, mas também na direção intelectual das profissões, repercutindo também no Serviço Social, através de várias correntes do pensamento positivista.

Nesse período, a profissão se destinava a intervenções paliativas de cunho burocrático-administrativo, com concepções burguesas de correção dos problemas psicossociais da população pobre. Baseava-se no projeto societário reformista conservador de bases teóricas funcionalista e positivista, ainda com sedimentação de posturas neotomistas. Intencionava agir na realidade para manter a harmonia e equilíbrio social.

Posteriormente, já na década de 1950 a 1960, mesmo permanecendo o direcionamento norte-americano na profissão, houve uma mescla da interpretação positivista com o ideário desenvolvimentista. Todavia, foi neste período que se inicia o processo de questionamento e crítica do Serviço Social latino-americano sobre o conservadorismo de suas práticas profissionais, principalmente em busca da laicização da profissão. Tal movimento foi denominado Movimento de Reconceituação, o qual iremos abordar neste tópico.

Como vínhamos discutindo, ocorreu no Serviço Social brasileiro um amplo movimento de questionamento do fazer profissional em relação às perspectivas teóricas, ídeo-políticas e éticas. As características desse período foram: a progressiva laicização⁵¹ da profissão; aproximação com setores diversificados da sociedade e do Estado burguês; e tentativas de teorização da profissão, especialmente a partir das profundas mudanças econômicas, políticas e culturais que ocorrem no Brasil após os anos 1970.

Em estudo minucioso feito por Netto (2011), em sua obra intitulada *Ditadura e Serviço Social*, o autor realiza uma profícua análise sobre este processo que se iniciou em meados dos anos de 1950, atingindo seu amadurecimento nos anos de 1980.

Referindo-se ao período de meados dos anos de 1950, Netto (op. cit.) aponta que esse novo processo profissional iniciou-se com o movimento dos(as) profissionais mais jovens, influenciados(as) pelas transformações do cenário cultural brasileiro e internacional, com intenção de avançar na ação político-social a partir da proposta de intervenção de conteúdo metodológico que ficou conhecida como Desenvolvimento de Comunidade. Esse modelo esteve relacionado à necessidade de mudanças no subdesenvolvimento nacional (época de plena era do

⁵¹ Denota afastamento, retirada da influência religiosa com valores cristãos vinculados à igreja e das práticas assistencialistas.

desenvolvimentismo), certamente estimulada por incentivos governamentais e de programas internacionais.

Foi nesse quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena alavancagem da industrialização pesada, colocava demandas de intervenção sobre 'a questão social' que desbordavam amplamente as práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade (basicamente concretizadas nos 'processos' das abordagens individual e grupal). Donde, já então, o empenho profissional para desenvolver outras modalidades interventivas, com a assunção da abordagem 'comunitária' enquanto outro 'processo' profissional⁵². (op. cit., p. 137).

O Desenvolvimento de Comunidade crescia, inclusive pela direção interventiva de autoras(es) renomadas(os) da profissão na época, que apresentavam fragilidade teórica ao interpretar os fenômenos sociais de forma massificada, repercutindo nas respostas às manifestações da questão social de uma sociedade como a brasileira. Nas palavras de Netto (op. cit., p. 138):

É nesta postura que, nem sempre elaborada teórica e estrategicamente, se filtra a erosão das bases do Serviço Social 'tradicional': sem negar-lhe explicitamente a legitimidade, as novas energias profissionais dirigiam-se para formas de intervenção (e de representação) que apareciam como mais consentâneas com a realidade brasileira que as já consagradas e cristalizadas nos 'processos' que o identificavam historicamente (o Caso e o Grupo).

A perspectiva modernizadora se deu quando o Serviço Social brasileiro se articulou ao projeto econômico ditatorial da época na tentativa de direcionar suas técnicas sociais às estratégias de desenvolvimento capitalista. Para tanto, ocorreu na profissão um dos caminhos da renovação da profissão, a fim de adequar a intervenção profissional às exigências postas pelos processos sócio-políticos no pós-ditadura militar de 1964, sendo neste período quando o Serviço Social ajustou-se ao projeto de governo para atender ao "grande capital" (op. cit.).

Para entender este contexto, lembramos que o Brasil encontrava-se em fase de franco avanço na produção industrial, principalmente na região sudeste do país. Havia o incentivo das ações econômicas nacionalistas-populistas do segundo mandato presidencial de Getúlio Vargas (1951-1954), mediante implantação de seu

⁵² Nota do autor 55: Datam de então, no país, as primeiras elaborações teóricas sobre o Desenvolvimento de Comunidade como campo de intervenção profissional, embora a disciplina já integrasse o currículo profissional desde antes. Para uma panorâmica crítica deste processo e seus desdobramentos, cf. Ammann (1982); observações pertinentes à América Latina encontram-se em Castro (1984).

plano de gestão que ficou conhecido como "reformas de base", que se deram nos setores: universitário, fiscal, político e agrário.

Estas reformas contavam com articulação e apoio da classe trabalhadora que se encontrava ainda atuante à época, embora já desarticulada pela fragilidade dos sindicatos e pelas medidas do governo na aprovação de alguns direitos, dentre eles, os trabalhistas, como forma de abrandar as resistências populares. Foi neste período que se consolidou no país o caminho de desenvolvimento capitalista de grandes monopólios, influenciados principalmente pela direção econômica norte-americana, como contextualiza a autora Maria Ozanira Silva (2011, p. 50):

É fundamental destacar que o padrão intervencionista do Estado brasileiro, gestado no pós-30, se intensifica durante o modelo de desenvolvimento assumido na ditadura militar. Além da intervenção na área social, com ampliação de programas e do aparato institucional, o Estado passa a controlar, profundamente, a relação capital-trabalho. Controla os sindicatos e institui políticas salariais, transformando-se, inclusive, num grande empresário, que passa a assumir e a dinamizar os setores estratégicos da economia que não propiciavam retornos lucrativos imediatos, não interessando, portanto, à iniciativa privada, mas sendo indispensáveis para que o país atinja um novo patamar de industrialização.

Sob essas tendências, o cenário político no governo de Jânio Quadros (1960-1961) e, logo depois, de João Goulart (1961–1964) dividia grande parcela da sociedade, com fortes influências burguesas, que apoiava o desenvolvimento econômico dependente do capitalismo internacional. Enquanto isso, outra parte da população, especialmente trabalhadores(as) mais atuantes politicamente, estudantes e intelectuais, buscavam a ruptura com esse padrão, mediante forte participação em movimentos sociais, inclinação que acontecia pela disputa capitalista-socialista em cena mundial.

Verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente. Os processos de conscientização e politização atingem operários e camponeses, sindicatos rurais, Movimento de Educação de Base (MEB), Centros Populares de Cultura, Movimento de Cultura Popular, Ação Popular e outros.

A questão social, nesse período, é enfrentada por medidas de extensão da educação, ampliação da Previdência, extensão da legislação trabalhista ao(a) trabalhador(a) do campo com o Estatuto do(a) trabalhador(a) Rural, barateamento de alimentos básicos, combate a doenças endêmicas e programas de habitação popular (op. cit., p. 46).

Ainda nesta década, a dualidade dos caminhos que se colocou na sociedade brasileira também aconteceu nos demais países da América Latina,

nutrida pelas repercussões da Revolução Cubana. Os acontecimentos em Cuba apontaram a viabilidade de um modelo econômico socialista, a possibilidade de ruptura com o imperialismo dos Estados Unidos, e a divergência dos cenários políticos dos países como responsáveis pelas diferenças do desenvolvimento, este processo em cada lugar.

No Brasil, como já contextualizado, havia uma ditadura, enquanto os demais países latino-americanos já apresentavam com democracia. Por esta razão, a renovação foi primeiramente modernizadora e, posteriormente, com o ingresso no meio político da classe trabalhadora, principalmente operária, foi que se possibilitou consolidar a fase de reconceituação, quando se iniciou o processo de ruptura com o tradicionalismo na profissão.

Segundo Netto (2011), o movimento de reconceituação inicia suas primeiras intenções no Cone Sul da América Latina, no ano de 1965, quando se difundiu pelos outros países deste continente no decorrer desta década.

As primeiras intenções expressivas de reconceituação no Brasil surgiram com o I Seminário Latino-americano de Serviço Social, ocorrido na cidade de Porto Alegre, em 1965, e perdurou até final dos anos de 1970. Durante este período, foram realizados eventos e seminários latino-americanos nas cidades de Montevideu, capital do Uruguai (1966); General Roca, localizada na Argentina (1967); Concepción, cidade Chilena (1969); em Cochabamba, na Bolívia (1970); e, por fim, o último evento ocorreu novamente em Porto Alegre, no ano de 1972. Neste mesmo ano também foi fundada a Associação Latino-americana de Escolas de Serviço Social, que logo depois mudou de nomenclatura para Trabalho Social (ALAETS), e após uma década passou a se chamar Centro Latino-americano de Trabalho Social (CELATS). Ambos contribuíram para a solidificação do Serviço Social crítico (Cf. NETTO, 2011).

Em fase de consolidação do capitalismo monopolista, as refrações da questão social exigiam a necessidade de intervenção por parte do Estado, tendo em vista a pobreza da população(a) trabalhador(a) causada pelo aumento da taxa de exploração da força de trabalho, obtida através da política de "arrocho salarial".

A exploração da classe trabalhadora ocasionou a acentuação das manifestações da questão social, abrandadas mediante ações de repressão e assistencialismo tanto por parte do Estado quanto do empresariado, criando o mercado nacional de trabalho para o Serviço Social.

No início da década de 1960, o Serviço Social brasileiro ainda era muito tímido a maiores polêmicas políticas, apresentando uma relativa homogeneidade nas suas ações interventivas e fragilidade de uma elaboração teórica de maior densidade, sedimentando-se como uma categoria profissional com “uma consensual direção interventiva e cívica⁵³” (NETTO, 2011, p. 128).

Para a categoria do Serviço Social, esta relação nacional das esferas política, econômica e social reverberou no seio da profissão na forma de um movimento de renovação ou reconceituação profissional que apresentou duas faces: a modernização e a ruptura.

Apenas nos fins de 1960 é que se inicia no Serviço Social brasileiro, mais concretamente, o processo intitulado pelo referido autor como perspectiva modernizadora (ou fase desenvolvimentista⁵⁴). Começa suas bases com o processo de laicização desta categoria, como outrora citado, fomentado pelas novas condições voltadas à formação e ao exercício profissionais postas pela autocracia burguesa.

Como bem destaca o autor, longe de se imaginar como um processo “natural”, o que se iniciou desde os finais da década de cinquenta, este foi motivado pelo desenvolvimento das relações capitalistas no país durante a “modernização conservadora”, com sólidos desdobramentos, tanto pelas suas incidências no mercado nacional de trabalho quanto nas próprias agências de formação profissional, fruto das alterações na própria sociedade brasileira.

Como produtos deste período, Netto (op. cit., p. 128-129) destaca:

[...] são constitutivas desta laicização a diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e a conseqüente disputa pela

⁵³ Nota do autor 30: Já na segunda metade dos anos setenta, em visível relação com a consolidação do mercado nacional de trabalho e a cristalização da condição assalariada do profissional, emergem formas de organização da categoria que transcendem os moldes legal-tradicionais (o Conselho Federal de Assistentes Sociais/CFAS e seus Conselhos Regionais/CRAS) – formas cada vez mais próximas dos instrumentos sindicais de representação e luta (cf. Rodrigues e Tesch, 1978). Nos anos oitenta, tais formas se concretizam na revitalização de inúmeros sindicatos, na criação de outros e na Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), de 1983, que vem no desdobramento da Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), articulada em 1979.

⁵⁴ Pedra de toque da fase brasileira da ditadura militar de maior reprodução da estrutura produtiva dos estados-nações desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos da América. É uma forma de política de Estado que visava o desenvolvimento econômico-social nacional e teve como escopo principal a dependência econômica da produção capitalista e tecnológica estrangeira, transferidos sob o controle de grandes empresas transnacionais. No processo de industrialização brasileira, houve grande disparidade na produtividade regionais, elevada densidade demográfica na zona urbana propulsor de subempregos e pobreza, e intensificação da exploração da força de trabalho, ocasionando uma intensificação das manifestações da questão social no Brasil.

hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.). Destaquemos, imediatamente, este ponto: tal laicização, com tudo o que implicou e implica, é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa.

Parece contraditório inferir que a profissão apresentou “incipientes conquistas” no período de ditadura militar brasileira que buscava refrear as discussões da sociedade e das universidades. Um período em que as mudanças ocorridas se deram em vários espaços na vida social brasileira, e que ganharam espaço inclusive na categoria profissional. Tais mudanças, no âmbito da profissão, se deram essencialmente em virtude desse momento ter contribuído para a necessidade de alterações na prática profissional, em atendimento às expressões da questão social, principalmente associada às demandas sociais da classe trabalhadora, acompanhada pela necessidade de redimensionar e teorizar as condições da formação dos quadros profissionais para respondê-las.

O regime autocrático burguês, contraditoriamente, refletiu em “estimular” tendências na sociedade e também nas profissões, que foram responsáveis, em outro momento, em incomodar a sua legitimação.

Apresentando as análises de Iamamoto e Carvalho (2005), a fase de reconceituação do Serviço Social pode ser tratada como uma tentativa de atender à crise de legitimidade da categoria, em se tratando da relevância da função social da profissão quanto às respostas às manifestações da questão social.

Estas exigiram progressivamente uma leitura mais técnica da prática profissional, dando lugar a uma perspectiva modernizadora do Serviço Social, evidenciando as tensões externas à profissão, que se caracterizou pela modernização e tecnificação da intervenção profissional, numa tentativa de se adaptar às novas demandas tecno-burocráticas do Estado desenvolvimentista nacional.

Netto (2011) discorre sobre o cenário do desenvolvimento da profissão da década de 1960 completamente distinto da década de 1970, pois foi nesta última quando o Serviço Social brasileiro buscou instrumentalizar melhor a direção teoria e prática dos(as) profissionais e solidificou o distanciamento de práticas religiosas (tradicionalismo e conservadorismo) nas intervenções profissionais. Quando estas aconteciam, estavam relacionadas à tentativa de rompimento com a ordem ditatorial e não mais como condução interventiva.

Cabe ressaltar que a reflexão profissional desenvolveu-se de forma diferenciada, pois havia profissionais, ainda que em número reduzido, que defendiam a permanência de um viés conservador para o Serviço Social. Importante, portanto, o reconhecimento de que nesse período passou a haver no seio da profissão um pluralismo teórico e metodológico.

Este movimento teve sua importância por iniciar a diferenciação do sincretismo existente na profissão, com uma mistura de vertentes teóricas que influenciavam o fazer profissional. Conforme apontado em Netto (op. cit., p. 131),

Embora envolvendo a profissão de forma geral, as alterações em decorrência da laicização mencionada, configuram, todavia, perspectivas diversificadas: a renovação implica a construção de um pluralismo profissional, radicado nos procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica, bem como nas matrizes teóricas a que elas se prendem⁵⁵. Este pluralismo, contudo, não esbata o cariz comum às suas vertentes, inédito em face da evolução profissional anterior: nesta, o fundamento da instituição profissional era frequentemente deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente, e a validação teórica não possuía relevo ou não se registrava a simultaneidade destas duas dimensões⁵⁶.

Pouco a pouco, estabeleceu-se um determinado padrão acadêmico, com foco na contextualização histórica da ação profissional, na incorporação de conteúdos produzidos no campo das ciências econômicas, sociais e políticas. Tais preocupações, de ordem teórico-metodológicas e prático-interventivas, direcionaram-se com o tempo:

[...] para a reestruturação da formação profissional, articulando ensino, pesquisa e prática profissional, exigindo da Universidade o exercício da crítica, do debate, da produção criadora de conhecimentos no estreitamento de seus vínculos com a sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 209).

Nessa época, ganha relevância a ação do então Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social⁵⁷ (CBCISS)⁵⁸, o qual inicia uma importante atividade editorial, que passava a difundir a produção científica

⁵⁵ Nota do autor 36: A diversidade característica do processo de renovação será tematizada adiante.

⁵⁶ Nota do autor 37: O exame da literatura profissional produzida no Brasil, aliás diminuta, até os primeiros anos da década de sessenta dá amplo suporte a estas afirmações. Igualmente, a análise da formação e de alguns eventos profissionais (por exemplo, os congressos de 1947 e 1961) vai na mesma direção.

⁵⁷ Posteriormente, Centro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais.

⁵⁸ "O CBCISS, cujos embriões datam de 1961-1962, teve papel destacado na promoção, através dos seus 'seminários de teorização' (Araxá, 1967; Teresópolis, 1970; Sumaré, 1978 e Alto da Boa Vista, 1984), de reflexões profissionais também inscritas no processo de renovação do Serviço Social no Brasil" (NETTO, 2011, p. 134).

vanguardista, bem como a organização e realização de cursos voltados para os estudantes de graduação e profissionais de Serviço Social.

Essa entidade também passou a promover encontros entre os(as) assistentes sociais nos “Seminários de Teorização” (NETTO, 2011), dos quais resultaram importantes documentos que contribuem para a definição de novas orientações e diretrizes para a categoria: Araxá (março de 1967), Teresópolis (janeiro de 1970), Sumaré (novembro de 1978), entre outros.

Ainda com fundamento em José Paulo Netto, discutiremos sobre os Seminários de perspectivas modernizadoras que ocorreram no país. Todos esses encontros foram promovidos pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), com o propósito das questões teórico-metodológica do(a) profissional do Serviço Social da época. Os documentos resultantes apresentam, assim, o nome das cidades que sediaram cada evento.

O primeiro destes, o Seminário de Araxá, ocorreu de 19 a 26 de março de 1967, no estado de Minas Gerais, com o público participante de 38 assistentes sociais. Afirmou a perspectiva modernizadora da profissão, por sua vinculação e afinidade política e prática com o Estado ditatorial desenvolvimentista do então presidente Castelo Branco (1964-1967), o qual apresentava em sua gestão fortes traços do liberalismo intervencionista de caráter tecnocrático-militar e nacional desenvolvimentismo baseado na “ajuda internacional”.

Como primeiro ensaio de aproximação teórica da profissão, teve como objetivo a elaboração para a atuação profissional, na tentativa de observar as questões da sociedade brasileira, contudo, não consegue analisá-la de forma crítica. Teve como proposta de discussão a passagem do atendimento social tradicional a indivíduo, grupo, comunidade e populações para a atuação nos níveis da política social, planejamento e administração do Serviço Social.

O documento final do Seminário de Araxá foi dividido em três capítulos, os quais apontavam os objetivos remotos e operacionais do Serviço Social. O texto desses capítulos buscava promover: uma mudança societária; discutir a questão metodológica da profissão, preocupando-se com a aplicação da instrumentalidade utilizada e analisar a adequação dos(as) assistentes sociais(as) à realidade brasileira, a partir de “teorias importadas”. Foi a partir deste documento que pudemos compreender as condições históricas da profissão neste período, suas

metamorfoses e transformações no processo de construção de sua identidade e autoimagem profissional.

Nessa perspectiva, o documento de Araxá focou sua discussão em pontos como: a natureza do Serviço Social; metodologia de Ação do Serviço Social; adequação da metodologia às funções do Serviço Social; Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade; integração do Serviço Social; utilização da Administração em Serviço Social; Serviço Social e realidade brasileira.

Para tanto, a categoria profissional tinha como perspectiva de análise e atuação na sociedade duas dimensões: a atuação micro e macro. Assim, a primeira se desenvolvia na prestação de serviços diretos, deixando o(a) assistente na execução terminal das políticas (tradicional) numa relação direta com os(as) usuários(as) dos serviços. A segunda, a mais valorizada, consistia na conformação da tecno-burocracia e racionalização da gestão do Estado ditatorial, unido aos interesses dos monopólios.

Mesmo com o fim de estimular os profissionais à capacidade de formular e gerir políticas, a atuação na perspectiva de intervenção macro como sinônimo de globalizante permeou o documento com a recuperação das práticas metodológicas de Caso, Grupo e Comunidade ainda da perspectiva de atuação de Desenvolvimento de Comunidade. Apenas com uma nova roupagem, consistindo em resistência à renovação “[...] aqueles (indivíduos, grupos e instituições) que resistirem à ‘integração’ e/ou à participação constituem objeto e intervenção para os técnicos do desenvolvimento”, tendo em vista que “[...] os processos de mudança aparecem como variáveis de intervenção técnica – cabe aos seus agentes não sugeri-los, mas também dinamizá-los pela via do estímulo à inovação” (NETTO, 2011, p. 174).

A crítica de Netto (op. cit.) sobre o Seminário de Araxá se pauta na desarticulação do documento à leitura da realidade política e social que a sociedade brasileira vivenciava com o contexto conjuntural da ditadura militar. Esta, na medida em que modernizou a sociedade, também conservou os elementos tradicionais refuncionalizados e subordinados às demandas modernizadoras do desenvolvimento monopolista que a sociedade enfrentava, e estas questões não foram questionadas.

Em sentido contrário, a proposta de Araxá manteve-se imbricada de tradicionalismo sincronizado à ordem vigente. Ademais, mesclou a postura técnica –

às vezes como ciência – por ter permanecido na referência teórica positivista de vertente estrutural (funcionalista), influenciando na neutralidade do perfil interventivo da profissão, daí o que Netto (op. cit.) denomina de afirmação da perspectiva modernizadora.

As críticas do autor também referem à atuação junto a indivíduos com “desajustes” familiares e sociais associados a dimensões corretivas, preventivas e promocionais – na perspectiva de capacitar os indivíduos sobre direitos sociais. Todavia, percebiam estes indivíduos isolados do seu contexto sócio-histórico e político, compreendendo seus problemas como naturais. Sob a leitura positivista, a ideia era potencializar “os fracos” para se manter o equilíbrio e harmonia social. Logo, para Netto (op. cit.), este seminário falhou em criticidade política e teórica.

O segundo Seminário, o qual o referido autor apresenta como a cristalização da perspectiva modernizadora, ocorreu na cidade de Teresópolis, no Rio de Janeiro, em 1970. Teve como participantes o quantitativo de 33 assistentes sociais, dos quais 13 estiveram presentes no evento de Araxá.

Como centralidade dos debates buscou o interesse em definir uma metodologia para o Serviço Social, embora tivessem tomado a teoria como instrumento de esclarecimento de categorias e conceitos referentes à prática do Serviço Social. Nisso se diferenciou de Araxá, já que este objetivou a busca da teorização da profissão.

Como colaboração, o Seminário de Teresópolis contou com a participação de destaque de três profissionais com ênfase de José Lucena Dantas. Estes se dividiram e acompanharam a produção dos dois documentos⁵⁹; contudo o Seminário de Teresópolis não contou com um grande documento. Apenas elaboração das discussões dos grupos, que tiveram como temas principais e organizadores: 1) fundamentos da metodologia do Serviço Social – Suely Gomes da Costa; 2) concepção científica da prática do Serviço Social – José Lucena Dantas; e 3) aplicação da metodologia do Serviço Social – Tecla Machado Soeiro⁶⁰.

No tocante ao objeto de atuação do Serviço Social para o Seminário de Teresópolis, este significava a intervenção enquanto orientação social, ou seja, o processo desenvolvido pelo homem a fim de obter soluções normais para problemas

⁵⁹ Trata-se de apenas dois grupos, tendo em vista que o grupo Fundamentos da metodologia do Serviço Social não elaborou nenhuma proposta.

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABqqkAH/slides-fundamentos>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

sociais. Para tanto, o Seminário em alusão, em seus grupos, buscou analisar temas de concepção científica da prática do Serviço Social, com o fito de dar cientificidade à intervenção do(a) assistente social.

Netto (2011, p. 188-189) faz a crítica a este documento com o seguinte fundamento:

Em ambos os relatórios, a concepção científica da prática do Serviço Social é efetivamente reduzida ao estabelecimento de conexões superficiais entre dados empíricos da vida social e à intervenção metódica sobre eles, consideradas aquelas conexões. Nos dois textos, a resultante dessa 'concepção científica' é uma pauta interventiva cujo andamento pode ser objeto de acompanhamento, vigilância e avaliação por parte de hierarquias institucional-organizacionais de corte tecnoburocrático.

De forma geral, estabelecendo uma analogia entre o documento de Araxá e as contribuições de Teresópolis, tem-se que o primeiro levou as concepções profissionais para o projeto de Modernização Conservadora, enquanto que Teresópolis promoveu a exclusão de ideias que promoviam e sedimentavam a Modernização Conservadora. Nas palavras de Netto (op. cit., p. 190), houve uma cristalização da perspectiva modernizadora de Araxá:

Os valores ideoculturais que embasam a visão de Araxá não são ultrapassados, a noção de desenvolvimento permanece, mas a herança tradicional é irremissivelmente dissolvida no cariz operativo que concretiza em Teresópolis: o que está no centro das formulações, aqui não são as teorias, valores, fins e legitimidade [...], mas sim a determinação de formas instrumentais capazes de garantir uma eficácia da ação profissional.

Para Netto (op. cit.), enquanto que Araxá considerava a(o) assistente social como um funcionário do desenvolvimento, em Teresópolis concebia como "agente desse processo".

Não podemos deixar de destacar a importância do profissional José Lucena Dantas, com sua tentativa em elaborar uma teoria metodológica para o Serviço Social a partir de uma abordagem sistemática⁶¹, o qual, de certa forma, colaborou no aspecto teórico-metodológico e ídeo-cultural relacionados ao Encontro de Teresópolis.

Dantas defendeu os principais pontos a serem discutidos na profissão e inaugurou a distinção de princípios em éticos, metafísicos e lógicos e os relaciona ao dever ser; ser; conhecer considerando-os com componentes: científico

⁶¹ Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABqqkAH/slides-fundamentos>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

(generalização, leis, teorias formuladas pelas ciências) e axiológico (concepções doutrinárias e valorativas); debate os princípios dos métodos de caso, grupo e comunidade; reflete acerca da natureza científica da categoria profissional, contudo, não supera a doutrina social da Igreja, em sua expressão neotomista.

Assim, Netto (op. cit.) estabelece uma crítica à condução teórica-metodológica de Dantas, afirmando que este criou um transformismo na perspectiva modernizadora, no ponto de vista teórico-metodológico e ideológico, mantendo a estrutura de fundo Estrutural-funcionalista e o viés de modernização conservadora de caráter desenvolvimentista, que contribuía para as ações profissionais interventivas de conteúdo tecno-burocráticas. Esses aspectos, Netto assevera, foram herdados ainda da perspectiva de Araxá, que se encontravam ainda muito imbricados aos profissionais da época.

Foi o transformismo de Dantas e a condução favorável ao não questionamento pelos protagonistas que colaboraram para sua elaboração da conjuntura política de forma substantiva, motivando a interpretação de Netto (op. cit.) que esse Encontro de Teresópolis formou a cristalização da perspectiva modernizadora.

Para este autor, “[...] equivale à plena adequação do Serviço Social a ambiência própria da modernização conservadora conduzida pelo Estado ditatorial em benefício do grande capital” (op. cit., p. 193).

Essa assertiva deveu-se a duas vertentes defendidas por Dantas em sua teoria metodológica. A primeira, a cientificidade prática, cujas ações eram desenvolvidas de forma singular e de controle burocrático-administrativo. Já a segunda, a globalidade da ação profissional, baseava-se na análise do problema com interação de variáveis de maneira generalista, processo desarticulado da totalidade.

Mesmo com esta abordagem criticada por suas perspectivas da modernização conservadora, como já apontado, o Seminário de Teresópolis apresentou avanços interessantes em relação ao conteúdo metodológico da profissão, dadas as circunstâncias sócio-históricas presentes à época. Ainda consoante Netto (op. cit.), foi em Teresópolis que a profissão alcançou um patamar relevante de discriminação, classificação e categorização de situações sociais-problema e de procedimentos técnicos para intervir e enfrentar tais situações.

Outra questão se relaciona às formulações de Teresópolis frente ao processo de renovação do Serviço Social. As contribuições deste evento foram sintetizadas em Netto (op. cit., p. 192) em três significados para o processo de renovação do Serviço Social no Brasil: “[...] apontam para a requalificação do assistente social, definem nitidamente o perfil sociotécnico da profissão e a inscrevem conclusivamente no circuito da modernização conservadora”.

Os reflexos dos Seminários de Araxá e Teresópolis serviram para alterações em disciplinas acadêmicas, como: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia, e diversos ramos da Sociologia. Além de teorização da profissão de forma ampliada para os cursos de pós-graduação, entidades e organização profissional, e de ter influenciado outras formas de conhecimento, através de pesquisas e estudos de mestrados e doutorados, a partir da década de 1970.

Em face ao exposto, os Seminários de Araxá e Teresópolis buscaram romper com o Serviço Social tradicional de perspectiva neotomista com vinculação à Igreja Católica, provocando um significativo processo de renovação da profissão. Entretanto, atravessados de tendências sintonizadas com um viés desenvolvimentista-modernizador, o qual neutralizou as vertentes críticas comprometidas com a democratização pré-1964.

O outro evento, realizado na cidade de Sumaré–RJ, de 20 a 24 de Novembro de 1978, reuniu apenas 25 pessoas, e teve por fim a cientificidade do Serviço Social.

Segundo Netto (2011, p. 196), Sumaré e Alto da Boa Vista não concluíram textos conclusos sobre seu conteúdo e discussão. Em sua análise, aponta dois significativos elementos de Sumaré: a suspeita de que este documento apresentava as mesmas perspectivas modernizadoras da CBCISS (desenvolvimentismo e tecnicidade). Ainda, refere como segundo elemento às dimensões ídeo-políticas vinculadas tanto à entidade mencionada quanto a Araxá e Teresópolis.

A documentação do Sumaré e do Alto da Boa Vista está para o deslocamento da perspectiva modernizadora assim como o estão, para o seu momento ascendente, os documentos de Araxá e Teresópolis. No tocante à dimensão ideopolítica, a expectativa também não se comprovou cabalmente: nos dois seminários, notadamente no do Alto da Boa Vista, é perceptível; um movimento de abertura a referências distintas do caldo conservador. (NETTO, 2011, p. 195)

Ainda sobre Sumaré, o autor destaca que o esvaziamento de divulgação não permite o esclarecimento de fato sobre a tendência deste evento, além do que ele denomina de abertura ao conservadorismo. Remete-se ao questionamento teórico com ponto de encontro para esta resposta, quando o configura com conteúdo pobre teoricamente.

[...] ainda que se considere o panorama diverso do final do decênio de setenta (quando se realiza o encontro do Sumaré) e o dos primeiros anos da década de oitenta (quando ocorre o do Alto da Boa Vista) – vale dizer: tomando em conta o *caráter datado* dos eventos em tela- as elaborações e preocupações que tiveram curso nos dois colóquios possuíam trações tais que as tornavam muito pouco aptas para galvanizar a atenção das vanguardas profissionais emergentes. Esses traços podem ser resumidos se se alude ao seu denominador comum: a extrema *pobreza teórica* que exibiam, em comparação com a discussão simultaneamente operada nos foros acadêmicos, culturais e políticos da profissão e fora dela (NETTO, 2011, p. 196).

Seis anos depois ocorreu o encontro em Alto da Boa Vista-RJ, de 05 a 09 de novembro de 1984, cujas contribuições não se concluíram e só foram divulgadas após quatro anos do evento. Objetivava também dar cientificidade à profissão, na tentativa de aproximação entre a prática desenvolvida à época e a proposta conceitual apresentada nos produtos dos eventos anteriores, ainda com conteúdo conservador.

Estabeleceu a relação do Serviço Social com a cientificidade, fenomenologia e dialética, mediante interpretação desta última de forma equivocada, cristã, eclética e vulgar.

Pela influência que o Serviço Social recebe dos movimentos católicos progressistas, este debate é travado e termos de uma conciliação entre o humanismo cristão e o humanismo marxista, o que se, por um lado, aponta para uma compreensão do caráter humanista do pensamento marxiano, por outro se subordina aos princípios metafísicos da filosofia cristã, impedindo assim, nesse momento, que se efetue uma crítica ontológica no interior do próprio marxismo. (BARROCO, 2006, p. 156).

Contudo, a categoria já estava avançando na perspectiva teórico-metodológica da profissão, e, assim, estes dois eventos não apresentaram destaques de maiores vultos, foram vazios de debates teóricos, sociais e políticos. Embora considerados como importantes, mostraram-se pobres teoricamente.

No período de intervalo dos seminários mencionados acima, entre fins de 1970 a 1980, a sociedade brasileira vivenciava o declínio do governo autoritário brasileiro (NETTO, 2011).

Foi na década de 1970, na ausência de espaços legítimos de participação popular, cerceados pela ação ditatorial do Estado, que o cotidiano, a música, o cinema, o local de moradia, a periferia, tornaram-se solo histórico de espaços para debates e lugares de ação política, constituindo sujeitos com novas identidades e formas de organizações. Assim, as mudanças da profissão ocorreram por alterações na própria sociedade, sendo que esta acompanhou a cadência desse processo.

As organizações populares ligadas especialmente aos setores “socialmente marginalizados” (moradores(as) de bairros periféricos, trabalhadores(as) rurais, pescadores, associações de moradores(as) e pastorais) surgiram com forte intencionalidade de questionar a ordem burguesa autocrata. Data também desta época, o aparecimento de movimentos organizados de defesa dos direitos humanos, em decorrência da perseguição promovida pelos militares, após 1968, com a institucionalização de torturas e perseguições políticas, através do Ato Institucional N° 5 (AI5).

À medida que crescia o arbítrio, crescia também a resistência ao arbítrio. Somavam-se as lutas de inúmeros segmentos sociais: a dos(as) trabalhadores(as), contra a política de arrocho salarial, contra a intervenção nos sindicatos, contra a Lei de Segurança Nacional que enquadrava nos seus artigos os operários que pugnavam por melhorias econômicas e sociais; a de presos e perseguidos políticos, com apoio de líderes da sociedade civil em geral, em prol da Anistia; a dos estudantes, contra as punições arbitrarias de estudantes e professores e contra a polícia política instalada dentro das universidades; a dos intelectuais, jornalistas, artistas contra a censura e as medidas restritivas em geral; a de líderes religiosos de diversas confissões, pela justiça social, pela liberdade, contra a tortura. (Herkenhoff, 1994 ⁶²).

Mesmo os segmentos da profissão que se mantiveram associados à visão Católica aproximaram-se da ação pastoral de parte da Igreja Católica e de outras Igrejas cristãs inspiradas pela Teologia da Libertação⁶³. Esta, por sua vez, promovia uma cultura de valorização da “inserção” de padres, freiras e outros “agentes de pastoral” no meio do povo, que acompanhavam e apoiavam o dia a dia de greves e ocupações, motivando e dinamizando processos organizativos de defesa e conquistas de direitos.

⁶² Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhbrasil/br13.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

⁶³ “A Teologia da Libertação é um movimento que quer mostrar aos cristãos que a fé deve ser vivida numa práxis libertadora e que ela pode contribuir para tornar esta práxis mais autenticamente libertadora”. (MONDIN, 1980, p. 25).

Ainda nesse período, temos uma maior aproximação entre cristãos (principalmente católicos) e os sujeitos que apresentavam conteúdos marxistas embasados nas concepções de Louis Althusser (1918-1990). A leitura de marxismo, para este autor, era segregada em dois momentos, como se ciência (materialismo histórico) e filosofia (materialismo dialético) não estivessem articuladas, como defendido pelo autor em sua principal obra *A filosofia como arma revolucionária* (1968).

Fazendo uma crítica aos pensadores e intelectuais que buscavam respostas para a sociedade pela via althusseriana, por sua condução neutra sem maiores enfrentamentos políticos a ditadura no Brasil, Barroco (2006, p. 154) se posiciona:

O marxismo althusseriano responde às possibilidades de sobrevivência intelectual nos marcos da ditadura; seus desdobramentos, no entanto, vão restringir o alcance do pensamento de Marx e, também, contribuir para viabilização de aspectos da política educacional e cultural da autocracia burguesa.

Outro aspecto que fragilizou ainda mais o entendimento de Althusser sobre marxismo se deu por sua articulação com o cristianismo, apresentando faces neopositivistas. Consoante Barroco (2006, p. 154), ainda se referindo a este pesquisador: “para Althusser, a filosofia marxista é teoria do conhecimento e o marxismo uma ciência, nos moldes positivistas, ou seja, objetiva e neutra”.

Essa relação do marxismo com o processo de reorganização da classe operária foi fomentado no país pelo surgimento dos sindicatos mais críticos e que depois deram formação ao Partido dos(as) trabalhadores(as)-(PT) e a Central Única dos(as) trabalhadores(as)-(CUT).

A leitura do marxismo serviu para dar coerência e direção aos interesses da classe operária, constituindo suas práticas políticas na intenção de tornar os(as) trabalhadores(as) como sujeitos políticos, pensando, assim, como sujeitos com interesses coletivos. Foi nesse momento, de aproximação com o marxismo, que os(as) próprios(as) assistentes sociais se descobrem também como trabalhadores(as).

No sentido de emancipação humana, o marxismo, como filosofia da práxis, possibilita explicar os interesses da classe operária, ao exhibir as contradições entre as classes sociais, diferente das outras correntes filosóficas, no sentido de

trazer perspectivas mais universais. Apresenta a classe operária com potencial de força política histórica.

Os(as) trabalhadores(as) que começaram a conhecer elementos de conteúdo marxista passaram a modificar suas consciências e compreensões de seus papéis na história. Começaram a se sentir sujeitos do modo de produção no qual eles eram explorados, e isso motivou suas participações nos movimentos sociais e de enfrentamentos à ordem vigente. Ao tempo que estes trabalhadores(as), no período da ditadura brasileira, lutavam por empregos e melhores condições de trabalho, também lutavam pela democracia e a liberdade de toda a população do sofrimento da prisão política vivida. Todavia, esta compreensão não se deu no Serviço Social de forma homogênea, nem mesmo na sociedade e na academia, por diferentes razões, dentre elas, pela má interpretação e transcrições do conteúdo legítimo de Marx.

Com o avançar dos anos de 1970, o perfil profissional se altera, conforme as mudanças democráticas em nível nacional e a com reforma universitária em 1968, a qual criou os cursos de pós-graduação em Serviço Social, dando lugar ao surgimento de um profissional dedicado ao trabalho acadêmico, sendo este perfil inovador na profissão que até então atuava majoritariamente nas políticas sociais.

Esta profissionalização da academia, paradoxalmente, propiciou a formação de quadros profissionais dedicados ao desenvolvimento da reflexão crítica sobre o Serviço Social que, nacionalmente, no período militar, foram colocadas em segundo plano enfraquecidas teórica, política e ideologicamente.

O pensamento crítico passou a se desenvolver nos cursos de Serviço Social, principalmente no sudeste do país, nos fins de 1970. Pela natureza do trabalho acadêmico, possibilitou certa liberdade nos espaços universitários, favorecendo a leitura crítica por parte dos docentes, principalmente nos cursos de pós-graduação, sendo a universidade pública o ambiente cultural sólido para consolidar a intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional.

Esta perspectiva, como abordaremos a seguir, se deu inicialmente com a elaboração do documento Método B.H (1972-1975). Posteriormente, com o evento conhecido como Congresso da Virada (1979), culminando nas alterações curriculares de 1982, implementadas a partir de 1984, e no Código de ética profissional de 1986, os quais apresentaremos adiante.

A “intenção de ruptura” configura-se como um dos mais importantes marcos para se entender a trajetória do Serviço Social crítico no Brasil, sobretudo pela sua aproximação com a tradição marxista⁶⁴ que, pela primeira vez, insere-se no campo intelectual e prático dos(as) assistentes sociais no Brasil.

Para Netto (2011), dois fatores importantes contribuíram para construir um terreno favorável ao movimento de intenção de ruptura do Serviço Social. Inicialmente, as mudanças na própria sociedade brasileira durante o ciclo autocrático em relação às classes sociais e camadas trabalhadoras que tensionaram espaços de lutas sociais e colaboraram para ampliação das bases sócio-políticas objetivas da perspectiva da intenção de ruptura.

Os espaços ocupados, na ultrapassagem da autocracia e nos momentos imediatamente seguintes, pelas camadas trabalhadoras (e pela classe operária em especial) revitalizaram duplamente esta perspectiva: de um lado, começaram a lhe oferecer um suporte com uma aberta e legitimada intervenção social, articulado sobre sistemas organizativos sensivelmente mais avançados que no passado; de outro, pela aproximação socioeconômica da categoria profissional às condições de trabalho das classes subalternas, o movimento organizativo próprio dessas camadas entrou a permear a categoria mesma (cf. seção 2.2.4). (op. cit., p. 258).

Outro aspecto, de configuração endógena às representações da categoria, se deu pela nítida mudança de rumo desta, especialmente por conta da relação de sua aproximação com as camadas trabalhadoras sem forte controle ditatorial em relação às décadas anteriores: “as efetivas condições de trabalho e existência dessas camadas impuseram uma recepção e uma elaboração intelectuais que antes não se registravam” (op. cit., p. 258).

Em face destas determinações, os(as) profissionais começaram a substituir a perspectiva teorista (vazia de interrelação com as bases sócio-políticas brasileiras) que especificava a intenção de ruptura.

O que importa remarcar, por agora, é o redimensionamento da sua configuração: transita-se para um tipo de produção intelectual que enfrenta a realidade em que se movem as classes e camadas sociais a que a intenção de ruptura se vincula⁶⁵. (op. cit., p. 258).

⁶⁴ Conforme NETTO (1989b), a aproximação entre o Serviço Social e a tradição marxista se estabelece em meados dos anos 1960, época de intensa efervescência política internacional e nacional. Para a profissão, verifica-se o distanciamento dos modelos do Serviço Social tradicional, o qual era visivelmente incapaz de fornecer as respostas frente às contradições do sistema capitalista vigente.

⁶⁵ Nota de rodapé 295 do autor: “Fenômeno que, como vimos, é simétrico nas ciências sociais – pense-se na ‘redescoberta’ da classe operária a partir da segunda metade dos anos setenta, de que nos dão conta, entre outros, os trabalhos de Frederico (1978, 1979) e Rainho (1980)”.

É importante destacar, entre 1972 a 1975, a elaboração do importante documento desenvolvido pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Belo Horizonte, o qual ficou conhecido como “Método Belo Horizonte”, ou mesmo, o “Método BH”.

Pode-se afirmar que “Método BH” consistiu concretamente no primeiro projeto que pretendia romper com o “Serviço Social tradicional”, do ponto de vista teórico-metodológico, formativo e interventivo (SANTOS, 1993). Para isso, indicava os parâmetros para a construção de um perfil profissional preocupado em estabelecer sua competência derivada em três dimensões: política, teórica e interventiva. É inquestionável, pois, que, em analogia aos demais documentos mencionados, foi o único a apresentar uma perspectiva de intenção de ruptura com o tradicionalismo da profissão consolidada com aproximação com a leitura marxista. Netto (op. cit., p. 262-263) intitula este momento de intenção de ruptura.

É na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção da ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem – e este é um traço singular da emergência da intenção de ruptura, que só seria recuperado no seu terceiro momento – em seu lugar um alternativo global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação.

Para Netto (op. cit.), o Método Belo Horizonte significou uma alternativa global ao tradicionalismo. O “método” elaborado pela referida Escola ultrapassou a crítica ideológica, teórico-metodológica e representou o afastamento do tradicionalismo. Ele articulou todos esses elementos e superou-os de forma integral do projeto profissional, apontando o conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e das práticas do Serviço Social.

Todavia, embora tenha sua relevância histórica, o “Método BH” apresenta em seu conteúdo uma série de imprecisões, oriundas de um determinado tipo de marxismo, conhecido como: “marxismo vulgar” ou “marxismo sem Marx”⁶⁶.

Pelas observações precedentes, fica salientado o elemento central em que radica o conjunto de problemas que atravessa a elaboração Belo-Horizonte – que, sem esgotar a gênese das suas debilidades, responde predominantemente por elas –: as limitações do viés da tradição marxista que ela incorpora. Sem perder de vista a importância teórica e ideológica

⁶⁶ Entendemos por “marxismo vulgar” apoiado no denominado “marxismo soviético”, vertente equivocada pela interpretação do pensamento de Karl Marx associado a tendências positivistas, buscando entender o marxismo a partir de regras; articulando ecletismo com formalismo na sua interpretação. (Cf. NETTO, 2011, p. 286-288)

desta incorporação, realizada em condições nada favoráveis (recorde-se, mais uma vez, o quadro da sociedade e da universidade brasileiras da época), o fato é que na inspiração marxista de que se socorrem os formuladores belo-horizontinos se encontram os nós problemáticos que rebatem comprometedoramente na sua contribuição renovadora. Trata-se de uma inspiração que, jejuna de uma reflexão sobre as fontes originais, integrou ao marco teórico-metodológico da construção de Belo Horizonte toda a contaminação positivista que vinha no leito da Segunda Internacional, refratada pela leitura mais sofisticada do epistemologismo que, pós-stalinista, não se liberou dos laivos dogmáticos. O ‘marxismo sem Marx’ que enforma a reflexão belo-horizontina, precisamente à falta de uma sustentação ontológico-dialética e na escala em que devia conectar teoria e intervenção prático-profissional, vai na direção da conjunção do fatalismo mecanicista com o voluntarismo idealista – numa ‘síntese’ que, como Lukács o demonstrou há muito, é típica do marxismo vulgar, necessariamente eclético (LUKÁCS, 1974). Assim é que o ‘Método Belo Horizonte’, combinando o formalismo e o empirismo na sua redução epistemológica da práxis, estabelece vínculos iluministas entre concepção teórica e intervenção profissional, deforma as efetivas relações entre teoria, método e prática profissional e simplifica indevidamente as mediações entre profissão e sociedade. (NETTO, 2011, p. 288).

O principal equívoco apresentado neste método foi, sobretudo, na interpretação de que o pesquisador deveria imbuir suas ideias preconcebidas e sentidos, idealizando a condução da pesquisa, configurando-se em um erro grave, por distanciar-se claramente da dialética marxista, caindo na confusão entre método de investigação com método de exposição, “[...] querer forçar a realidade segundo o esquema de um modelo, pretender que o modelo seja o reflexo e o resultado da ação dos grupos [...] Todas elas são expressões de um mesmo problema: o formalismo.” (SANTOS, 1993, p. 141).

Assim, o desconhecimento efetivo das categorias constituintes do método marxiano refletiu nas ideias apresentadas na proposta de BH, o qual compreende:

[...] uma clara separação – que chega ao nível da excludência – entre as dimensões lógicas e históricas do método, verificando-se uma ‘suspensão’ da dialética do conhecimento, desconectada da história. A categoria trabalho, ontologicamente determinante na obra de Marx, está inteiramente ausente e é desconhecida nas análises da prática social e da relação teoria e prática [...]. Assim, as categorias deixam de ‘expressar formas de ser, determinações de existência’, desligando-se do movimento da sociedade que deveriam expressar, passando a ser criações aleatórias do pensamento. Esse deslocamento das dimensões lógicas e históricas fere no ‘coração’ o método marxiano. (IAMAMOTO, 2005, p. 212).

Além de vazio de conhecimento da dialética marxista, outras questões foram apresentadas como críticas ao documento em alusão: empirismo e formalismo. O primeiro se baseou na incapacidade do “Método B.H” superar os fenômenos sociais em nível de senso comum, à medida que, para superá-los, se

fazia necessário elaborar a crítica teórica e suspender estes fenômenos articulando a malha de determinações que o estão imbricados.

O formalismo foi equivocadamente confundido com o movimento da realidade e o movimento do pensamento. O processo de abstração-concreção é o caminho que percorre o pensamento para se apropriar intelectualmente da realidade, mas esse não é o caminho que a própria realidade percorre para alcançar a sua forma atual. Uma coisa é o caminho do pensamento (o método) e outra é o próprio movimento da realidade. Para a concepção do Método BH, a realidade se encaixava na lógica do pensamento, e não seu inverso.

Fruto ainda desse movimento, ocorreu em 1979, na cidade de São Paulo, o III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – evento promovido pelo então CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais –, com o tema “Serviço Social e Política Social”.

Esse evento ficou conhecido como “Congresso da Virada”, por constituir um marco na organização política da categoria, cujo segmento mais crítico assumiu a sua condução, promovendo a substituição de autoridades vinculadas às instituições burguesas por representantes de movimentos da classe trabalhadora, questionando de forma contundente o autoritarismo com o qual governava a ditadura militar, no poder desde 1964.

A análise do documento final do evento evidencia o descontentamento dos congressistas e estudantes presentes quanto à falta de construção democrática do evento e da postura antidemocrática adotada pelas entidades da categoria, o questionamento sobre a ausência de profissionais nas mesas em detrimento do quantitativo de representantes das entidades governamentais e sobre a limitação do número de estudantes participantes do mesmo. Foi visível o descontentamento de um segmento significativo de participantes no Congresso no que se refere à proposta e à dinâmica adotada, que impedia os debates e a manifestação verbal dos participantes. A constituição de um espaço político significativo, tal como a Assembleia, permitiu dar outra dimensão política ao Congresso, atribuindo-lhe outro tom e conteúdo: de questionamento, denúncia e crítica à ditadura. Enfim, o que o III CBAS mostra é o amadurecimento da vanguarda da categoria, que militando em outros movimentos sociais e sindicais, vai acumulando forças e competência teórico-política para conformar uma nova direção estratégica para a profissão. (GUERRA, 2009a, p. 128).

A “Virada” teve desdobramentos no campo da formação, do exercício profissional e da organização política da categoria. Assim, tendo como base o amadurecimento proporcionado pelos debates anteriormente realizados os(as) assistentes sociais iniciam a tessitura de um novo entendimento do Serviço Social, pautado na relação capital/trabalho, na complexidade de relações entre Estado e

Sociedade e orientado por um Projeto Ético-político que refletisse e construísse as opções teóricas, ideológicas e políticas da categoria.

A “Virada” teve o sabor de descortinar novas possibilidades de análise da vida social, da profissão e dos indivíduos com os quais o Serviço Social trabalha. Dali em diante, a realidade, em sua dinamicidade e dimensão contraditória, torna-se o chão histórico preñado de lições cotidianas por meio do protagonismo das lutas da classe trabalhadora e dos sujeitos profissionais que passaram a apreender as necessidades reais vivenciadas pela população como demandas postas ao Serviço Social (CFESS MANIFESTA – NOV/2009)⁶⁷.

Destarte, tornou-se emblemático para o Serviço Social, como um momento de grandes alterações ético-políticas e ideológicas profissionais, repensando novos caminhos ao projeto profissional, não só por força das transformações em curso na sociedade brasileira, mas também em virtude das contradições da própria profissão.

Essa se encontrou muito mais amadurecida na busca por garantir melhor qualidade teórica e crítica em sua atuação. O primeiro estudo sobre Serviço Social fundamentado nas contribuições marxianas se deu com a publicação de autoria da assistente social e professora Marilda Vilela Iamamoto, em parceria com Raul de Carvalho. Trata-se da obra *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1982), cuja contribuição foi de importante destaque, por sua riqueza de detalhe da origem e da institucionalização do Serviço Social no Brasil, sob uma perspectiva de análise crítica da sociedade.

Foi nesta obra que o Serviço Social foi situado como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, sendo responsável pelo gerenciamento de projetos e programas sociais, administrando múltiplos conflitos desencadeados na relação capital-trabalho.

Com todos esses elementos, foi que a profissão passou a compreender o cotidiano como terreno sólido de sua execução, sendo fortalecido pela arena de lutas da classe trabalhadora, o que exige a compreensão crítica deste profissional, na busca de analisar a vida social e as dimensões contraditórias da realidade social de forma crítica, desvelando a aparência dos fenômenos nos quais deveria intervir.

⁶⁷ O Projeto Ético-político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade. Folha 01. Publicada em 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2013.

Dessa forma, o novo projeto profissional estava imbuído de novos valores e princípios ético-políticos, posicionando-se na luta ao lado da classe trabalhadora e não mais sob o domínio de valores conservadores historicamente relacionados à atuação profissional. Essa atuação se direcionava a uma nova frente, articulada diretamente com os movimentos sociais e as lutas da classe trabalhadora em defesa dos direitos humanos e sociais, articulação que se deu no campo prático, trazendo uma nova ética a ser desenvolvida pelos(as) assistentes sociais brasileiros(as).

Vinculando a discussão deste tópico a nossa pesquisa empírica, questionamos às profissionais qual a importância do movimento de reconceitualização para o Serviço Social.

O que se analisa é uma boa compreensão pela maioria das profissionais. De todas, 64,28% apresentaram melhor compreensão sobre a pergunta. Apareceram falas do movimento de reconceitualização como: superação de práticas religiosas e de correntes teóricas conservadoras; articulação com a corrente marxista; maior criticidade da profissão com uma nova intervenção; visão de totalidade; caráter investigativo a partir desse processo.

O movimento de reconceitualização mudou tudo. A gente deixou de ver a questão social a partir do aparente. Agora a gente tem uma leitura mais crítica da realidade, que ultrapassou o conservadorismo da profissão imposto pelo positivismo. (AS2)

Pra mim, o Serviço Social passou para uma coisa nova, a partir da reflexão crítica do fazer profissional, que acabou mudando as práticas, saindo da mesmice, por meio de um pensamento mais reflexivo, com uma visão mais ética, mais crítica da profissão. (AS5)

Eu acho que foi uma conquista. Eu acho que hoje a gente não para muito para pensar nessa conquista pra profissão. Foi um movimento que teve da questão do João Paulo Netto, que puxou toda a questão do assistente social, do fazer profissional, que mudou um pouco o viés exatamente do que é o Serviço Social e o seu papel do fazer profissional. Então, a partir daí que o Serviço Social ganhou outra visão, ganhou outro corpo, tirou a questão da caridade. Que Serviço Social viabiliza direitos. Então, é a mudança da dinâmica de como era o Serviço Social e como ele é hoje. Que ele saiu da caridade, de ver a assistente social como a boazinha. Passou a ter outro viés, com outro olhar, com outras linhas de atuação. Você saiu totalmente da linha do católico, da igreja e passou a ser uma profissão nas ciências sociais. Com embasamento teórico. Que até então nós não trabalhávamos nesse viés. (AS11)

Eu acho que foi uma afirmação das nossas bases profissionais. Eu me lembro dos conceitos que eram colocados pelo Marxismo, pra gente começar a estudar o Marxismo em si. A partir daí, pra gente começar a fundamentar a nossa prática, na nossa intervenção, e isso fez com que se construísse uma característica própria do Serviço Social, porque até então *num* tinha isso. Era muito vago o que tinha que fazer, era muito a questão

da caridade. Então, eu acho que se firmou mais o Serviço Social dentro do que ele é hoje, do que ele apresenta dentro da nossa profissão. (AS14)

Já 35,71% das profissionais confundiram Serviço Social com política de Assistência Social; movimento de reconceituação com política de Assistência Social e/ou não souberam responder.

Bom, faz tempo que não vejo nada do movimento de reconceituação [risos]. Entendo que como a sociedade é mutável, o Serviço Social também tinha que se adequar às novas situações. Foi a partir dele que se travou uma luta constante de a gente reafirmar que a Assistência Social não se confunde com benemerência. (AS1)

Eu acho que a partir dele que a visão crítica nasce e para a política de assistência faz toda a diferença, que a visão desse profissional muda e na Assistência Social, sem o movimento de reconceituação, a gente ainda estaria no movimento anterior, como benesse e não como uma política de direito. (AS10)

Eu vou ser muito sincera, sobre o movimento de reconceituação, faz muito tempo que não leio e não sei nem como responder esta questão. (AS12)

Nossa intenção era perceber se as profissionais reconheciam o movimento de reconceituação como uma tomada histórica da profissão, na tentativa de modificar as bases teórico-metodológica, ética e política, e se elas associavam a sua prática profissional, enquanto assistentes sociais no CRAS, na direção desse projeto.

Algumas profissionais se queixaram da dificuldade de responder esta questão. Por ser um tema de maior conteúdo acadêmico, e possivelmente distante da produção da política de Assistência Social, sendo esta a possível leitura mais recorrente das profissionais, compreendem-se as dificuldades encontradas. E consideramos que a maioria apresentou respostas mais afetas ao próprio movimento, embora em poucas palavras, fez realmente uma boa articulação com o processo.

Veremos a seguir como se desenhou a história da ética profissional no Serviço Social brasileiro.

3.2.3 Ética Profissional e Serviço Social

Como afirmou OELSSEMANN (2003): a busca de princípios e valores éticos 'é a busca de uma identidade com a qual possamos ter consciência', que forme o nosso caráter, que nos dê uma visão de mundo, que nos sirva de parâmetro, de estrada, de caminho e que nos permita enfrentar as violentações da vida. 'Ética é a busca crítica de uma reflexão de princípios em um horizonte de utopia'. (REVISTA INSCRITA, 2009b, p. 15-16).

O debate sobre ética e Serviço Social desenvolveu-se de forma mais intensa no processo de amadurecimento teórico-metodológico, ocorrido nos anos de 1980, período que marcou a ruptura com o Serviço Social de perspectiva conservadora.

É possível afirmar que houve a intensificação das discussões sobre a ética, anteriormente restritas ao aspecto normativo e de cunho moralizante. O conhecimento se ampliou, propiciando um acúmulo teórico que passa a conceber a ética enquanto disciplina de natureza ontológica, compreendida a partir da perspectiva marxista.

Esta reflexão ética é fundamental, porque representa uma tomada de posição da profissão em relação à realidade social na qual se insere e sobre a qual atua. A ética profissional, portanto, transforma-se e consolida-se como uma das dimensões constitutivas da ação do(a) assistente social, a partir da análise das possibilidades inscritas nas relações sociais próprias da sociedade capitalista em busca de sua própria transformação.

A ética profissional é um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inscrevem na relação entre o conjunto complexo de necessidades que legitimam a profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, conferindo-lhe determinadas demandas e suas respostas específicas, entendidas em sua dimensão teleológica e em face das implicações ético-políticas do produto concreto de sua ação. (BARROCO, 2006, p. 67).

A legitimação das profissões relaciona-se às expectativas sociais quanto aos valores e princípios aos quais se coadunam. O *ethos* profissional, portanto, constitui-se na complexa relação que existe entre cultura, ideologia, economia e outras esferas da vida social e as possibilidades de escolha inseridas nas ações ético-morais que se apresentam aos(às) assistentes sociais no curso na intervenção profissional.

[...] o *ethos* profissional é um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ídeo-culturais e as possibilidades

de escolha inseridas nas ações ético-morais, o que aponta para sua diversidade, mutabilidade e contraditoriedade. (op. cit., p. 68).

A ética profissional possui duas dimensões que necessitam ser apropriadas pela categoria (op. cit.). A primeira diz respeito à “moralidade profissional”, que se relaciona com a consciência moral individual e coletiva e com as expectativas sociais em relação ao exercício da profissão. A segunda, por sua vez, no produto objetivo das “ações profissionais”, ou seja, nas consequências ético-políticas que necessariamente resultam de toda intervenção promovida por assistente social, qualquer que seja o seu espaço sócio-ocupacional.

A assimilação dessas dimensões pelos(as) profissionais passa pela reflexão ética que contemple valores e princípios de ordem ético-morais e pela leitura crítica do real, como também deve ser aplicada pela direção ético-política do próprio Código de Ética Profissional, com suas normas, direitos, deveres e sanções, conforme será melhor apontado adiante.

Portanto, a ética profissional não apenas se restringe a normatizações morais nem às determinações de direitos e deveres, mas envolve escolhas teóricas, ideológicas e políticas de uma categoria profissional. Assim, é necessário compreender que sua natureza é constituída pelas esferas teórica, moral prática e normativa (op. cit.).

A primeira diz respeito às bases de orientação filosófica e teórico-metodológica da intervenção profissional. Já a esfera moral prática relaciona-se tanto ao comportamento prático individual do profissional, aos seus valores, quanto ao conjunto das ações profissionais em sua organização coletiva. A esfera normativa, por sua vez, é a que se expressa por meio do Código de Ética Profissional, que prescreve normas, direitos, deveres e sanções. Nesse sentido,

[...] percebo a ética das profissões, de um lado, como reflexão que o próprio grupo pode fazer sobre si mesmo relativamente à sociedade, porque ninguém reflete sem estar dentro de um contexto mais geral – a reflexão depende justamente da relação entre o particular e o geral, e vice-versa, politizando, portanto, a atuação profissional –, e, por outro lado, como uma reflexão da própria sociedade, um padrão normativo, de apropriação do conjunto social, pelo qual ganham o respeito e o reconhecimento da dignidade de todos. Determinados grupos profissionais podem estar em uma situação em que perdem essa noção de generalidade, da universalização e da politização de seu trabalho, e, desse ponto de vista, é evidente que a ética exerce aí o papel da chamada convicção, que alguns denominam de compromisso. (BONETTI, 2005, p. 69-70).

Trazendo nossa pesquisa empírica, correlacionando as entrevistas com a discussão deste tópico, as participantes foram questionadas acerca de sua compreensão sobre ética profissional no âmbito do Serviço Social. As respostas apresentadas indicam que, no dia a dia profissional, a categoria ainda se encontra em processo de apropriação e articulação das dimensões éticas, conforme apresentadas pela discussão de Maria Lúcia Barroco (2006).

Questionamos o que as participantes compreendem por ética profissional no Serviço Social. 42,86% associaram ética profissional a dados, informações, comportamento e a questão do sigilo profissional.

Ética profissional é um conjunto de dados que devem ser preservados, respeitando as limitações dos(as) usuários(as) e dos profissionais também. (AS1)

Ética é um conjunto de atitudes, comportamentos e de conhecimentos, de valores que a gente precisa o tempo todo ter o cuidado de perceber como orientar nossa atuação. Ter respeito, ter cuidado no atendimento. (AS3)

Ética profissional, pra mim, tá embasada em muitas coisas, mas quando a gente se depara com o dia a dia profissional é que a fica mais forte. Pra mim, o mais importante é a questão do sigilo e com certeza do comportamento do profissional. (AS5)

Em relação ao Código de Ética profissional, 28,57% afirmaram que buscavam se embasar neste para referência de suas práticas, limitando ética a este instrumento normativo.

É sobre ética profissional? [pausa]. Bom, no meu cotidiano, eu procuro sempre me reportar ao código de ética, até porque sou supervisora de estágio e a gente também está sendo, de certa forma, supervisionado. É importante sempre buscar trazer para a prática os princípios do código de ética. (AS6)

Cada profissional tem um código de ética. Eu tento, pelo menos, seguir o máximo possível do nosso código. Diante das condições que a própria estrutura que esta instituição nos fornece. E, pra mim, é de extrema importância, porque a partir do código de ética é que a gente realiza todos os nossos procedimentos nesta instituição. Tipo assim, não é tão fácil exercer esta prática, têm muitos usuários que chegam acreditando que a assistente social pode dar um jeitinho e não é bem assim, a gente tem normas e princípios éticos a zelar. Acho que é isso! (AS12)

Por fim, com uma leitura mais política e abrangente de ética profissional, 28,57% das entrevistadas apresentaram concepções de ética profissional que consideram outros aspectos além dos determinantes legais, com boa direção política. Em suas falas, aparecem algumas vezes palavras como conhecimento, leitura crítica, valores e compromisso, coletivo, sociedade etc.

Eu acho que ética tem a ver com essa leitura crítica e com o compromisso com a sociedade. Tem a ver com o compromisso profissional. (AS2)

Assim, apesar da sua individualidade que está muito voltada ao comportamento em prol do coletivo, independente da minha crença. A ética profissional transcende aquilo que é individual, é para o coletivo. A outra coisa que eu quero explicar é em relação ao atendimento com o usuário porque quando você atende, você vai encontrar uma cultura diferente da sua e valores diferentes dos seus e é nessa hora que a gente tem a constatação que a ética profissional vai estar em prática ou não. A cultura e a dinâmica de uma família que eu atendo é muito complexa. Quando eu não exponho essa família, porque ela de alguma forma não tem os mesmos princípios e valores que eu, mas quando eu tomo por base aquilo que é lei, que é direito, aquilo que está posto, como eu já havia falado, é para o coletivo e não para o pessoal, então, eu acredito que ela [a ética] se manifesta. A ética é cara de ser percebida quando eu consigo respeitar princípios que não são meus, mas compreender que são da sociedade, de todos. (AS10)

Ética? A ética é fundamental na nossa profissão e vai para além do Código de Ética. Eu acho que é estar atenta à nossa bagagem teórica, metodológica, aquilo que a gente aprendeu enquanto profissional e estar atento à garantia aos direitos daqueles usuários que estão aqui. É a gente ter cuidado de não misturar alguns nossos juízos de valores. Da pessoa com o profissional. Eu acho que é uma postura profissional diante da realidade que nos foi colocada e tendo um olhar cuidadoso para que a gente possa estar sempre na luta com a garantia do direito. Isso independente dos nossos juízos de valores que a gente possa carregar. (AS14)

Ressalte-se que a apropriação das dimensões éticas se impõe às assistentes sociais não com o propósito de estabelecer apenas trilhos a seguir, mas um caminho que, para ser percorrido, necessita que se realizem escolhas conscientes. Dessa forma, é fundamental para o Serviço Social contemporâneo que os(as) profissionais possam desenvolver possibilidades de atuação coerentes com sua orientação político-ideológica, guiadas pelo conjunto de atributos contidos no Projeto Ético-político profissional, como analisaremos a seguir.

3.3 Projeto Ético-político do Serviço Social: o Código de Ética; a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares Nacionais

O Projeto Ético-político do Serviço Social foi resultado de um amplo processo de construção coletiva, protagonizado por profissionais, professoras(es) e estudantes de Serviço Social, especialmente a partir da década de 1970.

Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social brasileiro, especialmente pela renúncia do conservadorismo profissional. É neste processo de recusa e crítica ao conservadorismo que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando Projeto Ético-político. (NETTO, 1999, p. 01).

Constitui-se em um conjunto de orientações a serem seguidas pelos(as) profissionais, quaisquer que sejam suas áreas de atuação, inclusive a acadêmica. Dessa forma, são alicerces fundamentais do Projeto Ético-político do Serviço Social: o Código de Ética Profissional de 1993; a Lei de Regulamentação da profissão; e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. São estes os instrumentos norteadores do fazer profissional, necessitando do conhecimento imprescindível de cada assistente social brasileiro(a).

Desde a origem do Serviço Social, como já exposto, a profissão está fortemente imbricada ao conservadorismo moral e político. Por consequência, os anteriores Códigos de Ética profissionais representaram esses valores, como: 1947, 1965, 1975 e 1986, tendo este último se diferenciado dos demais por sua aproximação com a classe trabalhadora. Conforme apontado anteriormente, os códigos profissionais elaborados entre 1947 a 1975 apresentavam um viés conservador e determinavam ao(à) assistente social um agir profissional neutro.

O que consta na Introdução do Código de 1947⁶⁸, já nos remete para a compreensão e abordagem ético-moral conservadora e vazia de conteúdo político. Para este, “Moral ou Ética pode ser conceituada como a ciência dos princípios e das normas em que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal”.

Aponta, ainda, que a intervenção profissional se dá no atendimento dos(as) usuários(as) como “pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade”. Para tanto, faz referência a Deus e à “caridade cristã”, a hábitos de acordo com as leis e bons costumes da época. No entanto, oferece boa condução em relação ao sigilo profissional, mesmo quando se tratar de depoimentos policiais. Segundo este Código, é dever do profissional “guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício”; sendo este um dos poucos pontos significativos contidos no texto do referido documento.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

Barroco (2006) menciona que foi elaborada uma publicação em 1962 embasada pela direção europeia da profissão, fornecendo balizas à formação moral do(a) assistente social brasileiro(a) com o Código Moral de Serviço Social. A autora o trata como “uma expressão significativa da reação conservadora aos questionamentos ético-políticos dos anos 1960” (op. cit., p. 122).

A autora citada fez críticas severas ao Código Moral. O texto desse documento apresentou realmente como indicação do absoluto modelo do conservadorismo na profissão, por indicar maneiras e posturas de agir, inclusive na sociedade. A profissional deveria ser “um bom exemplo” de comportamento e hábitos sociais, manter uma postura complacente e se posicionar a favor da harmonia social, da família nuclear burguesa, do casamento etc.

O assistente social deve assim se posicionar: ‘Defenderá sempre a noção exata da família... opor-se-á a todas as leis, regulamentos, organizações ou serviços que preconizam uma falsa noção de família, favoreçam sua instabilidade pelo divórcio, tolerem a infidelidade, imperem sobre a autoridade paterna... Será inimigo de toda prática contrária ao respeito à família e à vida conjugal: o amor livre, o adultério, a limitação ilícita dos nascimentos, a inseminação artificial propriamente dita, o aborto direto, mesmo os que se dizem ‘terapêuticos’, o divórcio etc. Combaterá, por todos os meios legítimos, os fatores nocivos à vida de família: a licenciosidade das ruas, dos espetáculos, da má imprensa, o alcoolismo, a tuberculose e outras doenças sociais destruidoras da família, o regime dos casebres, a propaganda imoral, a desorganização do trabalho’. (HEYLER, 1962, p. 21-24, *apud* BARROCO, 2006, p. 123).

Posteriormente ao Código Moral foram aprovados os Códigos de 1965 e 1975, com uma maior concentração conservadora neste último em relação ao de 1965. O primeiro reatualiza o projeto profissional conservador, por conta do contexto da ditadura militar, enquanto este último expressava os ensaios de teorização vividos pela categoria profissional nesta época.

Ambos reproduziam a filosofia humanista cristã e a fragilidade acrítica e despolitizada que a profissão vivia à época. Contudo, o de 1965⁶⁹ se destaca em relação aos de 1947 e 1975, tendo em vista que já considera o(a) assistente social como “profissão liberal de natureza científica”. Ainda, este é mais imparcial que os citados quanto ao compromisso religioso da profissão e destaca questões como cidadania profissional e papel dos poderes públicos.

É percebido, em sua introdução, que o Código “[...] se destina às profissionais de diferentes credos e princípios filosóficos, devendo ser aplicável a

⁶⁹ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2014.

todos”, induzindo certo pluralismo na profissão. Provavelmente, corrobora com a mesma direção que a profissão assumiu com as tentativas de Teorização, como já apontado, com a tentativa de renovação da profissão iniciada no documento de Araxá. Este buscava caminhos para tecnificar a intervenção profissional nos moldes da autocracia burguesa.

Mesmo com os avanços, por outro lado, também apareciam como deveres da categoria que “o assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais⁷⁰”, além do cuidado com a família, do bem comum, dos direitos individuais e do estabelecimento de uma ordem social justa, dentre outros.

Embora o Código de 1965 não considere criticamente as contradições sociais, o que o conduz a prescrever a ‘colaboração pessoal e técnica’ para o ‘desenvolvimento solidário e harmônico do país’, ele aponta para alguns elementos novos em face do tradicionalismo ético: a colaboração com ‘os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais’ tem como parâmetro situar-se para o estabelecimento de uma ordem social justa; a inserção junto a programas nacionais e internacionais que se destinam a atender às ‘reais necessidades de melhoria das condições de vida’ colocam-se como ‘deveres cívicos’. (BARROCO, 2006, p. 129).

Concluindo, o Código de 1965 não conseguiu romper com o conservadorismo da profissão, principalmente pela aproximação desta com o tomismo, por sua natureza reformista, sem questionamentos à base filosófica humanista e abstrata.

No tocante ao Código de 1975, até início dos anos de 1980, este influenciou bastante o fazer profissional, na medida em que orientava o(a) assistente social a “agir, enquanto perito, com isenção de ânimo e imparcialidade”. Era vedado ao profissional “formular perante o cliente crítica aos serviços da instituição, à atuação dos colegas e aos demais membros da equipe interprofissional”, o que tornava limitada a intervenção do(a) assistente social e extremamente reduzida a sua autonomia. Corroborando com esse entendimento:

[...] Neste sentido, o Código de 1975 reproduz os mesmos postulados tradicionais abstratos: o bem comum, a autodeterminação, subsidiariedade e participação da pessoa humana, a justiça social. A alteração tampouco decorre da citação de novas categorias tais como a ‘dialética homem – sociedade’, usadas abstratamente, mas da exclusão de duas referências presentes no código de 1965: a democracia e o pluralismo. (op. cit., p. 129).

⁷⁰ http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf Data do acesso em 29 de setembro de 2014.

Já o Código de 1986 recusa a ética da neutralidade e reconhece a dimensão política da prática profissional. Assegura ainda, a liberdade da intervenção do(a) assistente social ao afirmar a “inviolabilidade do domicílio, do local de trabalho e respectivos arquivos e documentações” e o “livre acesso aos usuários de seus serviços”, direitos que foram negados durante a vigência do período militar. Contudo, apesar da tentativa de romper com o conservadorismo, o documento possuía limitações que provocaram a sua revisão pouco tempo após a edição.

Por trinta e oito anos, os Códigos de Ética profissionais foram pautados na perspectiva ética conservadora, até a elaboração do Código de 1986, que, em virtude da aproximação com a teoria social crítica, inicia o processo de construção do rompimento com a concepção tradicional na profissão, que assume posição a favor da classe trabalhadora, contudo não rompe de fato com o conservadorismo, pois não apresentava pressupostos teóricos e práticos orientados pelo marxismo, entretanto, institui o pluralismo no Serviço Social em boa direção de conteúdo.

O novo Código de Ética profissional de 1993, instituído em 13 de março do referido ano, supera as deficiências e limitações do documento de 1986. Esse Código incorporou tanto a acumulação teórica realizada nos últimos vinte anos pela categoria profissional quanto os elementos trazidos ao debate ético.

A reformulação do Código em 1993 se deu em um contexto favorável, por conta da redemocratização vivenciada pela sociedade brasileira e vinculação teórica e ideológica com a teoria social de Marx, o que contribui decididamente para um projeto de ruptura profissional.

O Código de Ética Profissional de 1993 reafirmou valores constantes do texto de 1986, como liberdade e justiça social, tendo avançado quanto à normatização da prática profissional. O novo texto inseriu os valores ético-políticos que historicamente vinham sendo construídos pela categoria na prática do(a) assistente social e em suas relações com instituições e população, a centralidade do trabalho e a importância da vinculação da profissão com valores e ações éticas emancipatórias.

O Código de 1993 afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras emancipatórias ao longo da história. (BARROCO, 2009b, p. 18).

A partir de então, consolida-se a exigência para os(as) profissionais desenvolverem leituras críticas, éticas e políticas, tanto de conjuntura quanto do próprio cotidiano, para criarem meios e estratégias reais para consolidação do projeto profissional, o qual se sedimenta como norte orientador nas dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, a sua instrumentalidade.

O que se percebe no fazer profissional do(a) assistente social é a estreita relação entre cotidiano, conjuntura e estrutura; é no cotidiano que as determinações conjunturais se expõem face às contradições estruturais e é nessas situações que se exige o desafio de garantir o sentido ético-político na ação profissional.

Assim, conhecer a ética profissional configura-se um desafio do fazer profissional. O desafio ético existe no estabelecimento e manutenção da análise e intervenção críticos das múltiplas dimensões da realidade. É a partir da ética reflexiva que se garante a suspensão da aparência dos fenômenos sociais, através da mediação das relações cotidianas e imediatas, direcionando a elevação deste a uma atuação compromissada nos princípios éticos da categoria como: democracia, cidadania, equidade e justiça social, dentre outros.

A dimensão política se constitui no entendimento crítico sobre o movimento contraditório das classes, na expressão de uma direção social com caráter de luta, organização, mobilização e compromisso com a classe trabalhadora, bem como do constante enfrentamento das expressões da Questão Social, a partir da incansável busca pela construção de uma nova ordem societária.

Analisamos, dessa forma, que as dimensões ética e política estão estreitamente imbricadas, não havendo situação que permita um formato dissociado uma da outra, tendo em vista que o projeto profissional somente adquire concretude nos diferentes planos do exercício profissional. Isto, obrigatoriamente, exige uma lógica que os articula: o compromisso com uma sociedade justa e igualitária, vinculado, sobremaneira, à transformação desta sociedade.

A revisão do referencial teórico-ideológico e metodológico do Serviço Social tradicional⁷¹ foi pautada sobre determinantes estruturais e conjunturais, que

⁷¹ “Sugerimos entender como Serviço Social tradicional ‘a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada’ dos profissionais, parametrada ‘por uma ética liberal-burguesa’ e cuja teleologia ‘consiste na correção – desde um ponto de vista claramente Funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta

aprofundavam o debate sobre a Questão Social e sobre relação teoria-prática profissional, o que resultou em transformações que se refletiram tanto na formação quanto na intervenção profissional.

Buscou-se, então, construir coletivamente estratégias para que os fundamentos orientadores do Projeto Ético-político fossem apreendidos pelo conjunto da categoria. Assim, evoluiu-se gradativamente, no sentido de aprovar e aprimorar determinados documentos de caráter basilar, quais sejam as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, o Código de Ética Profissional e a Lei que Regulamenta a Profissão.

A reflexão em torno do Projeto Ético-político propiciou que a categoria se debruçasse sobre a dimensão formativa do profissional de Serviço Social. Houve uma preocupação com a formação dos(as) profissionais, uma vez que os valores éticos que se desenhavam a partir de então só poderiam ser direcionados à ação prática se houvesse sua legitimação e reconhecimento por parte dos(as) futuros(as) assistentes sociais.

O debate sobre formação e atuação profissional levou os(as) profissionais a questionarem o Código de Ética Profissional então vigente e apontar as novas perspectivas de intervenção que se apresentavam no âmbito do Serviço Social. Neste sentido, o Código de Ética profissional de 1993 representou um momento fundamental do processo de construção do Projeto Ético-político do Serviço Social no Brasil.

Como primeiro componente dessa discussão, importa apresentar o conteúdo do Código. Este é organizado a partir de uma introdução, que resume os eixos de destaque do documento, onde são apresentados os onze princípios fundamentais que expressam a base do Projeto Ético-político profissional.

Pode-se afirmar que o Código de Ética profissional de 1993 identifica os valores centrais nos quais devem se basear a intervenção do(a) assistente social e os princípios éticos que refletem os valores centrais da profissão. Contudo, o Código não oferece um conjunto de regras que descrevem o modo como os(as) assistentes sociais devem agir em todas as situações. De outra forma, apresenta um conjunto de valores, princípios e padrões para orientar a tomada de decisões e a conduta a adotar quando surgem questões de ordem ética.

ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável” (NETTO, 2011, p. 117).

Para Barroco e Terra (2012, p. 132), “[...] os princípios são normas jurídicas que se sobrepõem ao regramento, possuindo um grau de juridicidade superior que condiciona os parâmetros normativos subsequentes”. Dessa forma, são normas jurídicas que avançam em relação à mera experiência normativa/legal, pois possuem um grau de juridicidade superior que dá direção as demais normas. Estão intrinsecamente relacionados ao sistema normativo e a valores ideológicos, dando direção aos valores que se expressam e materializam na vida social.

Princípio é com efeito toda a norma jurídica, enquanto considerada como determinante de uma ou de muitas outras subordinadas, que a pressupõem, desenvolvendo e especificando ulteriormente o preceito em direções mais particulares (menos gerais) das quais determinam, e, portanto, reúnem potencialmente, o conteúdo sejam pois efetivamente postas, sejam ao contrário, apenas dedutíveis do respectivo princípio geral que as contém (BONAVIDES, 1996, p. 230 *apud* BARROCO; TERRA, 2012, p. 132).

A aprovação do Código em alusão consolida a hegemonia do Projeto Ético-político orientado para a transformação, para a defesa intransigente dos direitos humanos e para uma conduta radicalmente democrática. Ainda sustenta que a ética “deve ter como suporte uma ontologia social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora e tipificada no processo de trabalho” (CFESS, 1997, p. 15).

Ao considerar o trabalho como categoria central na (re)produção da vida social, o Código revela a base objetiva de constituição das ações profissionais que, para Barroco (2006, p. 201), implicam “[...] capacidades que, a partir da práxis, objetivam a sociabilidade, a consciência, a liberdade e a universalidade do ser humano genérico”.

Em se tratando especificamente dos onze princípios fundamentais encontrados no Código de Ética de 1993, observa-se que não podem ser analisados isoladamente, porque foram elaborados dentro de uma mesma direção sócio-política e ideológica. Os princípios que o compõem têm coerência e encadeamento internos, complementando-se entre si, os quais relacionam dialeticamente novos sentidos e proposições.

Consideramos importante nesta pesquisa, uma sucinta análise dos onze princípios do referido Código de Ética, fundamentais para o entendimento dos valores e princípio balizadores do Projeto Ético-político. Destacamos que a discussão aqui apresentada sobre os princípios não será analisada na ordem em

que os mesmos encontram-se dispostos no texto normativo, em virtude de uma necessária articulação conjunta no decorrer deste tópico.

Assim, o **primeiro** princípio “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, entende que liberdade não se trata da concepção posta pelo sistema capitalista, pois este a compreende apenas como autonomia individual no direito de ir e vir, do livre-arbítrio e que coincide com o individualismo burguês. O que liberdade representa de fato?

[...] a liberdade burguesa também tem o discurso de liberdade. Como distinguir o princípio de um e de outro? O nosso Projeto Ético-político, o alcance da liberdade tem uma condição. Está condicionado à modificação das circunstâncias que aprisionam o homem, que o limitam, que o alienam e que favorecem a cupidez e a apropriação gananciosa da riqueza, da renda e da propriedade. Erich From, em seu prefácio de maio de 1964 aos Manuscritos Econômicos-Filosóficos, contribui para tornar clara essa perspectiva, indicando um trecho do volume III de O Capital. Esse trecho diz que o reino da liberdade só começa de fato quando cessa o trabalho que escraviza, ‘determinado pela necessidade’ e não por um desejo de realização. (REVISTA INSCRITA, 2009b, p. 16).

Não é possível reduzir liberdade, em momento nenhum, ao estrito âmbito das decisões individuais, pois a experiência da liberdade se constitui como uma construção coletiva. Liberdade é agir, questionar, buscar respostas tendo como norte a plena expansão dos indivíduos sociais, o que necessariamente está vinculado a ser livre em assumir a responsabilidade consciente por suas decisões; é estar realmente livre de valores morais que reduzem o ser humano a um objeto, é perceber criticamente como se apresenta seu cotidiano e libertar-se da dominação e exploração posta pelo sistema hegemônico.

Baseamo-nos em Heller (2008) para discutir individualidade e genericidade. Para esta autora, todo indivíduo apresenta, consciente ou inconscientemente, as duas expressões, podendo haver intensidades e variações diferenciadas, contudo permeadas por determinações (manipulação e alienação).

Mas a autora assevera que o desenvolvimento humano está intrinsecamente relacionado à sua liberdade e às possibilidades desta, e a liberdade do indivíduo certamente se dá pela libertação do gênero humano das determinações apontadas.

O indivíduo (a individualidade) contém tanto a particularidade quanto o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem. Mas o indivíduo é um ser singular que se encontra em relação com sua

própria individualidade particular e com sua própria genericidade humana; e, nele, tornam-se conscientes ambos os elementos genéricos e particulares; mas, nessa formulação, deve-se sublinhar igualmente os termos 'relativamente'. Temos ainda de acrescentar que o grau de individualidade pode variar. O homem singular não é pura e simplesmente indivíduo, no sentido aludido; nas condições da manipulação social e da alienação, ele se vai fragmentando cada vez mais 'em seus papéis'. O desenvolvimento do indivíduo é antes de mais nada – mas de nenhum modo exclusivamente – função de sua liberdade fática ou de suas possibilidades de liberdade. (op. cit., p. 37).

Essa liberdade é concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas reais face às determinações objetivas postas, não isolada da estrutura vigente. Essas determinações não são engessadas à vida cotidiana como se não houvesse sua superação. Pelo contrário, elas são determinadas historicamente por circunstâncias reproduzidas socialmente, pela ação consciente e inconsciente do próprio indivíduo, podendo este, em condições históricas favoráveis, elevar-se da alienação imposta pela estrutura.

Diferentes sujeitos sociais, em diferentes circunstâncias sociais e períodos históricos, conseguiram compreender a vida social para além da alienação.

[...] a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais. Em todas as épocas, existiram personalidades representativas que viveram numa cotidianidade não alienada; e, dado que a estruturação científica da sociedade possibilita o final da alienação, essa possibilidade encontra-se aberta a qualquer ser humano. (op. cit., p. 59).

O exercício e compromisso com a autonomia, a emancipação, a plena expansão dos indivíduos sociais e elevação destes à condição de sujeitos éticos são indicadores favoráveis à elevação do indivíduo ao gênero humano.

Adentrando na discussão sobre a liberdade para o Serviço Social, apresentamos a abordagem do conteúdo analítico e político do Código de Ética profissional de 1993, por Lúcia Barroco, em comentários ao referido Código, obra publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2012.

Inicialmente, a autora apresenta liberdade diferenciando-a da norma legal ou mesmo da individualidade:

Porém, a perspectiva do Código de Ética do assistente social, cuja concepção 'contém em si mesma uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos(as) trabalhadores(as) um pleno desenvolvimento para invenção e vivência de novos valores, o que evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação' (CFESS, 1993), se contrapõe à visão de 'liberdade individual' que tem sido pensada no sistema normativo capitalista. A 'liberdade', na sociedade de classes, nem se concretiza, efetivamente, na vida real dos indivíduos, nem

tão pouco no sistema legal vigente, que traduz, ao contrário, a negação da liberdade, na medida em que as escolhas são relativas, individualistas, alienada. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 122).

O(a) assistente social comprometido(a) com a construção e a propagação da liberdade faz do cotidiano cheio de desafios, a possibilidade de transformar; da idealização da liberdade, a sua concretização em realidade. Isto significa que o(a) profissional aposta e é capaz de empreender a sua ação como uma unidade entre autonomia e direção, interpretada como e pelo projeto político-profissional.

Certamente que este projeto profissional está imbuído das contradições inerentes à sociedade capitalista, apresentando diversos desafios à sua efetividade. Contudo, a busca pela categoria liberdade se dá pela perspectiva política e emancipatória que a categoria profissional apresenta ao reconhecer que há possibilidade da humanidade desenvolver uma nova ordem societária avessa ao capital, na qual todos os sujeitos estarão verdadeiramente livres e autodeterminados.

Ao reconhecer a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais como demanda inerente à liberdade, o primeiro princípio aponta ainda para uma forma de sociabilidade na qual se supõe a erradicação de todas as formas de opressão e de suas categorias. Pressupõe uma forma de relação que os homens estabelecem entre si na efetivação da produção econômica, em que cada um contribui com suas forças individuais que são postas a serviço do interesse comum e permanecem sobre o controle de todos. (op. cit., p. 124).

A intervenção profissional que reconhece a possibilidade de responsabilizar os indivíduos pelo rompimento com o sistema capitalista vigente parte do entendimento de que todos nós somos sujeitos, realizamos a nossa própria história e não que esta é natural e que a humanidade é objeto dela.

Assim, permite que sejamos capazes de (re)construir nossas ações e atitudes, compreendendo que somos humanos-genéricos, com potenciais de decisões e escolhas que podem modificar a história buscando respeitar e valorizar as opiniões dos outros, com a leitura de que suas escolhas muitas vezes estão influenciadas de valores individuais reproduzidos ao longo do desenvolvimento da história e cultura vigente, de forma que evitemos a individualização e culpabilização dos indivíduos em nossas práticas profissionais, pelo contrário, se dá pela formação de consciências políticas capazes de se perceberem sujeitos éticos comprometidos com toda a humanidade.

O princípio subsequente, o **segundo** princípio, estabelece: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” e teve como contexto histórico para sua justificativa o período militar brasileiro, vivenciado na década de 1970.

Desde então, e até hoje, a categoria profissional se posiciona contra todo e qualquer tipo de abuso de autoridade, sejam eles: agressões, torturas, violências, grupos de extermínio, dentre outros. Isso implica em garantir que as pessoas terão direitos sociais e humanos assegurados no cotidiano da sociedade brasileira (BONETTI, 2005).

Referente a espaços institucionais, de forma geral, abrange-se a compreensão deste princípio, não só associando-o a maus tratos físicos, mas a qualquer exposição a assédio moral: ameaças constantes, desmoralização pública, intimidação, gritos e persuasão (Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego, 2009).

Nesse sentido, e por consequência, os posicionamentos éticos do Serviço Social convergem sobremaneira a favor dos direitos humanos. Os(as) assistentes sociais devem se atentar constantemente pelo que o Código de Ética preconiza: de um fazer profissional – inclusive ir além apenas deste, em suas ações cotidianas – de decisões e atitudes balizadas em critérios éticos com valores essencialmente democráticos.

O **terceiro** princípio dá-se claramente em consequência do segundo: “Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras”.

Este princípio destaca a contribuição da categoria profissional para a garantia da cidadania⁷², em virtude de, indiscutivelmente, a grande maioria dos espaços sócio-ocupacionais dos(as) assistentes sociais serem cenários de

⁷² Em sua primeira acepção, o termo cidadania associava-se à participação política, especialmente durante a Antiguidade Clássica, em civilizações como a greco-romana. Com o passar dos séculos e com as contribuições do Iluminismo vivido pelas ciências no final da Idade Média, alguns filósofos como John Locke e Jean Jacques Rousseau escreveram acerca da cidadania liberal, que dizia respeito à garantia que assistia ao cidadão de livre atuação civil, econômica e política. Atualmente, contudo, as grandes maiorias dos estudos sobre cidadania debruça-se sobre a análise das desigualdades de classes, atentando fundamentalmente para o exercício de direitos sociais. Assim, contemporaneamente, o conceito de cidadania apresenta três vertentes complementares entre si: *civil*, representada pelos direitos inerentes à liberdade individual; *política*, direito de participação no exercício do poder político; e *social*, que diz respeito ao conjunto de direitos sociais e econômicos (Cf. PINSKY, 2003).

viabilização de direitos, mediante intervenção nas políticas sociais e, também, em ações que vão desde planejamento até a execução de serviços, programas, benefícios sociais, na perspectiva de garantia de direitos sociais. Esses espaços institucionais são passíveis de contribuição no acesso à cidadania, assim como, na equidade e justiça social.

Barroco e Terra (2012) corroboram com a importância da correlação de forças das classes sociais para se conquistar processos de cidadania. Fundamentada na leitura de Carlos Nelson Coutinho, vimos na autora:

Para Coutinho (2000, p. 50-51), a cidadania não é algo dado aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (op. cit., p. 125).

Destacamos que o Serviço Social teve intrínseca relação com o processo de conquista e ampliação de direitos sociais brasileiros, tendo em vista que sua materialização só se deu e se consolida a partir de amplas lutas sociais, da participação da sociedade civil organizada e da ação de indivíduos.

Dessa forma, foi e ainda é relevante a participação dos(as) assistentes sociais no processo de reconhecimento de direitos humanos e sociais no Brasil. Esses(as) profissionais, historicamente, ousaram questionar e reivindicar igualdade entre as classes, democracia e cidadania diante da negação da dignidade humana e do exercício da cidadania.

Além das contribuições nos movimentos sociais, junto com a classe trabalhadora, esta categoria tem sua prática profissional intrinsecamente interligada como o reconhecimento de direitos nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais que ocupa, como a atuação em várias políticas sociais, nas quais o(a) assistente social contribui para que os(as) usuários(as) dessas políticas possam acessar benefícios, projetos e programas sociais, a exemplo do lócus de investigação desta pesquisa: os Centros de Referência da Assistência Social.

Esse princípio aproxima seu conteúdo do **quinto** princípio ético: “Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática”.

Sabe-se que equidade e justiça social estão estritamente vinculadas a critérios de igualdade e garantia de direitos sociais. Para Bonetti (2005, p. 190):

A justiça social fala da necessidade imperiosa de se atribuir a cada um o que é seu, no sentido do respeito à igualdade de direitos e aos indivíduos. Ela tenta corrigir as insuficiências e problemas decorrentes do modo de os humanos se organizarem e produzirem a sua própria vida. Logo, numa sociedade como a capitalista, a justiça figura sempre como um ideal a ser perseguido, cuja objetividade se assenta, de um lado, sobre a legalidade, com todo o seu signo controverso, e, de outro, sobre a igualdade.

Esses dois princípios referenciados não estão associados apenas a ideologias, pois o fazer profissional do Serviço Social está completamente imbricado na perspectiva da vinculação ideológica ético-política, mas, sobretudo, ao exercício de sua prática profissional. Entretanto, não se pode perder de vista que apenas a militância e a atuação profissional não garantem exclusivamente cidadania plena.

Certamente que o Estado, através da justiça formal, normas, leis, decretos, dentre outros, apresenta importantes instrumentos para assegurar direitos humanos e sociais, todavia, esse Estado favorece a reprodução das relações capitalistas e defesa dos interesses de burguesia, muitas vezes alimentando direitos individuais e a propriedade privada.

O entendimento político do atual Código de Ética profissional, em se tratando de justiça, é a importância do exercício de valores éticos e políticos pelos(as) assistentes sociais, de forma que se supere a mera execução tecnocrática das diretrizes desse Estado. Orienta-se na perspectiva criar espaços propícios à consciência sócio-política dos(as) usuários(as) atendidos na direção da emancipação humana.

Assim, a defesa da equidade e da justiça social deve estar situada nas ações profissionais, visando, sobretudo, assegurar o acesso aos bens e serviços relativos a programa e políticas sociais, como formas e mecanismos para possibilitar a satisfação das necessidades imediatas dos(as) usuários(as), buscando outros mecanismos que possam contribuir para radicalização da equidade e da justiça, na perspectiva da construção de uma sociedade onde os homens possam produzir bens suficientes para atender suas necessidades segundo suas capacidades e habilidades. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 128).

Atualmente, os direitos civis e políticos sofrem inúmeros desafios impostos pela conjuntura neoliberal e limitam a concepção de cidadania proposta no Código de Ética profissional. Esta consiste na universalização dos direitos sociais, políticos e civis, necessariamente direcionados ao atendimento das necessidades da classe trabalhadora, principalmente no que tange a políticas sociais nas áreas da Assistência Social, Saúde, Previdência Social, Educação, Habitação e Trabalho, dentre outras.

Releva-se, pois, a intensa busca pela postura profissional crítica e resistente, cobrando sua intervenção direta e sistemática em seus espaços de atuação, inclusive nas políticas sociais públicas – já apresentadas nesta pesquisa como maior espaço de intervenção da categoria –, mantendo vivos seus compromissos com os(as) usuários(as) dessas.

Nota-se, no **quarto** princípio, que a profissão de Serviço Social, definitivamente, não se posiciona de forma neutra, e sim no direcionamento expresso em seu conteúdo, quando destaca: “Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida”. Intensamente relacionado à cidadania, a concepção de democracia apontada pelo Código de Ética compromete-se com a igualdade social e distribuição de renda.

Para além da democracia política, consentida e tolerada pela ordem liberal burguesa, a democracia que queremos reclama igualdade de acesso e oportunidades para que todos os indivíduos tenham direito a um trabalho e existência dignos, a condições de moradia, saúde, educação, lazer e cultura. Esse tipo de democracia, todavia, não cabe dentro dos objetivos e dos limites da sociedade burguesa, porque tal conteúdo social contraria o núcleo de relações fundantes da acumulação capitalista, a qual se estrutura a partir da exploração de uma classe sobre a outra. (BONETTI, 2005, p. 188).

Dessa forma, apenas em outra ordem societária, oposta à ordem do capital, acredita-se que a democracia será efetivada plenamente, onde a riqueza produtiva será socializada com todos os sujeitos, os que participam do processo de trabalho e de produção de qualquer bem.

Logo, não haverá distinção de classes nem apropriação e exploração da humanidade por parte de alguns, diferente do que ocorre no capitalismo, no qual a democracia é posta de forma excludente e seletiva. As colocações de Nahra (2000, p. 39) demonstram essa perspectiva:

A concepção de democracia, pois apontada pelo Código, remete para a incorporação de elementos econômicos e sociais. Democracia não seria apenas a existência de regras políticas claras e definidas que garantissem o controle da sociedade sobre o governo, mas democracia exigiria, também, uma ordem social mais justa na qual os frutos daquilo que é produzido fossem melhores distribuídos. A democracia, pois, a que o código aponta é uma democracia que, no mínimo, seja capaz de garantir condições de vida minimamente decentes para a população. O que o código faz, então, é comprometer os assistentes sociais com a construção desse projeto, o projeto de garantir qualidade de vida para todos.

Na lógica do posicionamento e da não neutralidade, o quarto princípio está associado ao **oitavo**, que tem como texto: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”.

Nesses princípios, a categoria do(a) assistente social valida seus compromissos ético-políticos, referenciando-se nos ideais igualitários e libertários destinados às lutas sociais a favor da classe trabalhadora.

Na verdade, este se manifesta em todos os princípios apresentados. O principal objeto de intervenção do(a) assistente social, a questão social, tem como horizonte a ser consolidado o enfrentamento concreto da desigualdade social, na perspectiva de construção de uma nova sociabilidade oposta a do capital, na qual não se permita dominação e exploração do homem, e se garanta a plena expansão dos indivíduos sociais com a plena emancipação da humanidade.

Dessa forma, os(as) assistentes sociais buscam, na sua prática cotidiana, o enfrentamento, resistência e indignação frente à acentuação das expressões da Questão Social proveniente da sociedade capitalista. Contudo, não é genuinamente uma tarefa fácil. Encontrar brechas que sejam alternativas reais contra o sistema neoliberal, exige dos(as) assistentes sociais, no seu cotidiano profissional, uma intensa capacidade de luta e resistência.

Isso se torna mais desafiador em virtude do(a) profissional encontrar-se totalmente imbricado(a) nessa lógica e não se diferenciar de qualquer outro(a) trabalhador(a), em se tratando de vínculo e condições de trabalho. Dessa forma, o(a) assistente social também está sujeito(a) a exploração, irregularidade de contratos, baixa remuneração, o que pode comprometer sua capacidade técnica e ideológica em relação a sua necessidade de sobrevivência.

Para tanto, é necessário não cair no equívoco da interpretação errônea da profissão com caráter de impotência e apatia, ou, em oposição, da imagem messiânica e salvadora (BONNETI, 2005). Cabe um ponto de equilíbrio nessas duas relações. Tanto é imprescindível a conquista de direitos nos tempos neoliberais, mesmo que seja uma luta árdua e coletiva, pois é nesse sistema que valores como justiça, democracia, cidadania e igualdade ganham seus reais significados (op. cit.).

Outra questão refere-se à interpretação de que muitos dos valores do sistema neoliberal não serão extintos em um passe de mágica e, principalmente, não é responsabilidade de uma única categoria saná-los. Assim, é preciso muito

trabalho coletivo para tanto. Nesse processo, compete à categoria contribuir para concretizá-los em ações, atitudes, fatos, projetos, utopias e articulações políticas e críticas.

Eis a relevância de consolidação de todos esses princípios em comento, os quais intencionam e suscitam a categoria profissional, a fim de constituir um horizonte transformador, em prol de práticas sociais emancipadoras, livres e igualitárias.

Sob esses assustadores tempos neoliberais, os valores da justiça, cidadania e igualdade degradam-se no seu real significado, a ética em si não perde a sua potência. Cabe-nos concretizá-la em fatos, atitudes, projetos e utopias, conforme a sua essência original; logo, como construção de uma sociabilidade sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero, que assegure autonomia, emancipação e plena expansão aos indivíduos sociais. (op. cit., p. 202).

O **sexto** princípio aponta para: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”.

Este princípio conduz claramente à ideia que o(a) assistente social atua em um *ethos* no qual há conflitos constantes de valores morais, culturais e sociais tanto na relação com o(a) usuário(a) e o(a) profissional, quando este(a) lida com outros(as) profissionais, inclusive entre si.

Os juízos provisórios, pré-juízos ou preconceitos são analisados e desenvolvidos por Heller (2008), em seu livro *O Cotidiano e a História*, no qual a autora traz um capítulo específico sobre o tema. Para Heller (op. cit.), é próprio do pensamento cotidiano a ultrageneralização, tanto pelas formas “tradicionais” coletivas (reproduzida social, cultural e ideologicamente) quanto pela experiência individual de cada pessoa.

Os preconceitos são juízos provisórios ocorridos pela confirmação e/ou, pelo menos, pela não negação de pensamentos que por um tempo baseiam e orientam atitudes, comportamentos e maneira de pensar. Geralmente, ocorrem pelo pragmatismo do pensamento cotidiano acompanhado pela confiança e pela fé. A primeira, para a autora, está relacionada ao indivíduo por inteiro, a experiência, a moral e a teoria. A segunda, à individualidade particular.

Só baseado na confiança é que o indivíduo é capaz de abandonar ou modificar os juízos provisórios, o que não ocorre quando se baseia na fé. Para Heller (2008), aqueles juízos provisórios enraizados na particularidade e, por conseguinte,

baseados na fé, são pré-juízos ou preconceitos. Estes são juízos provisórios, pelo menos em parte, produtos da vida e dos pensamentos cotidianos que a ciência ignora, e estes, mesmo que analisados, mantêm-se reservados aos argumentos da razão.

[...] os juízos provisórios (e os preconceitos) são meros exemplos particulares de ultrageneralização. Pois é característico da vida cotidiana em geral o manejo grosseiro do 'singular'. Sempre reagimos a situações singulares, respondemos a estímulos singulares e resolvemos problemas singulares. Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos de resolver o problema. Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do caso singular, nem mesmo os decisivos: temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. E isso só se torna possível graças à ajuda dos vários tipos de ultrageneralização. É assim, por exemplo, que se recorre à analogia. E através dela que, principalmente, funciona o nosso conhecimento por experiência o homem que agora queremos conhecer sob algum aspecto importante para nós e essa classificação por tipos permite nossa orientação. Tão somente a posteriori torna-se 'evidente' na prática que podemos dissolver aquela analogia e conhecer o fenômeno singular-nesse caso, o homem em questão – em sua concreta totalidade e, assim, avaliá-lo e compreendê-lo. Decerto, o juízo provisório de analogia pode se cristalizar em preconceito; pode ocorrer que já não prestemos atenção a nenhum fato posterior que contradiga abertamente nosso juízo provisório, tanto podemos nos manter submetidos à força de nossas próprias tipificações, de nossos preconceitos. Desse modo, o juízo provisório analógico é inevitável no conhecimento cotidiano dos homens, mas está exposto ao perigo da cristalização (fossilização); e, embora inicialmente o tratamento grosseiro do singular não seja prejudicial, pode converter-se num dano irreparável se se conserva após ter cumprido sua função. Pode tratar-se de um erro moral, caso em que a orientação na vida cotidiana não será 'perturbada'; mas também pode ser um erro capaz de acarretar uma das catástrofes da vida cotidiana. (op. cit., p. 55).

Entender a concepção de preconceito é associá-lo, como o próprio nome refere-se, aos conceitos estabelecidos previamente, arraigados de valores morais e reproduzidos na sociedade com conteúdo em sua maioria depreciativa.

Dessa forma, baseados na autora acima, afirmamos que o preconceito, de forma abstrata, é sempre moralmente negativo porque não permite e/ou limita a autonomia e liberdade do indivíduo nos seus processos de escolha, “ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo” (op. cit., p. 85).

Para que o indivíduo possa escolher com relativa liberdade, em determinadas circunstâncias concretas, é necessário seu conhecimento das alternativas em relação às possibilidades frente às circunstâncias postas, permitindo

a “relação entre os valores das alternativas e os valores que mais promovem o desenvolvimento humano nas circunstâncias em questão” (op. cit., p. 85).

Mediante esta relação, o homem é capaz de suspender estas determinações e elevar-se ao plano do humano-genérico. Para o preconceito se concretizar, sempre depende de uma escolha relativamente livre do indivíduo, que ao ser consciente, é capaz de perceber se pode se apropriar dele ou não, caindo sobre o indivíduo à responsabilidade pela reprodução dos preconceitos.

Aqui, abrimos um destaque para relevar a discussão do preconceito na sociedade burguesa. Podemos afirmar que foi nesta sociedade que mais se intensificaram as diferenças entre os indivíduos, muitas vezes motivadas pelo interesse de difundir e universalizar a ideologia hegemônica burguesa. Logo, o indivíduo nasce em condições históricas com fortes tensionamentos da ideologia da ordem vigente.

O desprezo pelo 'outro', a antipatia pelo diferente, são tão antigos quanto a própria humanidade. Mas, até a sociedade burguesa, a mobilização de sociedade inteiras contra outras sociedades, mediante sistemas de preconceitos, não constituiu jamais um fenômeno típico. Se prescindirmos de casos excepcionais, o que mais se destaca é o fato de que jamais foi necessário mobilizar a sociedade inteira. O típico, nas lutas de então, era antes o respeito pelo inimigo: gregos e troianos estimavam-se reciprocamente, do mesmo modo como as grandes famílias que combatiam entre si durante o feudalismo clássico. (op. cit., p. 78-79).

Nesse sentido, apresenta ocorrência histórica em outras formas de sociedades, mas é na sociedade contemporânea onde se apontam as diferenças entre populações como “desmoralizantes” no sentido de “desvalor”, entendidos como formas de agir que reproduza valores morais que desrespeitam valores éticos de liberdade, democracia e igualdade entre os povos, e a capacidade valorativa e emancipadora dos indivíduos. O que culturalmente possibilita a formação de segmentos populacionais socialmente excluídos, justificado pelas diferenças de cor, etnia, orientação sexual, gênero, religião, *status* social, dentre outros.

Aponta-se que a atual sociabilidade brasileira vem a passos longos pleiteando conquistas, diretos e legislações que tenham identidade com causas sociais em atenção a esses segmentos, contribuindo para isto as atuações dos movimentos sociais, que investem em uma militância consciente, desempenhando ações de promoção, sensibilização e punição, com o fito de democratizar o tecido social.

Não se pode perder de vista que, as argumentações anteriores, as quais fundamentam o conteúdo ideológico e prático dos princípios vinculados ao Projeto Ético-político, reforçam mais ainda a ideia que os princípios estão encadeados, sempre articulados entre si.

Destarte, a eliminação de todas as formas de preconceito está completamente vinculada a valores como liberdade, igualdade, democracia, justiça, pois vão em direção a uma cultura ideológica essencialmente igualitária e justa, e, sobretudo voltada à construção de uma nova ordem societária. É inquestionável a vigilância diária do(a) profissional para uma atuação pautada nesses valores.

O **sétimo** princípio, “Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”, muitas vezes, é confundido com possibilidade de sincretismo entre correntes teóricas no Serviço Social.

Entretanto, é expressa a aproximação com a vertente marxista e distanciamento das demais, desde o Movimento de Reconceituação, já mencionado nesta pesquisa. Por ter sido construído coletivamente, e ter sua natureza heterogênea, o Projeto Ético-político necessariamente pressupõe o pluralismo, todavia, há uma definição hegemônica existente na profissão, refletindo opções teóricas e político-ideológicas.

Assim, o sentido de ser plural refere-se ao direito a uma expressão teórica e política, as quais possibilitem condições de liberdade de crítica, embate de ideias, discussão, debate, controvérsia, inclusive entre concepções de pontos de vista diferentes na própria categoria.

O pluralismo, assim, direciona-se para o respeito e coexistência de diferentes modos de analisar e compreender a sociedade; trata sobre a convivência democrática entre diferentes.

O pluralismo defendido pelo Projeto Ético-político do Serviço Social, portanto, compromete-se com a liberdade, com a tolerância, com a vida biocultural igualitária e com a livre expressão da vida subjetiva-criativa. É a ética da igualdade na diferença. Compromete-se com a justiça social e a equidade, por isso, com a democracia política, econômica, cultural e social e com a universalização de direitos. (REVISTA INSCRITA, 2009b, p. 16).

Importa mencionar que a competência profissional “[...] não é algo pronto e acabado, nem se adquire de forma mágica e instantânea. Também não é produto

do espontaneísmo ou de modelos fixos e predefinidos” (BONETTI, 2005, p. 204), tendo em vista sua vinculação entre o processo da experiência gradual e processual entre teoria e prática.

A competência profissional implica desde a formação acadêmica qualificada à constante participação em formações teórico-metodológica e técnico-operativa, em matéria de Serviço Social; aproximação analítica de pesquisas, estudos e métodos de investigação científica sobre a profissão; observação crítica do cotidiano de trabalho; análises de conjuntura e estrutura, fatores indispensáveis para a efetivação de uma prática profissional eficiente e próxima dos valores e princípios, possibilitando o que prima o **décimo** princípio: “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Somente através do constante aprimoramento intelectual é que se garante qualidade na prática profissional e, por consequência, dos serviços prestados ao público atendido. Consoante Barroco e Terra (2012, p. 130), isto “[...] possibilitará compreender a realidade de forma crítica e as dimensões da questão social, bem como para buscar mecanismos e instrumentos eficazes e éticos, para contribuir com a efetivação do acesso e ampliação de direitos”.

Certamente que, para compreender a complexidade de fatores associados ao objeto de intervenção do(a) assistente social, exige-se compreensão política, social, econômica e cultural da reprodução social.

A leitura aprofundada da realidade social proporciona a este(a) profissional uma intervenção qualificada, atenta e articulada às contradições sociais e à leitura crítica da conjuntura vivenciada, segura quanto ao conteúdo dos direitos sociais e organização normativa, jurídica e administrativa das políticas sociais, e, sobretudo, sobre as concepções das dimensões ético-políticas que a profissão se propõe a defender ao atender os(as) usuários(as).

Esse exercício é preciso ser alimentado constantemente, tanto pelo contato com autores(as) e estudiosos(as) sobre os diferentes temas que a profissão aborda e intervém, quanto pela participação na vida sócio-política, a partir dos espaços de lutas junto aos movimentos sociais, com participação da sociedade de forma geral.

Outra forma de qualificar a atuação profissional é o desenvolvimento de pesquisas que exponham as dimensões do real e sirvam de subsídio para a

transformação de práticas equivocadas, culminando em intervenções profissionais vinculadas à constante crítica ao cotidiano e aos questionamentos da conjuntura posta.

De posse, de um projeto que nos clarifica os objetivos profissionais e os valores, que contenha o referencial teórico-metodológico que nos permita fazer a crítica ontológica do cotidiano, da ordem burguesa e dos fundamentos conservadores, que persistem na profissão, que lance luzes sobre suas possibilidades de escolhas e nos orienta para determinada direção social (resultado de teleologia que se confrontam), estamos aptos a desenvolver novas competências no âmbito do mercado de trabalho, ocupando novos e tradicionais espaços profissionais [...] questionando critérios de elegibilidade que são focalistas, que tratam direitos como privilégios; ampliando o quanto possível esses critérios visando a sua universalização; pesquisando e conhecendo os sujeitos que demandam as ações profissionais. A nosso ver, só assim é possível falar em competência profissional. (GUERRA, 2007, p. 31).

O **nono** princípio, intitulado “Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos(as) trabalhadores(as)”, expressa no seu conteúdo exatamente seu sentido e, o que já fora comentado no quarto princípio, quando se indica a necessidade de extrapolar a discussão ético-política além da categoria profissional de assistentes sociais.

Intenciona externar esses valores com profissionais de outras categorias, com o fito de barganhar força política com aqueles(as) que também coadunam com essa percepção de mundo, garantindo principalmente o caráter coletivo e político da categoria a favor da classe trabalhadora. Isso implica na não individualização do Serviço Social, porque, indispensavelmente, ocasionaria fragilização do caráter de luta política da profissão, fundante para a categoria, ao tempo que a coletividade garante maior legitimidade em garantir a efetivação das lutas sociais.

Finalmente, o **décimo primeiro**, último dos princípios, tem como conteúdo “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física”. Esse princípio dá fechamento a todos os princípios fundamentais do Código de Ética profissional.

Primeiramente, é interessante debater o que se compreende sobre discriminação. Discriminar é negar o respeito pelo ser humano; é a negação de direitos que já são reconhecidos a um determinado grupo social (BONETTI, 2005). O

direito a ter direito é inalienável e disposto a qualquer pessoa e pertence a todo ser humano, independente de cor, sexo, orientação sexual, religião.

Como o(a) profissional assistente social não está alheio(a) a sofrer discriminação, nem mesmo discriminar, é importante não perder de vista o exercício deste princípio, desde o atendimento e contato qualquer com os(as) usuários(as), ou mesmo o tratar e conviver com os(as) demais profissionais, tanto para não discriminar, quanto para não sofrer discriminação. Em situação similar, o(a) profissional deverá ficar atento(a) em também fazer valer seus direitos de cidadã(o) e não se calar frente às injustiças.

Dessa forma, esse princípio assegura direitos para os(as) profissionais, como também exige o cuidado destes(as) frente às diferenças entre os(as) usuários(as) e outros(as) profissionais. Saber conduzir eticamente as diferenças postas entre as pessoas é um exercício fundamental, porque ferir esse princípio é, sem dúvida, desconstruir todos os outros valores como igualdade, justiça, equidade, pluralismo, tão discutidos anteriormente.

Muito mais do que uma bela afirmação de compromissos, destaca-se no conjunto das proposituras éticas do Serviço Social pelo sensível imbricamento de importantes ideais e pressupostos valorativos que o compõe. Ou seja, contempla as preocupações anteriores no que diz respeito à experiência particular e subjetiva da liberdade, tanto pertinente a grupos e atores sociais, quanto aliada às diversas inflexões e explicitações das singularidades que determinam os indivíduos cultural e socialmente. (op, cit., p. 205).

Diante de todo o exposto, é indispensável considerar os princípios postos pelo Código de Ética profissional de 1993, os quais vinculam valores práticos e ideológicos ao profissional na direção de uma sociedade justa e igualitária, na qual homens e mulheres tenham direitos garantidos, exista democracia, equidade, justiça e, principalmente, igualdade social, porque a dignidade humana é superior a qualquer fenômeno individual e coletivo. Os sujeitos sociais são iguais, independentemente de suas orientações sexuais, crenças, cor, sexo e *status* social.

Fazemos destaque às duas resoluções regulamentadas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que versam sobre as condutas profissionais relacionadas à orientação sexual.

Citamos a Resolução N° 489/2006, que veda condutas profissionais discriminatórias e preconceituosas por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do(a) assistente social, e a Resolução N°

615/2011, que normatiza a inclusão e uso do nome social da assistente social com identidades de gêneros travesti e transexual nos documentos de identidade profissional.

Enquanto profissionais, tornam-se indispensáveis esses valores em sua prática, necessitando serem alimentados nos constantes processos de aprimoramento teórico e prático na busca da competência profissional, pois essa é uma direção para interferir diretamente em atuações profissionais mais qualificadas, éticas e socialmente comprometidas.

Cabe aqui destacar nossa pesquisa empírica quando, ao serem questionadas se poderiam citar algum princípio do código de ética profissional que seja observado mais recorrente em sua prática profissional, nas falas de 64,28% das entrevistadas, estas costumavam se reportar de forma mais recorrente em suas práticas a valores como: igualdade, justiça, garantia de direitos, sociedade sem preconceitos, liberdade, respeito.

Relataram que se remetem ao código de ética profissional:

[...] o que me lembro agora mais próximo ao que faço aqui no CRAS é de liberdade, democracia e pluralismo como princípio pra gente. (AS2)

Acho que a liberdade do usuário, a busca da justiça social, a equidade. Acredito que tudo isso é princípio da assistente social. (AS5)

Só me vem mais *na* cabeça a história da liberdade, equidade e garantia de direitos dos(as) usuários(as) . (AS6)

Como princípio, eu acredito que é fundamental pra nós a ausência de preconceito e equidade. (AS7)

[...] faz tempo que não vejo isso [risos]. Só me vem agora a questão da equidade com os usuários. (AS8)

A igualdade! Que nós temos, principalmente, o respeito. Nós temos de respeitar todos de forma igual, não há uma diferenciação. O respeito do aprender e do ouvir principalmente. Acho que o principal que é o respeito. Já do ouvir, muitas vezes o usuário quando ele chega, ele quer que você escute. Por isso que digo, a igualdade; buscar o acesso e fazer com que o usuário tenha o acesso. [pausa] O sigilo! Garantir o sigilo desse atendimento em todos os momentos, eu acho que isso é fundamental: a gente tentar dar um sigilo para esse usuário, que muitas vezes eles não conseguem expressar tudo que *tá* acontecendo naquele âmbito familiar, porque incomoda, às vezes porque tem muitas pessoas no ambiente do CRAS na hora do atendimento, então eu acho que o sigilo, sem dúvida, é importante. (AS9)

Alguns princípios? [pausa]. Bom, eu *num* posso dizer de cor todos, mas algumas palavras fundamentais que tem nos nossos princípios, que é a questão da cidadania, a questão da liberdade, o respeito às diferenças, a questão da ética, da autonomia, da emancipação. Então, são algumas

palavras que fundamentam os nossos princípios e nos guiam para ação. São palavras chave. (AS11)

Eu acho que a garantia da liberdade. Eu acho que ela se expressa se a gente permitir. A gente trabalha aqui no CRAS com serviços e sua expressão é através dos grupos. A gente chama serviço, mas na realidade são os grupos. E eu acho que garantir dentro desses espaços a voz dos(as) usuários(as), que eles se coloquem. Na realidade dele, naquilo que eles se apresentam, que eles acham que é o certo, que são os valores deles. É garantir que haja essa liberdade de expressão do usuário. (AS14)

Observamos a riqueza das falas das interlocutoras, muito além da simples mensuração se sabem ou não cada princípio do código, mas, sobretudo, a direção que cada um representa em seu cotidiano de trabalho, o olhar das profissionais em relação ao cuidado e respeito as(os) usuárias(os), principalmente suas percepções como tentativa de levar alguns princípios para suas execuções, valores de conteúdo ético importante em todo fazer da assistente social. Elas poderiam, de repente, desconhecê-los ou negá-los, mas a maioria reconheceu parte deles, sendo um achado interessante.

Contudo, 14,28% afirmaram não recordar nenhum desses princípios e não associá-los à prática profissional, enquanto outras 21,42% apresentaram respostas que não se relacionam com o referencial normativo, teórico e político dos princípios, conforme citação de alguns deles abaixo. Dessa forma, pode-se entender que houve dificuldade de conhecer o conteúdo dos princípios propriamente, o que não implica que estas não os desenvolvam suas perspectivas sem denominá-los.

Pra ser bem sincera, não me lembro de nenhum dos princípios do código agora que a gente desenvolve aqui. Eu estou mais no fazer do que só no lembrar [risos]. (AS1)

Lembro de respeito à população, a busca por um atendimento mais integral, que não veja só a demanda inicial. (AS3)

Assim, eu conheço o código de ética [pausa], mas dizer exatamente quais são os valores e princípios fundamentais, eu não sei se isso é princípio [pausa], mas tento fazer o meu trabalho de acordo com a maneira correta. (AS12)

Após esta sucinta discussão e conhecimento teórico-prático dos princípios norteadores da profissão contidos no Código de Ética profissional de 1993 e sua associação com o cotidiano das interlocutoras da pesquisa, voltamos para discussão dos componentes do Projeto Ético-político.

Faz-se necessário apontar que, ainda em 1993, em momento posterior à Resolução que aprovou o novo Código de Ética Profissional, foi elaborada a nova

Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93), em 07 de junho deste ano, o que contribuiu para o fortalecimento da identidade profissional dos(as) assistentes sociais.

Após a discussão do Código de Ética profissional, o segundo componente do Projeto Ético-político dessa discussão é a Lei de Regulamentação da Profissão, a qual condiciona o exercício da profissão ao prévio registro nos Conselhos Regionais, e atribui a estes e ao Conselho Federal a responsabilidade pela disciplina e defesa da intervenção profissional. Estabelece ainda onze competências do(a) assistente social, em uma direta vinculação à diretriz ético-política profissional.

No que se refere a sua diferenciação, compreendemos como atribuições privativas todas as atividades que obrigatoriamente são executadas por um(a) profissional bacharel em Serviço Social, sendo assim uma intervenção exclusiva, justificada pela compreensão e habilitação desse(a) profissional para esta prática. Como competência profissional, refere-se às atividades desenvolvidas pelo(a) profissional, podendo também ser realizada por outra categoria, em equipes multidisciplinares.

A Lei de Regulamentação da Profissão não pode ser entendida apenas como instituto legal da profissão, pois as competências e atribuições ali estabelecidas não podem ser dissociadas dos processos sócio-históricos e do perfil estabelecido pelas Diretrizes Curriculares para o bacharel em Serviço Social, no sentido do enfrentamento às expressões da questão social.

Ademais, recentemente, a Lei nº 8.662/93 sofreu uma importante alteração, tendo sido alterado o seu artigo 5º, garantindo à categoria a jornada semanal de trinta horas semanais sem redução dos salários. Foi alterada pela Lei 12.317, de 26 de agosto de 2010.

A aprovação da referida mudança legislativa constitui uma conquista histórica dos(as) profissionais, na medida em que a diminuição de jornada apresenta reflexos na luta por melhoria de condições de trabalho e melhor qualidade de vida desses(as) trabalhadores(as), podendo gerar jurisprudência às demais categorias profissionais.

Todavia, observamos que, ao tempo que as instituições diminuíram a carga horária, não fizeram novas contratações de profissionais, intensificando as atividades e serviços em menor espaço de tempo. Essa é a realidade dos CRAS de Fortaleza-CE, desde 2010. A gestão municipal reduziu a jornada de trabalho, mas

não contratou mais profissionais para repor os trabalhos, e ainda mantem os profissionais psicólogos(as) desenvolvendo as mesmas atividades e recebendo os mesmos salários, mas não tiveram redução de suas jornadas. Além disso, passaram a receber as demandas sobranes na ausência das assistentes sociais. Citando uma das interlocutoras, tratando das condições de trabalho, esta afirmou:

As condições éticas e técnicas não são as melhores [risos]. Principalmente pelo espaço físico. Muitos atendimentos são feitos com as portas entreabertas por conta do calor excessivo, o que interfere no sigilo. Com a implementação das trinta horas, não houve aumento no número de profissionais. Então, o que antes a gente fazia em oito horas de trabalho por dia, agora tem que fazer em seis, porque as metas continuaram as mesmas. Por isso que a preocupação com a quantidade prejudica a qualidade do trabalho. (AS1)

Esta questão apareceu em demasia nas falas das profissionais. Tanto a sobrecarga de trabalho, como os baixos salários, a instabilidade na forma de contratação e dificuldade nos espaços físicos são fatores que limitam as condições da intervenção profissional nos CRAS de Fortaleza.

Por fim, o terceiro componente do Projeto Ético-político profissional refere-se ao necessário estabelecimento de Diretrizes Curriculares orientadas pelo novo direcionamento ídeo-político profissional. Netto (1999, p. 16) assinala que:

[...] o compromisso com a competência⁷³ só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa.

Assim, a elaboração da proposta de Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social, em 26 de fevereiro de 1999, foi um produto construído coletivamente por assistentes sociais dos mais diversos estados do país. O processo de elaboração das Diretrizes Curriculares atualmente em vigor teve início a partir de 1993, quando a XXVIII Convenção Nacional da ABESS deliberou a revisão do Currículo Mínimo⁷⁴, vigente desde 1982.

⁷³ A competência ético-política dos Assistentes Sociais não fica restrita apenas à vontade política e à adesão a valores, mas se refere à capacidade desses profissionais de torná-los concretos através da apreensão, como uma unidade, das dimensões éticas, políticas, intelectuais e práticas (IAMAMOTO, 2005).

⁷⁴ “Em 1982, é regulamentado o Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social do país. Essa nova proposta curricular representou, juntamente com o Código de Ética de 1986, uma profunda renovação profissional, signo daquelas conquistas políticas e teóricas, cujo lastro de crítica visava à recusa da base filosófica tradicional, predominantemente conservadora que informava o Serviço

Essa instituição promoveu e coordenou, com o apoio do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma ampla avaliação da formação profissional, envolvendo as unidades de formação acadêmica em Serviço Social em todo o país.

De acordo com dados disponibilizados no endereço eletrônico⁷⁵ da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entre 1994 e 1996 foram realizadas duzentas oficinas locais, vinte e cinco oficinas regionais e duas oficinas nacionais, com o objetivo de elaboração da nova proposta curricular. Esta, por sua vez, foi aprovada na Assembleia Geral da ABEPSS que ocorreu no Rio de Janeiro, em 1996.

Tais debates demonstram o caráter vital que o exercício profissional adquire como espaço revelador do projeto profissional, à medida que colocam em movimento ações pautadas nas competências e atribuições privativas do(a) assistente social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

Contudo, o documento que regula as Diretrizes para a formação em Serviço Social no Ministério da Educação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2001, não adotou todo o conteúdo da nova proposta curricular. O documento vigente retirou princípios e conteúdos fundamentais constantes da proposta que havia sido construída, especialmente no tocante à direção social e ético-política do perfil profissional. No entanto, muitas autoras(es), professoras(es) e estudantes do Serviço Social continuam se reportando às Diretrizes Curriculares da ABEPSS, quando tratam de formação profissional e de sua vinculação ao Projeto Ético-político.

A importância das Diretrizes Curriculares se apresenta no estabelecimento de um perfil profissional para o bacharel em Serviço Social. Definido como aquele que formula e elabora propostas para o enfrentamento da Questão Social em diferentes espaços sócio-ocupacionais, o(a) assistente social deve possuir formação intelectual e cultural crítica, comprometendo-se com valores e princípios éticos.

As Diretrizes Curriculares determinaram uma nova lógica curricular que busca implementar um processo de ensino e aprendizagem que supere a

Social. O centro da revisão curricular de 1979/1982 foi a conexão da formação com a realidade brasileira em um momento de redemocratização”. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 22 ago. 2010.

⁷⁵ Refere-se ao acesso do endereço eletrônico da ABEPSS. Disponível em: <www.abepss.org.br>. Acesso em: 01 set. 2010.

fragmentação do conhecimento até então construído e difundido no meio acadêmico. A nova lógica curricular baseia-se em três núcleos de fundamentação da formação profissional, quais sejam: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; fundamentos do trabalho profissional. Para tanto, é indispensável a articulação desses na formação, pois,

[...] para desenvolver suas potencialidades necessitam da interlocução com a teoria crítica; da atitude investigativa e da prática da pesquisa; dos estudos avançados proporcionados pelos diferentes níveis da pós-graduação, da produção de conhecimento; da apropriação dos princípios éticos; do empenho teórico-prático à aproximação aos carecimentos das classes trabalhadoras; de formação qualificada, com direção social e fino acompanhamento da dinâmica societária, das necessidades sociais subjacentes às demandas profissionais, dos processos formativos e do exercício profissional. Sem esse esforço, forma essencial de resistência, o projeto da formação profissional não passaria de um roteiro de boas intenções. (KOIKE, 2009, p. 213-214).

São também apresentados os princípios da formação profissional, entre os quais se destacam:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional⁷⁶.

Observamos, então, que o viés ético-político passa a ocupar uma posição privilegiada no currículo, constituindo um dos seus eixos fundantes e assumindo um caráter de centralidade na formação profissional. As Diretrizes Curriculares estabelecem um projeto de formação acadêmica que reflete a opção feita pelo conjunto da categoria nas últimas décadas pela adoção de uma teoria social crítica e no sentido de contribuir para a construção de uma nova ordem societária.

⁷⁶ Disponível em:

<http://abepss.hospedagemdesites.ws/wpcontent/uploads/2012/07/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 18 maio 2013.

Finalizando essa discussão, após a exposição dos elementos que compõem o Projeto Ético-político, nos embasamos na importante síntese da autora abaixo:

Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade em sua auto-qualificação na sociedade. Adquiriu visibilidade pública por meio do novo Código de Ética do Assistente social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário na área. Mas houve também um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. Parcela substancial do acervo bibliográfico e principais publicações do Serviço Social, hoje disponíveis, são resultantes das duas últimas décadas. Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990 como uma categoria que também é pesquisadora. Por outro lado, amadureceram suas formas de representação político-corporativas, contando com órgãos de representação acadêmica e profissional reconhecidos e legitimados. Um amplo debate em torno das políticas sociais, na teia das relações entre Estado e sociedade civil, contribuiu para adensar o debate sobre a identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto-reconhecimento. (IAMAMOTO, 2005, p. 51).

O Serviço Social, portanto, apresentou conquistas nas diversas esferas que o constituem. Este autorreconhecimento enquanto categoria profissional que reflete a realidade em que está inserida trouxe desafios na constituição de práticas profissionais que efetivamente traduzam os avanços teóricos e normativos.

Na pesquisa empírica, quando questionamos em que direção ético-política as profissionais compreendem o seu fazer profissional e quais valores norteiam sua intervenção no CRAS, enquanto assistente social, tínhamos como perspectiva perceber se elas possuem valores além da profissão, a qual projeto societário se vinculam e quais valores relacionam à sua prática.

28,57% das interlocutoras trouxeram como seus valores: o trato com o(a) usuário(a), tanto pela escuta quanto pela possibilidade de informar a população sobre seus direitos, havendo uma relação mais estreita em formar opinião, inclusive de possibilitá-la a participar de espaços políticos.

Em certa medida, pode-se perceber, na segunda fala principalmente, uma direção um pouco mais política, no sentido de maior aproximação com o(a) próprio(a) usuário(a) do que mesmo com a instituição, que é permeada de interesses políticos por sua natureza pública. Além disso, embora não central, a associação com direitos/legislações também é bastante positiva.

A ética se expressa nos atendimentos, na forma como a gente escuta, como faz os encaminhamentos, na orientação dos estagiários. A gente às vezes se depara com tantas coisas no dia a dia, que fica pensando no que é ético ou não. Os valores que direcionam a minha atuação, o primordial é a

escuta, porque sem a escuta qualificada, de forma respeitosa, a gente não consegue fazer nenhuma intervenção. (AS5)

A ética profissional se expressa quando eu faço um atendimento, uma visita domiciliar. Atuar da forma que eu considero correta. Eu acho que a dimensão política é mais de a gente informar a população. A população informada sabe o que deve fazer, deixa de ser um fantoche na mão de políticos. A partir daí, a população passa a intervir nos fóruns, nos espaços de discussão. Os valores éticos que eu procuro seguir são o do código de ética e as outras normas que dizem respeito ao público que a gente atende, como o ECA, estatuto do idoso. (AS4)

Outras 28,57% relacionaram seus valores ético-políticos especificamente com direitos sociais, inclusive com a percepção dos limites estruturais e institucionais. Declaram o cuidado no atendimento com o(a) usuário(a), a compreensão destes enquanto sujeitos de direitos com possibilidades de conquistá-los, e que as leis propiciam esse acesso por parte destes.

O que eu sempre busco é a questão da garantia dos direitos, o respeito ao sigilo, apesar de nem sempre a estrutura física contribuir para isso. Tem a questão da igualdade no tratamento e no atendimento. Como valores, eu penso na igualdade, justiça social [pausa]. Eu entendo que é um exercício cotidiano romper com as desigualdades sociais que a gente passa. Muitas vezes é frustrante, a gente esbarra em muitas barreiras, questões que vão além de você. Mas vale tentar. (AS6)

Acho que minha direção política é a forma como eu compreendo e eu procuro atuar, muito pensando nesse coletivo. É tentando fundamentar esta prática nas normativas, naquilo que é colocado enquanto lei, enquanto direito. (AS10)

É direção mesmo na política de direitos. Eu sempre deixo... [pausa]. Sempre passo *pros* usuários que aqui é uma política de direito, que Assistência Social hoje já mudou essa linha de benefício de que eles são uns coitadinhos, que não são. A gente sempre fica... [pausa] porque, assim, eu primo muito pela qualidade do atendimento aqui, porque eu falo muito isso, são pessoas que vêm já com uma carga muito de não, de não. Então, por mais que eles aqui sejam mais um não, de uma cesta básica, de uma coisa, mas a gente tenta atender na medida do possível, e às vezes só uma escuta mesmo, uma orientação, eles já ficam satisfeitos. Eu tento passar pra toda a equipe que a gente tem que atender como sujeitos de direitos mesmo. (AS13)

Ainda, as entrevistadas que proferiram com um conteúdo mais ideológico filiado a um projeto ético, inclusive afeto ao projeto profissional e ao código de ética, representaram 35,71%. Pontos importantes tomaram relevo como: compromisso ético pautado no acesso aos direitos; questão ideológica; sociedade melhor; leitura crítica da sociedade; posicionamentos para defesa de direitos de uma classe etc. Foram comandos muito bem articulados pelas entrevistadas, com boas falas sobre sociedade, ideologia e contradições.

A ética se expressa nas minhas posturas, no meu agir, no meu pensar. Se eu tenho um compromisso político com um projeto, então eu tenho a obrigação de contribuir com esse projeto, ter compromisso com o usuário. Quanto ao conteúdo político, tem a ver com o compromisso ético pautado no acesso aos direitos. Confesso que hoje eu *tô* muito desacreditada na questão ideológica. Eu tinha muito envolvimento com algumas bandeiras de luta que hoje se fragmentaram muito e só me distanciei. (AS2)

Liberdade, respeito [pausa]. Mas para além do código de ética, eu acho que o nosso grande diferencial é o projeto ético-político, contribuir para a formação de uma pessoa que tenha um vislumbre numa sociedade melhor, mais igualitária, que se perceba como sujeito de direitos. Um assistente social que não tenha uma leitura crítica da sociedade, *tá* indo contra esse projeto ético-político. A gente sabe que sociedade a gente quer construir e tem uma responsabilidade em ser assistente social, ao favorecer que a sociedade consiga ver e buscar essa nova sociedade. (AS3)

No CRAS, a gente tem que ter cuidado pra refletir o que levou aquela família à situação em que se encontra, sem preconceitos. Eu tento seguir os conceitos e os princípios do Código de Ética. Tenho até revisto muitos pontos de vista que eu tinha antes da formação profissional, pra atuar de acordo com os princípios éticos. (AS7)

Pra mim, quando se fala em ético político, me vem logo o nosso código de ética, que eu acho que é o livrinho de cabeceira. Eu digo que é o livrinho de birô, que é ele que tem que *tá* ali sabendo das nossas diretrizes, que nós temos que *tá* sempre lembrando, lendo [pausa]. Que eu acho que é aquilo ali que diz como você tem que trabalhar. Então, são as nossas diretrizes, o nosso código, os nossos estudos. O que eu não falei antes é da lei de regulamentação. Eu acho que são os três pilares que a gente tem que *tá* sempre direcionando pra gente poder fazer as nossas atividades: o código, a lei da regulamentação e as novas diretrizes. São fundamentais, na minha opinião! (AS9)

Eu acho que essa direção é um pouco o posicionamento que a gente precisa tomar enquanto profissional, é mais ou menos de que lado você está. Eu acho que é você se posicionar em favor de uma classe, como faz parte da nossa formação, e lutar a partir do nosso posicionamento para que os direitos dessa classe sejam garantidos e aí o nosso poder de mediação do CRAS, porque a gente sabe que a gente enfrenta um sistema que é totalmente contrário daquilo que a gente *tá* tentando garantir, que a gente *tá* tentando lutar para que aconteça. Então, eu acho que é no sentido de você *tá* o tempo todo se posicionando com valores que tem que estar sempre sendo refletidos porque eu *tô* embutindo na minha prática. Eu acho que é uma reflexão e uma avaliação sobre mim mesma até. (AS14)

Por fim, 7,14%, ou seja, uma profissional, não soube responder à questão, como afirmado por ela mesma, por não ser uma disciplina de sua dedicação com leituras.

Ah! Eu sempre fui uma péssima aluna nessa disciplina. Chega eu fico nervosa pra responder uma questão dessa. Como se diz, nunca foi minha área de estudo [risos]. Eu vou ser muito sincera, *tá* com muito tempo que eu não leio. Nem me vem nada na cabeça no momento [risos]. (AS12)

Para aqueles que atuam no âmbito da Assistência Social, tais desafios se revelam consideráveis, especialmente por se tratar de política que somente há poucas décadas passou a ser refletida teoricamente e a ter estabelecidas normativas que referenciam a atuação profissional. Tais desafios serão mais bem analisados no próximo capítulo deste estudo.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICIPAL E A DIMENSÃO ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL NOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FORTALEZA-CE

Neste capítulo, realizamos a trajetória da política de Assistência Social no município de Fortaleza e sua articulação com o protagonismo do Serviço Social local. Ainda, ressaltamos os marcos legais como conquistas dessa política ao tempo que expomos os desafios que se apresentam na atual conjuntura. Concluímos discorrendo o fazer profissional nos CRAS e posteriormente, com a apresentação dos dados obtidos nesta pesquisa expondo as percepções das interlocutoras da pesquisa sobre Assistência Social e Serviço Social em seus cotidianos profissionais, associado a percepção das principais autoras brasileiras sobre este tema.

A divisão dos tópicos se deu inicialmente com: “A Política de Assistência Social brasileira: caminhos e descaminhos de uma política de direito” o qual contextualiza essa política no cenário nacional. O segundo “O histórico da política municipal de Assistência Social em interface com o protagonismo do Serviço Social” discorre sobre o desenrolar desta na realidade local articulada a intervenção profissional do(a) assistente social. Posteriormente, no tópico “O contexto socioinstitucional e a intervenção do(a) assistente social nos CRAS em Fortaleza-CE” discutimos o fazer profissional nos espaços sócio-ocupacionais investigados. Encerramos esse estudo com a análise dos dados e informações coletados na pesquisa de campo. Denominamos o último tópico como: “Considerações sobre a percepção das assistentes sociais que atuam no CRAS de Fortaleza-CE sobre a ética profissional em suas práticas”.

4.1 A Política de Assistência Social brasileira: caminhos e descaminhos de uma política de direito

Imprescindível trazer à discussão o fato de que a Assistência Social, em toda a história do Brasil, caracterizou suas ações com foco assistencial, clientelista, caritativo, enraizadas como ajuda, apoio e voluntariado prestados por particulares,

com a ausência efetiva da intervenção estatal em âmbito nacional. Este cenário foi parcialmente se modificando com as conquistas legais ao longo do século XX.

Por sua vez, as práticas patrimonialistas e clientelistas, permeando tanto o poder político como a própria sociedade na política brasileira, continuam a fortalecer o poder de grupos políticos locais. Isto acontece especialmente em regiões e municípios pobres, onde o Estado é o grande gerador da renda municipal, quer dizer, onde há uma grande dependência da população local aos recursos públicos que são administrados e manipulados por esses grupos. (NOBRE, 2012, p. 25).

Anteriormente, a Assistência Social não se constituía, portanto, como preocupação para o Estado, a não ser como problema de polícia, tratada por aparelhos estatais repressivos. Os problemas sociais eram escondidos sob forma de fatos excepcionais e efêmeros, geralmente apontados como resultado de “desestrutura pessoal e/ou familiar” e a assistência era “[...] identificada com um ato mecânico e emergencial de mera provisão, desvinculada da linguagem dos direitos e de projetos coletivos de mudança social” (PEREIRA, 1996, p.66).

Nessa mesma perspectiva, trazemos a discussão de YAZBEK (2006, p. 19).

[...] persiste como um dos maiores desafios em relação a esta política sua própria concepção como campo específico de política social pública, como área de cobertura de necessidades sociais. Ou seja, pela ausência de parâmetros públicos no reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação, permanecem na Assistência Social concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, primeiro-damistas e patrimonialistas.

As respostas às expressões da questão social brasileira eram de responsabilidade de ações movidas por solidariedade e benemerência realizadas por uma rede de organizações filantrópicas da sociedade civil em instituições, muitas vezes, atreladas a igrejas de diferentes credos, como as Santas Casas de Misericórdia.

No Brasil, a dificuldade da compreensão da política de Assistência Social cristalizou-se em sua trajetória nacional, a partir de dois momentos: o de caridade e filantropia associado à Igreja Católica, e o uso dessa mesma lógica para fins políticos, e foi nessa direção que, por muitos anos, a Assistência Social confundiu-se com concessão de benefício e vassalagem em favor dos grandes coronéis no interior do país.

O responsável pela inversão desses valores é o desvirtuamento do sistema político brasileiro, somado a um sistema de desigualdade de classes próprio

da lógica capitalista, que se utiliza desses artifícios para justificar o imediatismo em que os(as) trabalhadores(as) estão inseridos, ficando para os(as) trabalhadores(as) pobres o papel de “massa passiva, desorganizada e suscetível à manipulação”. Estabelece, assim, as dicotomias: fome e luta de classes, tradicional e moderno, particular e universal, ao perceber que para o(a) trabalhador(a) pobre, sua preocupação inicial é a sobrevivência.

Além disso, há a cultura da culpa e individualização do fenômeno da pobreza. Ao culpar os pobres pela sua desorganização social, a sociedade parece não transparecer, não querer perceber a essência da desigualdade social e pobreza, e banaliza seus efeitos.

Zaluar (2000) evidencia essa situação como consequência do desvio da atenção para o populismo brasileiro, das próprias relações de poder, das políticas públicas que perpetuam a desigualdade, pelos traços culturais paternalistas, personalistas e individualistas da sociedade brasileira atual.

Essa sociedade formadora de classes sociais bem antagônicas e de desigualdades sociais implica diretamente no agravamento da questão social, como a disparidade social causada pela apropriação privada e desigual de bens, a ausência de políticas públicas de distribuição de renda, e a redução do Estado em suas responsabilidades políticas de serviços e direitos coletivos. Some-se, ainda, especialmente, o descaso com incentivos à educação da população, o que ocasiona a diminuição de empregos, o aumento da miséria e riscos sociais, e, por consequência, evidencia a pobreza e a apatia na luta por seus direitos.

A pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência e etc.), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de qualidades negativas e indesejáveis que lhes são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. (YAZBEK, 2006, p. 35).

Inicia-se o incipiente processo de reconhecimento das desigualdades sociais por parte do Estado com a Constituição Federal de 1934. Nessa, releva-se a existência de problemas sociais de ordem geral e autoriza ações de amparo aos desvalidos, à maternidade e à infância.

Nessa direção, ainda imbuído por um viés caritativo, esse processo é implementado pela ditadura Vargasista do Estado Novo, que outorga uma nova Constituição ao país, em 1937, e, pela primeira vez, utiliza o termo “seguro social”. A nova Carta Constitucional garante aos institutos, associações e sindicatos, auxílios, subsídios e subvenções do Poder Público, bem como serviços de assistência aos(as) trabalhadores(as) e seus familiares.

Ainda durante a ditadura do Estado Novo, é aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a substituição das antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP's) pelos institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's). Este período foi marcado também pela criação do Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, que exercia o controle da caixa de subvenções sociais concedidas pela Presidência da República.

Podemos citar ainda, como importante fruto deste período, a implantação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, colocando esta política como responsabilidade estatal. A LBA foi mantida pelos governos seguintes até final dos anos 1980 e teve sua importância por nacionalizar as ações de Assistência Social em todo o país, embora determinadas por práticas primeiro-damistas, benemerência e filantropia, características que atravessaram a constituição da política social no Brasil (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Ainda de acordo com autora supracitada, com o passar do tempo, a LBA se tornou uma articuladora da Assistência Social entre redes de instituições privadas e o Estado.

Na década de cinquenta, as ações destinadas aos(as) trabalhadores(as) pobres expandem seus serviços e o Estado passa a intervir com mais intensidade no enfrentamento aos problemas sociais. Esta intervenção se dava ainda de modo excludente, concentrado nos grupos sociais mais organizados: trabalhadores(as) com maior capacidade de organização e negociação, ao tempo que também cooptou os sindicatos, administrando o “controle” da classe pobre.

Entre 1960 e 1970, os governos militares ditatoriais conduzem as políticas a partir de uma visão autoritária e tecnocrática. Prevalece, então, o reformismo burocrático e assistencial, minimizando, quando não erradicando, a participação das classes trabalhadoras nas ações do Estado.

Em 1977, foi instituído o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), responsável pela integração das áreas de Assistência Social,

Previdência Social, assistência médica e gestão das entidades ligadas ao então Ministério da Previdência e Assistência Social.

Contudo, o marco legal que constitui a Política de Assistência Social no caráter de política pública no Brasil, como atualmente se configura, somente surgiu a partir de uma efervescente participação popular que envolveu vários setores da sociedade brasileira: o período da Assembleia Nacional Constituinte, final do ciclo de governos militares. Este processo resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os períodos pré-constituente e constituinte foram extremamente ricos para o crescimento da consciência política do povo brasileiro, havendo, em todo o Brasil, um grande esforço de participação popular. O regimento interno da constituinte exigia para a apresentação de emendas populares a subscrição de três entidades civis e trinta mil eleitores. (HERKENHOFF, 1994).

Note-se que não apenas os movimentos populares serviram-se do instrumento da iniciativa de emendas. As forças conservadoras nacionais (como a UDR – União Democrática Ruralista) também patrocinaram emendas populares. Contudo, as emendas de origem verdadeiramente popular foram em número muito mais expressivo, mobilizando um quantitativo significativo da população para a coleta de assinaturas que, frequentemente, ocorria após assembleias que discutiam o tema sobre o qual versavam.

Nada menos que 122 emendas foram propostas. Essas emendas alcançaram o total de 12.265.854 assinaturas.

Além das emendas populares, a população expressou suas opiniões por diversos canais:

- nas audiências públicas da Assembleia Constituinte, quando vários líderes puderam expressar a opinião dos segmentos sociais que representavam;
- através dos mais variados caminhos formais ou informais de que o povo lançou ao, com a criatividade que lhe é própria e com a força de sua esperança (abaixo-assinados, cartas e telegramas dirigidos à Assembleia Constituinte ou a determinados constituintes, atas de reuniões e debates remetidas a parlamentares, cartas de leitores publicadas em jornais etc.) (HERKENHOFF, 1994⁷⁷).

Como resultado, a Constituição da República Federativa do Brasil apresenta como objetivos fundamentais em seu art 3º:

Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades

⁷⁷ Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhbrasil/br13.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

A CF nasceu como símbolo de idealização e consolidação de políticas sociais no Brasil, a partir do período de redemocratização no país. Como já fora comentado, a Constituição de 1988 assegura um espaço normativo para a política de Assistência Social ao defini-la como uma das três políticas sociais que compõem a Seguridade Social, sendo as outras duas as de Saúde e Previdência Social.

Ainda consoante a Constituição Federal, a “Assistência Social será prestada para quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social” Seção IV, art. 203 (BRASIL, 1988). Portanto, a política de Assistência Social abrange diversas categorias e possui os seguintes objetivos:

A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
O amparo às crianças e aos adolescentes carentes;
A promoção da integração ao mercado de trabalho;
A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Ao realizar a categorização da Assistência Social como política de Seguridade Social não contributiva, a CF de 1988 a apresenta como direito inalienável dos cidadãos em situação de pobreza, no provimento dos mínimos sociais, das necessidades básicas de sobrevivência e na universalização de direitos.

O reconhecimento legal da Assistência Social como política pública, marco histórico na reconceituação e redefinição dessa política no Brasil, culmina na promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993.

A LOAS dispõe acerca da estruturação da Assistência Social e tem como diretriz a organização descentralizada de forma participativa. Define as competências das três esferas de governo, efetiva a partilha de poder, o controle social através dos conselhos de Assistência Social e o cofinanciamento de ações, alicerçado na transferência de responsabilidade pela execução de serviços, programas e projetos pelos três entes federados. Em seu capítulo II, art. 4º, apresenta como princípios norteadores da Assistência Social:

I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II - Universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Ao analisar os princípios apresentados pela LOAS, compreendemos que o Estado deve considerar prioritariamente o atendimento às necessidades sociais da população em detrimento de questões de ordem econômica, a fim de garantir, em caráter universal, o acesso ao exercício dos direitos sociais através da intersectorialidade⁷⁸ das políticas públicas, que se concretizem mediante ações, benefícios e serviços de qualidade.

Deve, ainda, primar pela autonomia dos cidadãos, pelo acesso a informações acerca de benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como pelo respeito ao direito à convivência familiar e comunitária, sem distinção entre população urbana e rural, ou outras de qualquer natureza.

As diretrizes apresentadas orientam a organização do Estado para a execução da política de Assistência Social, bem como tratam da necessária participação popular para a elaboração, execução e acompanhamento das ações. Tais diretrizes concretizam-se especialmente a partir da Política Nacional de Assistência e Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), conforme veremos adiante.

A promulgação da LOAS representou uma conquista para a política da Assistência Social. Enfatizamos novamente o fato de seu advento decorrer de um longo processo de lutas e mobilização popular, no qual se destacaram as organizações representativas e acadêmicas, dentre elas a de assistentes sociais, intelectuais das universidades, partidos de esquerdas, Conselhos e Sindicatos de categorias e organizações não-governamentais.

Após dez anos de aprovação da LOAS, em dezembro de 2003, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, em caráter extraordinário. Nela, a

⁷⁸ “A assistência social é orgânica às demais políticas sociais públicas. Ela é um mecanismo de distribuição de todas as políticas. Mais do que isso, é um mecanismo de deselitização e conseqüente democratização das políticas sociais. [...] As demais políticas sociais têm um corte setorial (educação, saúde...) enquanto a assistência tem um corte horizontal, isto é, atua a nível de todas as necessidades de reprodução social dos cidadãos excluídos. Em outras palavras, é possível dizer que à assistência social compete processar a distribuição das demais políticas sociais”. (SPOSATI, 2008, p. 27).

plenária final teve como sua mais importante deliberação a aprovação da Política Nacional de Assistência Social, que prevê a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo e constitui-se na regulação em território nacional.

Assim, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), apresentada em julho de 2004 pela Secretaria Nacional de Assistência Social, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), redesenha um novo modelo da política para a Assistência Social, que tenta romper com o paradigma assistencialista que orientava esta política.

Na direção da LOAS, considerando a família como matriz para o desenvolvimento humano e social, a PNAS direciona e implementa o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no modelo das Proteções Básica e Especial, processo similar ao Sistema Único de Saúde no Brasil. A política de Assistência Social municipaliza seus serviços com o objetivo de criar o comando único de suas ações em todo o país e romper com o ranço de política de governo.

Em resposta à necessidade já prevista na LOAS, de a política de Assistência Social ter um comando único em cada nível da federação, como também, a implantação e funcionamento de um conselho de composição paritária entre sociedade civil e governo, do Fundo⁷⁹ que gerencia e centraliza os recursos controlados pelo órgão gestor, fiscalizado pelos Conselhos, do Plano de Assistência Social que direciona as ações e serviços da política e acrescentado a rede socioassistencial⁸⁰, a PNAS oficializa os seguintes instrumentos, já previsto pela

⁷⁹ De acordo com a NOB/SUAS, “[...] os fundos de assistência social constituem a instância de financiamento da Política nas três esferas de governo. A gestão financeira da assistência social se efetiva através desses fundos, utilizando critérios de partilha de todos os recursos nele alocados, os quais são aprovados pelos respectivos conselhos de assistência social”. Ainda segundo a NOB/SUAS, “[...] o Fundo Nacional de Assistência Social é a instância, no âmbito da União, na qual são alocados os recursos destinadas aos financiamentos das ações dessa política, destacadas na LOAS como benefícios, serviços, programas e projetos, devendo as demais esferas de governo instituir tais Fundos em seus âmbitos como unidades orçamentárias, com alocação de recursos próprios para subsídio às ações programáticas e co-financiamento da Política, garantida a diretriz do comando único e da primazia da responsabilidade do Estado”.

⁸⁰ Segundo a PNAS (2004), “[...] a operacionalização da Política de Assistência Social em rede, com base no território, constitui um dos caminhos para superar a fragmentação na prática dessa política. Trabalhar em rede, nessa concepção territorial, significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada”.

LOAS, fundamentais para a gestão e operacionalização da Assistência Social: Conselhos, Plano e Fundo, nas três esferas de governo.

Além disso, a PNAS prevê a construção e implantação de um novo modelo de gestão: o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse modelo constitui-se na regulação e organização nacional da rede de serviços socioassistenciais.

Demanda, portanto, que as instituições promovam mudanças em suas práticas, voltando-se também para a área de planejamento e intervenção de conteúdo intersetorial, relacionando-se com outras políticas públicas. Isso sinaliza as alterações tanto nas articulações das ações em segmentos, universalizando a proteção social, como na cultura e compreensão da Assistência Social enquanto política pública na perspectiva da rede socioassistencial; organização de gestão; instâncias de participação popular e na compreensão da política com seus principais pressupostos: a territorialização, descentralização e a intersectorialidade.

Ainda para a PNAS, a descentralização é exigência de concepção e ação integrada entre os três entes federativos no poder de decisão, de competências e de recursos, garantindo autonomia aos municípios nas administrações e elaborações de diagnósticos sociais, diretrizes, metodologias, planejamento, monitoramento, avaliação, execução e sistema de informação das ações com garantias de canais de participação locais.

A descentralização objetiva otimizar os serviços da rede socioassistencial garantindo a execução da política de Assistência Social de forma sólida e integrada às demais políticas, sociais como: educação, saúde, habitação, cultura, lazer, trabalho, dentre outras, na perspectiva da intersectorialidade, a fim de produzir indicadores significativos e superar a fragmentação das estruturas das políticas sociais no Brasil.

A questão da intersectorialidade é inicialmente discutida na Lei Orgânica da Assistência Social. Para Pereira (1996), os artigos 1º e 19 desta Lei são elucidativos da importância dessa categoria presente na política de Assistência Social. Como se pode analisar adiante:

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 19º Articular-se com os órgãos responsáveis pelas políticas de saúde e previdência social, bem como com os demais responsáveis pelas políticas socioeconômicas setoriais, visando à elevação do patamar mínimo de atendimento às necessidades básicas.

Percebe-se, portanto, que para LOAS, a Assistência Social é uma política inevitavelmente intersetorial, que suas relações encontram-se imbricadas e indissociáveis das demais políticas sociais.

Pereira (2004) afirma que a Assistência Social é ontologicamente uma política interdisciplinar e intersetorial. Nessa direção, torna-se impossível operacionalizá-la em qualquer circunstância, sem perceber o social no sentido de totalidade, sendo errôneo acreditar nessa política num campo específico de ações a partir da demarcação de um conjunto de demandas próprias. Esse exercício fatalmente ocasiona insucessos na implementação dessa política “[...] porque isso vai contra a sua natureza genuinamente complexa, abrangente, interdisciplinar e intersetorial expressa no adjetivo social que a qualifica” (op. cit., p. 58)

Se perguntássemos qual é o seu setor [referindo-se à Assistência Social] ou recorte particular no conjunto complexo e indissociável das necessidades e demandas sociais, vamos ficar embaraçados se adotarmos o mesmo critério de classificação empregado nas demais políticas. Isso porque vamos ter necessariamente de reconhecer que o escopo da Assistência Social é o social, o que equivale a afirmar que nesse escopo cabem todos os recortes ou setores das outras políticas, já que ele é por natureza amplo, interdisciplinar e intersetorial. (op. cit., p. 58).

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) avança significativamente na formulação e implantação de novos princípios e diretrizes para a política de Assistência Social. Esse modelo aponta para a tentativa nacional de ruptura dessa política vinculada ao clientelismo, benemerência, de interesses coronelistas e assistenciais, por possibilitar a normatização dos padrões de serviços, da qualidade no atendimento, nos indicadores de avaliação e resultados, na nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial.

Tal modelo, então, realiza-se a partir da formulação da proteção social subdividida em: proteção social básica⁸¹ e proteção social especial⁸² de média⁸³ e

⁸¹ “A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (BRASIL, 2004, p. 19).

⁸² “A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono,

alta⁸⁴ complexidade, elencadas pela PNAS no sentido de atenção à vulnerabilidade e risco pessoal e social, vitimização, fragilidade, contingências enfrentadas pelo(a) cidadão(ã) na sua trajetória de vida.

Assim, percebemos uma tentativa de mudança na estrutura da política, o que possibilita alteração cultural, na perspectiva de redefinição de ideias, conceitos e operacionalidade sobre a Assistência Social, na busca de romper com a visão do assistencialismo e subalternidade. Buscamos desvelar ao senso comum as representações do campo político na cultura institucional como entraves para a compreensão da Assistência Social como política pública com vistas ao exercício da cidadania para quem dela necessitar.

A atual dificuldade de desconstruir a herança filantrópica e conservadora da Assistência Social associa-se ao fato de sua execução dar-se em uma conjuntura neoliberal, configurada na ausência de investimento nas políticas sociais e desresponsabilização do Estado de seu papel de órgão gestor e executor.

Nesse contexto, a Assistência Social encontra-se envolvida em uma constante luta, na qual se destaca o empenho de seus agentes e gestores(as), para desenvolver seu aspecto operacional e consistência metodológica, enquanto política pública de direito.

Como política assegurada, a política de Assistência Social é política pública e responsabilidade do Estado. Assim, refere-se Pereira (2002) sobre a Assistência Social:

[...] política de seguridade social que visa, de forma gratuita e desmercadorizada, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre mediante três procedimentos básicos: a) provimento público de benefícios e serviços básicos como direito de todos; b) inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem desses frutos do progresso; c) manutenção da inclusão supracitada e estímulo ao acesso a patamares mais elevados de vida e de cidadania, mediante o desenvolvimento de ações integradas no âmbito das políticas públicas. (op. cit., p. 226).

maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2004, p. 22).

⁸³ “São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos” (BRASIL, 2004, p. 22).

⁸⁴ “Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário” (BRASIL, 2004, p. 22).

O sistema de economia neoliberal no Brasil só beneficia as grandes potências econômicas e as empresas multinacionais. Os países pobres ou em processo de desenvolvimento como, por exemplo, o Brasil, sofrem com os resultados econômicos, políticos e sociais de uma política neoliberal mundial.

Entre os efeitos dessa processualidade, como causa da efetivação das relações impostas pelo sistema neoliberal para a classe trabalhadora, tem-se um agravamento das suas condições de vida, em decorrência do desemprego estrutural, da precarização das relações de trabalho, da perda de direitos, dentre outros já bem discutidos na problematização do objeto deste estudo.

Esse fato contribui para que, mesmo diante de condições tão adversas, a população encontre-se desacreditada em buscar a concretização de direitos:

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, [prevalecendo o já referido trinômio articulado] do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.156).

Raichelis (2007) aborda criticamente os criteriosos perfis dos programas sociais selecionadores da pobreza. A autora questiona pobreza reduzida a uma questão monetária e, sobretudo, as causas dessa pobreza serem respondidas na própria pobreza, na vontade de cada indivíduo em sair dessa condição individualmente, nos dispositivos morais.

Outro aspecto rebatido pela referida autora refere-se à burocratização, à ação fiscalizatória das políticas em cumprir os rigorosos modelos legais e institucionais para inserção em programas sociais de direitos, a morosidade e seletividade dos sujeitos. Ao tempo que a política de Assistência Social se apresenta como mediadora de direitos, potencializadora de participação social, esta apazigua a pobreza e conformidade, sendo aqui uma de suas contradições.

As ações assistenciais não podem ser analisadas numa única direção, uma vez que desencadeiam diferentes respostas dos sujeitos envolvidos: podem gerar conformidade e passividade, mas também revolta, resistência e abertura de novos caminhos. É exatamente aí que reside a dimensão contraditória da Assistência Social e seu potencial emancipatório, se colocada como estratégia de reforço da ação protagonista da classe trabalhadora. Ainda que incipientes, as experiências de programas de Assistência Social que estimulam a participação popular na sua gestão e

implementação, colocando-se como apoio às lutas populares, deslocam as ações assistenciais do plano da ajuda e da tutela para o plano da cidadania e dos direitos. (op. cit., p. 160).

Raichelis aprofunda sua discussão sobre essa política, afirmando que esta é alvo de ações de poucos impactos sociais, pois relativiza e torna o problema da pobreza apenas pela ausência de renda, uniformizando as demandas oriundas das desigualdades sociais. A ótica de definir a Assistência Social

A partir da clientela, ao contrário de explicitar as necessidades sociais que a justificam, funciona como mecanismo de homogeneização de um fenômeno que é histórico, multifacetado, profundamente imbricado na trama das relações sociais peculiares da sociedade brasileira (op. cit., p. 160).

Por fim, a autora conclui que as medidas realizadas para responder às expressões do pauperismo como fenômeno das contradições do modo de produção capitalista não se atinge com a relatividade da pobreza. As ações seletivas por parte do Estado para responder as desigualdades sociais estão na contra mão da raiz do problema.

As propostas de enfrentamento da pobreza têm sido minimalistas, portanto não trabalham com a perspectiva da desigualdade social expressa pela relatividade da pobreza. A pobreza é sempre relativa, remete à sociedade que a produz e que, simultaneamente, gera a riqueza. Pobreza e riqueza são fenômenos produzidos socialmente como resultados de políticas socioeconômicas que agravam os processos de exclusão social de crescentes parcelas da população. (op. cit., p. 161).

Mota (2010) aponta que, apesar dos claros avanços advindos da Constituição de 1988, LOAS e demais normativas, que conferiram à Assistência Social o caráter de política pública, em contraponto à anterior perspectiva filantrópica e caritativa, ainda é possível observar a permanência de características historicamente observadas na execução desta política, como a descontinuidade das ações e sua fragmentação. Ainda de acordo com Mota (op. cit.), os princípios da universalidade e sistematicidade não são observados e, como resultado, temos que a implementação das ações de Assistência Social realizam-se de forma desintegrada e focalista, com inúmeras contradições e desafios.

Consoante Mota (op. cit.), a Seguridade Social brasileira vivencia um reordenamento, destacando as ações de Assistência Social como centrais frente à Saúde e Previdência Social. Nesse sentido, a Assistência Social deixou de ser mediadora de acesso a outras ações de Proteção Social e passou a ser a referência para a classe trabalhadora desprotegida de políticas de emprego e que necessita de

uma renda mínima para sobreviver. As outras duas sofrem com o avançar da privatização e mercantilização já acentuada na entrada do século XXI.

O argumento central é o de que as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a Assistência Social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil. (op. cit., p. 134).

Dessa forma, a autora questiona que as conquistas dessa política deixaram de atender à população que dela necessita e passaram a assumir as demandas de trabalho e renda das elevadas filas do exército industrial de reserva. Seria, este, portanto, o único modo de ser possível a Assistência Social, na fase atual do modo de produção capitalista, baseado no imaginário de que seria esta uma política autossuficiente para a superação das diversas manifestações da questão social: “[...] instala-se um período no qual a Assistência Social, mais do que uma prática e uma política de proteção social, se constitui num fetiche social” (op. cit., p. 8).

Nesse sentido, consideramos a atualidade da expressão refilantropização da Assistência Social, utilizada por Yazbek (2006) para referir-se ao modo de realização desta política na segunda metade da década de 1990. Mais ainda, entendemos que o atual período, apesar dos avanços normativos, continua a deslocar a Assistência Social e seus destinatários da esfera da cidadania na medida em que:

[...] não é por outro motivo que os direitos sociais no Brasil até hoje se traduzem em políticas e programas sociais que se dirigem a dois públicos distintos: os cidadãos e os pobres. Cidadãos são aqueles que, por exemplo, estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual tem direito porque contribuem para com ele. Os pobres são aqueles que, por não apresentarem capacidade contributiva, uma vez que sequer apresentam capacidade de formas autônomas de garantias de patamares mínimos de sobrevivência, são alvo de políticas e programas de caráter filantrópico. (CONH, 2000, p. 389).

Assim, porque instituído no contexto de uma sociedade de classes na qual vige um projeto hegemônico burguês, o SUAS se constitui de contradições, ao passo que também avança na medida em que estabelece todo um liame de responsabilidades, em um esforço de levar a Assistência Social para além de seu reconhecimento formal, seguindo os princípios afirmados na Constituição de 1988 e

na LOAS. Tais contradições são reveladas, por exemplo, quando observamos um distanciamento e relativização destes mesmos princípios para realizar-se com foco em uma parcela determinada da população e afastando-se, de fato, de uma perspectiva de proteção social.

As questões aqui apontadas repercutem nas três esferas de governo, mas, em decorrência do processo de municipalização experimentado nos últimos anos, é nas cidades e no cotidiano dos(as) usuários(as) e trabalhadores(as) da política de Assistência Social que podemos observá-las com maior destaque. Portanto, passamos a discutir adiante como esta política se construiu ao longo de sua história no município de Fortaleza-CE.

4.2 O histórico da política municipal de Assistência Social em interface com o protagonismo do Serviço Social⁸⁵

Observamos na experiência de Fortaleza-CE que, historicamente, os(as) assistentes sociais tiveram importante destaque na elaboração e execução das ações de Assistência Social em âmbito municipal. Para fundamentar esta assertiva, nos baseamos na nossa pesquisa de pós-graduação, na qual nos dedicamos a investigar como se deu o histórico dessa política na visão das profissionais envolvidas nas primeiras iniciativas apresentadas como política de Assistência Social municipal.

Importa mencionar que, de acordo com informações obtidas junto à Coordenação de Gestão do SUAS da atual Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Setra), que trabalha com pesquisas, dados e informações dessa política, não há registro documentado nesta

⁸⁵ Todas as informações contidas neste tópico tiveram como fontes: a narração de 06 assistentes sociais (04 assistentes sociais que trabalhavam na Assistência Social na Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social (SMDS), desde a década de 1990 até 2004 e 02 assistentes sociais que contribuíram para implantação do SUAS em Fortaleza 2005-2012). Estas foram interlocutoras de minha pesquisa de pós-graduação, sob orientação da professora mestre Virgínia Márcia Assunção Viana, com título “A organização política do(a)s assistentes sociais e a construção da política de Assistência Social em Fortaleza-CE”-UECE/2012; o Guia Institucional elaborado pela pesquisadora enquanto estagiária da CASSI em 2005-2006; informações do período no qual fui trabalhadora da Semas de 2008 a 2012 e da recente publicação da Semas das organizadoras Alves & Albuquerque em 2012.

Coordenação sobre a gênese da Assistência Social municipal. Apenas o depoimento das servidoras que participaram do processo, desde a década de 1980 até os presentes dias, e a evolução legislativa do município poderiam nos ajudar a recuperar este histórico.

Segundo as profissionais que colaboraram para a realização de nossa pesquisa, as primeiras instituições municipais responsáveis por desenvolver os serviços de Assistência Social, não diferente do contexto nacional, apresentavam forte viés assistencialista. Para ilustrar esta informação, apontaram que as ações inicialmente realizadas eram “cópias” da execução da Legião Brasileira de Assistência (LBA) – criada no Brasil em 28 de agosto de 1942 – e eram desenvolvidas nos Centros Sociais Urbanos (CSU)⁸⁶, em sua maioria criados no período militar nacional.

As atividades executadas nos CSU apresentavam caráter caritativo e primeiro-damista, sem acompanhamento e monitoramento de gestão. Geralmente, concretizavam-se em ações como: auxílios pecuniários e alimentícios (leite em pó e cestas básicas), concessão de lençol, manta, colchão, fralda geriátrica, leite de soja; documentação civil; atendimentos, visitas domiciliares e grupos de convivência para o público de gestantes, idosos e crianças pobres, para recebimentos de auxílios ou cadastramentos.

Havia ainda o desenvolvimento de atividades profissionalizantes ou de promoção ao emprego; atividades de esporte; educação em creches (para criança na faixa etária de 0 a 06 anos); atividades de mobilização comunitária direcionadas à política de habitação; atenção à pessoa portadora de deficiência por doação de cadeiras de rodas, órteses, muletas, dentaduras, aparelhos auditivos, óculos etc.

Tais ações eram realizadas por profissionais assistentes sociais, pedagogos, nutricionistas, sociólogas, arquitetos e engenheiros, além de profissionais de nível médio e, a maioria, de nível fundamental⁸⁷. Selecionados de forma não muito criteriosa, muitas vezes, estes não tinham qualificação técnica

⁸⁶ Os Centros são: na SER I: Centros de Cidadania Virgílio Távora e Jurema Lenira Magalhães; na SER II: Júlio Ventura e Clóvis Rolim; na SER III: César Calls e Conselheiro José Batista; na SER IV: Presidente Médici; na SER V: Prefeito José Walter, Adauto Bezerra, Lúcio Alcântara; e na SER VI: Evandro Aires de Moura e Patriolino Ribeiro. Destes, apenas o Júlio Ventura foi transformado em CRAS em 2005 e hoje é denominado CRAS Lagamar. A relação atual com endereço das unidades de execução direta da Assistência Social.

⁸⁷ Não há registros de dados nem as profissionais recordaram do quantitativo. Apenas lembraram-se das funções e categorias profissionais.

profissional, mas coadunavam-se com a orientação político-partidária que encontrava-se à frente da administração municipal.

Dessa forma, a Assistência Social municipal não tinha uma natureza pedagógica, metodológica e normativa que permitisse qualificar sua intervenção. Além disso, havia também uma confusão de espaço de atuação com as demais políticas sociais, como habitação e educação e as ações voltadas à infância e juventude.

Em 15 de agosto de 1996, foi aprovado pela lei 7.945 a criação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). A implantação do Conselho atendia à exigência do repasse de recursos estaduais e federais, com a Habilitação de Fortaleza ao processo de municipalização da Assistência Social.

Em 1997, durante o processo de reforma administrativa realizada pela gestão municipal do prefeito Juraci Magalhães (1997 a 2004), a qual estruturou e criou as seis Secretarias Executivas Regionais (SER)⁸⁸, em sua maioria aproveitando os antigos equipamentos cedidos da Legião Brasileira de Assistência (LBA), a política de Assistência Social municipal reduzia-se apenas a uma Coordenadoria de Habitação e Trabalho⁸⁹.

Ao término da supracitada reforma administrativa, instituiu-se a Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social (SMDS). A ideia era reunir as políticas de Educação, Assistência Social e Saúde em uma estrutura política visando um trabalho articulado entre elas, sendo a Assistência Social uma política ligada à Educação e à Saúde, mas contando com autonomia administrativa.

Com a implantação das Secretarias Executivas Regionais, foram criados órgãos descentralizados chamados de Distritos de Habitação e Trabalho, que planejavam a gestão da política de Assistência Social e realizavam a execução dos serviços, de forma mais direcionada a atendimentos técnicos das duas áreas referidas, e concessão de benefícios eventuais.

⁸⁸ Essas regiões administrativas recebem a denominação de Secretarias Executivas Regionais (SER's) ou apenas "Regionais", advinda de reducionismo linguístico próprio da linguagem. São atualmente conhecidas com Regionais I, II, III, IV, V e VI. Essas Secretarias possuem recursos próprios e autonomia administrativa, entretanto, são articuladas às diversas Secretarias Temáticas (Assistência Social, Saúde, Educação, Meio Ambiente, Infraestrutura, Defesa Civil etc.) e subdividem-se em órgãos denominados Distritos, que planejam e operacionalizam as políticas públicas em seus determinados territórios. No caso da Assistência Social, Distritos de Assistência Social/DAS.

⁸⁹ Importa mencionar que as creches eram responsabilidade da Assistência Social e só foram transferidas para a Política de Educação em 1997, com a reforma Administrativa. O Serviço Social desenvolvia nas creches o acompanhamento às crianças pobres de 0 a 3 anos e seus familiares, através do Projeto Casulo.

A execução de fato era desenvolvida pelas Unidades Sociais, nos antigos CSU, que, com a mudança de nomenclatura, passaram a se denominar de Complexos de Cidadania⁹⁰. Algumas unidades foram criadas e/ou adequadas para as chamadas Unidades de Ação Comunitária (UAC) e Unidades de Profissionalização e Atendimento ao Menor (UPAM), ambas com objetivos e públicos diferenciados, sendo a primeira voltada à população adulta, geralmente para ações sociais como documentação e benefícios, e a segunda, para a juventude, mas que recebia adultos, principalmente mulheres, que buscassem se qualificar profissionalmente. Eram operacionalizados enquanto Assistência Social. Ainda, as creches, na época, continuavam gerenciadas e desenvolvidas pela Assistência Social enquanto rede conveniada ao município.

Apenas em 1998, através da Lei nº 8.195 de 23 de setembro, depois de muita luta coletiva de profissionais, militantes da política, organizações da sociedade civil e, sobretudo o receio do gestor municipal de corte de recursos federais, foi reconhecida a necessidade de definir ações nessa área, expandindo a política para além de ações habitacionais. Criou-se a Coordenadoria de Assistência Social, específica para esta política, embora vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Formaram-se, assim, três coordenadorias: Assistência Social, Educação e Saúde.

Para tanto, houve um grande esforço de mobilização, discussões e debates, inclusive de reuniões no CRESS e CFESS, suscitados por profissionais da Assistência Social, em sua maioria do(a) assistente social, profissional de participação ativa na implantação dessa política no município.

Esses(as) profissionais fomentaram debates continuados pela descentralização da política, através da organização e participação nas conferências municipais e estaduais, de ocorrência bienal, iniciadas a partir de 1999⁹¹, e estiveram à frente de outros espaços políticos como Conselhos, Comissões e Fóruns da Assistência Social municipal.

Em 1999, houve o desmembramento administrativo da política de Saúde e, em 2001, a então Secretaria Municipal de Educação e Desenvolvimento Social

⁹⁰ Na mesma Gestão do prefeito Juraci Magalhães, os equipamentos eram denominados Complexos de Cidadania. A partir da Gestão da prefeita Luizianne Lins, que se iniciou em 2005, estes equipamentos são chamados de Centros de Cidadania, onde ainda funcionam alguns Centros de Referência de Assistência Social, após a criação do SUAS no município, também em 2005.

⁹¹ A primeira Conferência Municipal de Assistência Social ocorreu em 1995, e permaneceu ocorrendo de forma bienal.

(SMDS)⁹² passou a ser denominada: Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social (SEDAS). Estruturava-se em duas Coordenadorias: a Coordenadoria de Educação (COEDUC) e a Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social (CASSI), através da Lei nº 8.195 de 23 de setembro de 1998.

A intenção do governo municipal era o desenvolvimento social e a intersetorialidade. Com a criação da CASSI, foi criado o Fundo Municipal de Assistência Social, elaborado o 1º Plano de Assistência Social⁹³, e regulamentado o Conselho Municipal de Assistência Social, para cumprir com as exigências da LOAS e organizar administrativamente as ações de planejamento, financiamento, execução e controle social dessa política.

Assim, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) já havia sido implantado através da Lei Nº 7.945, de 15 de agosto de 1996, mas foi alterado pela Lei Nº 8.404, de 24 de dezembro de 1999. Neste período, foi também instituído o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), pela Lei Nº 8.404/99.

Em termos de execução, nesta época, os Distritos de Assistência Social desenvolviam os serviços de auxílios e pecúnia à pobreza e aos deficientes; ações laborativas; atividades de esporte, lazer e profissionalização; ações de cadastramento e concessão habitacional; doação de cadeiras de rodas, auxílios materiais diversos da política de saúde e educação em creches para criança na faixa etária de 0 a 06 anos; e institucionalização para idosos, estes dois últimos desenvolvidos pela rede socioassistencial conveniada.

A execução direta, desenvolvia-se através de atividades de “desfavelamento”⁹⁴ nos Complexos de Cidadania, atividades profissionalizantes nas UPAM e acompanhamento das creches municipais; e não havia uma direção metodológica unificada na gestão e esta acontecia à mercê do entendimento dos profissionais que estavam na execução. Não se sabe o quantitativo de assistentes sociais devido a falta de registro e informações, mas, segundo as interlocutoras da

⁹² A Secretaria de Administração (SAM), embora independente, compartilhava um andar do prédio das antigas SETAS e SMDS, situadas à Avenida Desembargador Moreira, 2875, Bairro Dionísio Torres – Fortaleza-CE, continuando até hoje no mesmo endereço.

⁹³ Fizemos uma busca intensa para resgatar uma cópia deste plano no acervo da Setra e com as assistentes sociais que participaram deste processo, contudo, ao que indica, não há conhecimento se ainda existe um exemplar do primeiro Plano Municipal de Assistência Social.

⁹⁴ O termo desfavelamento foi utilizado no texto por ser esta a nomenclatura mais usual à época.

pesquisa⁹⁵, entre 1999 e 2004 havia uma média de sessenta assistentes sociais lotadas nas diferentes unidades e serviços.

Em 2004, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social (Cassi)⁹⁶ implantou os primeiros dez Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nenhum Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Esses equipamentos contavam apenas equipes de profissionais terceirizados. Quanto aos CRAS, desenvolviam atendimentos, visitas domiciliares e acompanhamento familiar.

Neste período, muitas assistentes sociais migraram para outros órgãos municipais e esta quase se fragilizou na execução de serviços, administrativa e politicamente. Esse quadro só se alterou com o concurso público para assistentes sociais realizado em 2003, com 50 vagas distribuídas para gestão e execução. Contudo, os rendimentos dispostos no certame eram aproximadamente um salário mínimo para o trabalho de trinta horas semanais.

Diante do cenário, ocorreram divergências dentro da própria categoria profissional, na perspectiva de anulação do concurso. O Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 3ª região se posicionou contra o concurso questionando o baixo salário e, por consequência, a desqualificação da categoria. O já existente Sindicato dos(as) assistentes sociais(as) do Estado do Ceará (SASEC)⁹⁷, por outro lado, endossou a continuidade do concurso. As referidas entidades representativas apresentavam posições políticas e ideológicas antagônicas e o concurso foi a chave para descortinar as diferenças políticas existentes entre estas entidades, que perduram até os dias atuais.

O concurso ocorreu em 2003 e, a partir de 2004, foram nomeados(as) paulatinamente os(as) profissionais de Serviço Social, chegando ao total de oitenta até as últimas nomeações, ocorridas até 2005.

⁹⁵ Refere-se a pesquisa de pós-graduação, sob orientação da professora mestre Virgínia Márcia Assunção Viana, com título "A organização política do(a)s assistentes sociais e a construção da política de Assistência Social em Fortaleza-CE"-UECE/2012

⁹⁶ A CASSI localizava-se no mesmo endereço das demais Secretarias anteriores, na Av. Desembargador Moreira, 2875 - Dionísio Torres - Fortaleza-CE. Em 2005, já era subdividida em gerências e células.

⁹⁷ A título de contextualização, o conjunto CFESS-CRESS defende a organização de sindicatos por ramo de atividade compreendendo o compromisso da profissão com a classe trabalhadora e seu reconhecimento político enquanto tal. Já o SASEC, em um dos seus argumentos, defende que por um sindicato específico poderá centralizar as pautas peculiares da categoria profissional, sendo possível sua articulação com sindicatos, fóruns de trabalhadores e greves coletivas de outras categorias profissionais. O que ocorre na verdade, é a fragilidade deste sindicato e sua deslegitimação junto à categoria local e nacional.

Destacamos que historicamente, a política de Assistência Social de Fortaleza foi desprivilegiada e secundarizada na visão dos gestores municipais. Ainda neste período, continuava se diferenciando da maioria dos municípios do Estado e era a única metrópole do país que não possuía uma pasta específica da área.

Em 2005, acompanhando a direção nacional, questões de relevância pública política e democrática ganharam visibilidade também no município, como: participação popular, descentralização das ações e democratização dos recursos públicos, através do Orçamento Participativo⁹⁸, transparência dos gastos públicos e fortalecimento do controle social, mediante implantação e estruturação de conselhos de políticas e incentivo a discussões de pautas sociais sobre direitos da mulher, público de *gays* e *lésbicas*, raça e etnia etc. Isso refletiu inclusive na Assistência Social.

Gerenciada por uma coordenadora assistente social e um corpo de assessores(as) e gerentes, todos(as) assistentes sociais(as), esta política ganhou destaque, do ponto de vista político, com propostas de intervenção mais participativas. Tais propostas levavam em consideração as diversidades humana e sociais, o respeito a(os) usuárias(os) e, principalmente, trouxe uma posição ideológica contrária ao conservadorismo existente e à multiplicidade de benefícios da saúde que a Assistência Social ainda concedia.

Ainda em 2005, outro fator favoreceu a discussão da estrutura dessa política em Fortaleza: a realização da V Conferência Municipal de Assistência Social, que trouxe as primeiras discussões sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a apresentação de suas estruturas, diretrizes, princípios e eixos estruturantes.

Após a Conferência, alguns dos desafios da gestão eram: compreender os novos conceitos e estruturas que a política passou a apresentar; desenhar fluxos,

⁹⁸ O Orçamento Participativo (OP) em Fortaleza foi uma experiência de pactuação e acesso a informações sobre os gastos públicos municipais junto à população fortalezense. Ocorria em assembleias públicas e abertas a toda população, de cunho deliberativo. Eram distribuídas nas seis diferentes Regionais, em sua maioria, no período noturno, com a justificativa de atender à classe trabalhadora. Essas Assembleias objetivavam discutir ações e serviços para diferentes políticas sociais e/ou populações/segmentos sociais discriminados histórica e culturalmente. A pactuação se dava com plena participação da própria população, que apresentava as demandas sociais que necessitava e eram levadas para aprovação em plenária. Contudo, algumas questões de ordem políticas, administrativas e inclusive técnicas dificultaram a execução das demandas do OP que, até início da segunda gestão, teve um bom rendimento, mas logo caiu em descrédito da população.

cargos e serviços. Houve muitas reuniões com a Secretaria de Assistência Social (SAS) do governo do Estado, encontros para capacitação dos(as) profissionais de gestão e execução para entender os serviços e, principalmente, definir as ações que já existiam em relação as que estavam sendo orientadas pelo governo federal.

A partir de 2005, a Coordenadoria de Políticas Públicas de Assistência Social (Cassi), embora tivesse a nomenclatura de Coordenadoria, estava subordinada apenas representativamente à Secretaria de Educação, mas já possuía recursos autônomos, direcionamento administrativo, político e de gestão independentes. Era constituída por gerências e células, nas quais ficavam lotados os serviços e projetos, que não eram ainda estruturados plenamente de acordo com a PNAS.

Em 2006, realizou-se o processo de integração de todos os Serviços de Proteção Social Básica para os dez CRAS. Os Centros de Cidadania e Salões de Idosos que possuíam estrutura adequada deixaram de ter esta configuração e passaram a desenvolver os serviços de CRAS, conforme a PNAS estabelece.

Apesar disso, um ponto relevante para ser destacado refere-se às atribuições e competências das duas categorias que iniciaram os serviços de CRAS, assistentes sociais e psicólogos(as). Quanto a este aspecto, não houve, desde a implantação desses equipamentos, nenhum direcionamento sobre o fazer específico de cada categoria. A gestão apresentava as equipes como multidisciplinares, mas não havia diferenciação do fazer profissional, como ainda hoje se verifica. Nunca houve um setor de Serviço Social nem de outra categoria profissional nos CRAS de Fortaleza.

Nos documentos normativos, a atribuição do Serviço Social que está regulamentada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de acordo com a Resolução Nº 1306/2009, trata da única atribuição específica do Serviço Social na Assistência Social, que é de realizar parecer técnico para concessão de benefício eventual.

Após um forte movimento organizado pelos(as) profissionais, não apenas assistentes sociais, mas também psicólogos(as), pedagogos(as), educadores(as), conselhos de categoria, Conselho Municipal da Assistência Social etc., foi aprovada, na Câmara Municipal de Fortaleza, a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), através da Lei Complementar Nº 0039, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Município em 13 de julho de 2007.

Ainda como parte dos avanços, ocupa um lugar central a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), já que Fortaleza era a única capital brasileira que não tinha um órgão gestor específico para essa política. Criar a primeira Secretaria Municipal foi um fato histórico, por ser uma decisão política que se contrapõe às relações clientelistas e 'politiqueiras' antes existentes no campo da Assistência Social. A cultura de uma relação de desrespeito e submissão com a população mais pobre e vulnerável de nossa cidade foi, assim, ultrapassada em termos institucionais. A criação da Semas coincide, portanto, com os avanços nacionais que a Assistência Social vem tendo no âmbito federal, quando se instituiu o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. (CAMPOS; ALVES, 2012, p. 14).

A Proteção Social Especial só teve seus equipamentos implantados em Fortaleza a partir de agosto de 2007, com a criação do Núcleo de Atendimento à Pessoa Idosa (NAPVI), extinto em setembro de 2008 para implantação do Centro Especializado da Assistência Social (CREAS 1). Este CREAS foi inaugurado ainda em setembro e com a mesma equipe de profissionais do extinto NAPVI, com a intenção de ampliar o atendimento para além do público de idosos(as).

Data também em 2007, a implantação do Centro de Atendimento à População de Rua (CAPR), atualmente denominado Centro de Referência Especializado para População de Rua (CentroPop). Além deste, a Semas implantou, em novembro de 2009, o Espaço de Acolhimento Noturno, e, em 2010, outros dois equipamentos: o CREAS 02, em dezembro de 2010, e a Casa de Passagem, inaugurada em julho de 2010⁹⁹, totalizando 05 equipamentos de Proteção Social Especial, todos atualmente ainda em execução, realizados apenas com recursos federais e municipais, inexistindo qualquer co-financiamento estadual.

Em termos de Proteção Social Básica, em 2009, já se contava com vinte e três unidades de CRAS, distribuídos pelos bairros mais pobres de Fortaleza.

A criação da SEMAS e a consequente ampliação dos serviços, como já informamos, resultaram também em um aumento significativo do número de trabalhadores(as) do SUAS em Fortaleza, passando de 260, em 2005, para 402, em 2008, e, posteriormente, para 1.265, em 2012¹⁰⁰.

É notório que entre 2005 a 2012, a Política Municipal de Assistência Social expandiu seus equipamentos e, por consequência, suas ações e serviços. Até a Semas ter sido extinta em janeiro de 2013, Fortaleza já contava com vinte e quatro unidades de CRAS, sendo um no modelo itinerante, equipamentos sociais de

⁹⁹ Dados fornecidos pela Coordenadoria de Proteção Social Especial, em janeiro de 2012.

¹⁰⁰ Dados fornecidos pela Coordenadoria de Gestão do SUAS, em janeiro de 2012.

execução direta no formato estabelecido pelo SUAS, e mais seis equipamentos de Proteção Especial.

Analisando os dados e informações, percebemos avanços com a implantação de uma secretaria específica na formulação, planejamento e acompanhamento das ações referentes a uma determinada política. Isto é relevante pela possibilidade de contar com um direcionamento específico, de caráter técnico e político, para os serviços e, geralmente, por contar com melhor entendimento dos gestores sobre a pasta gerenciada.

Uma pasta administrativa compartilhada por um mesmo gestor dificulta as conquistas de uma política em detrimento da outra, ou seja, a valorização daquela na qual o gestor apresente maior afinidade, como também pela contratação de profissionais que irão se dedicar especificamente à leitura metodológica dessa política, evitando que o(a) profissional atenda a diferentes serviços ao mesmo tempo.

É importante destacar o caráter da condução de uma política pública, qualquer que seja essa, no contexto dos percalços provocados pelas disputas partidárias e ideológicas. De fato, muitas são as concessões feitas em nome de uma governabilidade “estável” e que não permite que se definam programas e projetos de acordo com a real demanda da população e garanta resultados em relação à concentração de renda e desigualdade social em nível nacional.

No Brasil, em termos gerais, essa percepção ficou bastante clara a partir da eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, perpetuando-se na gestão da atual presidente Dilma Rousseff, deu continuidade às políticas de transferência de renda que possibilitam o acesso ao consumo por parte da população desempregada, estimulando a circulação de recursos financeiros, principalmente em pequenos municípios.

O imaginário de parte da sociedade civil que há décadas militava por um governo popular e que se dispusesse a enfrentar de fato o sistema capitalista e atuar de forma efetiva sobre as expressões da questão social, foi frustrado por um governo que se alinhou ao pensamento neoliberal, fragilizou os movimentos sociais, desenvolveu ações de caráter populista e reforçou um viés clientelista das políticas públicas, na medida em que boa parte da população não compreende os objetivos dos programas sociais para a economia nacional e ainda percebe a concessão de

benefícios, por exemplo, ligada aos representantes ou como benesse do governo e não como direito.

No município de Fortaleza, é possível afirmar ter havido um processo semelhante ao cenário nacional, entre os anos de 2005 a 2012, na medida em que a gestão municipal foi assumida por uma administração que se intitulava popular¹⁰¹, após décadas de poder assumido por partidos conservadores e que não legitimaram a Assistência Social frente às outras políticas municipais.

Vários atores sociais que integravam a luta enquanto sociedade civil organizada foram convidados(as) a compor os quadros de pessoal comissionado e a desenvolver novas propostas de políticas públicas para a cidade de Fortaleza. Nesse contexto, também se encontravam os(as) assistentes sociais que exerciam papel ativo em organizações não-governamentais, entidades representativas da categoria e universidade e que passaram a colaborar com a nova administração em diferentes órgãos, e também para a política de Assistência Social municipal, fortalecendo um cenário com ideias mais progressistas.

Entretanto, com as eleições em 2012, houve uma mudança na administração municipal, que passou a ser intimamente vinculada à diretriz política do governo do Estado. Por sua vez, em uma nova reforma administrativa, a formatação e nomenclatura da Semas foi alterada para atual Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome (Setra).

Essa mudança apresentada não se refere apenas a nomenclaturas, mas, sobretudo, à ação política direcionada pela possibilidade de retrocesso da execução das ações que buscavam, com todas as limitações políticas, estruturais e administrativas, um esforço de atividades aliadas ao direcionamento da Política Nacional de Assistência.

Percebemos, assim, uma fragilização ao destituir a secretaria específica de Assistência Social para chegada de outros eixos que subsumiram o conteúdo político que a Assistência Social vinha tentando estabelecer.

¹⁰¹ As tentativas da gestão com a implantação de espaços políticos populares como: o Orçamento Participativo estruturado pela Administração Municipal; os núcleos de Participação Popular executados pelos CRAS até 2012 e a representação de usuários(as) no Conselho Municipal de Assistência Social, dentre outras ações de interesse político assumido pela gestão em comento como ações afirmativas para segmentos LGBTT, raça e etnia, política para mulheres, dentre outros, ainda que tenha apresentado inúmeros desafios tiveram dificuldades de se constituir.

Com as informações e dados a que tivemos acesso com nessa pesquisa, percebemos que a atual gestão assume a centralidade de desenvolvimento de ações de profissionalização e trabalho desconstruindo o esforço de potencial político de participação popular e trabalho social com a população cultural e economicamente excluída, na qual a Assistência Social municipal vinha tentando atuar. Ademais, novamente Fortaleza retorna ao cenário de única capital brasileira que não possui uma secretaria específica para a política municipal de Assistência Social, desvirtuando sua importância.

Compete, pois, a Setra a direção da gestão, do planejamento e do monitoramento (técnico e político) das ações de Assistência Social no município de Fortaleza. Até o presente momento, em termos de equipamentos, implantou mais um CRAS, sendo agora vinte e cinco unidades e um Creas, passando a seis equipamentos de Proteção Social Especial. Quanto à realidade relacionada a serviços, também permanecem o desenvolvimento das mesmas ações e benefícios assistenciais à época da Semas, exceto com a extinção dos Núcleos de Participação Popular¹⁰², e ações de inclusão produtiva para mulheres.

Deteremo-nos agora a apresentar os espaços de atuação do(a) assistente social na Secretaria. Importa destacar o protagonismo do(a) assistente social na esfera estatal, na qual esta categoria tem assumido, ao longo dos anos, novas nuances, e vem impondo aos(às) profissionais maiores qualificações no campo da teoria e da prática. Especialmente a atuação na área de formulação, gestão, monitoramento e avaliação de políticas públicas, programas, projetos e serviços impõem a apropriação de novos conceitos e procedimentos, que devem associar direcionamento institucional ao Projeto Ético-político profissional.

Para responder qualificadamente às demandas apresentadas, exige-se do(a) profissional contínua qualificação, de forma a aproximar-se de conteúdos voltados para a gestão da máquina pública: orçamento, legislação, indicadores, interlocução entre diferentes setores¹⁰³, entre outros.

¹⁰² Extinto em março de 2012.

¹⁰³ Quanto à questão da interlocução entre diferentes setores, é válido a menção à reflexão apontada por Raichelis (2009, p. 381), quando afirma: “A reflexão sobre o trabalho do assistente social na esfera estatal remete necessariamente ao tema das relações, ao mesmo tempo recíprocas e antagônicas, entre o Estado e a sociedade civil, uma vez que o Estado não é algo separado da sociedade, sendo, ao contrário, produto desta relação, que se transforma e se particulariza em diferentes formações sociais e contextos históricos”.

No que diz respeito à política municipal de Assistência Social em Fortaleza, nos diversos espaços sócio-ocupacionais têm-se a presença de assistentes sociais atuando em diferentes áreas, quais sejam: assessorias institucionais, técnica e política, gestão de recursos humanos, gestão e coordenação de políticas públicas e, por fim, a execução da mesma com naturezas interventivas com diferentes públicos e objetivos. Observamos, assim, as diversidades de áreas de atuação que esta categoria demonstra habilidade em responder às demandas institucionalmente postas.

Desde a formulação de projetos, trabalhos com índices, indicadores e ferramentas de sistemas de informação, intervenção com usuários, a gestão administrativa, apropriação de conceitos antes restritos à administração de entidades privadas e incorporados nas últimas décadas pela Administração Pública, como: planejamento, monitoramento, avaliação, entre inúmeros outros que envolvem não só técnicas, mas, sobretudo, análise de realidade e conhecimentos específicos, eram ações desenvolvidas por assistentes sociais.

Requer-se, assim, do(a) profissional, um maior aprofundamento teórico, o domínio de ferramentas auxiliares à gestão e execução de políticas sociais permitindo a interpretação que esses(a) profissionais foram, em alguma medida, além de “meros executores terminais de políticas sociais” como já dito outrora por José Paulo Netto.

Desse modo nos identificamos com as ideias de Raichelis (2009, p. 378), quando afirma:

[...] analisar a profissão e os desafios do projeto profissional na esfera estatal supõe apreendê-los na dinâmica sócio-histórica, que configura o campo em que se desenvolve o exercício profissional e problematizar as respostas profissionais – teóricas, técnicas e ético-políticas – que traduzem a sistematização de conhecimentos e saberes acumulados frente às demandas sociais dirigidas ao Serviço Social.

A efetivação dessa política pública, contudo, permanece sujeita a escassos recursos orçamentários que dificultaram em alguma medida a execução de serviços. Relacionamos a este fato outros dados percebidos que dizem respeito ao excessivo número de pessoal terceirizado, à falta de concurso público para os(as) profissionais e estrutura física da grande maioria dos equipamentos em condições inadequadas para atender a população, o que revela algumas dessas dificuldades que permanecem até os dias atuais.

Em relação ao quadro de trabalhadores(as), estima-se que a Secretaria possuía, no final de 2012, 1.265 profissionais¹⁰⁴, sendo: 369 profissionais de nível superior; 667 profissionais de ensino médio; 144 profissionais de nível fundamental; 47 estagiários(as) de cursos superiores e médio e 38 servidoras assistentes sociais.

Levando em consideração o significado do Serviço Social em face da política municipal, em relação a todos os(as) trabalhadores(as) da política, os(as) assistentes sociais representavam, naquele ano, 11,85% dos(as) profissionais.

No tocante aos profissionais com curso superior, a categoria representa 40,65% do corpo técnico em relação aos demais profissionais com outra formação, apresentando um dado expressivo. Destes, apenas 25,33% são servidores(as) públicos(as), e todos(as) os(as) demais se encontram com vínculo empregatício por terceirização.

Consoante o Plano Municipal da Assistência Social de 2010-2013¹⁰⁵, elaborado ainda pela administração da Semas, podemos ressaltar que nesta instituição havia, em 2010, um quantitativo significativo do(a) profissional de Serviço Social. Levando em consideração todos os(as) profissionais, a Semas possuía, aproximadamente, 171 assistentes sociais, o que contribui sobremaneira para convergência da fundamentação teórico-metodológica e ético-política da categoria para as ações desenvolvidas na política municipal de Assistência Social.

Quanto aos Centros de Referência da Assistência Social, *locus* de investigação desta pesquisa, em relação aos(às) assistentes sociais, observa-se ainda a realidade de baixa remuneração, com atual salário do(a) assistente social do CRAS em Fortaleza correspondente a R\$ 1.555,00, com jornada de trabalho de 30 horas semanais, ou seja, pouco mais que dois salários mínimos.

Outro ponto de destaque refere-se à rotatividade de profissionais, o que fragiliza os serviços, em especial os serviços de execução, e isto compromete sobremaneira o vínculo com os(as) usuários(as), gera sentimento de instabilidade e insegurança de perder o emprego; dentre outros.

De acordo com dados obtidos junto à Coordenação de Gestão do Suas, a Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome¹⁰⁶ apresentava

¹⁰⁴ Dados fornecidos pela Coordenadoria da Gestão do SUAS, em dezembro de 2012.

¹⁰⁵ Dado obtido do Plano Municipal da Assistência Social de Fortaleza de 2010 a 2013, aprovado em reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social em 28 de Abril de 2010, através da Resolução Nº 1508/2010.

¹⁰⁶ Dados oficiais fornecidos pela Coordenação de Gestão do Suas da Setra, em março de 2014.

em seu quadro profissional, em março de 2014, os seguintes números: 49 cargos comissionados, 57 servidores(as) efetivos, e 1.011 trabalhadores(as) terceirizados(as), ou seja, este último representa 91% do corpo profissional da Setra. Ressaltamos que este modelo de gestão de recursos humanos não é inovação da atual administração, vem do histórico processo de apadrinhamentos políticos e o estabelecimento de relações clientelistas com a população.

Consideramos mais grave ainda o fato de que destes(as) terceirizados(as) 78% não têm vínculo permanente, ou seja, são registrados(as) por apenas três meses para prestar determinado serviço, e após isso, perdem o vínculo profissional. Esses(as) profissionais, em sua maioria expressiva, são(a) trabalhador(a)es(as) do Cadastro Único, atuam como digitadores(as), cadastradores(as) e revisores(as) de dados, não havendo registro de profissionais com formação em curso superior contratados(as) nesta condição.

Face ao exposto, outro ponto relevante se dá quando analisamos os vínculos entre profissionais efetivos(as) e não efetivos(as). Destes, o percentual de servidores(as) representa apenas a minoria de 5% de todos(as) os(as) trabalhadores(as) da Setra, provavelmente ainda pelos(as) profissionais que entraram no último concurso público, realizado em 2004.

Dos(as) profissionais terceirizados(as) encontram-se: assessores(as) de gabinete, assistentes sociais, psicólogos(as), advogados(as), nutricionistas, cientistas sociais, técnicos de informação, profissionais de nível médio com função de apoio administrativos, educadores(as), arte-educadores(as), cadastradores(as), digitadores(as), revisores(as), supervisores(as) do Cadastro Único e motoristas, e outras categorias, como manipulador(as) de alimentos, porteiros(as), serviços gerais etc. Esses são lotados na própria Setra e em equipamentos de execução.

Como vimos, a terceirização representa 91% do corpo profissional em exercício¹⁰⁷. Isso acarreta uma atuação profissional cada vez mais tímida e desmobilizada, fragilizando a mobilização coletiva dos(as) trabalhadores(as).

Diante desta realidade, confirma-se o correspondente entendimento de que a política de Assistência Social municipal está sujeita às condições e relações

¹⁰⁷ A título de informação, a nova administração da Setra, entre os meses de abril e maio deste ano, removeu algumas servidoras dos seis Distritos de Assistência Social-DAS e lotaram em diferentes CRAS desconstruindo a execução nos DAS dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, ficando apenas os serviços do Cadastro Único e Bolsa Família.

da própria conjuntura atual: o achatamento salarial, a precarização das condições de trabalho, ameaça de desemprego, mudança nos parâmetros legais e institucionais que orientam as relações de trabalho, o precário contrato de trabalho (terceirização), a alienação no/do trabalho, dentre outros, influenciando certamente a categoria de assistentes sociais, como referendado em lamamoto (2005, p. 49).

[...] a polivalência, a terceirização, a subcontratação, a queda de padrão salarial, a ampliação de contratos de trabalho temporários, o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição atual do Serviço Social e não uma realidade alheia e externa, que afeta os outros.

Como já mencionado, o projeto ético-político profissional direciona a atuação profissional pautada na busca por uma sociabilidade na qual haja emancipação humana, apropriação coletiva dos meios de produção. Ainda aborda que a categoria tem que estar atenta com o compromisso na qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, pela responsabilidade diante do usuário, dentre outros princípios que fundamentam atuação da profissão.

Diante o exposto, cabe-nos analisar como as assistentes sociais se encontram imersas nesse cotidiano, envoltas pelos elementos apresentados. Acreditamos que, com o material coletado nas entrevistas e observações participantes, nos foi possível analisar as relações referentes ao exercício ético profissional das assistentes sociais nos CRAS de Fortaleza, sem julgamentos e estabelecimentos de juízos de valores sobre suas condutas profissionais.

A mediação e análise dos dados com a teoria e literatura sobre o Serviço Social é que nos permitiu fazer estudos de forma mais responsável e cuidadosa. Além disso, nossa intenção é também não fazer apontamentos generalistas sem mediar as informações coletadas, compreendendo que estamos analisando uma determinada realidade, em uma conjuntura específica, podendo ou não ter similitudes em outros cenários.

4.3 O contexto socioinstitucional e a intervenção do(a) assistente social nos CRAS em Fortaleza-CE

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade responsável pela coordenação e execução dos serviços de Proteção Social Básica em um determinado território, devendo ainda coordenar a rede de serviços socioassistenciais da política de Assistência Social de forma territorializada, atuando com famílias e indivíduos, considerando o contexto comunitário em que estejam inseridos.

Em Fortaleza, existiam, até março de 2014, vinte e cinco unidades localizadas em diversos territórios da cidade, e um na modalidade itinerante, que realiza atividades em áreas não referenciadas. Na capital cearense, cada CRAS é responsável pelo atendimento de até 1.000 famílias por ano, embora sejam 5.000 famílias referenciadas em cada território.

Todos os CRAS apresentam como principal serviço o intitulado Serviço de Proteção e Atendimento e Atenção Integral à Família (PAIF), que deixou de ser apenas um Programa de Atenção Integral à Família, em 2009, por tornar-se obrigatório visando a continuidade das ações, diferente de um programa que deve ter início, meio e fim. Manteve-se a mesma sigla, alterando-se a abrangência do atendimento e periodicidade das ações. Foi o primeiro serviço elaborado para ser executado pelos CRAS em todo território nacional.

Essas unidades promovem o desenvolvimento de ações e a prestação serviços continuados para famílias em situação de desigualdade social e pobreza, com o objetivo de prevenir situações de risco social. Tais atividades são necessariamente executadas naqueles CRAS com o co-financiamento de recursos federais¹⁰⁸, podendo também realizar-se com recursos exclusivamente municipais, a critério da administração.

Cabe destacar que o PAIF constitui uma evolução do Plano Nacional de Atendimento Integral à Família (PNAIF), implantado em 2003 pelo então Ministério da Assistência Social, atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à

¹⁰⁸ Atualmente, em Fortaleza, apenas o CRAS Itinerante e o novo Cras localizado no bairro Antônio Bezerra são financiados exclusivamente com recursos municipais.

Fome (MDS). Nesse contexto, que os CRAS surgiram como unidades estratégicas para execução de serviços.

Em 2004, o PAIF passou a integrar a rede de serviços exclusivamente públicos de ação continuada da Assistência Social. Logo, uma entidade vinculada à rede de serviços do SUAS não executa atividades de PAIF, em virtude da normatização exigir repasse de recursos apenas para equipamentos públicos de CRAS.

No âmbito do PAIF é realizado um conjunto de ações, como: acolhida a(os) usuários(as); prestação de informações e orientações; escuta qualificada; busca ativa; atendimentos sociais por profissionais de curso superior na área social; realização de atividades socioeducativas coletivas com famílias; encaminhamentos à outras políticas; acompanhamento sociofamiliar e todas as atividades com a rede de serviços do território, encaminhamentos; mapeamento das instituições; atividades em parcerias, e articulações diversas.

Por meio do PAIF também ocorre a inserção dos(as) usuários(as) em outros programas, projetos e serviços da Assistência Social e de outras políticas sociais. Desse modo, o Serviço constitui importante estratégia para a integração e grande articulação dos serviços socioassistenciais e programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada idoso e deficiente.

Além do PAIF, os CRAS costumavam desenvolver atividades coletivas com as populações de crianças, jovens e idosos. Esses grupos estiveram sem direcionamento metodológico e pedagógico pela gestão federal entre 2004 a 2009, quando o MDS passou a normatizar a referência para estruturação e organização de todas as atividades realizadas através da Proteção Social Básica e Especial.

Estamos nos referindo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução N° 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência Social), segundo a qual estabelece três grandes serviços vinculados à Proteção Social Básica¹⁰⁹.

A Tipificação Nacional regulamentou o Serviço de Atendimento Integral à Família (PAIF) e criou mais dois serviços: o segundo grande serviço desenvolvido nos CRAS, intitulado “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” (SCFV),

¹⁰⁹ A tipificação nacional dos serviços socioassistenciais estrutura e organiza todos os serviços e ações de CRAS e Creas em nível nacional.

composto pelas atividades coletivas com crianças, jovens e idosos(as); e o “Serviço de Proteção Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosas”, sendo que este último está em fase de experimentação em alguns municípios, e não está sendo ainda executado em Fortaleza.

O SCFV engloba os programas subdivididos por ciclos etários: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para o público de 06 a 15 anos; o Serviço para crianças (em situação de pobreza e vulnerabilidade social, mas que não na condição de trabalhadores(as) infantis); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Adolescente¹¹⁰ (jovens de 15 a 17 anos); e Serviço para pessoa idosa (com idade acima de 60 anos que também viva na condição de pobreza e vulnerabilidade).

Este serviço se constitui basicamente de atividades socioeducativas e pedagógicas sobre temas afins a direitos sociais; ações de arte, cultura, lazer e recreação, mediante diferentes atividades, como passeios culturais e de lazer, estímulo à participação popular, intervenções no território sobre temas comunitários, dentre outros.

O PETI e Projovem Adolescente estão vinculados ao Programa Bolsa Família e exigem que as famílias cumpram condicionalidades¹¹¹ nas áreas de educação, saúde e Assistência Social.

Finalmente, o terceiro e último serviço de CRAS, consoante a Tipificação Nacional, é o Serviço de Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e tem por

¹¹⁰ O Projovem se subdivide nacionalmente em 04 modalidades: **Projovem Urbano** (destinado a jovens de 18 a 29 anos, que não tenham concluído o ensino fundamental. Oferece uma bolsa de 100 reais, com duração de 18 meses e é executado pela Secretaria Nacional de Juventude); o **Projovem do Campo** (com o público de jovens de 18 a 29 anos que atuem na agricultura familiar, que não tenha concluído o ensino fundamental, executado pelo Ministério da Educação. Tem duração de 24 meses e certifica o aluno pelo ensino fundamental); **Projovem Trabalhador** (destina-se ao jovem de 18 a 29 anos, desempregado, com renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo. É executado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Os alunos também recebem auxílio de 100 reais durante seis meses); e, por fim, o **Projovem Adolescente** (executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a jovens de 15 a 17 anos, independente da renda familiar ou que integra as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Tem duração de 24 meses e é desenvolvido nos CRAS ou em entidades da rede de serviços). Fonte: <<http://www.juventude.gov.br/guia/outrosprogramas/programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-projovem>>. Acesso em: 19 abr. 2014.

¹¹¹ As condicionalidades são as seguintes: na área da educação (frequência escolar para público de 06 a 17 anos); na saúde (para as gestantes e nutrízes: realizar as consultas de pré-natal e participar das atividades educativas sobre aleitamento materno e cuidados gerais com a alimentação da criança, e cumprir o calendário de vacinação das crianças menores de 07 anos e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil); e na área da assistência social (para as crianças do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), cumprimento da frequência nas atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI).

objetivo a prevenção de agravos sociais que possam comprometer seus vínculos familiares. Busca atender ao público beneficiário do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Como já informado, a gestão municipal de Assistência Social não desenvolve este serviço em Fortaleza.

No tocante à concessão de benefícios, os CRAS de Fortaleza também concedem benefícios eventuais como cestas básicas, auxílio natalidade e funeral para aquelas famílias com renda inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

Ações de Segurança Alimentar e Nutricional são desenvolvidas nas atividades socioeducativas grupais e, em sua maioria, estão ainda em planejamento.

Por vezes, a Gestão do Programa Bolsa Família e Gerenciamento do Cadastro Único estão no CRAS, em caráter atípico, tendo em vista que, na grande maioria dos demais municípios, funciona nas Secretarias de Assistência Social, e não nos CRAS, como ocorre em Fortaleza.

As ações do Cadastro Único e Bolsa Família desenvolvidas pelos CRAS possibilitam a descentralização dessas para o público, possibilitando, assim, o acesso mais próximo de seus domicílios. Por outro lado, esta realidade trouxe a intensificação de ações burocráticas e cadastrais aos CRAS, exigindo maior disponibilidade de tempo dos(as) profissionais, sendo uma das principais queixas desses(as) o elevado quantitativo de atividades, principalmente do Cadastro Único, Bolsa Família, e as atividades dos grupos de convivência, o que limita a atuação mais cuidadosa e planejada.

Percebe-se, então, que o(a) profissional dos CRAS tem o seu fazer pautado por ações individuais, o que provoca a temeridade de “sucumbir-se nas tramas do real e no pragmatismo individual que busca capturar o trato da questão social” (COUTO, 2009, p. 662), podendo convergir ou não com as competências e atribuições privativas da profissão postas no Código de Ética, e que fatalmente podem vincular-se a improvisações, sem estímulo ao trabalho pensado e planejado, no seu sentido teleológico.

De forma sintética, as principais ações desenvolvidas nos CRAS de Fortaleza, até março de 2014, são: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), sob o qual estão articuladas todas as outras ações, quais sejam: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes de 15 a 17 anos; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

para Idosos; Concessão de Benefícios Eventuais; Ações de Segurança Alimentar e Nutricional; Gestão do Programa Bolsa Família e Gerenciamento do Cadastro Único.

Quanto às atribuições e competências das duas categorias inicialmente estabelecidas pela legislação como integrantes das equipes de referência dos CRAS, quais sejam os(as) assistentes sociais e psicólogos(as), não há nenhum direcionamento nacional sobre a dimensão instrumental de cada categoria. As equipes são apresentadas como multidisciplinares, mas não há diferenciação do fazer profissional. Não há indicativo nacional de um setor de Serviço Social nem de outra categoria profissional específica nos CRAS.

O Conselho Federal de Serviço Social, em 2011, elaborou um documento sob o título de “Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social”, o qual sugere alguns procedimentos específicos para a atuação do assistente social nessa política que poderiam direcionar a intervenção profissional no CRAS. Apresentamos estas abaixo:

A materialização dessas diversas dimensões é preche de possibilidades e pode se desdobrar em diversas competências, estratégias e procedimentos específicos, com destaque para:

- realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida da população, que subsidiem a formulação dos planos de Assistência Social;
- formular e executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social, em órgãos da Administração Pública, empresas e organizações da sociedade civil;
- elaborar, executar e avaliar os planos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social, buscando interlocução com as diversas áreas e políticas públicas, com especial destaque para as políticas de Seguridade Social;
- formular e defender a constituição de orçamento público necessário à implementação do plano de Assistência Social;
- favorecer a participação dos/as usuários/as e movimentos sociais no processo de elaboração e avaliação do orçamento público;
- planejar, organizar e administrar o acompanhamento dos recursos orçamentários nos benefícios e serviços socioassistenciais nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);
- realizar estudos sistemáticos com a equipe dos CRAS e CREAS, na perspectiva de análise conjunta da realidade e planejamento coletivo das ações, o que supõe assegurar espaços de reunião e reflexão no âmbito das equipes multiprofissionais;
- contribuir para viabilizar a participação dos/as usuários/as no processo de elaboração e avaliação do plano de Assistência Social; prestar assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada à política de Assistência Social e acesso aos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- estimular a organização coletiva e orientar os/as usuários/as e trabalhadores(as)/as da política de Assistência Social a constituir entidades representativas;

- instituir espaços coletivos de socialização de informação sobre os direitos socioassistenciais e sobre o dever do Estado de garantir sua implementação;
- assessorar os movimentos sociais na perspectiva de identificação de demandas, fortalecimento do coletivo, formulação de estratégias para defesa e acesso aos direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre acesso e implementação da política de Assistência Social;
- realizar estudos sócioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais;
- organizar os procedimentos e realizar atendimentos individuais e/ou coletivos nos CRAS;
- exercer funções de direção e/ou coordenação nos CRAS, CREAS e Secretarias de Assistência Social;
- fortalecer a execução direta dos serviços socioassistenciais pelas prefeituras, governo do DF e governos estaduais, em suas áreas de abrangência;
- realizar estudo e estabelecer cadastro atualizado de entidades e rede de atendimentos públicos e privados (CFESS, 2011a, p. 20-23).

O objetivo do CFESS, com a elaboração dos parâmetros, é servir como balizas orientadoras do fazer profissional, servindo como referência para uma atuação mais específica legitimando assim o(a) profissional nesta área de intervenção.

Quanto ao documento normativo municipal, a única atribuição do Serviço Social está regulamentada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), de acordo com a Resolução Nº 1306/2009: realizar parecer técnico para concessão de benefício eventual. Todas as demais ações da política podem ser desenvolvidas por psicólogo(a), assistente social ou outro(a) profissional com área de atuação afim ao social.

Durante nossa pesquisa, encontramos um documento elaborado conjuntamente ainda pela gestão da Semas, os CRAS e os Distritos de Assistência Social, no final de 2011 e início de 2012, estabelecendo uma direção das ações e serviços que os CRAS desenvolviam neste período. Apresentamos as atividades desenvolvidas pelas profissionais à época, afirmando que todas essas atividades ainda são desenvolvidas por estas profissionais.

- Atendimento aos usuários de CRAS através dos procedimentos de acolhida, orientação, prestação de informações, visitas domiciliares, encaminhamentos a rede socioassistencial e demais políticas públicas, entre outros, conforme demandas das famílias;
- Desenvolver processos de busca ativa, com vistas a aprimorar o conhecimento da realidade do território e atender à demanda dos serviços;
- Realizar acompanhamento familiar conforme diretrizes do SUAS e em consonância com as metodologias e instrumentais pactuados pela SAS;
- Desenvolver e/ou facilitar atividades socioeducativas com famílias do Grupo de Famílias e dos SCFV;

- Articular instituições e parcerias para o desenvolvimento das ações com vistas a aprimorar a qualidade dos serviços ofertados e ampliar o acesso aos direitos;
- Desenvolver atividades coletivas e comunitárias no território;
- Participação em reuniões sistemáticas com CRAS, Coordenações da SAS e demais políticas públicas para planejamento, acompanhamento e execução do PAIF;
- Efetivar os fluxos de referência e contra referência com os Centros de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS;
- Referenciar os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, o cadastro único, os programas de transferência de renda e de inclusão produtiva, garantindo a complementariedade entre o PAIF e esses serviços;
- Desenvolver e acompanhar as atividades socioeducativas e comunitárias, bem como realizar apoio técnico continuado aos profissionais (orientador social, educador social e arte educador) envolvidos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme planejamento;
- Identificar as demandas das famílias e usuários do SCFV, articulando o PAIF e o Acompanhamento Familiar, quando necessário, assim como referenciar aos CREAS, sempre que identificadas situações de violação de direitos;
- Desenvolver, conforme demanda do território, estratégias de mobilização/busca ativa a fim de fortalecer a participação nas atividades desenvolvidas;
- Acompanhar e avaliar, junto aos usuários e suas famílias, os resultados e impactos do serviço, estimulando a participação política e cidadã destas;
- Fomentar e promover ações intergeracionais no desenvolvimento das atividades grupais;
- Realizar e encaminhar os registros sistemáticos de todos os procedimentos e atividades dos serviços do CRAS através dos instrumentais pactuados pelo MDS, STDS e SAS tais como: registro de atendimento diário, ficha de identificação, Plano de acompanhamento familiar, planejamento; frequências, relatórios, além dos sistemas informatizados já disponibilizados pelo MDS (Cadastro único, Bolsa família, PJA), entre outros;
- Colaborar com o desenvolvimento da vigilância social através da realização de busca ativa, mapeamento, elaboração e atualização de diagnósticos e estudos socioterritoriais das áreas de abrangência do CRAS;
- Participar e incentivar a participação dos(as) usuários(as) em atividades e instâncias de controle social (eventos e seminários, conselhos de políticas públicas, fóruns, conferências etc.);
- Realizar visitas institucionais à rede de proteção socioassistencial no território de abrangência do CRAS;
- Colaborar com a realização de reuniões, eventos e fóruns para a articulação da rede socioassistencial nos territórios do CRAS;
- Participar das oficinas integradas e metodológicas específicas por serviços, além de reuniões e qualificações sistemáticas, conforme demandas institucionais do CRAS e coordenações da SAS;
- Atender a família de forma coletiva ou individual prestando informações sobre a Assistência Social e, especificamente, o CADÚNICO-PBF;
- Garantir a realização dos processos de inscrição, atualização e revalidação cadastral, realizando os procedimentos necessários quando em casos específicos que requeiram visita domiciliar, emissão de relatórios etc. bem como de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família e recursos ao descumprimento de condicionalidades;
- Inserir o usuário em ações de inclusão produtiva – qualificação profissional (ação complementar do CADÚNICO-PBF);
- Acompanhar e orientar os operadores do Cadastro Único no atendimento direto à população, além de garantir a atualização sistemática das informações pertinentes ao serviço;

- Identificar as situações indicadas como trabalho infantil a partir do Cadúnico-PBF, realizar atendimento a família e posterior encaminhamento do caso ao CREAS, se necessário;
- Identificar, acompanhar e reverter, quando possível, situações de famílias em descumprimento de condicionalidades, em parceria com escolas, postos de saúde e equipes do ESF;
- Identificar, acompanhar e reverter, quando possível, situações de bloqueios-cancelamentos por motivos diversos, como: auditorias, alunos não localizados, inconsistências dos sistemas.
- Realizar visitas para análise do perfil e elaboração de relatório social com parecer técnico, desenvolvendo os devidos encaminhamentos e providências. (SEMAS, 2012).

Dessa forma, o(a) assistente social tem como competência, em síntese: supervisionar os serviços executados; realizar atendimentos sociais, visitas domiciliares; busca ativa; fazer encaminhamentos e articulações com a rede de serviços e demais políticas públicas; visitas institucionais; intervenções comunitárias; elaborar relatórios e estudos sociais; elaborar relatórios institucionais para gestão; preencher sistemas e verificação de dados referentes ao Programa Bolsa Família e o cumprimento de suas condicionalidades; concessão de benefícios eventuais; facilitação de grupos e palestras em grupo com famílias e grupos de convivência crianças, adolescentes e idosos(as).

Outra normatização importante sobre os serviços dos CRAS é a Norma Operacional Básica, que trata sobre Recursos Humanos no âmbito do SUAS (NOB-RH). Esta determina qual deve ser a composição das equipes de referência dos CRAS, de acordo com o porte do município.

No caso de Fortaleza, por tratar-se de uma metrópole, cada equipe deve ser composta por quatro técnicos de nível superior: dois(duas) assistentes sociais, um(a) psicólogo(a) e um(a) outro(a) profissional de áreas afins ao âmbito de atuação do SUAS.

Além destes, compõem também a equipe quatro técnicos de nível médio e um(a) coordenador(a), sendo que este(a) último(a) deve ter obrigatoriamente nível superior e, de acordo com a NOB-RH, ser concursado(a) e possuir experiências anteriores em trabalhos comunitários, gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais.

No município de Fortaleza, em todos CRAS possuem atualmente cerca de mais de 300 profissionais, dentre coordenadores(as), técnicos(as), apoios administrativos, educadores(as) sociais, orientadores(as) e facilitadores(as) sociais,

serviços gerais, manipuladores(as) de alimentos e vigilância, sendo 100% dos profissionais dos 25 CRAS contratados através de empresas de terceirização.

4.4 Considerações sobre a percepção das assistentes sociais que atuam no CRAS de Fortaleza-CE sobre a ética profissional em suas práticas

Neste tópico, pretendemos apresentar a análise dos produtos obtidos na pesquisa empírica referente à percepção das assistentes sociais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) de Fortaleza sobre a perspectiva ética em sua atuação profissional.

Conforme apontamos no percurso metodológico, os dados e informações coletados foram obtidos através de duas técnicas: observação participante e entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com quatorze profissionais, aplicadas entre os meses de março a novembro de 2013. Com a finalidade de preservar as profissionais analisadas, as identificamos com o uso das siglas AS1-AS14 (assistentes sociais), respeitando-se a ordem de realização das entrevistas.

Também nos serviram de base de dados as informações coletadas na pesquisa documental realizada no mesmo período, quando tivemos acesso a relatórios e documentos institucionais.

Para uma melhor análise da realidade investigada, utilizamos dados de pesquisa bibliográfica, realizada durante todo o processo, com o objetivo de articulação teórica com os principais autores(as) que discutem as categorias relacionadas.

Essas técnicas nos possibilitaram um maior aprofundamento conceitual, sendo a análise dos dados obtidos um grande desafio, dada a complexidade do tema. Buscamos desenvolver todas as informações recebidas com a responsabilidade de articulá-las às relações institucionais e à conjuntura contemporânea. Ainda, tentamos utilizar as principais falas das interlocutoras, na perspectiva de assegurar os diferentes olhares e percepções dessas profissionais sobre suas realidades de intervenção.

Buscamos, então, primeiramente, conhecer as **principais demandas que a profissional recebe em seu cotidiano de trabalho**, para identificarmos quais as

expressões da pobreza mais recorrentes na atuação da profissional de CRAS em Fortaleza. 92,85% das profissionais assinalaram os serviços e ações do Programa Bolsa Família e o Cadastro Único como porta de entrada principal do(a) usuário(a) dos CRAS em Fortaleza, como veremos abaixo.

As principais demandas são benefícios eventuais, drogadição, inclusão nos programas sociais, conflitos familiares. Mas a grande maioria dos atendimentos é mesmo Bolsa Família. (AS1)

As principais demandas são de informação e encaminhamentos. A porta de entrada também é muito o Cadastro Único e Bolsa Família, porque, muitas vezes, a população nem sabe quais são os serviços que pode encontrar no CRAS e, a partir da acolhida, é que eles recebem essa informação. (AS4)

As principais demandas são Bolsa Família e Cadastro Único. Mas chegam também questões de negligência quanto a crianças, idosos, drogadição, crianças fora da escola. Quanto a benefícios eventuais, as pessoas não têm mais procurado, porque já sabem que não tem, então a gente acaba nem alcançando essas pessoas. (AS5)

As principais demandas são o Cadastro e o Bolsa Família. Tem muito a questão dos benefícios eventuais, orientação sobre previdência e desemprego também. (AS6)

Aqui no CRAS a primeira demanda, talvez 95%, é a questão do Cadastro Único e do Bolsa Família pra atendimento, pra fazer inscrição [pausa]. E, principalmente, aquelas famílias que estão com seus benefícios cancelados. Então, a procura por esses serviços é demais, mas também vem outras demandas, como benefícios eventuais. (AS12)

Orientação, benefício, Cadastro Único. Agora, o grande 'chama', a maioria vem hoje pelo Bolsa Família. Aí, a partir do Bolsa Família que a gente tem uma conversa que acaba vendo outras demandas, tanto é que, assim, dia de sexta, por exemplo, o rendimento cai muito, mas ainda *chega* alguns querendo falar com a assistente social sobre questões de drogas. 'Ah, porque meu filho ou meu vizinho tal e tal e queria saber onde eu posso encaminhar um tratamento pra ele'. A gente faz muitas orientações gerais também. (AS13)

Aqui no CRAS, a gente recebe principalmente visitas relacionadas ao benefício do Bolsa Família. Acho que uns 80% dos atendimentos. E vinculado ao programa Bolsa Família, a gente atende muitas questões relacionadas ao descumprimento de condicionalidade do programa. É basicamente isso. (AS14)

Apenas 7,14% das entrevistadas comentaram outras demandas sem citar necessariamente o Programa Bolsa Família.

São diversas. Vem desde a questão da renda familiar a não existência dessa renda, com a vulnerabilidade de não acesso a políticas socioassistenciais, a outras políticas, como saúde, educação, habitação, emprego. Então as demandas são diversas. (AS11)

Vimos em Mota (2010) que a Seguridade Social brasileira, a partir dos anos 2000, assume uma nova formatação de suas ações sob forte seletividade e

exigências para que a população mais pobre possa ter acesso aos seus serviços. Temos, como consequência, emerge um novo desenho da política de Assistência Social, principalmente figurada na ascensão dos programas de transferência de renda, como Bolsa Família, Projovem, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil etc.

A referida autora assevera que a política de Assistência Social, no capitalismo contemporâneo, atende às estratégias políticas das classes sociais e da própria burguesia, surgida pela correlação entre a sociedade civil, Estado e de seus intelectuais orgânicos.

Assim, Mota destaca a centralidade da política em alusão como mecanismo imediato para enfrentar as desigualdades sociais no país. Esta é uma das principais questões; não a competição com as demais, mas, sobretudo, porque retrata a ascensão da pobreza e a miséria da população; a ação seletiva e compensatória do Estado com atuação quase que exclusiva com programas de transferência de renda e a fragilidade das demais políticas como: saúde, trabalho e previdência social. Em relação às medidas compensatórias da Assistência Social brasileira, a autora reflete:

[...] Esta problematização não elide a questão real, ou seja, o fato de a Assistência Social ser um mecanismo público, um direito e uma política de natureza compensatória, voltada para o atendimento de necessidades que são originárias da desigualdade social, inerente à sociedade capitalista. Contudo, se permanecermos neste patamar de reflexão – o do reconhecimento da sua importância e o da busca da sua efetividade – não nos restaria outra alternativa a não ser discutir como otimizar a gestão dessa política. Perfilar-se-iam, então, como saídas somente: ampliar, ajustar e atender às lacunas gerenciais da política de assistência, admitindo-a como o principal ou quiçá o único mecanismo institucional do enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais. (CFESS, 2011b, p. 67).

O desenvolvimento da Assistência Social por meio de políticas compensatórias e de transferência de renda não mexem na base das desigualdades de classe no país, reproduzindo assim, o eterno ciclo da pobreza. Está ainda mais cimentada, em face de crise do trabalho, o que repercute em elevadas taxas de desempregos e aumento de empregos informais desprotegidos de direitos trabalhistas e previdenciários.

O que ocorre, na verdade, é que esta população apta ao trabalho não deixa de trabalhar, esta não encontra empregos com direitos assegurados e se

dispõe a trabalhar em péssimas condições, muitas vezes exposta a longas jornadas, na informalidade e na incerteza de renda.

Em outra perspectiva, Berenice Rojas Couto desconstrói a falácia de que os(as) beneficiários(as) dos programas de transferência de renda não querem trabalhar em virtude do recebimento do recurso. A referida autora aponta uma pesquisa que mostra que os(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), mesmo com salário formal, ainda se inserem na seleção do perfil de pobreza ou extrema pobreza do Programa Bolsa Família.

Analisando a última pesquisa feita pelo BPC apresenta o seguinte dado: '47% dos/as usuários/as do Bolsa Família têm trabalho protegido e carteira assinada. O que significa que, no fundo, se trata de trabalho precarizado e de salários aviltantes, que obrigam esses sujeitos, apesar de suas carteiras assinadas, a buscarem recursos no Bolsa Família e na Assistência Social. Então, aquele mito de que o trabalho é garantidor e de que ninguém vai precisar da Assistência Social desfaz-se progressivamente nas nossas análises da sociedade hoje. Ademais, além de ter 47% trabalhando com carteira assinada, temos entre 70 e 80% de pessoas trabalhando no mercado informal. Eles/as dizem que trabalham, porque a lógica de que o/a usuário/a da Assistência Social mente para receber o benefício também está presente na nossa lógica de compreensão. Eles/as dizem que trabalham e declaram a renda do seu trabalho, no entanto essa renda é totalmente insuficiente para a garantia das necessidades básicas das famílias. Então, estamos em uma encruzilha. Precisamos discutir que tipo de sociedade temos como demanda para o trabalho do/a assistente social'. (CFESS, 2011b, p. 63).

Ainda nesse sentido, as profissionais perceberam as demandas sociais mais recorrentes nos atendimentos dos CRAS de Fortaleza-CE, além do Programa Bolsa Família e Cadastro Único com destaque para: benefícios eventuais¹¹²; informação/orientação sobre direitos sociais e serviços; negligência e abandono de idosos(as) e crianças; encaminhamentos para políticas de saúde, habitação e políticas sobre drogas.

Trata-se de necessidades sociais de amplas dimensões da pobreza, abrangendo desde questão afetas a renda/aquisição material, como também com outras características. Articulamos as reflexões de Couto, quando se refere ao atendimento da política de Assistência Social.

Nesta concepção, evidenciam-se condições de pobreza e vulnerabilidade associadas a um quadro de necessidades objetivas e subjetivas, onde se somam dificuldades materiais, relacionais, culturais que interferem na reprodução social dos(as) trabalhadores(as) e de suas famílias. Trata-se de

¹¹² Importa mencionar que foi recorrente a queixa das profissionais da descontinuidade da aquisição dos benefícios eventuais nos últimos oito anos. Observamos nos meses da pesquisa que não havia cestas básicas e auxílio natalidade nas unidades. Apenas estavam disponibilizando o auxílio funeral.

uma concepção multidimensional de pobreza, que não se reduz às privações materiais, alcançando diferentes planos e dimensões da vida do cidadão. (COUTO, 2009, p. 40).

Certamente, não podemos deixar de ressaltar que as políticas sociais estão intrinsecamente relacionadas à política econômica, tendo em vista que esta última é determinante das condições de existência daquelas. A principal questão é que, no Brasil, não se combate a pobreza com transferência de renda, sendo uma política vazia de resultados palpáveis para a crise econômica vivenciada. Podemos afirmar, portanto, que essa lógica só admite políticas sociais extremamente focalizadas, inserindo prioritariamente a Assistência Social.

É necessário demarcarmos que não esperamos que a pobreza seja enfrentada com políticas sociais, entretanto, sua execução com privilégio ao modelo de transferência de renda brasileiro sobrepõe-se a ações de cunho mais coletivo, sociopolíticas e comunitárias que a política deve desenvolver, associada a outras ações de natureza mais complexa, como a equidade na distribuição de renda.

A prática profissional está diretamente vinculada à execução dessa política, muitas vezes correndo o risco de uma intervenção trefista, burocrática, sem maiores concepções sobre ações políticas mais coletivas.

Observamos que, se mais de 90% da demanda de CRAS em Fortaleza é atualmente de Bolsa Família. Podemos afirmar que a profissional encontra-se imersa em um cotidiano quase que exclusivo no atendimento às ações deste Programa, limitando suas práticas profissionais, inclusive em detrimento de um trabalho mais comunitário e coletivo.

Voltando à discussão anterior, em relação às outras políticas da Seguridade Social, a Assistência Social passou a ser central no ponto de vista de destinação orçamentária. Contudo, esse investimento é destinado em excelência para o BPC e Bolsa Família. As questões de estrutura, recursos humanos, recursos materiais, e realização de atividades coletivas, dentre outros, contam com pequena parte do orçamento.

A título de conhecimento, nos fundamentamos em Behring (CFESS, 2011, p. 90), para apresentar alguns dados do financiamento da política de Assistência Social brasileira. Consoante esta autora, no ano de 2006, 92% do recurso total do Fundo Nacional de Assistência Social se destinou ao Benefício de Prestação

Continuada e renda mensal vitalícia¹¹³ e apenas 08% para os demais programas. Um ano após, em 2007, houve uma pequena diminuição: 90,9% para os primeiros, 9,1% para o outro. Em 2008, 91,6% de um lado e 8,4% de outro. E em 2009, o orçamento de todo o Ministério correspondeu a 32,7 bilhões de reais, sendo que 19,8 estão alocados no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), ou seja, 60,6% dos recursos do MDS.

Segundo informações oficiais do governo federal no relatório Orçamento Federal ao alcance de todos¹¹⁴, quanto à previsão do orçamento do Programa Bolsa Família, em 2013, era de 22,1 bilhões, sendo R\$ 21,4 bilhões o valor a ser transferido diretamente às famílias.

Ainda para esse ano, estava previsto um gasto de R\$ 35,5 bilhões com o SUAS. Nesse montante, R\$ R\$ 32,9 bilhões referem-se ao pagamento de Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV); R\$ 1,2 bilhão refere-se à Proteção Social Básica e para a Proteção Social Especial (PSE) o valor de R\$ 790,7 milhões.

Já para 2014, consoante o sítio virtual Contas Abertas¹¹⁵, a previsão do orçamento de 2014 destinados ao Programa Bolsa Família, previa no início do ano o total de R\$ 25,3 bilhões. Desse total, R\$ 12,5 milhões devem ser destinados ao aperfeiçoamento da disseminação de informações do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único, R\$ 28,5 milhões ao Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal e R\$ 24,6 bilhões à transferência de renda direta às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza.

¹¹³ A Renda Mensal Vitalícia (RMV) foi criada por meio da Lei nº 6.179/74 como benefício previdenciário destinado às pessoas maiores de 70 anos de idade ou inválidos, definitivamente incapacitados para o trabalho, que, em um ou outro caso, não exerciam atividades remuneradas e não auferiam rendimento superior a 60% do valor do salário mínimo. Além disso, não poderiam ser mantidos por pessoas de quem dependiam, bem como não poderiam ter outro meio de prover o próprio sustento. Assim, a Renda Mensal Vitalícia, criada no âmbito da previdência social, foi extinta a partir de 01 de janeiro de 1996, quando entrou em vigor a concessão do BPC. A permanência desta ação orçamentária ocorre para que o pressuposto no artigo 40, da lei 8.742/93 (Loas) se cumpra e não haja dissolução de continuidade no atendimento à população anteriormente contemplada com o benefício previdenciário (RMV).
Fonte: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/renda-mensal-vitalicia-rmv>>. Acesso em: 05 jun. 2014

¹¹⁴ http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/orcamento_13/OFAT_2013.pdf
Orçamento federal ao alcance de todos. Data do acesso 30 set. 2014

¹¹⁵ <http://www.contasabertas.com.br/website/arquivos/7603>, 22 de janeiro de 2014. Data do acesso em 30 de setembro de 2014.

Em relação à realidade do município Fortaleza, conforme dados da Secretaria do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹¹⁶, o total de famílias inscritas no Cadastro Único, em março de 2014, era de 358.281 famílias, dentre as quais: 161.753 com renda *per capita* familiar de até R\$70,00; 249.710 com renda *per capita* familiar de até R\$ 140,00; e 338.589 com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 25.759.436 no mês. Já a previsão de repasse anual do Paif, R\$ 3.456.000,00 por mês¹¹⁷, e do SCFV, o valor ano de referência R\$ 5.964.000,00. Ou seja, o gasto referente ao Programa Bolsa Família neste município em um único mês é aproximadamente 27 vezes superior o gasto com os dois principais serviços de CRAS por todo o ano de 2014.

Consideramos ainda que é com o recurso desses serviços que se custeia a aquisição dos materiais para todos os CRAS. Além disso, existe uma fonte de recurso do Bolsa Família, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) que também permite a aquisição de materiais e equipamentos de dados, melhoria na estrutura para atendimento as famílias, investimento em treinamentos, capacitações, eventos e divulgação para o Programa, dentre inúmeros outros.

O que queremos afirmar com a apresentação desses dados é que o programa Bolsa Família é a principal fonte de investimento e custeio da política em nível de Proteção Social Básica, e por anos decorre sem sofrer cortes orçamentários significativos, o que demonstra o interesse do Estado em permanecer com o modelo de política de transferência de renda.

Ressaltamos, assim, que a política em discussão remete à seleção da miséria sujeita a uma administração assistencialista passível da inibição para o tensionamento por parte da população contra o próprio Estado, além de valorizá-la em detrimento as demais políticas da Seguridade Social, esvaziando esta enquanto medidas de proteção social, como assegura Behring:

A permanecer com essa lógica, vamos ter uma arquitetura institucional extremamente focalizada e pobre. Não vai se combater a pobreza, mas administrá-la, mantê-la em níveis toleráveis. Não se vai atacar a distribuição funcional da renda, que é extremamente desigual no Brasil, que é a que permite a concentração do capital, ou seja, a relação capital x trabalho, se

¹¹⁶ Fonte: Relatório de Informação RI Bolsa Família e Cadastro Único, mês março de 2014. IBGE 230440. População (Censo IBGE 2010) 2.447.409.

¹¹⁷ Fonte: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php>

nos contentarmos apenas com melhorias pequenas no índice de GINI (Índice de Cálculo de Desigualdade na Distribuição de Renda) e com resultados que podem se esvaír com a crise econômica que está em curso. Tal crise está longe de ser uma marolinha diante da forte vulnerabilidade externa da economia brasileira. Não estamos blindados frente à crise mundial. Na verdade, o custo da falta de ousadia numa direção de esquerda e da falta de soberania vai ser duramente cobrado nos próximos anos. O mais forte indício dessa lógica macroeconômica é o mais recente ataque aos direitos da Seguridade Social, podendo-se prever, portanto, impactos ainda mais deletérios para a implementação do SUAS, caso essa contra-reforma seja aprovada. Parece-me que um dos principais consensos que podemos tirar desse seminário é uma posição coesa contra a reforma tributária que vai acabar com a COFINS e a CSLL. Essa medida, se implementada, coloca as políticas de seguridade em situação de disputa de recursos com governadores e prefeitos, no bolo do orçamento fiscal. Isso é um esvaziamento do conceito de Seguridade Social, um ataque absolutamente frontal e surpreendente, vindo de onde vem. (CFESS, 2011b, p. 92).

Diante do exposto, apresentamos a tese principal de Mota (2010) quando a autora critica essa atuação fragmentada da política e a reduz a um mito. Em suas palavras:

Instala-se uma fase na qual a Assistência Social, mais do que uma política de proteção social, se constitui num mito social. Menos pela sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que têm impactos no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre, e mais pela sua condição de ideologia e prática política, robustecidas nos planos superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa¹¹⁸ tem no processo de reprodução social. (op. cit., p. 141).

Articulando a essa discussão, e refletindo quanto às **condições éticas e técnicas das profissionais** dos CRAS de Fortaleza-CE, em face das dificuldades de recursos, concluímos que os equipamentos são falhos de estrutura para atender os quantitativos de serviços a que se propõem.

Todas as interlocutoras apontaram dificuldades quanto aos equipamentos públicos, em relação às condições estruturais dos mesmos: situações como inadequações da estrutura física o que compromete o sigilo dos atendimentos e arquivos; escassez de materiais e equipes reduzida quanto ao número de profissionais foram mencionados por grande parte das entrevistadas. Ainda, foi apontado o excesso de trabalho e a interferência partidária e condição de terceirizadas, como demonstramos abaixo.

¹¹⁸ Sobre o conceito de superpopulação relativa, consultar o texto de Cesar Henrique Maranhão, nesta coletânea.

As condições éticas e técnicas não são as melhores [risos]. Principalmente pelo espaço físico. Muitos atendimentos são feitos com as portas entreabertas por conta do calor excessivo, o que interfere no sigilo. (AS1)

As condições físicas são ruins. O Cadastro Único não é atribuição do CRAS, mas demanda muito da estrutura. Por exemplo, a nossa sala de cadastro hoje tem nove cadastradores. E é uma sala que só tem cinco mesas. Então, não tem nem espaço pra todos os profissionais sentarem. Como que eles vão atender a população adequadamente? É uma mesa ao lado da outra e os usuários, que muitas vezes se conhecem, são até vizinhos, ali colocando suas questões de vida na frente de todo mundo, expondo seus problemas. Já o atendimento técnico tem uma sala reservada, porém, a rotina nem sempre permite que esteja só uma técnica atendendo naquela sala. Às vezes chega uma urgência e aquele atendimento tem que ser feita num ambiente que não é adequado. (AS3)

Ainda falta estrutura pra melhorar as condições éticas do atendimento. Às vezes, a gente tem que fazer mais de um atendimento em uma mesma sala e isso atrapalha e não assegura o sigilo. Quanto às condições técnicas, como a gente não faz só o serviço de acompanhamento do PAIF, pra gente ter um acompanhamento melhor, teria que haver um número maior de profissionais, de mais estrutura de materiais. É preciso também melhorar a estrutura de trabalho, tipo computadores, mesas, materiais pedagógicos dos grupos. Falta muito ainda... (AS5)

As condições não são boas não [risos]. A gente tem sofrido um bocado, quando não é necessário tirar do bolso pra comprar as coisas pra trabalhar. Vejo isso há anos aqui dentro. Falta muita coisa, até material, lanche, coisas pros grupos, até mesa e cadeira! [risos]. (AS7)

As condições não são adequadas. A questão do sigilo, por exemplo, é fundamental, mas a sala de atendimento não favorece. A gente precisaria de melhores condições para todos os profissionais. A quantidade de serviço é muito elevada e, às vezes, tem ações pra fazer, como visitas de acompanhamento familiar, que vão sempre ficando pra depois porque não tem tempo pra fazer tudo que tem que ser feito. Além disso, a gente, às vezes, tem que utilizar de muita criatividade pra manter as atividades porque falta material, principalmente, faltam atrativos pra participação dos(as) usuários(as) . (AS8)

Aqui nesse espaço, no CRAS? [pausa]. Bom, o que eu sinto é que a equipe tenta, ela se desdobra pra tentar trabalhar da melhor maneira possível junto com essas famílias, mas aqui é um espaço que não te dá condições mínimas de trabalho. Começando pelo sigilo. Nós não temos uma sala que propicie que a gente atenda essa família de acordo do que é direito dela e exigências nossas. A coordenação do CRAS sempre orienta de que quando estivermos em atendimento que os profissionais tentem entrar o mínimo possível, já que muitas vezes já tem mais de um profissional dentro da sala, mesmo que sejam todos(as) assistentes sociais(as) , isso não quer dizer que se configure o sigilo, porque sigilo é só o profissional direto com o usuário, é só aquela família no seu espaço do atendimento e nós temos dificuldades além do sigilo que pra mim é o mais preocupante, falta também material, falta equipamento para que a gente possa trabalhar da melhor maneira possível. (AS9)

As condições profissionais... [pausa]. Tá em processo, porque muita coisa já melhorou, mas também tem muita coisa a se fazer. Tipo: políticas públicas pra população e também dar condições de trabalho [pausa]. Eu acho que nós estamos engatinhando para que a gente tenha uma assistência que a gente sonhe que seja. Mas, assim, ainda tá muito longe, mas estamos

caminhando pra isso. Por exemplo, eu acho que a questão mesmo de não misturar. Atualmente, como a gente tá numa situação precária de contratação, terceirização, principalmente nos períodos eleitorais que a gente muitas vezes [...] é forçada, [não é] nem forçada, digamos convocadas, pra balançar bandeira, a fazer política pra segurar o emprego e isso é muito difícil pra gente se sujeitar a ir, porque a gente precisa trabalhar. Pra gente é diferente. É muito difícil o servidor ir, mas já a gente fica um pouco mais fragilizada pela nossa condição, e o jeito é ir mesmo... (AS11)

Às vezes, a gente acaba sendo engolido pela rotina e deixando de lado algumas questões que seriam fundamentais da nossa ética, do nosso próprio código de ética. Por exemplo, a gente tem uma sala e não necessariamente garante o sigilo do atendimento e isso é delicado, mas no cotidiano a gente vai levando isso e às vezes nem para pra questionar, mas claro que a gente já questionou, mas também o que foi feito? Tipo assim, as coisas vão nos engolindo. Vejo que existem alguns gargalos que impedem que a gente ofereça um atendimento com melhores condições. (AS14)

Das palavras de Behring, concluímos que esta realidade é compartilhada com outros municípios brasileiros. Percebemos vários elementos que a autora nos apresenta são considerados nas falas das interlocutoras em seus depoimentos sobre condições de trabalho na experiência da política de Assistência Social:

Observa-se, porém, o baixo investimento exatamente naquele que é a maior inovação nesse campo: a construção do SUAS. Ou seja, não há recursos suficientes para aplicação na rede de serviços, construído equipamentos públicos, estruturados e de qualidade, referenciados nos planos municipais e nos territórios, assegurando condições de trabalho aos/às trabalhadores(as)/as da Assistência Social, sigilo no atendimento, autonomia profissional nos procedimentos técnicos, indo além do plantão e, de preferência, com salários dignos. No entanto, essa é a grande inovação do SUAS, uma concepção e modelo de como deverá ser o conjunto do atendimento na Assistência Social [...]. Contudo, o SUAS tem sido corroído e o nó central está na questão do financiamento. (CFESS, 2011b, p. 89).

Neste ponto, é preciso que nos reportemos ao Código de Ética Profissional, que indica como primeiro direito que assiste ao profissional de Serviço Social, “[...] dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional”. Percebemos que isso não está sendo cumprido na instituição analisada, trazendo prejuízos tanto à profissional que ali realiza suas atividades quanto ao(à) usuário(a) que recebe os serviços.

Outra discussão que foi estimulada em nossos diálogos com as profissionais teve como objetivo investigar se, em suas percepções, existem questões institucionais que **comprometem ou facilitam a efetivação dos compromissos éticos** orientadores de sua intervenção profissional. Por questões institucionais, compreendemos o planejamento, orientações para o trabalho,

estabelecimento de metas, destinação de recursos, entre outras que pudessem ser mencionadas pelas próprias entrevistadas.

Das interlocutoras, 21,42% relataram que a alta demanda de atendimentos diários limita o desenvolvimento do fazer profissional organizado e planejado, que possibilite relacioná-lo com mais qualidade aos valores ético-políticos da profissão. O direcionamento institucional muitas vezes está envolvido em dar maiores respostas em termos de número de atendimentos, conferindo menos importância à forma de sua realização e os resultados daí advindos.

Foram destacados pelas profissionais, o entendimento de que as demandas estão relacionadas à vida material e subjetiva das famílias apontando para o cuidado em não massificar as ações da política como mero pronto atendimento, na tentativa de desconstruir o sentido produtivista que está se desenvolvendo na Assistência Social contemporânea. Destacamos o sentimento de inquietude e críticas feitas pelas profissionais sobre esta situação nos seus espaços sócio-ocupacionais.

Até por a gente estar dentro de uma instituição, a gente tem que atuar de acordo com uma orientação que a gente não concorda muito. Por exemplo, a quantidade tem sido sempre priorizada diante da qualidade do trabalho. Existem interferências institucionais, no sentido de que, muitas vezes, a gente tem que fazer coisas de uma forma que não é o que a gente aprende na faculdade, mas como tem que ter números pra apresentar, o trabalho acaba sendo realizado de uma forma que vai contra o projeto ético. O que não concordo é esse trabalho de muita produção sem qualidade. (AS1)

Uma das questões que compromete é o fato de exigirem números altos de atendimento. Parece que não entendem que a gente [...] tá lidando com seres humanos, que tem vontade própria, interesses próprios. A gente é cobrado pela quantidade mais do que pela qualidade. (AS8)

Retomando um pouco a questão da demanda, eu acho que a gente está sendo um pouco engolido, não só pela demanda espontânea do CRAS que a gente recebe, mas pelas demandas institucionais e eu acho, assim, que a nossa principal angústia aqui no CRAS é em não conseguir parar para suspender um pouco desse cotidiano e fazer uma análise da nossa prática, das nossas intervenções e até mesmo construir um projeto ético-político e profissional aqui dentro do CRAS, para que a gente possa atuar e garantir um serviço de melhor qualidade no atendimento. Acho que isso é o que mais nos angustia. E a instituição, falando institucionalmente, não contribui muito para isso. Eu acho que não compreende muito, eu acho que pela questão de metas, de números de quantidade que às vezes é exigido e a gente acaba deixando um pouco essa qualidade de serviço. (AS14)

As profissionais que compreendem que tem autonomia relativa representam 21,42% do total de entrevistadas. Estas acreditam que não há interferência nas suas práticas, mas reconhecem que há dificuldade na gestão de

tempo para qualidade dos serviços prestados e que as ações não são construídas de forma coletiva, havendo uma direção para as atividades, embora elas as desenvolvam com o conteúdo técnico que assim desejarem.

Chegam muitas ações pra gente fazer e muitas vezes nem dá tempo pra planejar, preparar [pausa]. Mas a instituição não chega a interferir na minha atuação ética. Tenho certa autonomia pro meu trabalho. (AS4)

Nas relações institucionais, relações entre colegas da mesma categoria, com os demais membros da equipe, não me recordo de nada [pausa]. Até que temos autonomia. Só se for algumas orientações que vem de cima pra baixo, de certa forma elas dificultam e muitas vezes a gente nem pode contribuir de verdade, como a gente acha que deveria ser. Simplesmente já vem pronto e a gente só executa. (AS6)

A estrutura física, material, a dificuldade de recursos, dentre outros, foram apontados especificamente por 35,71% das interlocutoras como interferindo e limitando as atuações profissionais.

Muitas vezes a gente tira do bolso para fazer, mas não somos nós que temos que viabilizar os instrumentos pra gente poder trabalhar. Aí é onde eu digo que a gente tem que ter uma visão de não se acomodar com o que está acontecendo. E a gente vê que não pode ser assim [pausa]. É quando eu digo que é um exercício que a gente tem que fazer, que é pessoal e com o usuário, que é um exercício ético cabível da nossa profissão, que é a gente estar fazendo as mobilizações, orientando os usuários e quando eu digo que devemos orientar as famílias, é como [se] a gente tivesse naquele momento falando pra família como um espelho, falando pra gente que nós não devemos nos acomodar e sempre estar na luta, se mobilizando. A gente tem que estar sempre anotando, a gente tem que estar buscando documentar o que está acontecendo no dia a dia e estar viabilizando melhorias. A gente fala tanto para o usuário, tanto para a família e a gente se depara que a gente não faz isso conosco mesmo [risos]. Muitas vezes, quando você fala, quando você tenta mobilizar a articular, as pessoas *diz* que você fala muito, cuidado. E então, tipo assim, não é tão forte o assédio moral, mas, assim, em algum momento você sente, e eu acredito que isso é da nossa profissão, que nós temos que estar *inserido* nessas lutas, isso é do profissional. A gente tem que manter a chama acesa de estar sempre lutando, porque não sou eu que tenho os resultados em minhas mãos. Eu acho que o profissional assistente social tem que estar mobilizando na luta por melhorias. Ainda em relação *institucionais*, me refiro às cobranças dos quantitativos. Chega um momento que, enquanto equipe, a gente se pergunta. Na verdade, a gente sabe a importância das metas, do quantitativo, a gente sabe a importância dos números, inclusive para receber recursos, mas muitas vezes chega um momento que a gente fica sufocada de um quantitativo que parece ser mais importante que o qualitativo. A gente tem que atender certa quantidade que muitas vezes a gente pensa que, se fosse em menor quantidade, nós trabalharíamos em melhor qualidade. Então, às vezes eu acho que é desproporcional. *Te exige* uma quantidade de coisas que a gente sabe que muitas vezes a gente não vai conseguir. (AS9)

Eu acho que tem uma coisa que impede que é não propiciar uma questão de estrutura, isso a gente não tem. E eu acho que é uma coisa muito importante de infraestrutura e isso a gente não tem. Falta muita coisa pro

trabalho da gente ainda. E se a gente não tira do bolso, muita coisa nem sai. (AS10)

É como eu já falei, muita coisa já melhorou. E eu acredito que pra a política Assistência Social deixar de ser a 'prima pobre' e passar a ser o corpo e a visão que ela realmente merece ser, ainda falta bastante mudança. A gente é visto como sem muita importância perante a educação e a saúde. Mesmo com todas as melhoras, eu acredito que a estrutura ainda é uma das piores políticas. (AS11)

Um ponto interessante foi referente à interferência político-partidária: 7,14% destacou a influência partidária como limitante à sua atuação e correlaciona a sua condição de terceirização na forma de contrato. Este ponto, de certa forma, é bastante grave, e é possível que não tenha aparecido em outras falas em maior recorrência por não se tratar de ano eleitoral, podendo ser alterada nas articulações das interlocutoras nesses períodos.

Sempre houve interferências institucionais no nosso agir, no direcionamento das ações. Só não mesmo no atendimento em si, no encaminhamento que a gente faz. Mas na direção político-partidária, a gente passa por muita coisa num CRAS [risos]. Principalmente as terceirizadas. (AS2)

As profissionais que discorreram acerca da inexistência de interferência institucional representam 14,28% do total. Em suas percepções, não só elas possuem autonomia, como afirmam que não perceberam se houve alguma situação promovida pela própria instituição que contrarie a conduta ética profissional. Nesse sentido, em suas percepções, a autonomia técnica pode ser um ponto favorecedor em suas práticas.

Não há interferência da instituição na questão ética. A gente, de certa forma, tem bastante autonomia. Não lembro nada que possa afirmar isso agora. (AS3)

Nos anos em que eu trabalho aqui a gente nunca teve uma orientação institucional de ter que fazer alguma atividade que contrarie a ética profissional. Pelo menos, não me lembro disso. (AS7)

Importa destacar que, em nossas observações, referendadas pelas demais interlocutoras, a existência de interferência institucional relacionada ao conteúdo técnico das profissionais. Há uma direção em todo o planejamento e administração dos trabalhos, nos temas e condução a serem discutidos nos grupos socioeducativos, no número de atendimentos e serviços por profissionais e, sensivelmente, percebeu-se uma alteração de perspectiva política no direcionamento das ações, quanto se trata da gestão atual em relação a anterior. Na primeira delas, pautas específicas para populações cultural e socialmente

discriminadas eram levadas em consideração com maior entusiasmo, e percebemos que, na atual, o viés profissionalizante atua com maior concretude. Essas pautas sociopolíticas, sem dúvida, são afetas ao nosso conteúdo ético-político profissional.

Ademais, todos os CRAS promovem atividades semelhantes, que ocorrem quase com a mesma direção, desrespeitando assim as singularidades de cada território.

Acrescentamos, ainda, o fato das profissionais se queixarem da necessidade de melhor organização da gestão de tempo para qualificar suas intervenções, pois se sentem “consumidas” pela demanda de atendimentos do Programa Bolsa Família e Cadastro único, muitas vezes desrespeitando as condições éticas e técnicas de trabalho, e assemelhando estas profissionais a trabalho rotinizado e produtivo por metas de atendimentos.

Em outra questão, pedimos para que as entrevistadas relacionassem atividades que realizavam diretamente no CRAS e se, ao realizá-las, percebiam-se, em algum momento, **exercendo uma função de controle sobre a população** que atendida.

Em menor proporção, apenas 14,29% das profissionais não se sentem controlando em nenhum sentido a população e consideram positiva a direção política das normativas da política de Assistência Social. Utilizam-se da compreensão da PNAS, NOB e SUAS como usuários(as) sujeitos de direitos e o princípio da participação popular como efetivados no trato com essa população.

Não me sinto em nenhum momento exercendo função de controle sobre a população e ainda mais no CRAS, que atende buscando respeitar os usuários como sujeito de direitos. Ainda não vi não. (AS5)

Não, controle não. De forma alguma [pausa]. A gente... [pausa]. Eu sinto que a gente tá contribuindo para que eles busquem seus direitos. É que eles não se caem, a gente estimula a participação nos Conselhos, explica o que é Conselho, orienta que hoje a política é de participação mesmo, eles têm que participar, que ninguém vai dar nada de mão beijada pra eles não. Até a questão do Bolsa Família também. A gente coloca que é um direito, mas que eles não se acomodem naquele Bolsa Família, em receber aquele benefício, que não é uma coisa pra sempre, não é uma aposentadoria, é uma coisa transitória. [pausa]. Tanto é que tem os cursos que a gente oferece e que eles têm que fazer cursos e participar de tudo, ou eles ou a família. Já pra sair desse ciclo. O CRAS faz é facilitar isso. (AS13)

Contudo, 85,71% acreditam que, de alguma forma, estão exercendo uma função de controle sobre a população usuária. Dessas: apenas 8,33%, mais uma vez, correlacionou controle com a política institucional da gestão do CRAS.

Relataram o fato de as ações serem estabelecidas sem o diálogo aberto com a própria população, implementadas de forma vertical, muitas vezes sem considerar as diversidades locais de cada território e trazendo para a condução pauta com dimensões mais afetas à própria administração municipal, sem relação direta com o cotidiano daquelas(es) usuárias(os).

Em alguns momentos eu acho que a gente direciona as atividades de forma muito fechada, sem dar direito ao grupo de colocar o que ele tem interesse em discutir. Principalmente quando as coisas vêm prontas da secretaria. Geralmente é isso. (AS2)

Ainda 14,16% afirmam que se sentem controlando a população atendida no que diz respeito ao Programa Bolsa Família e de outros perfis dos projetos executados pelos CRAS como benefícios eventuais. O restante das profissionais, 64,29%, associa este controle à sua atuação exclusivamente no atendimento às famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Inclusive, foi mencionado a necessidade de uma direção institucional que regulamente a forma como deve ser feito o acompanhamento das condicionalidades definindo-as de modo mais específico. Observamos, através das interlocutoras que se trata de questão que provoca bastante “angústia” (sic) na medida em que, para atender ao que é determinado pela instituição, as profissionais sentem-se em uma função de policiamento, o que, muitas vezes, resulta na quebra de vínculos entre elas e os(as) usuários(as), dificultando a realização de outras atividades de caráter coletivo.

No que tange ao Bolsa Família, essa função de controle aparece de modo muito forte. A forma como é feito o controle das condicionalidades assume muito essa cara de policiamento. No momento em que eu pergunto por que a criança faltou à escola e exijo um atestado médico que diga que naquele dia aquela criança estava doente, ou porque não foi feita a vacinação da criança e também o fato de que a família é obrigada a comparecer pra prestar esses esclarecimentos, sob pena de perder o benefício, a gente tá numa função de controle, sim. (AS3)

A gente tem esse certo controle quando se refere ao Cadastro Único e Bolsa Família. Quando a gente verifica que há contradição no que a família aponta, a gente tem que verificar, fazer visita, acho um pouco de controle. Uma visita pra comprovar as coisas só pode ser pra controlar, não? [risos]. (AS4)

Na questão do descumprimento das condicionalidades, a gente, de certa forma, exerce uma atividade de controle. Parece que *está* se perdendo os objetivos, porque as famílias mandam as crianças pra escola não pelo valor da educação, mas pra não perder o Bolsa Família. E a gente deveria *tá*

fazendo o oposto, era sensibilizando a família pra isso e não pra verificar se isso é ou não verdade. (AS6)

A gente tem que ter cuidado em não impor uma visão da sociedade pra aquela família. É difícil... [pausa]. Tem que ter um cuidado pra não querer impor nossos valores pra aquela família. Mas o que a gente faz às vezes com as famílias é um pouco de controle das suas vidas. Até porque elas *num* podem ser o que elas querem, mas sim, o que o CRAS direciona. Num deixa de ser. Vejo mais ainda no Bolsa, quando temos que controlar quem vai pra escola ou quem vai pro posto. (AS7)

Eu acho que isso tem sido muito discutido, quando a gente faz os atendimentos do Bolsa Família, quando a gente trata as condicionalidades, eu acho que em algum momento, quando a gente precisa constatar as coisas. Por exemplo, hoje há uma discussão muito recente, que é sobre as denúncias nos CRAS. O que é perceber o uso indevido do benefício e ainda tem uma discussão sobre isso. O que é esse uso indevido? Qual normativa? Qual é o documento que diz? Como essa família deve usar esse dinheiro? Então, assim, a gente vai baseada em que? Que olhar é esse? E eu acho que isso é questionado pela própria família quando, por exemplo, a gente vê até piadas na internet: uma mãe dizendo que recebia o Bolsa Família há oito anos e que nunca tinha recebido aumento e que tinha uma filha adolescente hoje e que uma calça de uma adolescente não é menos que R\$ 300,00. E a gente tem que entender que esse é o principio dela, é a direção de vida que ela tem... [pausa] Então, assim, eu preciso de uma direção maior do que eu acho ou do que eu penso. É orientar essa família, por exemplo, quanto ao uso de droga, quando uma mãe empenha o seu cartão do Bolsa Família ao traficante e que eu também acho essa intervenção complicada. Porque uma assistente social, dentro de um território que vai pra uma intervenção como essa, cria problema só pra ela [pausa]. E não resolve! Eu sei de assistentes sociais que foram expulsas de dentro de uma casa por um traficante. Você não vai fazer isso, você não tem como constatar que a família não está com esse cartão. Vai lá na boca de fumo? Isso não existe! Isso não é nosso papel! Eu falo o que é anterior a isso mesmo. É na orientação junto à família, porque a gente precisa de uma orientação maior. Isso que é correto... [pausa] O que eu acho que é correto no Bolsa Família é você, como profissional, pode achar diferente, mesmo sendo da mesma categoria profissional do que eu, pode achar diferente. (AS10)

Constantemente, me sinto desse jeito. No caso, principalmente, do atendimento ao Cadastro Único, então quando eles vêm, eles querem ser atendidos de imediato. Então tem a questão do quantitativo diário de senha, então quando chegam e veem logo que tem senha, eles já começam a exigir, a reclamar, a brigar. E aí você fica naquela justificativa que é pouco profissional, mas eles não entendem, não aceitam... [pausa] Ficam querendo que a gente coloque mais profissional, como se a gente não atendesse porque não quer. É complicado isso pra nós da ponta! Só sabe quem passa. (AS11)

Eu acho que sim, em alguns momentos sim, principalmente relacionado ao Bolsa Família. E eu puxo muito pro Bolsa Família porque é a minha área e eu conheço. Tá chegando umas portarias do MDS pra gente verificar junto às famílias se realmente elas tão utilizando aquele benefício do programa para as crianças, pra alimentação. Se não é pra droga, pra bebida. É realmente como elas tão usando. É uma resolução que está sendo discutido ainda na SETRA, pra que a gente faça essa vigilância com os usuários... [pausa] Não me pergunte como! Nós somos o mínimo possível de profissionais, nós realmente não temos condições de visitar e verificar como é o uso desse Bolsa Família. Ainda está em questão, mas me parece que

ainda não foi aprovada até hoje essa resolução. Como nós vamos fazer isso é que não sei. E se isso não for controle, *num* sei o que é! Tá na cara que é. [risos]. (AS12)

Às vezes sim, aí eu volto pra questão do Bolsa Família. Quando a gente fala das condicionalidades, que é uma exigência para a concessão do benefício, que a criança esteja estudando, que a família faça acompanhamento no posto e, às vezes, há o descumprimento dessas condicionalidades e a família chega até nós. E a gente precisa fazer algum recurso. É uma fórmula, claro, da gente conhecer a família e saber porque aquele descumprimento está se dando, mas ao mesmo tempo é como se houvesse uma necessidade da gente estar controlando aquilo, policiando a realidade da família, porque a gente sabe que é muito difícil... [pausa]. Eu me sinto, às vezes, constrangida quando eu vejo que a família está tentando se explicar para aquela situação, e às vezes ela enrola e não sabe bem o que falar, e no final ela diz: 'ele não quer e eu não tenho mais o que fazer, o meu filho não quer estudar e eu não tenho mais força com ele'. Ela quer desabafar isso, e para mim, é um pouco constrangedor ter que ficar escutando e sabendo que ela tem razão. Claro que a gente tem que ver o outro lado, que é uma forma também de intervenção, porque aquela família está precisando de ajuda também e é naquele momento que ela pede socorro e a gente tentar intervir de alguma forma, mas, em alguns momentos, isso só me constrange. (AS14)

É interessante percebermos que as profissionais apresentaram elementos éticos-políticos e técnicos relevantes que corroboram com o que analisamos anteriormente. Em primeiro lugar, sobre a ação policialesca em si, da obrigação de a profissional verificar de que modo a família está utilizando o valor de seu benefício e determinar o que é certo e errado.

Certamente, esta não é uma prática profissional da assistente social em nenhuma circunstância. Outro, pela quebra de vínculo e confiança com este(a) usuário(a), distanciando-a de possíveis relações com a população que atende a partir de então. Além disso, existe ainda a exposição física e psicológica dessa profissional a situações de risco.

Por fim, existe também o sentimento de desrespeito com a população que, como a última entrevistada tão bem informou, a população se sente na condição de "enrolar" e/ou "mentir" como estratégia para não perder seu benefício, necessitando justificar ao Estado as situações de sua vida privada e ainda lidar com o sentimento de culpa por não conseguir resolver suas próprias demandas. Estamos, assim, diante do que Barroco (2014) chama de "medo social", resultado de um conservadorismo que

[...] tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas

institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade (op. cit.)¹¹⁹.

Essa situação provoca também conflito nas profissionais que precisam relatar fatos, por exemplo, a baixa frequência escolar, quando muitas vezes sabem que as relações que motivam essa criança em não querer ir à escola justificam-se em aspectos camuflados por trás de seu próprio desinteresse, muitas vezes sendo demandas relacionadas a outras políticas públicas.

A questão da vigilância policalesca é mais uma das formas de manifestação do neoconservadorismo na política de Assistência Social, que urge a necessidade de discussão na categoria, posto que representa afronta direta ao projeto ético-político profissional.

Relacionamos esta discussão das condicionalidades do Programa Bolsa Família à centralidade das famílias na política de Assistência Social brasileira. A articulação entre Estado e família não é datada à contemporaneidade. Nas sociedades ocidentais modernas, principalmente na Europa, a partir dos séculos XVIII e XIX, já havia a vinculação entre a ação do Estado e família sob a relação do público e o privado, o que foi se alterando com as transformações em suas dinâmicas e estruturas.

Inicialmente, houve a intervenção por parte do Estado de forma repressora, punitiva e policalesca. Com o passar dos anos, as expressões da família passaram a ser respondidas pela franca conveniência do Estado em atendê-las, muitas vezes responsabilizando-as pelas relações de conflitos surgidas, outras motivadas por medidas focalistas, seletivas e filantrópicas. Na contemporaneidade, permanece, em certa medida, este viés, contudo, com a mudança para a gestão desta através de si, trazendo a família como importante parceira nas respostas as situações sociais que seus membros apresentam.

Dessa forma, a família sempre foi objeto de intervenção do Estado, na perspectiva de garantir a sobrevivência de seus integrantes face às adversidades da reprodução social (miséria, desemprego, adoecimento, vulnerabilidade pelos ciclos de vida, como infância, juventude e velhice, dentre outros), corroborando com o entendimento de que família sempre foi espaço cultural primário de disciplina e

¹¹⁹ BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 fev. 2014.

socialização, e tinha a possibilidade de acolher e manifestar afeto ao tempo que conduzia controle entre as funções sociais do homem e da mulher.

Prevalecendo-se desta relação, as políticas sociais contemporâneas no Brasil abrangem este modelo familista de proteção social, favorecendo o protagonismo da mulher nesta instituição social.

Esse processo se deu, sobretudo, em face da redução do papel do Estado na garantia dos direitos sociais, e, por consequência, da insuficiência dos serviços sociais, utilizando-se da família como campo de compensação de sua ausência. Percebemos a centralidade da família conforme expresso nas diretrizes da política de Assistência Social. Assim, fundamenta como um dos seus eixos, a matricialidade sociofamiliar. Considerando os diversos formatos e modelos que a família assume na contemporaneidade, consoante a PNAS (2004, p. 42), entende-se que,

A centralidade da família é garantida à medida que a Assistência Social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista, que em conjunto com as transferências de renda em patamares aceitáveis se desenvolva, prioritariamente, em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e valorizem a convivência familiar e comunitária.

Ainda, para a PNAS, o conceito de família é “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade” (BRASIL, 2004, p. 25). Embora esta avance no sentido de abranger família para além de laços consanguíneos, diferenciando-a de outros conceitos dessa política que trazia uma leitura mais conservadora, a discussão se pauta na centralidade desta na política, o que não se esgota meramente em seu conceito.

O que as profissionais trazem como discussão para ordem do dia, seguem duas posições. A primeira delas é que as próprias profissionais questionam seu papel de fiscalizar como se dá o uso do benefício do Bolsa Família, trazendo colocações importantes no que se refere a não só em não concordar, como também se negar a desenvolver práticas que favoreçam a atuação profissional policialesca. Em segundo lugar, que também não concordam que a família necessita cumprir condicionalidades para receber o benefício, fomentando mais uma punição do que mesmo uma sensibilização da importância das políticas de saúde e educação em suas vidas, e, por fim, a ideia de que é responsabilidade do Estado prestá-las com qualidade.

Destacamos o esforço ético de algumas profissionais que, ao responder as demandas da pobreza, buscam respeitar seus valores. Muitas vezes, negam-se a atender a solicitações institucionais que firam a sua condução profissional, abrangendo assim a leitura ética significativa em sua intervenção cotidiana.

A gente exerce um certo controle sim, principalmente no que diz respeito à verificação dos perfis das famílias, quando você tem que indicar se há o enquadramento pra receber determinado benefício. E acaba parecendo como uma troca de favor: a população recebe um benefício e, em troca, tem que atender a determinadas condições. (AS1)

O CRAS deve ser um espaço pra prevenção e fortalecer vínculos. A gente não devia agir de forma repressora, mas em determinados momentos a gente é solicitado pra isso. De certa forma, no cotidiano de trabalho, a gente acaba, de certa forma, invadindo a vida, a intimidade das famílias, principalmente quando faz o acompanhamento familiar. Se eu chego em uma casa e percebo que a família já tem sete filhos e a mãe tá grávida do oitavo, eu tenho que ter muito cuidado na forma como eu vou abordar essa mãe pra não querer impor os meus valores. Outro exemplo que eu tenho pra dar é que eu fui solicitada pra acompanhar uma diligência do Conselho Tutelar que ia, junto com a polícia, verificar uma denúncia de maus tratos. Nesse caso, eu me recusei. Primeiro, porque não concordo que a gente deva ter essa abordagem repressora e punitiva e, em segundo lugar, porque como é que *ia* ficar os meus laços com aquela comunidade que eu visito toda semana se, de repente, eu chegasse lá num carro de polícia?! Acho que, na verdade, a prática pode exigir um pouco de controle, a gente é que sai pela tangente pra fazer diferente. (AS8)

Isso reflete mais pra mim. Eu tenho mais essa angústia, principalmente quando a gente *tá* atendendo as famílias que são beneficiárias do programa Bolsa Família. [pausa] E eu acho que a gente vai muito de encontro com as estratégias de sobrevivência dessas famílias. Tipo assim, hoje, nós brasileiros somos privados dos nossos direitos contidos na constituição. *Tá* muito lindo lá no papel, mas nós estamos é privados deles. Eu vejo, assim, muitas famílias, mas por outro lado o pouco que está sendo destinado pra elas... [pausa] Um deles é o programa Bolsa Família. Não estou dizendo que eu sou a favor ou contra, mas eu digo que é o que está mais sendo destinado para a população pobre ou extremamente pobre. A classe média foi esquecida, então, voltando para esse perfil da população pobre e extremamente pobre, o que foi destinado pra ele neste momento, é o programa Bolsa Família e muitas vezes nós nos deparamos aqui para fazer atendimento de gente, fazer visita pra atender essa família para ver se realmente estão no perfil para receber o benefício e eu me sinto nessa prática quando eu tenho que ir ao encontro dessa família para verificar se elas estão no perfil e quando percebo que elas estão fora do perfil estipulado para receber o benefício. O problema é a história desse perfil. (AS9)

Em continuidade à análise dos dados, questionamos também se as profissionais compreendem as atividades realizadas nos **CRAS como enfrentamento ou reforço à subalternização dos(as) usuários(as) dos serviços.**

Em resposta, apenas duas das interlocutoras, isto é 14,29% do total, afirmaram, em uma visão mais institucional, que a Assistência Social busca a

autonomia dos sujeitos. Uma delas, embora tenha afirmado que não existe esse reforço à subalternização, avalia que existam dificuldades em articular a rede de serviços, o que acarretaria a negação dos direitos e a reprodução da pobreza.

A assistência não é pra reforçar a subalternidade. Até porque, na verdade, a política de assistência preconiza a autonomia dos sujeitos. Mas o problema estabelecer o diálogo com outras políticas pra responder todas as demandas. Ai é onde o bicho pega porque não sai nada! Só faz é continuar com a pobreza mesmo. (AS2)

As nossas atividades, a gente tenta que seja para enfrentar. A gente não diz de forma alguma que eles aceitem, que eles se acomodem. Isso é o que eu sempre vejo aqui no CRAS. (AS13)

Todas as demais, ou seja, 85,71% acreditam que as atividades, de alguma forma, reforçam a subalternidade, contudo é na atuação profissional individual que tentam enfrentar essa realidade. Relatam que existe uma contradição, porque a política de Assistência Social se propõe a atender, mas não abrange a totalidade da pobreza e miséria no Brasil. Indicam, em algumas falas, que a política de Assistência Social não basta, que sozinha não responde, e mencionam a necessidade de caminhar articulada as demais políticas.

Assim, as entrevistadas articulam a fragilidade dos serviços públicos, a seleção criteriosa dos perfis dos programas, a própria realidade de desigualdade socioeconômica brasileira, e que a Assistência Social não consegue responder à reprodução do ciclo da pobreza como aspectos imbricados nessa subalternidade.

Às vezes enfrenta e às vezes reforça a subalternidade. Como, por exemplo, às vezes a gente tem vinte solicitações pra determinado benefício, mas só chegam dez; então a gente tem que fazer uma seleção dos mais pobres entre os mais pobres pra decidir quem vai ser beneficiado. Nem sempre a gente tem armas pra enfrentar a subalternidade e aí a nossa ação acaba reforçando o ciclo da pobreza. Até porque, hoje, parece que a Assistência Social se resume ao Bolsa Família e, é lógico, a gente sabe da importância do programa, mas ele não basta por si só, e ainda mais, esse é seleciona mesmo, na minha opinião. (AS1)

Bom, eu acho que vai muito de a gente buscar outras formas de retaguarda pra população. Existem famílias que se utilizam de alguns serviços pra reforçar essa condição, infelizmente, essa é a verdade. Outras, a maioria, a gente percebe que tentam, mas não conseguem porque não tem outras estruturas pra isso. Os programas da Assistência não chegam a romper com o ciclo da pobreza. E também, só a Assistência Social não basta pra isso. É *necessário* a integração com outras políticas públicas pra que essas pessoas consigam buscar outras coisas. (AS3)

Cada família tem uma realidade diferente. Em algumas, a gente verifica que a nossa atuação realmente muda a realidade daquela família. Já outras, por mais que a gente tente, a família não consegue sair daquela situação, e vai continuar na pobreza dela sem sair disso. Vai além só da política. (AS4)

Quanto à subalternização, eu acho que depende um pouco dessa condução e depende também da forma como ela está. Eu acho que não está hoje para a subalternização, porque quando a gente trata junto aos usuários, dos serviços, dos direitos, sobre onde ir buscá-los. [pausa] Quando a gente faz isso com os usuários, no atendimento individual, no acompanhamento familiar, eu acho que a gente não está caminhando para a subalternização. [pausa] Agora, quando a gente guarda essas informações e não trabalha isso com clareza, eu acho que essa atividade na verdade esta é perdendo, e não emancipando. (AS10)

Eu acho que às vezes acaba sendo uma faca de dois gumes, tanto há situações de enfrentamento a realidade, situações de vulnerabilidade que a família nos apresenta, como num determinado momento podem chegar subalternizados. Eu acho que, no sentido de enfrentamento, é como a gente garante o acesso das famílias ao espaço dos CRAS e todos os direitos que ele pode estar gerando e garantindo para essas famílias. E subalterniza talvez, como a gente tenta de alguma forma condicionar a presença dessa família para que os direitos sejam garantidos. Eu acho que está condicionando; isso é um pouco delicado, a família tem que participar de forma voluntária e se sentir parte. [pausa] Volta ao princípio da liberdade. Eu acho que a gente tem que atrair a família e ela se identificar com o CRAS e reconhecer esse espaço como garantia de direito e expressão, mas tem que ser algo voluntário, e acho que não condicionado a gente garantir o direito tal para que ela esteja aqui, eu acho isso até delicado. (AS14)

Das colocações expostas pelas profissionais, concluímos que as mesmas percebem, a partir de suas próprias práticas, as questões apontadas por diversos autores, como temos desenvolvido ao longo deste estudo.

Sobre o assunto especificamente abordado, ao realizarmos a pergunta em questão, podemos articular suas respostas à visão de Yazbek (2006), que trata a Assistência Social como uma política que historicamente foi uma das estratégias do Estado para enfrentar a questão social, e não consegue superar as relações que caracterizam a sociedade desigual e de classes. Tradicionalmente, as ações públicas de combate à pobreza na sociedade brasileira têm se dado de forma imediata, limitada e ambígua.

A Assistência Social constitui-se, assim, do conjunto de práticas que o Estado desenvolve de forma direta ou indireta, junto às classes subalternizadas, com sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. O assistencial é neste sentido campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa ao capitalismo. Obedece, pois, a interesses contraditórios, sendo um espaço em que se imbricam as relações entre as classes e destas com o Estado. (op. cit., p. 53).

A autora classifica três eixos centrais que acompanham a política de Assistência Social desde sua gênese. Em primeiro lugar, “a matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo, e do mando, formas enraizadas na cultura política

do país, sobretudo no trato com as classes subalternas, o que reproduz a ‘cidadania invertida’¹²⁰ e relações de dependência” (op. cit., p. 53).

Em resumo, é nessa matriz que se materializa a lógica do assistencialismo presente nas ações dessa política. Além disso, permanece na atualidade a associação da assistência com o trabalho filantrópico, voluntário e solidário dos indivíduos em uma sociedade que perpetua a intervenção das ações voluntárias e de benemerência, em sua maioria, em instituições religiosas, entidades beneficentes, dentre outras, que resistem às mudanças conceituais. Por último, nos debatemos ainda com a ideia de política burocratizada e inoperante, determinada pelo lugar que ocupa o social na política pública e pela escassez de recursos para a área. Esse fator implica em estimular ações apenas de emergência em que não se consegue mudar de fato as situações de desigualdade e pobreza reproduzindo,

Assim, os padrões brasileiros de Assistência Social se estruturam ao sabor do casuísmo histórico, em bases ambíguas e difusas, garantindo apenas um atendimento precário aos seus usuários, apesar de a pauperização no país não ser apenas conjuntural, mas resultar da organização social, política e econômica da sociedade. (op. cit., p. 51).

Percebemos o clientelismo e a matriz do favor vistos atualmente como fenômenos que alimentam a subalternidade, mas travestidos de outra dinâmica, nas ações de transferência de renda, filantropia e de corresponsabilização da sociedade civil¹²¹, como medidas por parte do governo atual para garantir a sobrevivência da classe trabalhadora pobre. A pobreza permanece atendida com ações pobres em seu potencial transformador, com pouca qualidade política e, sobretudo, que se realize com vistas à superação da condição de dependência.

A atuação profissional nos CRAS de Fortaleza-CE, notamos que esta se apresenta com as mesmas configurações da política, quando surgiu há tempos remotos. As profissionais atendem a singularidade das demandas das famílias, desprezando o aspecto coletivo e privilegiando a ação pontual e individual.

¹²⁰ Entende-se por cidadania invertida a situação em que “o indivíduo entra em relação com o Estado no momento em que se reconhece como um não-cidadão, tem como atributos jurídicos e institucionais, respectivamente, a ausência de uma relação formalizada de direito ao benefício, o que se reflete na instabilidade das políticas assistenciais, além de uma base institucional que reproduz um modelo de voluntariado das organizações de caridade, mesmo quando exercidas em instituições estatais” (TEIXEIRA, 1989, p. 74).

¹²¹ Em Fortaleza-CE, atualmente a rede de serviços de abrigamentos para crianças, moradores de rua, pessoas em uso de álcool/drogas, mulheres vítimas de agressão e idosas(os) são disponibilizados pela sociedade civil. Reforçamos que o município não tem um abrigo de idoso(a) municipal, todos são de responsabilidade da sociedade, mas recebem contrapartidas da prefeitura. Ademais, a igreja ainda tem forte vinculação com serviços para drogadictos e idosas(os).

Outro ponto importante, a necessidade de padronização de serviços e recursos para que não se desenvolva Assistência Social à mercê do entendimento de cada gestor, estabelecendo esta como uma política no campo dos direitos. Nas palavras de Couto, que questiona a essência da política enquanto qualidade de intervenção com o(a) usuário(a) pobre:

Ainda uma outra coisa que precisamos ficar atentos é quanto à regulação dos serviços que está sendo feito dentro do MDS. Não se trata da regulação dos trabalhos, mas dos serviços, que sempre foram historicamente desqualificados. Sabemos que aquela instituição atende idosos/as, então ele/as vão para lá e ficam o dia inteiro. Qual o padrão de qualidade disso? Quando falamos eu esse sujeito tem que ser protagonista da sua história, que padrão de atendimento temos que construir para que esse sujeito possa fazer isso? É fazendo 'fuxico'? Não? Então, como é? É preciso que padronizemos, para que o serviço possa ser público, e dessa forma, possa ser exigido. Somente assim conseguiremos que a transferência do recurso público chegue aos serviços e garanta um trabalho público de direito e com acesso a todos/as. (CFESS, 2011b, p. 60).

Nesse ponto, as profissionais articularam subalternidade ao ciclo de pobreza; a responsabilidade histórica do Estado pela desigualdade de classe; a não culpabilidade das famílias pela sua condição; a percepção de uma estrutura maior; a desarticulação das políticas sociais e a ausência do Estado. Além disso, sentem-se envolvidas pelas contradições da própria conjuntura e relatam a dificuldade em realizar uma intervenção mais impactante e coadunada com o ético-político profissional.

Observamos que a dificuldade em romper com o reforço à subalternidade reside nas condições sob as quais essa política se desenvolve. Entre tais condições, destacamos a qualidade dos serviços prestados, a natureza da intervenção limitada aos programas de transferência de renda e a ações pontuais e pobres de geração de emprego ou renda, destinadas à pobreza.

Perguntamos, então, às interlocutoras, **se compreendiam a intervenção profissional nos CRAS como transformadora**, e, caso respondessem afirmativamente, em que medida.

Nessa questão, todas as profissionais afirmaram que as ações se realizam de forma transformadora, mas identificam que ainda de forma pontual e, sobretudo repleta de desafios.

Em sua maioria, associa esse viés transformador a uma pequena ação, principalmente a tentativa do interesse do(a) profissional pelo desenvolvimento da atividade realizada. Percebemos, assim, que as mesmas consideram que esta forma

de atuação estaria relacionada à esfera da subjetividade de cada profissional, sendo, portanto, mais voltada para sua intencionalidade do que propriamente aos impactos reais promovidos na vida dos(as) usuários(as) atendidos(as).

35,71% relacionam transformação com sua própria atuação e acreditam que se esforçam para enfrentar os desafios institucionais, e que um atendimento bem informado possibilita uma transformação nas vidas das famílias, mesmo que seja na maneira de pensar e agir.

Existem avanços, sim. Não como a gente gostaria, mas a gente vê pequenos avanços. De pouquinho em pouquinho a gente quer acreditar que a nossa atuação possa surtir algum efeito positivo na vida dos(as) usuários(as). (AS1)

De forma pontual, é possível dizer que a nossa atuação promove mudanças de pensamento e de comportamento dos sujeitos que a gente acompanha. (AS2)

A nossa atuação é transformadora, na medida do possível. Mesmo com todas as limitações, eu percebo pequenas mudanças na vida das famílias que eu atendo. Nem que seja na maneira delas pensarem, mas sai alguma coisa do que a gente quer e acredita. (AS3)

Eu acho que a partir do momento que a gente consegue tirar uma criança da rua, que estava sujeita a drogadição, a abusos e coloca num grupo; quando a gente atende uma família e vê que mudou alguma coisa, a gente percebe uma transformação. (AS5)

Avançando nesta análise, 42,85% das profissionais afirmaram que mesmo sendo uma atuação transformadora, é sujeita aos entraves das relações institucionais, trabalhistas, das próprias políticas sociais e da instituição, indo além da compreensão de que a profissional é responsável pelos resultados das ações.

Eu acho que a nossa intervenção é transformadora. Pelo menos é o que a gente tenta. Apesar de ter muito profissional descrente, cansado. [pausa] É difícil por conta das relações pessoais, institucionais, por conta da nossa condição de terceirizados. A intervenção é transformadora, na medida em que através do serviço, o usuário passa a ter conhecimento de seus direitos. Um atendimento bem feito faz a toda diferença! (AS6)

Eu acho que ela é de forma transformadora quando a gente consegue facilitar o acesso dos(as) usuários(as) a direitos, tanto de forma coletiva como individual. Agora eu acho que tem uma limitação. A informação é extremamente importante, mas ela não é tudo. Tipo assim, a gente tem problemas que não é só do assistente social, mas das políticas públicas que não *consegue* se efetivar, como por exemplo, aquela pessoa que tem consciência de alguns benefícios eventuais, mas elas não conseguem efetivar isso. Elas chegam *no* atendimento e dizem: 'ah, nós temos direito a um kit enxoval' e o profissional diz: 'a gente não tem kit enxoval'. Então, assim, até certo ponto transforma? Mas, na verdade, só saber do direito não se efetiva. E então, pra mim, existem muitas contradições além de só de nós aqui. (AS10)

Eu acho que a assistência, os resultados dela não são muito palpáveis, a forma com que a gente registra as coisas aqui no CRAS, os dados do nosso atendimento ainda é ineficiente. A gente tem que avançar nesse sentido, para poder ter uma visão melhor do que a gente está fazendo e às vezes a gente fica achando que não está fazendo nada porque é tanta coisa, mas parece que não anda, não *caminha* as coisas que a gente precisa fazer. E ao mesmo tempo, a gente percebe em algumas situações, que tem família que a gente acompanha as transformações de verdade e aí, assim, são aqueles momentos que faz um pouco de sentido o que a gente está fazendo, mesmo que não sejam muitos. É onde a gente faz a crítica, porque é uma política que ainda é muito seletiva porque não alcança a todo público que deveria, mas que, querendo ou não, algumas estão sendo atingidas e algumas vezes acontecem essas ações transformadoras. (AS14)

Importa perceber que todas elas, inclusive as que fizeram maior associação com aspectos institucionais e conjunturais, compreenderam transformação como uma mudança passageira da condição dos(as) usuários(as). Tal ação seria mediada pela singularidade do fazer profissional do(a) assistente social, sem maiores interferências da classe trabalhadora direcionada à transformação da própria sociedade, como direcionado pelo projeto profissional.

Por fim, tendo em vista que a religião, em especial a católica, teve um papel relevante para o desenvolvimento da profissão, estando inclusive imbricada na vasta teia de relações existentes na sociedade brasileira, questionamos as interlocutoras sobre sua percepção de ainda haver resquícios de **influência religiosa** no modo como são realizadas as ações de Assistência Social.

É necessário destacar que, atualmente, todo o ordenamento jurídico brasileiro e o próprio Código de Ética Profissional reconhecem a diversidade e a liberdade religiosa, coibindo a ocorrência de práticas discriminatórias. Porém, sabemos que os equipamentos públicos no Brasil ainda apresentam em suas paredes símbolos religiosos, principalmente relacionados ao catolicismo, como se não fosse constitucionalmente laico o Estado que naqueles equipamentos realiza suas atividades.

Interessou-nos, assim, indagar se as entrevistadas observavam, de alguma forma, ainda que não expressamente, a existência de direcionamento religioso nas práticas institucionais.

Em resposta, quanto à forma de direção religiosa na instituição ou nas normativas, 71,43% afirmaram não perceber nenhuma interferência, como observamos em algumas falas:

De jeito nenhum. Pelo contrário. Até hoje não vi nenhuma influência religiosa aqui no CRAS, muito menos dos documentos do MDS. (AS1)

Não existe direção religiosa nas ações realizadas. A gente procura respeitar todas as religiões. Eu ainda não encontrei nada disso nas normativas. Pelo menos, eu nunca vi. (AS6)

Nunca percebi nenhum indicativo. Acho que é totalmente sem interferência religiosa. Já foi, quando a assistência surgiu no Brasil, mas agora depois da constituição, não vejo mais. (AS7)

Não vejo a questão religiosa. Isso tem que ser bem separado. E o que percebo é que os profissionais conseguem separar muito bem. (AS8)

Na instituição não, na minha prática eu procuro separar. Até falei, como sou católica, mas na minha prática eu separo. E também sei respeitar muito bem a escolha dos outros. E não vejo nada no CRAS que trate de religião. Pelo contrário. Teve foi uma época na gestão passada que mandaram tirar foi tudo que era imagem dos CRAS [risos]. (AS11)

Para além da orientação institucional, sabemos que a religião continua a ser um importante elemento de socialização. Como aponta Iamamoto (2011, p. 416), a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista “[...] é entendida como reprodução da totalidade concreta dessa sociedade em seu movimento e em suas contradições”. A reprodução das relações sociais, portanto, envolve o cotidiano da vida social. Assim, na realização de suas atividades, o(a) profissional traz consigo o resultado das condições históricas e sociais vivenciadas ao longo de sua trajetória de vida.

Apenas 28,57% das participantes relataram em suas falas alguma confusão entre o aspecto religioso individual e a sua manifestação no ambiente de trabalho e na realização das atividades, seja por elas mesmas ou por colegas de equipe:

O que eu percebo é que tem profissionais que não conseguem separar, por exemplo, religião e profissão. (AS5)

A gente tenta não trazer essa questão religiosa. Mas, de certa forma, tem alguns grupos que têm uma demanda própria por essa questão religiosa, como o grupo de idosos, por exemplo. (AS3)

Em relação a mim, hoje eu consigo perceber com mais maturidade; no início era muito conflituoso, eu tenho uma relação pessoal muito profunda com a religião. Eu tenho a minha força de crer em Deus e existem princípios e valores nisso... Que envolve o meu estilo de vida. É por isso que falo da ética de forma tão coletiva. Porque, assim, eu tenho os meus princípios, mas quando estou atuando, eu entro na ética profissional, não é que esses princípios sejam colocados de lado, mas aquilo que é coletivo se torna muito maior. Então, assim, eu já tive que responder algumas coisas em momentos de discussões. Parece que quando eu coloco isso, essa crença, quando ela se torna visível, ela parece uma ofensa para alguns profissionais, é como se eu tivesse voltando ao conservadorismo e eu não me percebo assim. Eu acho que eu consigo manter muito o equilíbrio,

consigo ser crítica, mas eu percebo muito que ser religiosa ofende as pessoas aqui no CRAS. (AS10)

Atualmente eu não percebo isso, já teve profissionais que não conseguiam desvincular de uma forma muito direta, porque eu acho que quando você faz parte de uma religião, é difícil você tirar alguns valores que são próprios também da pessoa. Mas eu acho também que é ter cuidado em algumas situações. Você não pode ser tão enfático e, nas suas intervenções, na sua prática colocar a religião como foco. Algumas coisas eu carrego como valores que a religião me proporcionou, que contribuiu para minha formação pessoal, mas, assim, sempre tive cuidado e respeito de saber que são meus valores que *pode* não ser do outro. Em relação aos relatórios, não existe diretamente uma relação. [pausa] Se bem que agora eu não sei. Por exemplo: eu acho que essa história do resgate da consciência negra das religiões de matriz africana, eu percebo que é algo que às vezes direcionado. Sutilmente é colocado, porque a gente precisa trabalhar a questão da cultura e tudo das diferenças, mas eu sinto que tem que ter um cuidado para não parecer algo que está sendo feito uma apologia. O Estado não é laico, no sentido de não ter religião? Então o respeito vale para todas. na minha opinião. (AS14)

Observamos nos depoimentos acima expostos que as profissionais percebem a existência de conflitos entre diferentes valores. Buscam orientar-se pelos princípios éticos da profissão, no sentido de tentar não agir com diferenciação no tratamento dado às demandas por conta de orientação religiosa, sua ou dos(as) usuários(as).

Barroco (2006) afirma ser impossível não haver influência de nossas concepções morais e subjetivas no exercício profissional, embora não necessariamente tais concepções determinarão as ações realizadas, porque refletidas pela ética. Assim, é fato que os valores religiosos podem influenciar as análises e encaminhamentos, favorecendo inclusive pensamentos ora caritativos ora discriminatórios e intolerantes, sem que muitas vezes exista sequer a consciência desta relação por parte do(a) profissional.

Das considerações elaboradas pelas interlocutoras, ao responderem aos questionamentos que lhes foram feitos, podemos afirmar que as mesmas possuem aguçado senso de compreensão da realidade social dos(as) usuários(as) e das diversas expressões da questão social recorrentes nas demandas atendidas pelos CRAS.

Identificam as circunstâncias exteriores e institucionais que circundam seu cotidiano de trabalho, embora ainda com pouca reflexão sobre seu universo subjetivo; as análises e práticas que são necessariamente influenciadas pelo contexto histórico em que estão inseridas, e não apenas pelo interesse individual de cada profissional.

Observamos, ainda, que, ao serem questionadas sobre ética, projeto ético-político e princípios da prática profissional, as entrevistadas apresentaram inicialmente certa visão reducionista, como se tratássemos apenas de um código de conduta a ser seguido. Esta assertiva nos leva a refletir que:

A ética profissional expressa posicionamento da categoria, seu compromisso político, suas escolhas e a forma que se apresenta sua identidade profissional. É sabido, no entanto, que a categoria profissional dos(as) assistentes sociais(as) , é formada por diferentes indivíduos, em que no momento do vínculo institucional estão em constante processo de formação. Portanto, os conflitos éticos existem no seio da categoria, tornando indispensável uma reflexão filosófica e política para a consciência crítica do exercício profissional. (op. cit., p. 68).

Destacamos, porém, que ao abordarem questões referentes aos impactos das atividades realizadas e condições éticas de trabalho, as interlocutoras esmiuçam aspectos da realidade das práticas de Assistência Social no Brasil que se coadunam com as discussões mais atuais e críticas sobre esta política.

Outra análise significativa é que ética profissional apresenta seu conteúdo epistemológico mais afeto a universidade, como se houvesse um hiato complicado entre teoria-prática. Mesmo com todo o esforço do conjunto CFESS-CRESS em tensionar debates e acesso a obras no próprio Serviço Social, houve algumas reflexões que as profissionais tiveram desafios em compreender e responder. No entanto, fica claro que nossa finalidade com essa pesquisa não seria em auferir compreensão ou não compreensão de ética profissional, mas, sobretudo, levantar reflexões, debates e articulações sobre o tema nesses espaços sócio-ocupacionais na cena contemporânea.

O que nos remete ao principal achado dessa pesquisa é a observação que a maioria das profissionais analisadas apresentou respostas aproximadas as principais discussões sobre ética na categoria profissional em nível nacional. As compreensões sobre as contradições da conjuntura, da própria política de Assistência Social e seu modelo de atendimento a família com transferência de renda; as discussões levantadas sobre as condições éticas e técnicas de trabalho; o distanciamento de práticas religiosas; as negações em fazer ações policiaiscas; a associação com alguns princípios do Código de ética profissional; a boa direção do movimento político de compromisso com usuários(as), sociedade e trabalhadores(as), embora em outras palavras, motivam a nossa percepção de que as profissionais fazem boa articulação de ética em suas atuações profissionais.

Tal percepção sugere que, para além da normatividade e de imperativos formais, sua compreensão está alinhada ao projeto ético-político desenhado pela categoria profissional, refletindo criticamente o modo como tem se realizado a política de Assistência Social e a sua insuficiência no enfrentamento à pobreza e para a transformação dessa realidade nessa política desenvolvida em Fortaleza-CE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto sócio-histórico contemporâneo, carregado de intensas transformações sociais, provoca a reconfiguração nas diversas profissões. Essas mudanças tanto redimensionam as necessidades sociais já existentes, quanto criam novas necessidades, decorrentes das relações de produção e reprodução da vida social.

A profissão de assistente social surge para atender às demandas oriundas da contradição da relação capital e trabalho na sociedade burguesa. Sua atuação desenvolveu-se inicialmente no atendimento às demandas oriundas da classe trabalhadora, pela ação conservadora da Igreja Católica, como vimos no segundo capítulo desse estudo.

Com a expansão e desenvolvimento das ações do Estado, fruto da correlação de forças entre as classes sociais, esse(a) profissional passou a executar os programas e serviços por meio das políticas sociais, em seu desenvolvimento administrativo, burocrático e jurídico, exigindo-se capacidade técnica para ocupar determinadas funções, interagir com outras áreas do conhecimento e integrar equipes interdisciplinares, respeitando-se as competências próprias de cada profissão.

Ressaltamos que, na trajetória do Serviço Social brasileiro, é imprescindível mencionar a importância do Estado no processo de profissionalização do Serviço Social, que se deu a partir da crescente intervenção nos processos de regulação, controle e reprodução social, principalmente mediante a execução de políticas sociais.

Pode-se afirmar que, historicamente, o(a) assistente social interveio nas políticas sociais, tornando-as um dos maiores espaços de atuação profissional e *lócus* de ampla presença desta categoria, o que favorece o reconhecimento coletivo da importância dos(as) profissionais na qualidade da intervenção cotidiana dos serviços prestados, conforme apontado por lamamoto (2009, p. 367):

Historicamente, os assistentes sociais dedicaram-se à implementação de políticas públicas, localizando-se na linha de frente das relações entre população e instituição ou, nos termos de Netto (1992), sendo 'executores terminais de políticas sociais'. Embora esse seja ainda o perfil predominante, não é mais o exclusivo, sendo abertas outras possibilidades.

O processo de descentralização das políticas sociais públicas, com ênfase na sua municipalização, requer dos(as) assistentes sociais(as) – como de outros profissionais – novas funções e competências. Os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas e do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais. Tais inserções são acompanhadas de novas exigências de qualificação.

Segundo a última pesquisa¹²² organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social, atualmente, observa-se que 78,16% dos(as) assistentes sociais brasileiros(as) atuam em instituições públicas, sendo 40,97% em municípios, 24,13% no âmbito estadual, 19% em órgãos ou entidades federais, especialmente na área da Seguridade Social, com ênfase na Saúde e Assistência Social. Assim, ainda percebe-se um número expressivo de profissionais que atua diretamente representando o Estado em sua operacionalização.

Outra autora que corrobora com esta assertiva é Raichelis (2009, p. 380):

[...] É o próprio Estado o grande impulsionador da profissionalização do assistente social, responsável pela ampliação e constituição de um mercado de trabalho nacional, cada vez mais amplo e diversificado, acompanhando a direção e os rumos do desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira.

Frente à conjuntura, o Serviço Social recebe as consequências das mudanças sociais decorrentes da crise capitalista em diversas esferas. Não só desta crise, mas das medidas de reestruturação produtiva para recompor a taxa de acumulação, propondo a reformulação do Estado, suas ações e papel, como outra tentativa do capital para superar sua crise.

Esta conjuntura impõe aos profissionais o desafio de se qualificar para acompanhar e compreender as especificidades da sociedade, suas contradições e tensões em época de crise, e suas consequências para as manifestações da questão social. Para tanto, é imprescindível a este(a) profissional conhecer esta realidade e desenvolver suas atividades com qualidade.

Não diferente dos(as) demais trabalhadores(as), em sua condição de trabalhador(a) assalariado(a), o(a) assistente social recebe as implicações das profundas alterações do mundo do trabalho: as precárias condições encontradas no mercado de trabalho – trabalho temporário, subcontratado, parcializado, terceirizado, dentre outros.

¹²² Fonte: Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional / Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social; colaboradores Rosa Prêdes. [et al.]. Brasília: CFESS, 2005.

Ainda, importa considerar que o mercado profissional sofre os impactos dessas transformações societárias e que estas repercutem nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade. A retração do Estado frente às suas responsabilidades sociais manifesta-se na diminuição de orçamentos e no sucateamento da prestação de serviços públicos que acarretam a redução de postos de trabalho e a não realização de concursos públicos, principalmente em nível municipal.

A título de exemplificação desta assertiva, observa-se o quantitativo significativo de assistentes sociais que ingressam no mercado de trabalho em condições de instabilidade de contratos temporários de prestação de serviço, por terceirizações.

Dessa forma, não é usual, no tempo presente, o acesso ao cargo por meio de concurso público, o que gera uma série de relações trabalhistas que podem comprometer o fazer profissional crítico e gerar conflitos entre os princípios fundamentais, deveres e direitos elencados no Código de Ética do(a) assistente social.

Citemos como exemplo: (des)organização política da categoria; intimidações frente ao enfrentamento de questões impostas pelos gestores; relações de sujeição a direções político-partidárias com insegurança de perder os postos de trabalho e emprego, dentre outros.

Outro aspecto percebido além da fragilização dos direitos trabalhistas é a baixa remuneração, o que, muitas vezes, leva os(as) profissionais a desdobrar sua jornada de trabalho em dois ou mais empregos para complementar a renda mensal.

A precarização ocorre [...], sobretudo nas contratações nos municípios com os processos de interiorização (municipalização) das políticas sociais no Brasil, principalmente, através do predomínio de contratações por meio de favorecimentos clientelistas por indicações; sob forma de prestação de serviços (as chamadas assessorias e consultorias) sem registro em carteira profissional (CTPS), sem garantias trabalhistas e com baixa remuneração (ABREU, 2004, p. 62-63).

A atuação estatal na conjuntura brasileira, com a execução de serviços públicos precarizados, influencia a prática profissional realizada junto aos setores mais pauperizados da sociedade, pois, torna-se necessário ao assistente social nortear sua prática a partir da compreensão das categorias socioeconômicas, políticas, culturais, e articulá-las ao desenvolvimento na sociedade burguesa, repleta de desigualdades sociais e aumento do pauperismo, negação de direitos sociais,

diferentes formas de dominação e exploração da população, dentre outros. Isso pode favorecer ao profissional entender as contradições que a própria profissão está inserida.

Em outros termos, o entendimento crítico das questões citadas permite um agir pensado, possível de suspender a aparência dos fenômenos sociais e desenvolver uma intervenção que responda às desigualdades sociais com maior concretude.

O projeto profissional apresenta-se no Serviço Social como hegemônico, notadamente contrário ao conservadorismo e à neutralidade defendidos pelo Serviço Social tradicional. Esse projeto fundamenta-se na luta política pela liberdade, equidade, justiça social, e está alicerçado na resistência e enfrentamento às contradições do modo de produção capitalista e às desigualdades oriundas da relação capital e trabalho, expostas nas manifestações da questão social.

As lutas e enfrentamentos que permitem nortear as políticas, ou até mesmo mantê-las, têm como reflexo a intenção de construir uma sociedade cujos cidadãos tenham amplo acesso aos serviços sociais, possibilitando as(os) usuárias(os) mais justiça social e garantia de seus direitos humanos e sociais. Conforme Iamamoto (2005, p. 141):

A consolidação do projeto ético-político profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionam mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade. Teimamos em reconhecer a liberdade como valor ético central, o que implica desenvolver o trabalho profissional para reconhecer a autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, reforçando princípios e práticas democráticas.

Todavia, diante do cenário contemporâneo, alguns desafios se solidificam e necessitam ser enfrentados pela categoria na cena contemporânea brasileira. São situações que provocam impactos concretos na efetivação do projeto ético-político profissional do Serviço Social. Entre essas, se encontram: a já citada flexibilização das relações trabalhistas e a desregulamentação das profissões que reverberam em debates em torno das competências e atribuições da profissão; a atuação do Estado com políticas compensatórias e focalistas.

Ainda em se tratando do projeto profissional, não podemos deixar de apontar que, atualmente, a política de educação, quando se refere à formação profissional, vem vivenciando o contexto de franca privatização, especialmente com

expansão dos cursos de graduação à distância, fragilizando a base teórico-acadêmica da profissão, repercutindo no projeto profissional; entre outros.

Tratando deste cenário, Netto (1996, p. 87) afirma:

[...] ninguém pode ter dúvidas de que o período histórico em que estamos situados marca-se por transformações societárias que afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades etc.

Diante do exposto, inúmeros são os desafios que se apresentam diante da efetivação do projeto ético-político profissional, inclusive na manutenção da autonomia política das entidades representativas da profissão¹²³, que arduamente defendem e buscam apoiar propostas legítimas para conquistas sociais. Propostas que seguem na contracorrente do sistema capitalista burguês, bem como, de ações de fortalecimento do projeto profissional, movendo esforços para preservar os valores e princípios ético-políticos da profissão.

O(a) assistente social, além de se constituir enquanto(a) trabalhador(a) assalariado(a), recebendo as influências do mercado de trabalho, vivencia na sua intervenção profissional as consequências da desigualdade social e da exploração dos sujeitos com os quais trabalha.

As condições socioeconômicas e ídeo-políticas brasileiras nos anos 1990 atingem diretamente à população(a) trabalhador(a), rebatendo duplamente no Serviço Social. Seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores(as) assalariados(as) e como profissionais viabilizadores(as) de direitos sociais.

Outro ponto importante, no que se refere à intervenção profissional, especificamente na política de Assistência Social, são os perfis criteriosos de programas e projetos estabelecidos pela legislação brasileira que excluem parcela da população que convive na reprodução da condição de miséria, e por conta de um perfil etário ou de uma diferença pífia de renda, é negado o seu recebimento de serviços, deixando o(a) profissional no jogo ético-moral delicado para sua intervenção.

O desafio posto a este(a) profissional é que, embora representando o poder público e em qualquer espaço de atuação, torna-se necessário não perder de vista em sua instrumentalidade cotidiana os princípios e valores ético-político profissionais, tendo como referência o enfrentamento das múltiplas expressões da

¹²³ Refere-se ao conjunto CFESS-CRESS, ABEPS, ENESSO.

questão social e como fins prioritários liberdade, autonomia e emancipação da humanidade a partir da ruptura das desigualdades de classes e da ordem vigente.

As ameaças da manutenção das bases teóricas, organizativas e ético-políticas referem-se à própria efetivação de um Projeto Ético-político em uma conjuntura antagônica, com o afastamento do Estado frente à implementação de políticas sociais, a fragmentação e sucateamento dessas, dentre inúmeras outras questões que influenciam a efetivação de alguns princípios ético-políticos.

Por isso, é necessária a aproximação cotidiana com o Código de Ética profissional, porque apenas nessa perspectiva é que se fortalece a intervenção profissional no enfrentamento à questão social a fim de, nem permitir que a profissão seja imersa em um discurso de voluntariado, com ações fragmentadas e pontuais, nem o oposto, de que não se possa confrontar o sistema neoliberal e a ordem do capital (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

A profissão intenciona, em sua intervenção cotidiana, romper com as desigualdades sociais e com a reprodução das expressões da questão social, apontando as contradições do modo de produção capitalista. Contudo, é necessário afirmar que a efetivação do projeto ético-político, por si só, não produz a transformação social da ordem social vigente.

Certamente, sua efetivação deve ser entendida como possibilidade limitada dentro da ordem contraditória do capital, mas o projeto profissional tem como direção ética e política, junto com a classe trabalhadora, mobilizar sujeitos sociais e estimular consciências políticas para a implementação de uma cultura ética crítica e reflexiva e do compromisso político de confrontar, enfrentar os valores e determinantes da ordem burguesa. Só assim é que se caminha para uma verdadeira transformação social.

Voltando para a discussão da intervenção profissional, a política de Assistência Social destaca-se como espaço importante na intervenção do(a) profissional assistente social como forma de atender às contradições e determinações da reprodução social.

Considerando especificamente os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Fortaleza-CE, nossa pesquisa aponta dados importantes frente à realidade das interlocutoras entrevistadas.

A partir da análise dos depoimentos obtidos, da leitura de documentos oficiais e da observação realizada, nos foi possível identificar inúmeras fragilidades,

no que concerne à ética profissional da assistente social no cotidiano dos CRAS de Fortaleza-CE, referente a relação instituição-profissionais.

As constatações são multifatoriais. Primeiramente, em uma leitura mais estrutural, compreende-se a existência de dificuldades da execução da política de Assistência Social articulada à estrutura capitalista brasileira, atuando mediante recursos parcos e diminutos; com ações seletivas e pontuais no atendimento à pobreza; centralizadas na transferência de renda e em ações profissionalizantes e com o cunho de controle da população pobre; ancorada na negação de direitos sociais e cidadania, exigindo da profissional uma melhor compreensão da realidade social e das contradições.

De forma mais específica do cotidiano do CRAS: a ausência de estrutura adequada de trabalho, o que viola direitos tanto de profissionais como de usuários(as) dos CRAS; o elevado percentual de terceirizados(as) face à totalidade do quadro profissional da Secretaria, o que representa a precarização das relações de trabalho contra a qual tanto se tem lutado; a ocorrência de práticas burocráticas, imediatistas e individuais em detrimento as mais coletivas; entre outras há que desrespeitam os preceitos éticos norteadores da intervenção profissional.

Ainda como achados da pesquisa empírica, observamos certo distanciamento das profissionais dos movimentos sociais; de espaços coletivos políticos favoráveis à luta da classe trabalhadora e mesmo de espaços de aperfeiçoamento profissional referente ao próprio Serviço Social. As profissionais encontram-se mais envoltas no aprimoramento profissional sobre a política do que necessariamente sobre a profissão, sendo possível aqui a justificativa pelo desconhecimento dos princípios éticos profissionais por parte de algumas assistentes sociais.

Apesar da existência dessas situações, verificamos que as ações desenvolvidas por essas profissionais, em sua maioria, intencionam coadunar com a direção do projeto profissional, na medida em que a maioria das profissionais reflete e questiona as limitações e se posiciona em negar algumas práticas na instituição; em trazer para seus atendimentos a melhor compreensão dos(as) usuários(as) como sujeitos de direito; em não confundir suas atividades com práticas de religiosidade; e em estabelecerem boa relação do seu cotidiano, como expresso na articulação com todo o cenário nacional retratado nos fundamentos das autoras.

Talvez seja possível afirmarmos que a ética profissional do Serviço Social brasileiro se propõe a uma longa construção processual, observando que todos os seus componentes só podem ser plenamente materializados em uma perspectiva prático-axiológica próxima à outra ordem societária inversa à atual.

No caso da tentativa de romper com essa lógica, esta consiste em uma bússola a orientar a direção daqueles(as) que pelos agitados mares do Serviço Social se dispõem a navegar. O que claramente não desobrigaria nenhum(a) assistente social de segui-lo, e árdua e cotidianamente buscar a sua materialização, ao contrário, seria um estímulo à sua caminhada. Pois, parafraseando Galeano (1994, p. 310):

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Isso não implica em compreender ética reduzida a utopia como algo inatingível, mas sim efetivada na longa caminhada processual de valores e ações alimentadas constantemente pelos sujeitos profissionais em articulação com toda a sociedade na direção de uma sociedade verdadeiramente livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. **Proposta básica para o projeto de formação profissional.** Serviço Social & Sociedade, XVII (50): 143-71. São Paulo: Ed. Cortez, abr. 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; CABRAL, M. S. R. **O significado do papel político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais-CBAS-1979.** Revista Serviço Social e Sociedade, N. 100: Ed. Cortez: São Paulo, 2009.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. **Participação Cidadã nas Políticas Públicas.** In: Participação nas Políticas Públicas: Novos conceitos e Metodologia. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial, 2011.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco.** Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1973.

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO – Cartilha. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, ASCOM, 2009.

AZEVEDO, Eder Marques de. **Os Conselhos Gestores no Controle Popular das Políticas Públicas.** Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7691>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

BAERS, M. **Conceito de Serviço Social segundo a U.C.I.S.S.** Revista de Serviço Social. São Paulo, ano I, n. 7, 1939.

BAPTISTA, Myrian Veras. **A Participação como Estratégia de Ação do Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade. Nº 25. Ano VIII. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social:** fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

_____. **Fundamentos éticos do Serviço Social.** In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais- Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009a.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2009b. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 04).

_____. **A Historicidade dos Direitos Humanos**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Org.) *Ética e Direitos: Ensaio Críticos*. Coletânea Nova de Serviço Social. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2010.

_____. **Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282011000200002&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 fev. 2014.

BARROCO, Maria Lucia.; TERRA, Sylvia Helena. (Org.) **Código de Ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos** – São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 02).

BONETTI, Dilsea A. [et. al.] **Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis**. – 6. ed. – São Paulo, Ed. Cortez, 2005.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social no Brasil: Um direito entre Originalidade e conservadorismo**. São Paulo: UNB, 2003.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1988.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei 8.742/93 Brasília: 1993.

_____. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ MDS. Conselho Nacional de Assistência Social/ CNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília-DF. 2004.

_____. **Norma Operacional Básica.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ MDS. Conselho Nacional de Assistência Social/ CNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília-DF, 2005.

_____. **Tipificação Nacional dos serviços sócio-assistenciais.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome/ MDS. Conselho Nacional de Assistência Social/ CNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Brasília-DF. 2009.

BRAZ, Marcelo e TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O Projeto Ético-político do Serviço Social.** In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais.- Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARVALHO, Alba Maria Pinho. **A Construção da Esfera Pública na Luta pelos Direitos Sociais:** os Fóruns enquanto Expressão da Sociedade Civil. Texto mimeo. Ceará, 2001.

CAMPOS, Irenice de Oliveira, ALVES, Maria Elaene Rodrigues;. **Fortaleza, de um desejo a um direito de cidade: a construção como política de direito.** ALVES, Maria Elaene Rodrigues.; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart Albuquerque. (Org.) Assistência Social em Fortaleza: uma política de direito em construção. Fortaleza: SEMAS/PMF/EdUECE, 2012.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Questão Social no Brasil – Crítica do Discurso Político.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. – 3. Ed. rer e atual. – Brasília. 1997.

_____. **Contribuições do Conjunto CFESS/CRESS ao debate sobre definição de Trabalhadores(as) da Assistência Social.** Brasília, 2010a.

_____. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social.** Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília-DF. 2011a.

_____. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas:** seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta - Brasília/DF: CFESS 2011b.

CFESS/ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social- ABEPSS. V. 1). **Serviço Social: direitos e competências profissionais** - Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COUTO, **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

_____. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília. (CFESS; ABEPSS. V. 1). 2009.

_____. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**/Berenice Rojas Couto ... [et al']. – São Paulo: Cortez, 2010.

DEMO, Pedro. **Pobreza política: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira**. Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores associados), 2006.

DIAZ, Elias. **Estado de Direito e Sociedade Democrática**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1972.

ESPÍNDOLA, Arlei de. **O Lugar dos Sentimentos na Ética de Jean-Jacques Rousseau**. In: Revista Filos nº 25. 2007.

FLEURY, Sônia. **Assistência na Previdência Social: uma política marginal**. In: VV.AA. O direitos (dos desassistidos) sociais. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.

_____. **Estado sem Cidadãos: Seguridade Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

_____. **Política Social e Democracia: reflexões sobre o legado da Seguridade Social**. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol. 1 nº. 4. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1985.

FONTOURA, Amaral. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora, 1959.

GALEANO, Eduardo. **As Palavras Andantes**. São Paulo: L&PM, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 1994.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXVIII. N. 91. Ed. Cortez. Conselho Federal de Serviço Social. 2007.

_____. **Os Caminhos e os Frutos da “Virada”**. In: Revista Praia Vermelha nº 2. 2009a.

_____. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília. CFESS. 2009b.

_____. **Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o Discurso do Direito a Ter Direitos**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Org.) *Ética e Direitos: Ensaio Críticos*. Coletânea Nova de Serviço Social. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **O Papel dos Conselhos Gestores na Gestão Urbana**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/urbano/gohn.pdf>>. Acesso: em 16 nov. 2007.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 21. ed. Edições Loyola Jesuítas: São Paulo, 2011.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008. (Interpretações da história do homem; v. 2).

HERKENHOFF, João Baptista. **Curso de Direitos Humanos**, V. 01. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhbrasil/br13.html>. Acesso: em 12 jun. 2014.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**/elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília, 2009. (CFESS; ABEPSS. V. 1)

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma Interpretação Histórico- Metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOIKE, Maria Marieta. **Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais**. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília. 2009. (CFESS; ABEPSS. V. 1).

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.

LAURELL, Asa Cristina (Org). **Estado e Políticas Sociais no neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LESSA, Sérgio. **Lukács: trabalho e ontologia do ser social**. Comunicação apresentada no II Congresso Latino-Americano de Sociologia do Trabalho, Lindóia, São Paulo, 1996. Disponível em: <http://www.sergiolessa.com/Palestras/Trabalho_Onto1996.pdf>. Acesso em: 13 maio 2013.

_____. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. São Paulo: Ed. Unijuí, 2007.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo. Ed Cortez, 2011.

LUKÁCS, Georg. O trabalho. In: **Per uma Ontologia dell'Essere Sociale**. Tradução Ivo Tonet. Roma: Editori Riuniti, 1981.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Ed. Veras, 1999.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

MARX, Karl, 1818-1883. **A revolução antes da revolução**. 1. ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12. ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MONDIN, Batista. **Os Teólogos da Libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NAHRA, Cinara. **Malditas Defesas Morais**. Natal: Ed. Cooperativa Cultural, 2000.

NETTO, José Paulo. Introdução. In: MARX, K. **A Miséria da Filosofia**, 2. ed. São Paulo: Global Editora, 1989a.

_____. **O Serviço Social e a tradição marxista**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 30. São Paulo: Cortez, 1989b.

_____. **Transformações Societárias e Serviço Social**: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Ano XVII. Nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea.** In: Curso de Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 02, Brasília: CEAD - Universidade de Brasília, 1999.

_____. **Economia Política: Uma Introdução Crítica.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

_____. **Introdução ao método da teoria social.** In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (Publicação: Conselho Federal do Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. V. 1), 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOBRE, Cristina de Queiroz. **O Estado na ordem do Capital: o significado e o alcance das mudanças na “Era Tasso”.** Fortaleza-CE.. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará. Orientação a Profa. Dra. Elza Maria Franco Braga e coorientador o Prof. Dr. Lucio Fernando Oliver Costilla. 1999.

_____. **O desafio democrático da Política pública de Assistência. Estado, democracia e participação: limites e possibilidades para a assistência social.** ALVES, Maria Elaene Rodrigues.; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart Albuquerque. (Org.) Assistência Social em Fortaleza: uma política de direito em construção. Fortaleza: SEMAS/PMF/EdUECE, 2012.

OLIVEIRA, Adla Cristina Alves de. **Caminhos e descaminhos da Assistência Social: um estudo sobre a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Fortaleza (CE).** Dissertação de Mestrado Profissional em planejamento e políticas públicas - Universidade Estadual do Ceará-Orientação: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Ferreira Osterne - 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. **Pluralismo de Bem-Estar ou Configuração Plural da Política Social Sob o Neoliberalismo.** In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). Política Social: Alternativas do Neoliberalismo. Brasília: SER/UnB, 2004.

_____. **Necessidades Humanas:** Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. 2007, s/p. Disponível em: <www.mds.gov.br/sites/conferencias-1/artigos/assistencia_social-e-democracia-no-brasil-contemporaneo-potyara-a-p-pereira>. Acesso em: 28 out. 2011.

PINSKY, Jaime. **História da Cidadania.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PONTES, Reinaldo Nobre. Capacitação em Serviço Social e política social: Módulo 04: **O trabalho do assistente social e as políticas sociais.** – Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. 271p.; 21x28cm. 2000.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social:** Caminhos da Construção Democrática. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Formação profissional em Serviço Social:** exigências atuais. In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais. Brasília. (CFESS; ABEPSS. V. 1). 2009.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A Mediação das organizações políticas.** In: Revista Inscrita n. 10. Brasília, Ed. CFESS, 2007.

_____. **A materialização de valores emancipatório na construção da organização política:** a particularidade do Movimento Estudantil de Serviço Social no contexto brasileiro pós-ditadura. Aracaju. (Texto apresentado no I Seminário de Formação Política do MESS), 2008.

REVISTA INSCRITA, **Ano VII- Nº X-** 2007a Conselho Federal de Serviço Social.

_____. **Ano VIII- Nº X-** 2009a. Conselho Federal de Serviço Social.

_____. **Ano VIII- Nº XII-** 2009b. Conselho Federal de Serviço Social.

SANTOS, Leila Lima. **Metodologismo**: Explosão de uma Época. Textos de Serviço Social, 5. Ed. Cortez: São Paulo, 1993.

SANTOS, Tássia Rejane Monte dos. **Dilemas e perspectivas da Organização Sindical dos(as) Assistentes Sociais no Brasil**: da redemocratização ao contexto neoliberal. Anais da III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a Ordem e a “Des-ordem”**: Mistificação dos Direitos Sociais e da Cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SEMAS. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Plano Municipal de Assistência Social-2010-2013**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza-CE, 2010.

_____. **Relatório das competências e atribuições do(a) assistente social do CRAS**. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Fortaleza-CE, 2012.

SILVA, Luciana Sátiro. **O Projeto Ético-político do Serviço Social**: concepções e práticas profissionais na Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza. Centro de Educação a Distância (CEAD) em parceria com Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Universidade de Brasília (UnB), 2010.

_____. **A organização política dos(as) assistentes sociais e a construção da política de Assistência Social em Fortaleza - CE** /Luciana Sátiro Silva. 82f., enc.; 30 cm. Monografia (Especialização) – Universidade Estadual do Ceará-UECE– 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação Profissional do Assistente social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Marlise Vinagre. **A virada na ética e nos conselhos de fiscalização profissional**. Serviço Social & Sociedade, v. 100, p. 720-742, 2009.

SPOSATI, Aldaída de Oliveira. **Carta-Tema**: a Assistência Social no Brasil – 1983-1990. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras – Uma Questão em Análise.** 10. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

_____. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social.** 5. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2010.

TELLES, Guiomar Urbina. **Formação moral do Assistente Social.** Revista de Serviço Social, São Paulo, ano 2, n. 14, 1940.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais – Afinal do que se trata?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Ética e Direito.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** tradução de João DellÁnna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

_____, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.

VIEIRA, Evaldo. **Os Direitos e a Política Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

VINAGRE, M. **A “Virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional.** Revista Serviço Social e Sociedade, N. 100. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O Projeto Ético-político do Serviço Social.** In: SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais.- Brasília. (Publicação: CFESS- ABEPSS. V. 1) 2009.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: as Organizações Populares e o Significado da Pobreza.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Fortaleza, ____/____/____

Eu, (_____),
RG _____ / _____) brasileira, assistente social, residente e domiciliada nesta capital, estou sendo convidada a participar do estudo, cujo objetivo é analisar a percepção dessas profissionais acerca dos valores e princípios éticos que fundamentam a sua intervenção cotidiana profissional.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a entrevista que será conduzida pela pesquisadora e facilitar dados e informações para a pesquisa documental.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informada de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

A pesquisadora envolvida com o referido estudo é Luciana Sátiro Silva e com ela poderei manter contato pelos telefones por ela já ofertados.

É assegurado que me será garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Assinatura da entrevistada

Luciana Sátiro Silva

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **PERFIL DA ENTREVISTADA**

1. IDADE: _____

2. ANO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL: _____

3. QUANDO COMEÇOU A TRABALHAR NO CRAS? _____

4. ANTES DO TRABALHO ATUAL TEVE ALGUMA OUTRA EXPERIÊNCIA COMO ASSISTENTE SOCIAL? CASO AFIRMATIVO, EM QUE ÁREA?

5. POSSUI CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO? () SIM

5.1 NÃO POSSUI, NEM PRETENDE CURSAR () PRETENDE CURSAR ()

5.3 POSSUI ESPECIALIZAÇÃO () MESTRADO () DOUTORADO ()

6. FORMA DE CONTRATO DE TRABALHO: _____

7. QUAL CARGO OCUPA NA INSTITUIÇÃO: () TÉCNICO () COORDENAÇÃO

8. JÁ PARTICIPOU OU PARTICIPA DE ALGUMA DAS ATIVIDADES ABAIXO LISTADAS?

8.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL () CONSELHOS DE DIREITOS () MOVIMENTO SOCIAL () QUAL? _____ CONSELHOS ACADÊMICOS () CONSELHO DE CLASSE () SINDICATO () NUNCA PARTICIPOU ()

9. RELIGIÃO: _____

- **PERCEPÇÕES DA ENTREVISTADA SOBRE SUA PRÁTICA PROFISSIONAL**

2.1 QUAL É A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO CRAS?

2.2 QUAIS SÃO AS DEMANDAS QUE SE APRESENTAM AO ASSISTENTE SOCIAL NO COTIDIANO DE TRABALHO NO CRAS?

2.3 QUAL A IMPORTÂNCIA QUE VOCÊ ATRIBUI AO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO PARA O SERVIÇO SOCIAL?

2.4 O QUE VOCÊ COMPREENDE POR ÉTICA PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO?

2.5 EM QUE DIREÇÃO ÉTICA-POLÍTICA VOCÊ COMPREENDE O SEU FAZER PROFISSIONAL? QUAIS VALORES NORTEIAM SUA INTERVENÇÃO NO CRAS, ENQUANTO ASSISTENTE SOCIAL?

2.6 O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL APRESENTA EM SUA INTRODUÇÃO VALORES E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS QUE DEVEM NORTEAR A INTERVENÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL. VOCÊ PODE CITAR UM OU ALGUNS DESSES PRINCÍPIOS QUE SEJAM OBSERVADOS DE FORMA MAIS RECORRENTE EM SUA PRÁTICA PROFISSIONAL?

2.7 AO REALIZAR SUAS ATIVIDADES NO CRAS, EM ALGUMA MEDIDA, VOCÊ SE SENTE EXERCENDO UMA FUNÇÃO DE CONTROLE/"POLICIAMENTO" DA POPULAÇÃO USUÁRIA? EM QUE SENTIDO?

2.8 NO SEU ENTENDER, AS ATIVIDADES REALIZADAS ENFRENTAM OU REFORÇAM A SUBALTERNIZAÇÃO DAS/OS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS? EM QUE MEDIDA?

2.9 COMO VOCÊ AVALIA AS CONDIÇÕES ÉTICAS E TÉCNICAS DE TRABALHO DE QUE DISPÕE PARA A REALIZAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES NO CRAS?

2.10 NA SUA PERCEPÇÃO, EXISTEM QUESTÕES INSTITUCIONAIS QUE COMPROMETEM OU FACILITAM A EFETIVAÇÃO DOS COMPROMISSOS ÉTICOS ORIENTADORES DE SUA INTERVENÇÃO PROFISSIONAL? POR EXEMPLO?

2.11 VOCE ACREDITA QUE A INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NOS CRAS SE DÁ DE FORMA TRANSFORMADORA? POR QUE E EM QUE MEDIDA?

2.12 VOCÊ ACHA QUE EXISTE ALGUMA FORMA DE DIREÇÃO RELIGIOSA NA INSTITUIÇÃO, NAS NORMATIVAS DA POLÍTICA, E NA SUA PRÁTICA?

2.13 VOCÊ DESEJA ACRESCENTAR ALGUMA QUESTÃO QUE PODE NÃO TER SIDO DISCUTIDA?

ANEXO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL

DECLARAÇÃO DE REVISÃO ORTOGRÁFICA

Declaro para os devidos fins que realizei a revisão ortográfica da dissertação de mestrado intitulada “Ética e Serviço Social: a percepção das assistentes sociais sobre suas práticas profissionais nos Centros de Referência de Assistência Social de Fortaleza-CE” de autoria de Luciana Sátiro Silva sob orientação da professora Dra Cristina Maria de Queiroz Nobre.

Fortaleza, 12 de Junho de 2014.

Camilla Rocha da Silva

Camilla Rocha da Silva

CPF: 010.144.953-42

Graduada em Pedagogia - UFC

Mestre em Educação Brasileira – UFC

Doutoranda em Educação Brasileira - UFC